



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTIS – UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS – CUP
PROGRAMA DE PÓS-GRAD. EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE - PPGCiamb

Eugislane Moreira Lima

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS: IMPLANTAÇÃO DA PNGATI E DO PROJETO GATI NA TI XAMBIOÁ

Palmas - TO, Brasil

2016

Eugislane Moreira Lima

**GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS
INDÍGENAS: IMPLANTAÇÃO DA PNGATI E DO
PROJETO GATI NA TI XAMBIOÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (PPGCiamb) da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Héber Rogério Grácio

Palmas - TO, Brasil

2016

Eugislane Moreira Lima

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS: IMPLANTAÇÃO DA PNGATI E DO PROJETO GATI NA TI XAMBIOÁ/ Eugislane Moreira Lima. – Palmas - TO, Brasil, 2016-
188 páginas.

Orientador: Prof. Dr. Héber Rogério Grácio

Dissertação (Mestrado) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTIS – UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS – CUP
PROGRAMA DE PÓS-GRAD. EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE - PPGCiamb,
2016.

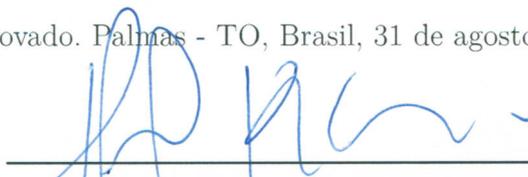
1. Terras indígenas. 2. Gestão Territorial. 3. Gestão Ambiental. 4. Política Pública. 5. Karajá-Xambioá. I. Prof. Dr. Héber Rogério Grácio. II. Universidade Federal do Tocantin ,
ncias do Ambiente (PPGCiamb). IV. Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Implantação da PNGATI e do Projeto GATI na TI Xambioá

Eugislane Moreira Lima

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS: IMPLANTAÇÃO DA PNGATI E DO PROJETO GATI NA TI XAMBIOÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (PPG Ciamb) da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente

Trabalho aprovado. Palmas - TO, Brasil, 31 de agosto de 2016:



Prof. Dr. Héber Rogério Grácio
PPG CIAMB - UFT
Orientador



Prof. Dr. Odair Giralдин
PPG CIAMB - UFT
Membro Interno



Prof. Dr.ª. Reijane Pinheiro da Silva
UFT
Membro Externo

**Prof. Dr.ª. Suiá Omim Arruda de
Castro Chaves**
Suplente - UFT
Membro Externo

Palmas - TO, Brasil

2016

Ao povo Karaja-Xambioá.

Agradecimentos

Meus agradecimentos se estendem primeiramente a Deus, a todos os queridos amigos, irmão e familiares que estiveram e que estão presentes na minha trajetória acadêmica, profissional, espiritual e de crescimento pessoal.

Ao povo Karajá-Xambioá, os meus sinceros agradecimentos, por minha origem e por ter colaborado imensamente com este trabalho. As lideranças, aos anciões, aos caciques, as mulheres, aos homens e as crianças.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente – PGCIAMB, por aderirem ao sistema de ações afirmativas para indígenas e nos proporcionar está oportunidade. Aos docentes do CIAMB, pelo aprendizado e conhecimento proporcionado. Aos servidores administrativos da coordenação do Programa pela atenção e colaboração. Aos colegas que convivi no CIAMB, em especial à Virgínia de Figueiredo Magrin pelos momentos de aflição compartilhados.

Ao coordenador técnico do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (GATI) Robert Miller, pelas informações prestadas. A segunda consultora do Projeto GATI – Núcleo Amazônia Cerrado, Soraya Campos Almeida, pela colaboração e gentileza.

Agradeço a excelente orientação do Professor Dr. Héber Rogério Gracio, pelo incentivo à pesquisa, pela motivação e por estar sempre disposto a contribuir na construção desse trabalho.

Aos meu pais, Manoel e Jordina, por me darem suporte emocional durante todo este trabalho e por apoiarem em todas as minhas decisões, por mais difíceis que elas pareçam ser.

Ao meu marido Davi, querido e companheiro para todas as horas, parceiro nas missões quase impossíveis aos olhos naturais, pessoa prestativa e que em muito contribuiu direta e indiretamente para este trabalho.

Aos meus pequeninos filhos, Geovanna Wekedé, Davi Kairê e Davi Lucas, pelo amor, compreensão, pelo refrigério nos momentos mais difíceis dessa caminhada e por serem meu laço mais forte, eterno e especial de vida.

Aos professores Odair Giraldin e Reijane Pinheiro da Silva, pela gentileza de comporem a banca de defesa dessa dissertação, meus agradecimentos.

Muito obrigada!

"Antes nós não sabíamos que tínhamos limites, só sabíamos que tudo era floresta... Agora demarcamos nossa área porquê é só o que sobra dos lugares antigos."

(Kumai: índio do povo Waiampi, do Amapá)

Resumo

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988) garantiu direitos aos povos indígenas, dentre eles os fundiários. Partindo desse contexto, o estado criou mecanismos para o reconhecimento e delimitação dos territórios indígenas. Todavia, as Terras Indígenas (TI) demarcadas pelo estado possuem, hoje, um status de preservação e conservação do meio ambiente, com reconhecimento nacional e internacional nas agendas ambientais, sendo alvo de diversos programas e projetos, voltados à preservação ambiental. É deste panorama que surgem as primeiras iniciativas do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (GATI). Contudo, diante da necessidade de manutenção e conservação das TIs, o estado, criou a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) que está organizada em diretrizes e objetivos para a gestão territorial das TIs. A política encontra-se vigente, tendo como um de seus principais instrumentos de implantação, o projeto GATI. O projeto foi desenvolvido, como piloto, a nível nacional, em 32 TIs que se tornaram Área de Referência (AR). No estado do Tocantins o projeto desenvolve-se em duas TIs, sendo elas: a TI Xerente e a TI Xambioá. A presente dissertação buscou conhecer como se deu o desenvolvimento do Projeto GATI e consequentemente da PNGATI na TI Xambioá, na perspectiva do próprio povo Karajá-Xambioá.

Palavras-chaves: Terras indígenas, Gestão Territorial, Gestão Ambiental, Política Pública, Karajá-Xambioá.

Abstract

The Constitution of the Federative Republic of Brazil (CFRB/1988) guarantees rights to indigenous people, among them the right to own lands. From this context, the state has created mechanisms for the recognition and demarcation of indigenous territories. However, the indigenous lands (IL) demarcated by the state, have today a status of conservation and preservation of the environment, with national and international recognition in environmental agendas, the target of various programs and projects aimed at environmental preservation. It is in this scenario that arise the first initiatives of the Project for the Environmental and Territorial Management of the Indigenous Lands (ETMIL). However, given the need for maintenance and conservation of indigenous lands, the state has created the National Policy for Environmental and Territorial Management of Indigenous Lands (NPETMIL) that is organized in guidelines and objectives for territorial management of the ILs. The policy is in force, having as one of its main implementation instruments, the ETMIL project. The project was developed as a pilot at the national level in 32 ILs that have become Reference Area (RA). In Tocantins state the project is developed in two ILs, which were, IL Xerente and IL Xambioá. This dissertation aimed to know how was the development of the ETML project and consequently the NPETMIL in IL Xambioá, in perspective of Karajá Xambioá people.

Key-words: Indigenous Lands, Land Management, Environmental Management, Public Policy, Karajá-Xambioá.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Mapa da Aldeias antigas dos Karajá-Xambioá	30
Figura 2 – Revista “Semana Ilustrada” - desenho sobre o massacre.	36
Figura 3 – Área demarcada da TI Xambioá.	40
Figura 4 – Mapa das Ameaças na TI Xambioá.	41
Figura 5 – Construção da casa dos Xambioá do Sec. XIX.	44
Figura 6 – Tipo de moradia atual dos Karajá-Xambioá.	45
Figura 7 – Desenho da Aldeia Xambioá.	46
Figura 8 – Foto da Aldeia <i>Hawa-tymara</i>	46
Figura 9 – Quati domesticado.	50
Figura 10 – Padrão de aquisição das línguas portuguesa e <i>Karajá</i> nas aldeias da TI Xambioá.	52
Figura 11 – Mapa do Pontos de pesca dos Karajá-Xambioá.	56
Figura 12 – Desenhos dos peixes consumidos pelos Karajá-Xambioá.	57
Figura 13 – Tartaruga da Amazônia.	58
Figura 14 – Preparação e consumo do <i>boróró</i>	59
Figura 15 – Mapa de Caça na TI Xambioá.	62
Figura 16 – Mapa das Roças atuais e antigas na TI Xambioá.	65
Figura 17 – Sepultura Karajá no Séc. XIX	69
Figura 18 – Funeral Karajá-Xambioá.	70
Figura 19 – Mapa dos cemitérios antigo e atuais.	72
Figura 20 – <i>Hirado Komãsomã</i> (moças encantadas) Karajá.	75
Figura 21 – Terras Indígenas no Brasil por situação jurídica.	82
Figura 22 – Distribuição das TIs por Unidade Federativa.	83
Figura 23 – Quadro de Consultas Regionais.	92
Figura 24 – Linha do tempo da PNGATI.	94
Figura 25 – Turma do <i>Curso Básico Formação PNGATI para o Cerrado</i>	102
Figura 26 – Unidades de Conservação Federais do Brasil.	112
Figura 27 – Mapa Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federais do Brasil.	119
Figura 28 – Localização geográfica e bioma das 32 TIs que compõem o projeto GATI.	133
Figura 29 – Organograma organizacional do projeto GATI.	134
Figura 30 – Localização dos núcleos regionais do projeto GATI.	135
Figura 31 – Recursos financeiros projeto GATI – por fonte (em US\$).	136
Figura 32 – Matriz do marco lógico do projeto GATI	138

Figura 33	–Ciclo de gestão territorial em etapas.	143
Figura 34	–Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.	151
Figura 35	–Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.	152
Figura 36	–Fiscalização e Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.	152
Figura 37	–Fiscalização e Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.	153
Figura 38	–Contato inicial com os professores da Escola Municipal São Paulo, localizada no Povoado de Ponto Lemo (Santa Fé do Araguaia/TO), projeto de preservação dos quelônios.	153
Figura 39	–Reunião com a comunidade de Pontão, envolvendo professores e colaboradores do projeto GATI, para apresentação e discussão das atividades de educação ambiental, vinculadas ao projeto de preservação dos quelônios.	154
Figura 40	–Reunião com os professores da Escola São Paulo, localizada na comunidade de Ponto Lemo (Pontão).	154
Figura 41	–Reunião com professores indígenas Karajá-Xambioá sobre o projeto de educação ambiental relacionado ao projeto de preservação da Tartaruga-da-Amazônia.	155
Figura 42	–Reunião com os colaboradores do projeto GATI e os professores indígenas Karajá de Xambioá para discussão das ações a serem desenvolvidas no PPP escolar.	155
Figura 43	–Momentos da reunião com o técnico e a comunidade, sobre os ajustes do projeto de criação de queixadas, e planta de um criadouro, T.I. Xambioá, TO.	156
Figura 44	–Curso de criação de animais silvestres – Belo Horizonte (MG).	157
Figura 45	–Indígenas Karajá-Xambioá participando do curso de criação de animais silvestres em MG.	157
Figura 46	–Indígenas Karajá-Xambioá participando do curso de criação de animais silvestres em MG.	158
Figura 47	–Plantação de banana do Sr. Simão Kabitxana Karajá (Sr. Kabi) que teve apoio do projeto GATI por meio de microprojeto voltado ao aumento da sua produção por meio da ampliação da área de cultivo.	159
Figura 48	–Área preparada para o plantio de horta comunitária (aldeia Kurehê).	159
Figura 49	–Horta comunitária (aldeia Kurehê).	160
Figura 50	–Replantio de mudas na TI Xambioá.	160
Figura 51	–Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.	163
Figura 52	–Reunião dos órgãos fiscalizadores com os Karajá-Xambioá.	164
Figura 53	–Palestras envolvendo órgãos de fiscalização em comunidade do entorno da TI.	164

Lista de tabelas

Tabela 1 – Expedições de captura de escravos e pesquisas minerais que se dirigiam ao Araguaia. Sécs. XVI-XVIII.	31
Tabela 2 – Quadro População e aldeias Karajá do Norte nos séculos XIX e XX.	32
Tabela 3 – Eixos Temáticos da PNGATI (art. 4º do Dec. n. 7.747/2012)	97
Tabela 4 – Temas dos <i>Cursos Básico de Formação em PNGATI para o Cerrado</i> .	100
Tabela 5 – <i>Cursos Básico de Formação em PNGATI</i> (por bioma) realizados. .	101
Tabela 6 – Consultas regionais para a formalização do projeto final e escolhas das TIs como ARs	130
Tabela 7 – Execução do projeto GATI até dezembro 2015.	136
Tabela 8 – Composição do <i>NR Amazônia/Cerrado</i>	147
Tabela 9 – Plano de ação para a TI Xambioá.	149

Lista de abreviaturas e siglas

APOIME	-Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
APs	-Áreas Protegidas
ARPINSUL	-Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região Centro - Oeste
ARPIPAN	-Articulação dos Povos Indígenas do Sul
AR	-Áreas de Referência
CDB	-Convenção da Diversidade Biológica
CDP	-Comitê Diretor do Projeto
CGETNO	-Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento
CGGAM	-Coordenação Geral de Gestão Ambiental
CGMT	-Coordenação Geral de Monitoramento Territorial
CI	-Conservation International
CIMI	-Conselho Indigenista Missionário
CNPI	-Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPI	-Conselho Nacional de Política Indigenista
CNUMAD	-Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COIAB	-Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONABIO	-Comissão Nacional da Biodiversidade
COP	-Conferência das Partes
CRD	-Conselhos Regionais Deliberativos
CRFB/1988	-Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CTC	-Comitês Técnicos Científicos

CTL	-Coordenação Técnica Local
DPDS	-Diretorial de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável
DPT	-Diretoria de Proteção Territorial
FUNAI	-Fundação Nacional do Índio
GATI	-Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena
GEF	-Global Environment Fund
GIZ	-Deutsch Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GT	-Grupo de Trabalho
IBAMA	-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
METT	-Management Effectiveness Tracking Tool
MJ	-Ministério da Justiça
MMA	-Ministério do Meio Ambiente
NR	-Núcleo Regional
OIT	-Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PDPI	-Projeto Demonstrativos dos Povos Indígenas
PEC	-Proposta de Emenda à Constituição
PM	-Plano de Manejo
PNAP	-Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNB	-Política Nacional de Biodiversidade
PNGATI	-Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNUD	-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA	-Plano Operacional Anual

PPG7	-Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPTAL	-Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal
PROBIO	-Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PRONABIO	-Programa Nacional da Diversidade Biológica
RE	-Redes de Experiências
Rio 92	-Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
SNUC	-Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STF	-Supremo Tribunal Federal
TI	-Terra Indígena
TNC	-The Nature Conservancy
UC	-Unidades de Conservação
UGP	-Unidade de Gestão
WWF	-World Wildlife Fund

Sumário

1	INTRODUÇÃO	17
2	PERCURSO METODOLÓGICO	20
3	OS KARAJÁ-XAMBIOÁ	25
3.1	ORIGEM, HISTÓRIA E ASPECTOS SOCIO-CULTURAIS	25
3.1.1	De onde veio o povo Karajá?	25
3.1.2	A dispersão do povo Karajá longo do Rio Araguaia	27
3.1.3	Primeiras Descrições dos Karajá-Xambioá	29
3.1.4	O contato dos Xambioá com os “brancos” (<i>tori</i>)	31
3.1.5	O massacre dos Xambioás	34
3.1.6	Os Xambioá a partir da <i>Aldeia do Posto</i>	37
3.2	OS KARAJÁ-XAMBIOÁ HOJE	39
3.2.1	Localização	39
3.2.2	Organização Social	42
3.2.3	Organização Política	47
3.2.4	Meio Ambiente	48
3.2.5	Língua <i>Iny Rybè</i>	51
3.2.6	Atividades desenvolvidas pelos Karajá-Xambioá	53
3.2.6.1	A <i>Waxi</i> (pesca)	54
3.2.6.2	A <i>Irodu</i> (Caça)	59
3.2.6.3	As <i>Korokú</i> (Roças)	63
3.3	O MEIO AMBIENTE E OS MITOS DOS KARAJÁ-XAMBIOÁ	66
3.3.1	Funeral Karajá-Xambioá	67
3.3.2	Das profundezas do Araguaia	73
3.3.3	Jacaré Encantado	75
4	GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO ESTADO BRASILEIRO	79
4.1	NOTAS INTRODUTÓRIAS	79
4.2	TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL	80
4.3	A POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS (PNGATI)	84
4.3.1	Antecedentes da PNGATI	85
4.3.2	O processo de construção da PNGATI	91

4.3.3	Quadro sinóptico da PNGATI	95
4.3.4	Programa de Formação Continuada em PNGATI	100
4.3.5	Desafios para a implementação da PNGATI	102
4.3.5.1	A pressão sofrida pelas TIs	102
4.3.5.2	A transversalidade da Política e atuação das instituições responsáveis pela PNGATI	104
4.4	O PARADIGMA DA DUPLA AFETAÇÃO: TIs <i>VERSUS</i> UCs	108
4.4.1	Unidades de Conservação (UCs)	109
4.4.2	A Dupla Afetação sofrida pelas TIs	113
5	PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA (GATI)	122
5.1	PROJETO GATI - NOTAS INTRODUTÓRIAS	122
5.2	O PROJETO GATI E OS PARCEIROS INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS	124
5.3	A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO GATI	129
5.3.1	As ARs do Projeto GATI	131
5.3.2	Estruturação organizacional do Projeto GATI	134
5.3.3	Execução Financeira do projeto GATI	136
5.3.4	Caracterização dos Mecanismos para a operacionalização do Projeto GATI	137
5.3.5	Etnozoneamento e Etnomapeamento	141
5.3.6	Processo de Gestão Territorial – Etapas	142
5.4	O PROJETO GATI NA TI XAMBIOÁ	144
5.4.1	Das Ações Desenvolvidas Pelo Projeto GATI na TI Xambioá	145
5.4.2	Órgãos parceiros na Implantação do Projeto GATI	161
5.4.3	O Projeto GATI para os Karajá-Xambioá	166
6	CONCLUSÃO	174
	REFERÊNCIAS	178

1 INTRODUÇÃO

A história dos povos indígenas no Brasil é marcada pelas lutas por seus territórios desde a colonização portuguesa. Contudo, no período atual, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (CRFB/1988), tornou-se o principal marco para os direitos indígenas, em especial, os fundiários. A Constituição estabelece esses direitos no art. 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Atualmente, as TIs representam 12,74% do território nacional e cumprem a função constitucional de garantir os meios necessários à sobrevivência física e cultural dos povos originários. Em paralelo aos direitos fundiários dos povos originários, percebe-se nos dias atuais uma tendência crescente de conceber as TIs também como espaços propícios à preservação ambiental e conservação da biodiversidade em seus territórios. A política indigenista atual parte do pressuposto de que a regularização das TIs constitui-se como parte do processo de reconhecimento dos direitos fundiários e ambientais dos povos originários. Compreende-se que além de regularizar as terras tradicionalmente ocupadas, cabe também ao poder público instituir políticas voltadas à proteção e uso sustentável das TIs.

Diante da necessidade de manutenção e conservação das TIs, surgem as políticas públicas voltadas para este fim. É o caso da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012a.

Entretanto, destaca-se que a partir da Rio 92, as TIs passaram a ser visíveis no cenário nacional e internacional e a partir daí surgiram ações que culminaram em um panorama de projetos no Estado brasileiro, voltados para a preservação ambiental. A partir desse cenário surgiu o Projeto de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (GATI). Embora o GATI tenha ações anteriores a PNGATI, tornou-se, um dos principais instrumentos de implantação da política.

O GATI funcionou como projeto piloto e foi executado em 32 TIs, distribuídas no território Nacional, indicadas como “Áreas de Referência” (ARs) de 2009 a 2016. No Tocantins duas TIs foram escolhidas como ARs, a TI Xerente e a TI Xambioá. Este trabalho buscou conhecer como se desenvolveu o GATI na TI Xambioá.

Os motivos que me levaram investigar o desenvolvimento do GATI na TI Xam-

bioá, estão relacionados diretamente a minha ligação com o povo Karajá-Xambioá. Sou indígena, pertencente a este povo e faço parte de uma considerável parcela tida como “mestiça”. Recentemente tive a oportunidade de ler um trabalho escrito pelo antropólogo Eduardo Soares Nunes, em 2012, intitulado *No asfalto não se pesca: Parentesco, mistura e transformação entre os Karajá de Buridina (Aruanã - GO)*. Trata-se de estudo sobre o povo Karajá de Buridina, onde o autor relata as inter-relações de parentesco daquela comunidade indígena. A situação é muito similar a do meu povo. Nunes (2012, Resumo) descreve que, “Para se ser *uma pessoa misturada*, é preciso fazer esses dois movimentos ‘ao mesmo tempo’, ‘virar índio’ e ‘virar branco’. ‘Ao mesmo tempo’ entre aspas, pois, se eles coexistem, apenas um pode ser ativado a cada momento”.

Foi logrando deste privilégio que dei um pontapé inicial a este trabalho. Ora me comportando como índia, ora comportando-me como branca. Nesse último, me apropriando dos discursos dos *tori*¹, em diversos aspectos, para tentar compreender o contexto não indígena para as políticas indigenistas, em destaque para as ambientais.

Por essa razão, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre minha trajetória acadêmica. Em 2004, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) aprovou a implantação do sistema de cotas para estudantes indígenas em seu vestibular, por meio da Resolução nº 3A/2004, de 03 de setembro de 2004, do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFT). Desta forma, em 2008, tive oportunidade de acesso à UFT para o curso de Pedagogia. A partir daí, foram muitas as dificuldades, tendo que iniciar um processo de apropriação de outros conhecimentos. Apesar de todas as dificuldades (cultural, financeira, acadêmica, dentre outras), finalizei o curso, em 2012, tornando-me licenciada em Pedagogia.

A UFT, mais uma vez, no Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente (PPGCiamb), concede acesso aos indígenas, por meio das ações afirmativas. Assim, em 2014, entrei para o PPGCiamb, tendo como orientador o Professor e Antropólogo, Dr. Héber Rogério Grácio. Foi a partir de então que conheci o que futuramente tornar-se-ia, o meu objeto de pesquisa, a PNGATI e o Projeto GATI. Mas, o que mais me intrigou neste universo de novas descobertas, é que a TI ao qual pertencio estava dentre as ARs escolhidas do GATI, situação até então, desconhecida por mim, tal desconhecimento postulei, um tanto quanto contraditório, pois, mesmo fazendo parte do povo Karajá-Xambioá, não possuía qualquer tipo de conhecimento sobre a matéria.

Partindo deste contexto descrito, foi que surgiu o meu interesse em pesquisar a PNGATI e o GATI. Tornou-se inadmissível a falta de conhecimento sobre os temas, por se tratar de uma política voltada a atender as necessidades do meu povo. Assim, primeiramente por “apropriar-me” destes conhecimentos, buscando uma visão holística e também,

¹ Homem branco na língua *In rybe*, do tronco linguístico *Macro-jê*, falada pelo povo Karajá.

pontual, principalmente, sobre a perspectiva de meu povo em relação a PNGATI e especialmente do GATI.

Dessa forma, com o intuito de analisar a PNGATI e o desenvolvimento do Projeto GATI na TI Xambioá, estruturei esta dissertação em três capítulos. O primeiro trás a descrição do povo Karajá-Xambioá, tratando da origem, história e aspectos socioculturais, a partir de análise bibliográfica de estudos anteriores e de observação em campo, incluindo os produtos (mapas e pinturas) da atividade.

O segundo capítulo dispõe um breve estudo sobre a gestão dos territórios indígenas no Brasil. O estudo contempla uma análise da PNGATI, com o histórico e cenário de criação e os desafios para sua efetivação enquanto política pública. Além disso, o capítulo faz, ainda, uma discussão sucinta sobre o regime de Dupla Afetação sofrido pelas TIs.

O terceiro e último capítulo apresenta um estudo sobre o Projeto GATI, com seus antecedentes; os parceiros institucionais e internacionais; a materialização do projeto; caracterização dos mecanismos para sua operacionalização; e os resultados da pesquisa de campo sobre o desenvolvimento do GATI na TI Xambioá, com destaque para a percepção dos Karajá-Xambioá sobre o projeto. Os temas abordados em cada capítulo guardam relação com o tema central desta dissertação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o percurso metodológico utilizado para alcançar os objetivos dessa pesquisa. Segundo Cervo e Bervian (1983), entende-se por percurso metodológico a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou desejado. Para os autores a metodologia pode ser considerada como um conjunto de processos que o pesquisador deve empregar na investigação e demonstração da verdade.

Dessa forma, a proposta basilar deste trabalho é a verificação da implantação da PNAGTI na TI Xambioá localizada no estado do Tocantins, por meio do projeto GATI. O ponto central do trabalho é a identificação e análise dos diversos atores envolvidos nas ações, bem como o desenvolvimento do projeto GATI na TI Xambioá.

Para conhecer profundamente o universo a ser pesquisado, precisamos, primeiramente, fazer um reconhecimento das principais características do povo Karajá-Xambioá, destacando aspectos como, origem, história e cultura. Em seguida compreender a PNAGTI e o Projeto GATI, numa perspectiva teórico mais ampla, buscando conhecer as circunstâncias de sua elaboração e implantação, e de que movimentos ela se desdobra.

Lakatos e Marconi (2010), explicam que o primeiro passo de qualquer pesquisa científica é o levantamentos de dados, e isso pode ocorrer de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).

Ainda segundo as autoras, pesquisa documental é a fonte de coleta de dados que está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se chama de fontes primárias, estes documentos escritos podem ser classificados como: documentos oficiais; publicações parlamentares; documentos jurídicos e fontes estatísticas. Para este trabalho é fundamental a utilização desta técnica, pois, o objeto central desta pesquisa está envolto em uma política pública do governo federal.

Já a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico entre outros. A finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 166).

Este estudo dispõe, também, de análises bibliográficas, utilizando autores que discorrem sobre o tema, como: Ivan Gomes Doro Filho (Universidade Federal do Rio de

Janeiro); Rafaela Biehl Printes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); e Fabiana Pereira de Souza Garcia (Universidade Federal do Mato Grosso), por se tratarem de trabalhos recentes que também tratam da PNGATI. As mesmas técnicas serão utilizadas para um conhecimento aprofundado sobre o Projeto GATI, enquanto ferramenta de planejamento e de Gestão nas TIs.

Mais adiante, após um amplo estudo sobre o tema, busca-se verificar a implantação da PNGATI e do projeto GATI por meio de observações em campo. Destaca-se que, neste trabalho, é utilizada a pesquisa qualitativa como metodologia de abordagem.

Segundo Lakatos e Marconi (2010), a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornecendo análises mais detalhadas sobre a investigação, hábitos, atitudes, tendências de comportamentos entres outros.

Para Minayo (2002), a pesquisa qualitativa responde a questões particulares. Em ciências sociais, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com um universos de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

LÜDKE e ANDRÉ (1986), apontam cinco características básicas da pesquisa qualitativa: **a)** A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; **b)** os dados coletados são predominantemente descritivos; **c)** a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; **d)** o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e **e)** a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Dessa forma, Bauer e Gaskell (2002) propõem que a pesquisa qualitativa precisa ter a formação do corpus, que diz respeito aos procedimentos que possibilitam a formulação da fala social, decorrente das várias expressões deixadas por um determinado sujeito coletivo ou ser social. Dessa forma, a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) emerge como procedimento técnico científico de coleta de dados para esta pesquisa.

Lefèvre e Lefèvre (2005) explicam, que o DSC parte dos discursos em estado bruto, que são submetidos a um trabalho analítico inicial de decomposição. Faz-se a seleção das principais ideais em cada um dos discursos individuais e em todos eles reunidos, que termina em forma sintética. O resultado é a reconstituição discursiva da representação social.

O Sujeito Coletivo se expressa através de um discurso emitido no que se poderia

chamar de primeira pessoa (coletiva) do singular. Trata-se um de um eu sintático que, ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na medida em que esse eu fala pela ou em nome de uma coletividade. Esse discurso coletivo expressa um sujeito coletivo, que viabiliza um pensamento social. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 16).

No que tange a escolha dos sujeitos, na pesquisa qualitativa, os autores apontam três situações distintas, que se apresentam ao pesquisador. Na primeira, tem-se um universo limitado, onde é possível o conhecimento de todos os elementos que o compõe, nesta situação, o pesquisador pode compor pessoalmente a sua amostra, escolhendo todos ou quase todos os indivíduos a serem pesquisados, conforme as características que deseja estudar.

Na segunda situação, o pesquisador tem conhecimento aprofundado das características de todo ou de quase todo o universo a ser pesquisado, mas como se trata de um campo extenso, uma investigação qualitativa integral com toda a população seria muito onerosa e trabalhosa. Nesse caso o pesquisador poderá proceder a uma escolha intencional dos sujeitos a serem pesquisados (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 38).

Já na terceira situação, apresentada pelos autores supracitados, o pesquisador não conhece, ou conhece superficialmente os sujeitos a serem pesquisados, não como o pesquisador proceder a uma escolha intencional, na medida do possível, deve ser escolhida uma amostra representativa da população a ser estudada.

Para este trabalho, foi escolhida a segunda situação apontada pelos autores. Tal escolha fundamenta-se na condição da pesquisadora deste estudo: indígena pertencente ao povo Karajá-Xambioá da TI Xambioá, uma das ARs do projeto GATI, tendo conhecimento de quase todo o universo a ser pesquisado, ou seja, um conhecimento aprofundando da organização social do povo Xambioá. Assim, pautada nos fundamentos postos pelos autores, a escolha dos informantes para esta pesquisa se dará de forma intencional.

Após a escolha intencional dos informantes dentre o povo Karajá-Xambioá seguirei com entrevistas, não-estruturadas e não dirigidas (LAKATOS; MARCONI, 2010). Para as autoras, a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações sobre determinado assunto ou problema. Nesta pesquisa, temos como ‘tipo de objetivo’, a ‘determinação das opiniões sobre os fatos’, ou seja, investigar o que o povo Xambioá conhece sobre a PNAGTI e o projeto GATI.

Segundo Colognese e Mélo (1998), esta técnica de entrevista atende principalmente a finalidades exploratórias. Neste caso, a estruturação da entrevista fora reduzida ao mínimo. Foi utilizado, como método, uma breve introdução sobre o tema a ser de-

envolvido e interferindo, tão somente, para evitar o término precoce da entrevista e/ou para retomar o pensamento do informante (somente quando indispensável).

As entrevistas foram realizadas com indígenas do povo Karajá-Xambioá, no período de julho de 2015 a maio de 2016. A escolha dos informantes aconteceu oportunamente, buscando interlocutores representativos dentre os Xambioá, das quatro aldeias (Xambioá, *Kurehê*, *Wary-lyty* e *Hawa-tymara*). Dessa forma, o procedimento de coleta de dados (DSC) primou como objetivo central, por falas espontâneas dos indígenas sobre o que conhecem da PNGATI e o Projeto GATI, sendo que, todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

No primeiro momento, foram entrevistados informantes, como os caciques, professores e indígenas que estão envolvidos em projetos sustentáveis na TI Xambioá; Em outro momento, foram entrevistadas as mulheres, anciões, os jovens, caçadores, pescadores e coletores, uma vez, que a PNGATI traz, a necessidade de participação indígena envolvendo os diversos subgrupos de uma comunidade.

Na intenção de preservar o anonimato dos interlocutores e, com isso, manter assegurada a privacidade de cada um deles, optou-se por apresentá-los, somente, com nomes dos subgrupos. O que interessa para a pesquisa é o discurso que cada interlocutor produziu. Dessa forma, os nomes reais não são uma necessidade a ponto de prejudicar de alguma maneira a qualidade do trabalho (CAMPOS, 2015, p. 26).

Em consequente, foram realizadas entrevistas direcionadas aos representantes do poder público. Neste grupo, foram entrevistados: servidores da FUNAI – Coordenação Regional (CR) de Palmas, FUNAI-Sede Brasília, Ministério do Meio Ambiente (MMA), organizadores e colaboradores dos cursos de Formação para PNGATI/Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Projeto GATI, consultor técnico e consultora do núcleo regional Amazônia Cerrado. Essas entrevistas, também, foram pautadas, no DSC.

É importante ressaltar que a quantidade de entrevistas a se realizar está interligada a fatores como: **a)** a natureza do problema; **b)** do número dos diferentes ambientes que forem considerados relevantes; e, ainda, **c)** dos recursos para a execução da pesquisa. Logo, um grande número de entrevistas não seria revertido, necessariamente, em uma maior qualidade do trabalho, nem uma apreensão mais detalhada da realidade (BAUER; GASKELL, 2002).

Para os autores, numa situação de investigação, utilizando como recurso metodológico entrevistas, quando essas permanecem todas iguais, mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade, ou levam a uma compreensão mais detalhada do objeto pesquisado. É o que os autores chamam de ‘saturação’ ou ‘critério de finali-

zação'. É quando a investigação de diferentes representações não acrescenta mais nada de novo na pesquisa.

Ainda para os autores, esse fenômeno é percebido quando temas comuns começam a aparecer com frequência e, progressivamente, o pesquisador sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno. Assim, percebe-se que não aparecerão novas surpresas ou percepções sobre o objeto pesquisado.

Após o processo de investigação de campo, foi realizada uma análise dos dados coletados a partir da análise de conteúdo. Para Bardin (2011), o método consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Assim, esse método permite uma análise dos significados daquilo que está contido em alguma forma de comunicação. Este é o ponto fulcral do método: a inferência de conhecimentos a respeito do emissor da mensagem e seu meio, levando a uma interpretação do que está implícito na mensagem.

Bauer e Gaskell (2002) explicam que, sempre que houver a necessidade, pode-se requerer de acordo com o objeto de estudo, uma pluralidade metodológica. Portanto, para este trabalho, optamos como método para a coleta de dados, o DSC, de Lefèvre e Lefèvre (2005), e como recurso analítico para os dados coletados, a análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2011).

Dessa forma, o objetivo é verificar, a partir dos dados obtidos, como aconteceu a implantação do Projeto GATI na TI Xambioá, como instrumento de efetivação da PNGATI. Essa verificação será possível a partir da confrontação dos dados coletados com o estudo teórico da política e do projeto GATI.

3 OS KARAJÁ-XAMBIOÁ

Conhecer os aspectos históricos, sociais e culturais dos Karajá-Xambioá é fundamental para este trabalho. Saber como viviam e o que mudou em sua organização social e cultural ao longo dos séculos é basilar para que entendamos o processo de implantação de uma política pública (macro) a PNGATI, por meio de um ação piloto (micro) o projeto GATI na Terra Indígena (TI) Xambioá, por se tratar de uma ação que atinge diretamente o povo Karajá-Xambioá.

3.1 ORIGEM, HISTÓRIA E ASPECTOS SOCIO-CULTURAIS

3.1.1 De onde veio o povo Karajá?

Para início de conversa, precisamos saber de onde veio o povo Karajá. Os relatos míticos retratam que moravam numa aldeia, no fundo do rio, onde viviam e formavam a comunidade dos *Berhatxi Mahādu*, ou povo do fundo das águas. Satisfeitos e gordos, habitavam um espaço restrito e frio. Interessado em conhecer a superfície, um jovem Karajá encontrou uma passagem para *inysèdena*, "lugar de onde veio a mãe da gente" (TORAL, 1992, p. 145). Fascinado pelas praias e riquezas do Araguaia e pela existência de muito espaço para correr e morar, o jovem reuniu outros Karajá e subiram até a superfície.

O povo Karajá-Xambioá retrata essa passagem do fundo do rio para a superfície, conforme relatos dos anciões da comunidade:

[...] ele veio do fundo da água. Veio um homem. Foi a primeira vez. Ele saiu para cá para a terra. Aí ele disse que aqui ele viu muitas frutas, muitas coisas boas e depois o homem retornou lá para o fundo da água, aonde ele falou com seu povo para eles saírem, virem para cá para a terra, e aí, no meio dessa família, tinha um homem que era gordo. Aí ele só fez mostrar a sua cabeça e o corpo não deu para sair. Aí ele retornou de novo para o fundo do subterrâneo. Por isso nós Karajá gosta de morar na beira do rio Araguaia, porque saímos de lá (*informação verbal*)¹.

O povo Karajá vivia na água, era uma aldeia bem grande, todo mundo vivia feliz, um dia um jovem índio veio espiar o que tinha aqui em cima e viu muitas coisas, as passáros as árvores e achou tudo bonito. Ele voltou e chamou os outros para vir aqui em cima [...] todo mudo veio e até hoje a gente não conseguiu voltar [...] aqui,

¹ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista I**. [dez. 2014]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-lyty*, 2014. 1 arquivo .m4a (60 min.).

desse lado de cá tinha muitas coisas ruins e muitos índios morreram de doença ... (*informação verbal*)^{2,3}

Após a saída das profundezas das águas do rio Araguaia, o povo Karajá resolveu se espalhar rio acima e rio abaixo. O herói mitológico que saiu do fundo do rio pela primeira vez e que viveu entre eles, casou-se com uma moça Karajá e foi morar na aldeia do céu, cujo povo, os *Biu Mahãdu*, os ensinou a fazer roças..

[...] depois que nós saiu da água ficamos andando seguindo o rio e procurando a nossa aldeia. Por isso, tem Karajá na ilha e Karajá aqui em baixo. Esse índio que saiu da água primeiro, ele casou com uma índia que morava no céu [...] foi o povo de céu que ensinou nós a fazer as roças (*informação verbal*)⁴

O movimento do povo Karajá na superfície da terra em que vivem desde que miticamente saíram das profundezas é descrito como sendo continuamente orientado para o “alto”, *ibòdòdò*, *i.é.*, para o sul, para o alto curso do Araguaia. Esse movimento em direção ao alto curso do rio fez-se provavelmente a partir de um ponto original de dispersão situado, ao que tudo indica no baixo Araguaia, provavelmente próximo à sua foz no Tocantins (TORAL, 1992, p. 16–17).

² KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista II**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2015. 1 arquivo .m4a (40 min.).

³ Nesta pesquisa, não será utilizado o termo “Índio”, por ser termo impróprio aos povos originários do Brasil (exceto em citações diretas).

O *Esboço de hum Dicionário Jurídico*, de Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, de 1827, diz que: “Índios se dizem os habitantes da Índia. Como á America, ou Novo Mundo se deo também, posto que impropriamente, o nome de Indias Occidentaes, extendeo-se o nome de Índios aos naturaes da America” (SOUSA, 1827, p. I N D/P 3) .

Serão utilizados os termos “povos originários” ou, simplesmente, “indígena”, que nada tem a ver com o termo “Índio”.

Segundo o **Dicionário Houaiss**, Indígena (do latim) quer dizer “natural do lugar em que vive, gerado dentro da terra que lhe é própria”. É a soma do prefixo “in” (endo ou movimento para dentro) + gena (gen ou gerar).

O termo “índio” "foi uma criação dos colonizadores europeus no processo de dominação [...] e não reflete a grande diversidade de comunidades e culturas que compõem os povos indígenas brasileiros"(DANTAS, 2008, p. 6241).

Segundo uma definição técnica das Nações Unidas, de 1986, "as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos"(ONU, 1986 apud BANIWA, 2006, p. 27).

⁴ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista II**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2015. 1 arquivo .m4a (40 min.).

3.1.2 A dispersão do povo Karajá longo do Rio Araguaia

Fontes históricas (Campos, Ehrenreich, Krause, Nimuendajú e outros) retratam que os Karajá estão nas margens do rio Araguaia há pelo menos cinco séculos. As primeiras informações sobre a localização do grupo, que datam do final do século XVI, caracteriza-os como habitantes do baixo e médio curso desse rio. Segundo Ehrenreich (1891, p. 20), os Karajá são mencionados pela primeira vez por ocasião de uma expedição de caça ao "índio", empreendida pelo bandeirante paulista Antônio Pires Campos, que partiu de Cuiabá, por volta de 1684, descendo o rio das mortes até o Araguaia.

Naquela época, já se utilizavam termos para distinguir os subgrupos entre os Karajá, que habitavam locais diferentes ao longo do rio Araguaia. Ehrenreich caracterizava esses subgrupos em hordas⁵ e descreve o povo Karajá da seguinte forma:

Os Karajá do Araguaia dividem-se nas três grandes tribos dos Javahé, Karajahi⁶ e Xambioá, ao todo uns 4000 indivíduos. Os primeiros habitam o interior da ilha do Bananal [...].

No braço ocidental do Araguaia, no território do trecho navegável que vai de S. José, a jusante da boca do Crixas [...] moram os Karajahi [...].

A terceira das grandes hordas karajá é a dos Xambioá [...] Possuem quatro aldeias grandes entre a corredeira de Pau D'arco e a grande cachoeira da São Miguel. (EHRENREICH, 1891, p. 25–27)

Mais adiante, Krause (1911, p. 178) distingue os Karajá:

Distingo as seguintes três hordas dos Karajá: os Xambioá, no trecho encachoeirado; os Javahé, na ilha do Bananal; os Karajá propriamente ditos, no Araguaia, a oeste e ao sul da ilha do Bananal.[...]

Toral também aponta essa subdivisão entre os Karajás, a saber:

[...] se divide entre os que vivem em “baixo” (no baixo Araguaia), os Karajá do Norte, e os que vivem mais para o sul, os do “alto”, que são os Karajá e os Javaé.

[...] os Karajá do Norte, também conhecidos como Xambioá são tradicionais habitantes do baixo curso do Araguaia, próximo à sua foz no Tocantins. Os Javaé, concentram-se ao longo do rio que leva o nome do grupo, o braço menor do Araguaia, formador da Ilha do Bananal. Os Karajá propriamente ditos se localizam ao longo do médio e alto curso do Araguaia (TORAL, 1992, p. 15–16).

⁵ Segundo o Dicionário *Houaiss* a palavra Horda significa: **sf (fr horde)- 1** Tribo nômade, selvagem, que vive nos campos, florestas etc

⁶ Ehrenreich, em 1888, introduz a denominação *Carayahí* para todos os índios Karajá do Araguaia, a oeste e ao sul da ilha do Bananal; [...] no entanto, essa denominação não se tornou usual no Brasil [...] (KRAUSE, 1911, o. c. 179–180 e *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 77, p. 186–187).

Anciões do povo Karajá-Xambioá retratam a subdivisão do povo Karajá, conforme relatos, "[...] O nome que foi falado pra esse povo foi o Karajá, mas só que são diferente. Tem o *Ixy biowá*, tem o *Ixy rankã*, tem o *Ixy mahãdu*. Tudo com *Ixy*. *Ixy* significa povo [...]" (*informação verbal*)⁷

Segundo Toral (1992, p. 17–18), os Karajá atuais narram que vieram efetivamente de “baixo” (do norte), situando o ponto original de dispersão na ponta norte da Ilha, que é uma localização posterior. Em data muito anterior a 1500, parte considerável dessa população Karajá do baixo Araguaia passa progressivamente a se dirigir para o sul, desligando-se dos demais, e estabelece-se no seu médio curso, na altura da Ilha do Bananal.

Relatos de anciões do povo Karajá-Xambioá demonstram o processo de deslocamento do povo Karajá ao longo do rio Araguaia.

[...] o povo Karajá tiveram uma divisão, aí pra lá é Karajá de cima e prá cá Xambioá, fizeram essa divisão [...] a brincadeira de Aruanã foi começada aqui, *Hetohokã* foi começada aqui, daqui que foi pra cima, aqui aonde o tronco perdeu mais os de lá ainda hoje eles brincam [...] derradeiro *hetohokã* foi numa ilha [...] aí os Karajá se separou e começou a diminuir e deixaram de brincar, aonde os Karajá lá de cima da ilha do bananal, eles ajudavam a brincar e aí eles começaram a pegar a ninhada das brincadeiras, até as cantigas elas é tudo daqui, eles gravaram e lá eles cantam a cantiga do Aruanã [...] (*informação verbal*)⁸

Segundo Toral (1992, p. 17), essa diferenciação dos três grupos atuais é resultante da separação de partes deste povo em sucessivos deslocamentos de população para o sul. Fontes do final do século XVI e início do XVII já descrevem o baixo e médio Araguaia como habitado por “*Caraiáúnas*” ou “*Carajaúna*”, designações Tupi para os Karajá. Trechos retirados dos escritos de Ehrenreich dão conta de gravuras registradas pelos Karajá, possivelmente do povo Xambioá, na ilha dos Martírios no século XVI, localizada atualmente entre os municípios de Xambioá e Ananás, em território Tocantinense.

As gravuras rupestres da chamada Ilha dos Martírios, entre a Carreira Comprida e a Cachoeira Grande, são, em todo caso, obra de seus antepassados. Uma vez que já os primeiros exploradores mencionam essas “inscrições” como documentos muito antigos, é certo que os Karajá habitam essas regiões pelo menos desde o século XVI (EHRENREICH, 1891, p. 27).

⁷ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista II**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

⁸ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista III**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2016. 1 arquivo .m4a (90 min.).

Dessa forma, acredita-se que os Karajá nunca se afastaram daquilo que consideram seu território tradicional, mesmo depois da ocupação de uma boa parte dele pelos brasileiros. Ao contrário: a fundação de núcleos pioneiros no alto Araguaia serviu como um fator a mais para o estabelecimento de aldeias nessa região (TORAL, 1992, p. 15).

3.1.3 Primeiras Descrições dos Karajá-Xambioá

Existem poucos trabalhos publicados sobre os Karajá que habitam o norte do Araguaia. O primeiro estudo sobre este povo, com consistência (que se tem conhecimento), é o do professor Paul Max Alexander Ehrenreich⁹, intitulado "*Beitrag zur Volkerkunde Brasiliens*" (original em alemão)¹⁰. Trata-se de um estudo Etnográfico sobre as etnias Karajá, Yamamadi, Ipuriná e Paumarí. O estudo foi publicado em Berlim, no ano de 1891 no *Museum Fur Volkerkund*. Foi traduzido e publicado no Brasil, em 1948, na *Revista do Museu Paulista*, por Egon Schaden, com introdução e notas de Hebert Baudus, sobre o título "*Contribuições para a Etnologia Brasileira*". O segundo estudo sobre o povo Karajá Xambioá (e também o mais recente) é de Andre Toral de 1992, intitulado *Cosmologia e Sociedade Karajá*.

Os Xambioá são mencionados pela primeira vez, com este nome, por Castelnau, em 1844. Depois, por Rufino, em 1846, e por Ehrenreich (1891). Essa denominação era a empregada, com exceção de Coudreau, que torna a chamar os Xambioá de "Karajá". Já Toral (1992, p. 15) classifica os Xambioá como "Karajá do norte".

Segundo Ehrenreich (1891, p. 27), foi Castelnau (1844) quem deu as primeiras notícias mais ou menos exatas sobre o povo Xambioá. Segundo o autor, os relatórios de Castelnau apresentavam os Xambioá em quatro aldeias grandes entre a Corredeira Pau d'Arco e a grande Cachoeira de São Miguel. Já Toral (1992, p. 26), também citando Castelnau (1844), relata que o povo possuíam três aldeias grandes, sendo elas: Semacelho, Almeida e Bento.

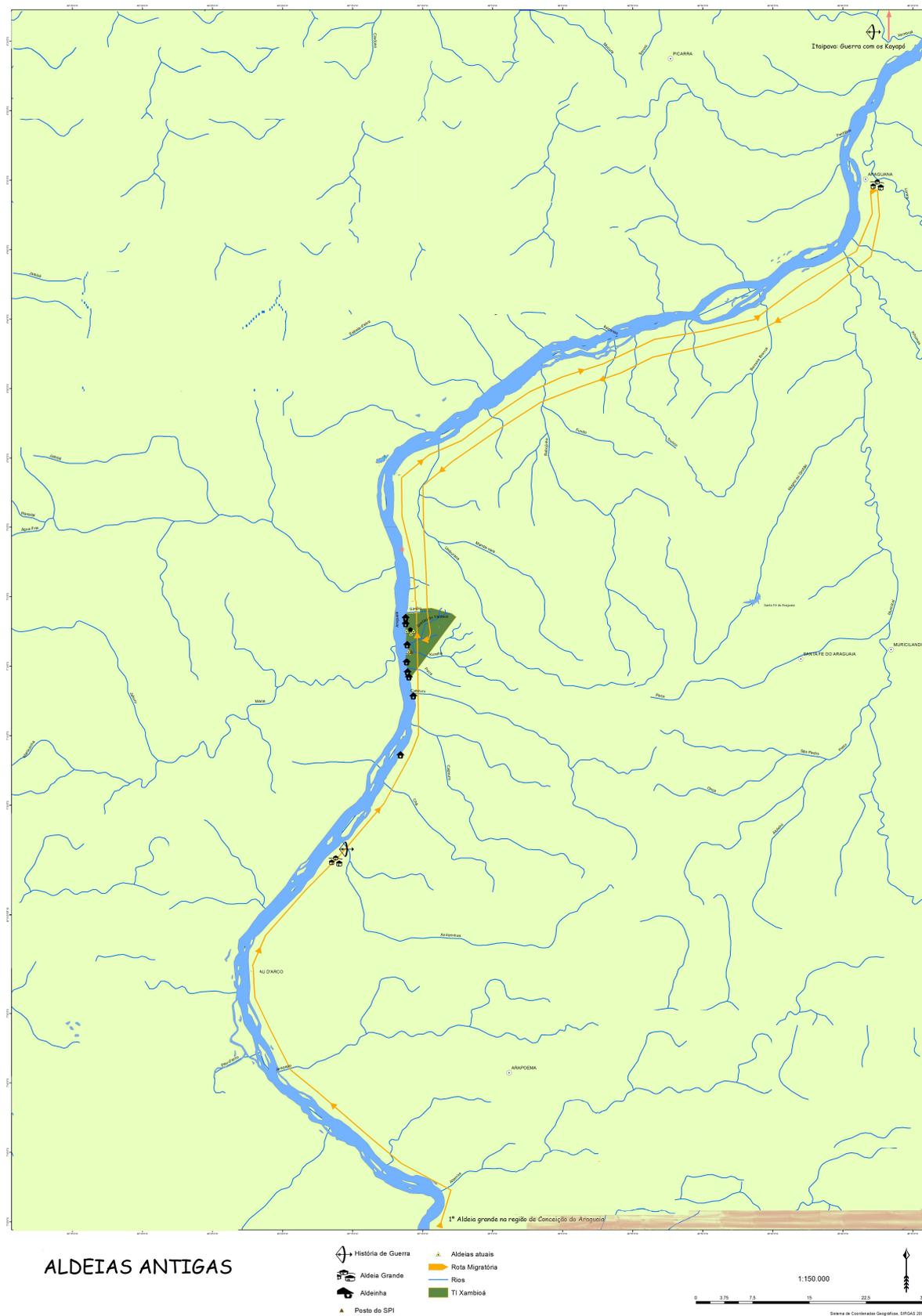
Os relatos dos próprios Karajá-Xambioá indicam que o seu povo dividia-se em três aldeias grandes e oito aldeias com pequenos grupos. A *Primeira Aldeia Grande* ficava na região da atual cidade de Conceição do Araguaia/PA, acima da cachoeira do Joncon, no trecho encachoeirado. A *Segunda Aldeia Grande* era na barreira, abaixo do atual município de Pau D'arco/TO, próximo ao córrego Andorinha. A última, *Terceira Aldeia Grande*, era perto da atual cidade de Araguaianã/TO. As aldeinhas, com pequenos grupos, localizavam-se sempre próximas aos córregos e nascentes, entre as grandes ¹¹.

⁹ Ehrenreich (1855–1914) nasceu na capital da Prússia, em 1855. Chegou ao Brasil em 1884. Em 1888, realizou uma expedição ao Araguaia, onde estudou o povo Karajá. (BALDUS, 1948, p. 7).

¹⁰ Versão original (em Alemão) disponível no site <<http://etnolinguistica.wdfiles.com>>

¹¹ Os locais das aldeinhas (Figura 1) foram apontados pelos anciões do povo Karajá-Xambioá, durante trabalho de etnomapeamento, realizado junto àquela comunidade, em 2016.

Figura 1 – Mapa da Aldeias antigas dos Karajá-Xambioá



Fonte: (CARDOSO; LIMA; AIRES KARAJÁ, 2016)

3.1.4 O contato dos Xambioá com os “brancos” (*tori*)

O contato dos Xambioá com os “brancos” se deu pelas expedições que se dirigiram à região do médio curso do Araguaia e da sua confluência com o Tocantins, entre o século XVI e XVIII, para captura de escravos e pesquisas minerais (TORAL, 1992, p. 34). Um quadro, apresentado pelo autor, revela expedições dirigidas aos “Carajaúna” (provavelmente os Karajá), em 1598, conforme mostra o quadro abaixo¹². Segundo o autor, nessas expedições, haviam militares, missionários e pesquisadores.

Tabela 1 – Expedições de captura de escravos e pesquisas minerais que se dirigiam ao Araguaia. Sécs. XVI-XVIII.

	Grupos Atingidos	Data	Fonte
Pero Domingues ou Pedro Domingues	“Carajaúna” (provav. Karajá)	1598/1600	1
		1613	7
Sebastião Marinho	Desconhecidos	Anterior a 1600	1
Domingos Rodrigues	Desconhecidos	1600	1
Martim Rodrigues	“Carajaúna/Bilreiros” (Kaiapó)	1608-13	6
André Fernandes	Apuatiara (Kaiapó)	1613	7
Antonio P. Alvarenga	Apuatiara (Kaiapó)	1616	7
Francisco L. Benevides	Desconhecidos	1665	7
Manoel Côrrea	Araé	1670	3
		1719	4
Luiz Castanho de Almeida	Desconhecidos	1671	7
Antonio Soares Pai	Desconhecidos	1671	7
Bartolomeu B. Siqueira	Desconhecidos	1671	7
Francisco Ribeiro de Moraes e Francisco Lopes Bernardes	Desconhecidos	Séc.XVII	1
Bartolomeu Bueno da Silva (“Anhanguera”)	Araé	1682	3, 4
Antonio Pires de Campo	Karajá, Araé	1684	2
Antonio Pires de Campo, o filho	Karajá	1740-50	2
João de Godoy Pinto da Silveira	Tapirapé	1746 (aprox.)	4

Fonte: (TORAL, 1992, p. 34)

Para Ehrenreich (1891, p. 20–21 e 27), as expedições que fizeram os primeiros contatos com os Karajá são: **a**) a “célebre expedição de caça ao índio”, do bandeirante paulista Antônio Pires Campos, de 1684, já mencionada neste estudo; e **b**) as expedições de 1740 e 1750 do filho do referido bandeirante, de mesmo nome. Depois disso, foi realizada a expedição de Alferes José Pinto da Fonseca, de 1775, para estabelecer relações pacíficas. É nesse período que, segundo o autor, se estabelece colônias no território dos Xambioá. Os Xambioás mantinham intercâmbio comercial com os poucos batalhões

¹² **Fontes:** 1. Chaim: 1974, 18-19; 2. Ehrenreich: 1948, 20; 3. Silva e Souza: 1849, 431-435; 4. Alencastre: 1864, 23-24, 79, 82; 5. Almeida: 1868, 27; 6. Ferreira: 1977, 425. 7; 7. Monteiro: 1985, 236-237; 8. Baldus: 1970, 41 (TORAL, 1992, p. 34).

que ali passavam, de quatro a seis vezes por ano, ou com as pequenas embarcações que mantinham comunicação com São Vicente.

Para Toral (1992, p. 28), a partir do final do séc. XIX em diante, os efeitos dos choques com guarnições militares dos “presídios” (construídos na região para vigiá-los e garantir a navegação), da repressão promovida por missionários capuchinhos, aliados à violenta aparição de epidemias, causaram o desmoronamento da população dos Xambioá e uma mudança na composição dos grupos. Aproximadamente 2.000 pessoas, em 1842, declinam para 1.350, em 1887, para 60 (sic!), em 1940, e para 40 pessoas, em 1959, número mais baixo que jamais atingiram.

Tabela 2 – Quadro População e aldeias Karajá do Norte nos séculos XIX e XX.

Data	população	nº. de aldeias	fonte
1842	2.500 – 2.800	3	Castelnau
1848-9	3.600 (*)	3	Segurado
1859	950	4	Alencastre
1887	1.350 (*)	4	Ehrenreich
1930	-	8	Toral
1940	60	1	Nimuendaju
1959	40	1	S.P.I.
1977-78	66	1	Funai
1980	76	1	Funai
1982	102	1	Toral
1987	135	2	Maia

Fonte:(TORAL, 1992, p. 28)

A discrepância entre os dados, fornecidos pelas fontes utilizadas por Toral, foi alvo de comentários do autor, conforme consta em nota de rodapé¹³.

¹³ Toral, em seu trabalho *Cosmologia e Sociedade Karajá*, faz observações sobre os resultados discrepante da população Xambioá:

1844 - relativamente confiável. Uma outra interpretação de seus dados tomando por base de cálculo uma casa/6 hab. Somaria 1.670 pessoas.

1847/8 - Pouco confiável. A estimativa total da população foi feita segundo critério 1 casa/6 habitantes. O número elevado resultante pode indicar que as casas não foram contadas uma a uma e sim “estimadas”. Dados divergentes dos de Castelnau e Alencastre.

1859 - Confiável. Dados constantes do relatório do presidente da província, provavelmente coletados em meados da década de 50. Acompanha nome das aldeias e de seus caciques.

1887 - Confiável. A estimativa do total da população foi feita por mim, segundo o critério mencionado acima, a partir do número de casas. Dados de campo coletados com muito cuidado.

1930 - Dados coletados por mim em 1982, segundo depoimentos cruzados de diversos informantes.

1940 - Confiável. Dados provavelmente coletados por funcionários do S.P.I. e divulgados por Nimuendaju, que, aliás, nunca esteve com o grupo.

1959- Confiável. Contagem individual com nomes, idade e grupos domésticos, feita provavelmente pelo chefe de Posto.

1977- Confiável. Idem.

1980- Confiável. Idem.

1982- censo individual, com grupos domésticos, idade e nomes [...].

1987- Confiável. Censo individual, com grupos domésticos."(TORAL, 1992, p. 28–29)

Os anciões Karajá-Xambioá atribuem a substancial diminuição do seu povo principalmente às doenças epidemiológicas, como: catapora, sarampo, febre amarela e outros. O contanto com os brancos os expôs a muitas doenças, conforme relatos:

Entrou a doença nos índios. Os índios não conheciam a doença: a lastrina, catapora, diarreia, gripe. Isso que matava muito índio. A cada noite, morria 5 a 6 meninos. Não sabia como cuidar, aí mandava banhar. Quando era a catapora, saía era para dentro porque não tinha como tratar. Até gente grande mesmo morria. E aí o povo foi se acabando... se acabando, até quando chegou só os resto para cá (*informação verbal*)¹⁴

[...] a primeira vez que os índios comeram sal, aí adoeceram com febre e diarreia [...]. Morreram muito. Antes não tinha doença. Quando o branco começou a entrar e eles [os indígenas] começaram a comer sal aí pegaram a adoecer. Aí morreram muito (*informação verbal*)¹⁵

Outra situação a ser levada em consideração, segundo relatos dos anciões Xambioá e fontes históricas, eram os conflitos com outros povos inimigos, como os Xavante, Xerente, Kaiapó, Apinajé, Krahô e outros. Segundo relatos, o território ocupado pelos Karajá-Xambioá era extenso. Seguiu desde a atual cidade de Conceição do Araguaia/PA, chegando até o território dos Apinajé, próximo a atual cidade de Tocantinópolis/TO. Essas migrações os levavam a passar por território de outros povos e isso implicava em conflitos. Fonte histórica confirma as migrações: "As suas excursões de caça levam-nos, no entanto, além da Cachoeira Grande; outrora chegavam mesmo ao território dos Apinajé até as proximidades da atual povoação de São Vicente, de onde foram rechaçados pela crescente colonização"(EHRENREICH, 1891, p. 27). Os Xambioá relataram histórias de conflitos, dentre eles, com os Apinajé.

Os Karajá eram muitos e aí eles saíram guerreando com os índios: com os Xavante, Xerente, Kaiapó, Apinajé, Krahô. Tudo eles brigou [...]. Os Karajá matou muito Apinajé e eles também mataram muito dos Karajá. Eles falavam que os Karajá era mole para o rumo de mulher. Aí eles enganaram os Karajá com mulher. Diz que cataram as mulheres mais bonitas da tribo deles e levaram para os Karajá. Aí disse que cada índia foi agarrando um homem Karajá, e cada uma pegou um e foi catando os piolhos deles, até que eles adormeceram de tudo. Aí os Apinajé atacaram e mataram muitos. Só deixaram um para contar história. Para ir levar a notícia na aldeia. Aí chegou na aldeia e contou que os índios tinham morrido tudo, que os Apinajé tinha matado. O nome dos Apinajé pra nós é *wybinole*, Kaiapó é *Karalahu*, os Xavantes é *Kuruça Inyrodu* (*informação verbal*)¹⁶

¹⁴ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista III**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2016. 1 arquivo .m4a (60 min.).

¹⁵ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista IV**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-Lyty*, 2016. 1 arquivo .m4a (90 min.).

¹⁶ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista III**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2016. 1 arquivo .m4a (60 min.).

3.1.5 O massacre dos Xambioás

Dados de Giraldin (2002, p. 9–15), dão conta de um episódio intrigante ocorrido com os Karajá-Xambioá que, também, pode ter contribuído para essa perda populacional. Trata-se de um massacre, em 1873, empregado por um grupo de onze homens, comandados pelo missionário capuchinho Savino de Rimini. O massacre aconteceu devido a uma acusação do missionário de que os Xambioá haviam roubado sal de uma embarcação da Companhia de Navegação Fluvial do Araguaia, que havia sofrido avarias na passagem pela cachoeira de São Miguel. Na impossibilidade de ser consertada e seguir viagem, o sal foi desembarcado em uma praia da ilha do campo, ficando sob responsabilidade do religioso.

Após o suposto roubo do sal, o Frei decidiu recuperá-lo. Para tanto, deliberou ir até a aldeia, acompanhado de um tenente, quatro soldados e mais seis civis, todos armados e municiados com cinquenta cartuchos de bala cada um. Porém, existem três versões contadas pelo Frei sobre o massacre dos Xambioá, conforme indica o autor.

Na primeira versão dos fatos, o Frei Savino de Rimini, em correspondência enviada do Aldeamento Xambioá, em Agosto de 1873, no calor dos acontecimentos, logo após o confronto, relata o seguinte: “graças a Divina Providência não tive de lastimar entre minha pera gente, nem um so ferido, e dos Indios regulo uns 30 mortos, e outros tantos feridos”¹⁷ (GIRALDIN, 2002, p. 11).

A segunda versão dos acontecimentos foi contada de próprio punho do religioso (escrita muitos anos depois pelo Frei, já na Itália, e publicada em seu livro *Tra i Salvaggi dell’Araguaya*) e relatada por Giraldin:

Frei Savino de Rimini seguiu, durante a noite, até a aldeia, [...], Frei Savino questiona Deriodó pelo roubo do sal. Este afirma não saber do fato, atacando-o, ainda segundo o missionário, com uma borduna pequena que trazia na canoa. Esquivando-se, Frei Savino de Rimini entra em luta corporal com o cacique. Um dos homens do Frei arma-se com um facão e golpeia Deriodó, pelas costas, na altura dos rins [...] Em seguida, quebra-lhe a espinha dorsal com uma pancada. Deriodó caiu ficando pendurado na canoa.

Os guerreiros da aldeia, ao perceberem que Deriodó havia sido morto, armaram-se para atacar o Frei e sua comitiva. Savino de Rimini ordenou aos seus homens que disparassem. Os soldados e os à paisana dispararam duas descargas de fuzil. Os Xambioá recuaram. Savino de Rimini ordenou, então, que seus “homens” saíssem e procurassem pelo sal roubado. Eles andaram pelas casas da aldeia e, todavia, nada encontraram. Os Xambioá organizaram-se dividindo suas forças por terra e por água, para impedir a fuga dos atacantes. A luta recomeçou e permaneceu por mais de seis horas. Segundo o Frei “*dei selvaggi ne caderro fulminatti parechi; ma non ci fu dato di saperne il numero*

¹⁷ Arquivo dos Capuchinhos da custódia do RJ. Séc. XIX. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – USP. Microfilme 3, fotograma 849. (GIRALDIN, 2002, p. 11).

[dez selvagens caíram fulminados parece; mas não foi dado saber o número](p. 146). Entre os soldados, “*noi uscimmo prodigiosamente illesi; nessun morto dei nostri, nessun ferito...*[nós saímos prodigiosamente ilesos; nenhum morto entre nós, nenhum ferido] (idem) (GIRALDIN, 2002, p. 11–12).

A terceira versão (transcrita abaixo) consta nos autos do processo, que foi movido pela justiça da cidade de Goiás (então capital da Província) contra Frei Savino e seus companheiros.

Durante o julgamento, realizado sem a presença de júri popular, Frei Savino assumiu toda a responsabilidade sobre o episódio. Alegou perante a corte que ele e seus homens haviam agido em legítima defesa. Foram ouvidas cinco testemunhas, sendo que nenhuma delas era Karajá-Xambioá. Somente uma das testemunhas afirmou que três índios haviam sido mortos. Para os demais, apenas o chefe Deriodó fora morto. A maioria das testemunhas, afirmou que o golpe desferido contra Deriodó fora desfechado por um criminoso (Joaquim Florentino) que cumpria sua pena no “desterro” do aldeamento dirigido por Frei Savino. Na ocasião do processo, todas as testemunhas afirmaram que Joaquim já havia morrido.

Uma testemunha (Augusto Alves de Castro, 23 anos) foi questionada sobre a razão pela qual Frei Savino havia anunciado o grande número de mortos (perto de 30). Ele respondeu que os soldados costumavam usar a tática de exagerar para aumentar a sua proeza. Questionado sobre o mesmo assunto, Frei Savino respondeu que este número, de 30 mortos, fora dado por seus soldados e que ele não vira exatamente o que aconteceu no episódio, pois havia ficado longe dos acontecimentos (GIRALDIN, 2002, p. 12–13).

Contudo, relatos de um ancião Karajá-Xambioá, fundador das atuais aldeias *Kurehê* e *Hawa-tymara*, demonstra sua versão dos fatos. A versão de que os Xambioá foram atacados e mortos a mando do Frei, reforçando indícios de que o massacre realmente aconteceu. Esse massacre pode ter contribuído para a descomedida diminuição da população Xambioá, bem como para sua pulverização ao longo rio Araguaia.

O massacre dos Xambioá foi na boca do Tapirapé. Foi e aconteceu mesmo a história do padre. O padre botou os homens para atacar os Xambioá e matou um bocado deles. Não sei quantos foram. Mataram muito índio. E os outros que não morreram correram para o mato. Aí dessa carreira que vieram e começaram a morar para esse rumo de cá (*informação verbal*)¹⁸.

A Figura 2 a seguir ilustra o massacre sofrido pelos Xambioá.

¹⁸ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista III**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2016. 1 arquivo .m4a (60 min.).

Figura 2 – Revista “Semana Ilustrada” - desenho sobre o massacre.



Fonte: Revista *Semana Ilustrada*, nº 239. Arquivo da Biblioteca Mario de Andrade, São Paulo. Seção Multimeios.

Fonte: Revista *Semana Ilustrada*, nº 239. Arquivo da Biblioteca Mario de Andrade, São Paulo. Seção Multimeios apud (GIRALDIN, 2002, p. 14)

Vale destacar os escritos de Ehrenreich (1891, p. 28): “Nem sempre têm sido muito pacíficas as relações entre os Xambioá e os colonos. Entretanto, como já foi verificado por Castelnau, esses índios não merecem a má fama que naquele tempo tinham entre os goianos. A culpa principal dos crimes cometidos cabe, em todo caso, ao adventício”.

Além disso, os escritos ainda descrevem como eram as recepções dos Xambioá às embarcações, quando consentidas por eles:

As recepções no pôrto são, em regra, extraordinariamente pitorescas. Acodem bandos de homens nus e pardos, muitos deles com singulares pinturas em preto e vermelho, o rosto frequentemente coberto de espessa camada de fuligem, uns ostentando na cabeça bonitos diademas de plumas, outras com a longa cabeleira em rabicho enfeitado de penas de arara agitadas pelo vento. Todos vêm armados de longas lanças ornadas de plumas, e de maças, arcs e flechas. Parlateia-se sem gritaria selvagem, mas com digna serenidade; os adventícios exibem

primeiro as suas armas de fogo, chamando especialmente a atenção dos selvagens para as armas de carregar pela culatra e revólveres que tenham consigo e que nunca deixam de causar profunda impressão. O cacique professa repetidamente: "Karajá amigo tori (=branco), aí mentira não tem!" e logo se inicia a permuta de objetos (EHRENREICH, 1891, p. 28).

Após esses colidentes contatos, é certo que os Karajá-Xambioá acabaram por se dispersarem, ficando vulneráveis em menores grupos, seja na sua captura pelos militares, missionários ou em combates com seus inimigos. Estes, também destacados por Ehrenreich. Segundo o autor, os Xambioá "Aferram-se à mais implacável inimizade com as tribos - Kaiapó, Kradahó e *Uxikring*" (EHRENREICH, 1891, p. 27).

3.1.6 Os Xambioá a partir da *Aldeia do Posto*

Segundo informações de Toral (1992, p. 30), a partir da década de 40, com a substancial diminuição e dispersão dos Xambioá, ao longo do rio Araguaia, os representantes do Serviço de Proteção Indígena (SPI) passaram a atuar no sentido de reunir essa população em um só ponto, nas proximidades do local denominado Água Fria. Esse era o nome de um tributário da margem esquerda do Araguaia, ao norte dos limites da atual TI, onde o órgão estabeleceu um posto, que posteriormente seria a *Aldeia do posto*.

Narrativas foram encontradas nas notas de Baldus (1948, p. 21) que vão de encontro a esta informação:

Segundo me comunicou meu saudoso amigo Curt Nimuendajú que, em 1940, tinha feito uma viagem ao Araguaia, em carta datada a 1 de dezembro do mesmo ano, existem então ainda cerca de sessenta Xambioá. Na Revista dominicana *Mensageiro do Santo Rosário*, ano XLVII, n. 2, Rio de Janeiro, junho de 1944, pág. 611, encontramos a seguinte notícia: "Na Água Fria, à margem direita do Araguaia, a umas 35 léguas ao norte de Conceição, o S. P. I. está também organizando um pequeno Pôsto para o grupo de carajás cristãos que ainda aí existem, descendentes dos célebres Chambioás. Os filhos desses índios foram todos ensinados e educados pela Missão Dominicana, em Conceição."

Praticamente desde a instalação dos indígenas remanescentes na *Aldeia do Posto*, um grupo, liderado pelo capitão Manuel Achurê, tornou-se predominante no controle da política interna e no controle da relação com o SPI e, posteriormente, com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Controlavam não só o fluxo de bens, oportunidades de empregos e vantagens proporcionadas pelo órgão federal, mas também os assuntos que diziam respeito a toda comunidade como: venda de madeira da TI Xambioá - territorialmente definida desde 1960 -, comércio com regatões (permissão

para venda de pinga, permissão para atracagem, preços, etc) e outros (TORAL, 1992, p. 30).

O autor da conta de que, nas décadas de 70 e 80, foram realizadas uniões dos Xambioá com pessoas não indígenas da região. Uniões que se explicam, parcialmente, em função da grande distância, em relação às aldeias Karajá mais próximas (mais de 100 km rio “acima”, ao sul) e, também, devido às relações sempre tensas, entre as famílias reunidas na *Aldeia do Posto*. No entanto, se por um lado essas uniões permitiram a recuperação populacional do grupo, por outro, causaram considerável abalo na manutenção de certos aspectos da cultura *Karajá do Norte*. A vida ritual foi muito simplificada, restringindo-se, em 1982, à montagem de algumas fases da cerimônia de iniciação dos rapazes. (TORAL, 1992, p. 31)

O autor descreve, ainda, que, em 1984, o grupo do Achurê se sentiu prejudicado, em função de haver perdido a chefia formal para uma outra liderança, o cacique Borori, escolhido em votação. As tensões decorrentes da utilização da verba, pelo cacique eleito, destinada ao Posto, pela 16^a Delegacia Regional da FUNAI, tornaram-se insuportáveis. Em 1985, o cacique Borori, liderando um grupo de dissidentes, fundaram uma aldeia, a *Kurehê*. Na *Aldeia do Posto* permanecem apenas aqueles que faziam parte do grupo do Achurê, então agrupada em torno da Txuodese (ou Txukó ou, ainda, Maria Floripes), neta de Antonio Achurê e filha de Manuel Achurê.

A ligação que os Xambioá da década 80 tinham com suas lideranças era muito forte. Viam-se como grupos de interesses distintos, facilmente distinguíveis pelos limites dos seus grupos familiares. As uniões com regionais, em certo sentido, serviram para manter a separação entre os grupos e limitar a “mistura” de interesses.

Entretanto, essa ligação aos antigos grupos locais, geralmente compostos por uma única família extensa, permaneceu através da preservação dos nomes de seus líderes, agora transformados em “sobrenome” dos atuais Karajá-Xambioá. Um nome completo típico, hoje em dia, compõe-se do seguinte modo: **a)** prenome em português; **b)** prenome em Karajá; **c)** sobrenome familiar (o nome do líder familiar ancestral); e **d)** acrescido do sobrenome étnico “Karajá”. Ex.: Maria Kunaciru Axuré Karajá. Os nomes dos líderes ancestrais se tornaram um dos poucos vínculos do povo Karajá-Xambioá com sua história, com o seu passado e com sua origem. Assim, mantém-se viva a imagem dos ancestrais por meio dos nomes.

3.2 OS KARAJÁ-XAMBIOÁ HOJE

3.2.1 Localização

O povo Xambioá – também identificado, como *iraru mahãdu* (o pessoal de baixo), em oposição aos demais karajá *ibòdò mahãdu* (os de cima), e denominados também como *ixybiowa* (amigo do pessoal), nome de uma antiga aldeia que existia próxima à foz do rio de mesmo nome, à montante das atuais aldeias (TORAL, 1992, p. 33) –, hoje se autodenominam como Karajá-Xambioá. No passado e no presente a denominação é dada, fundamentalmente, pela sua localização ao longo do rio Araguaia. O rio é o eixo do povo *Iny* e surge como parâmetro inclusive na autodenominação do povo e de suas parcelas.

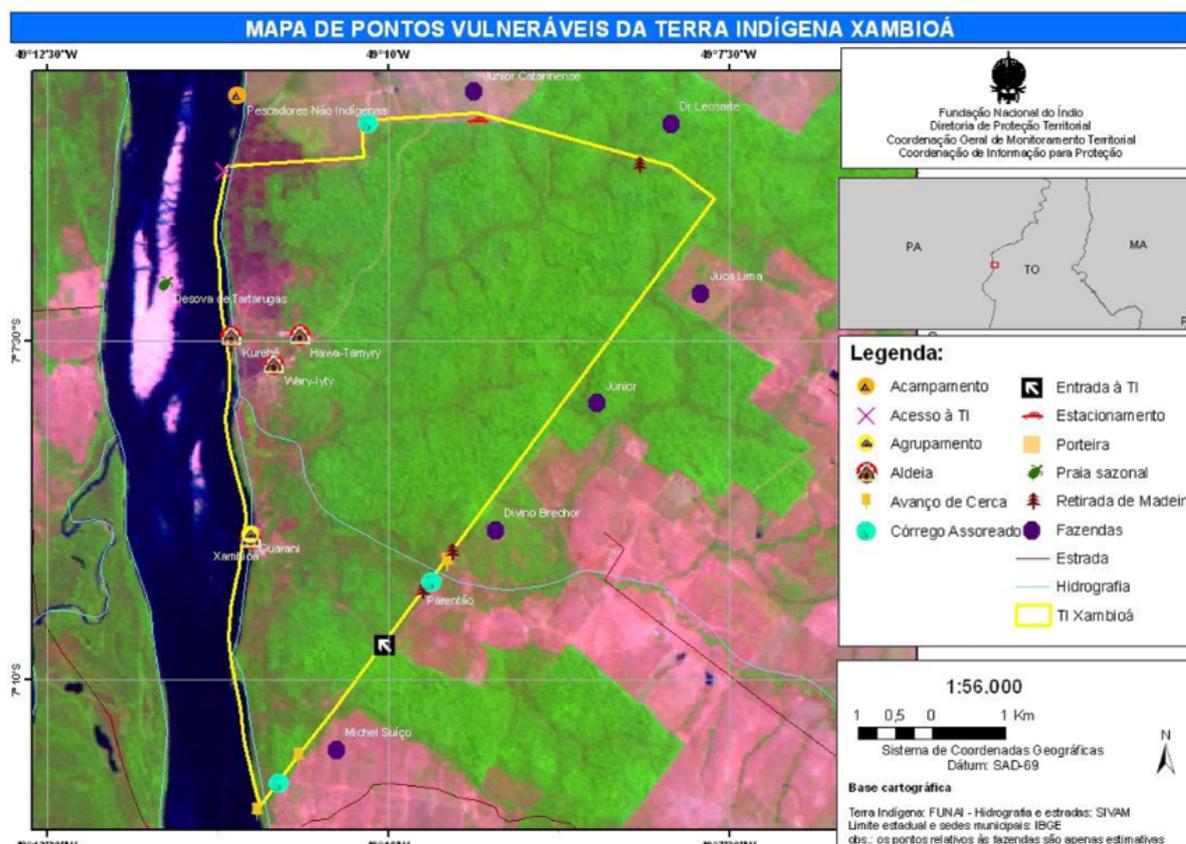
Em 1979, os Karajá-Xambioá, após terem sido reagrupados pelo SPI, na área denominada Água Fria, tiveram a sua TI identificada e demarcada. No entanto, a homologação desta TI só ocorreu 18 anos depois, por força do Decreto Presidencial s/n. de 3 de novembro de 2012b.

A TI Xambioá está localizada na margem direita do rio Araguaia ($06^{\circ}10.616''S$, $49^{\circ}11'09,835''W$)¹⁹, a 100km a montante do município de Xambioá/TO. Por estradas de terra e asfalto, está a 70km de Santa Fé do Araguaia/TO e a 503km da capital Palmas/TO. Tem uma superfície de 3.265 hectares e perímetro de 26,5 km, onde existem quatro aldeias, a saber: **1)** a Xambioá – antiga aldeia do posto; **2)** a *Kurehê*, que é o nome de um antigo ancião – foi a segunda aldeia a ser criada; **3)** a *Wary-lyty*, que significa ninho de manguari (ave da região) – terceira aldeia criada, que se localiza em uma porção mais alta e afastada do rio Araguaia para fugir das enchentes; e, por fim **4)** a *Hawa-tymara*, que significa "aldeia nova" – última e mais recente aldeia criada. Essa última foi construída para a migração da população, remanescente da aldeia *Kurehê*, também, devido a enchente. Na TI (somando a população das quatro aldeias) residem aproximadamente 500 pessoas, entre indígenas e "não indígenas".

A área demarcada como TI Xambioá (figura abaixo) representa apenas um pequeno fragmento do território tradicionalmente ocupado pelo povo Karajá-Xambioá nas suas atividades de pesca, caça e coleta de alimentos e materiais. Importa-se destacar que a TI Xambioá compõe o grupo das menores TI demarcadas no Brasil.

¹⁹ Coordenadas Geográficas, segundo o decreto de homologação da TI Xambioá (Dec. sn./1997).

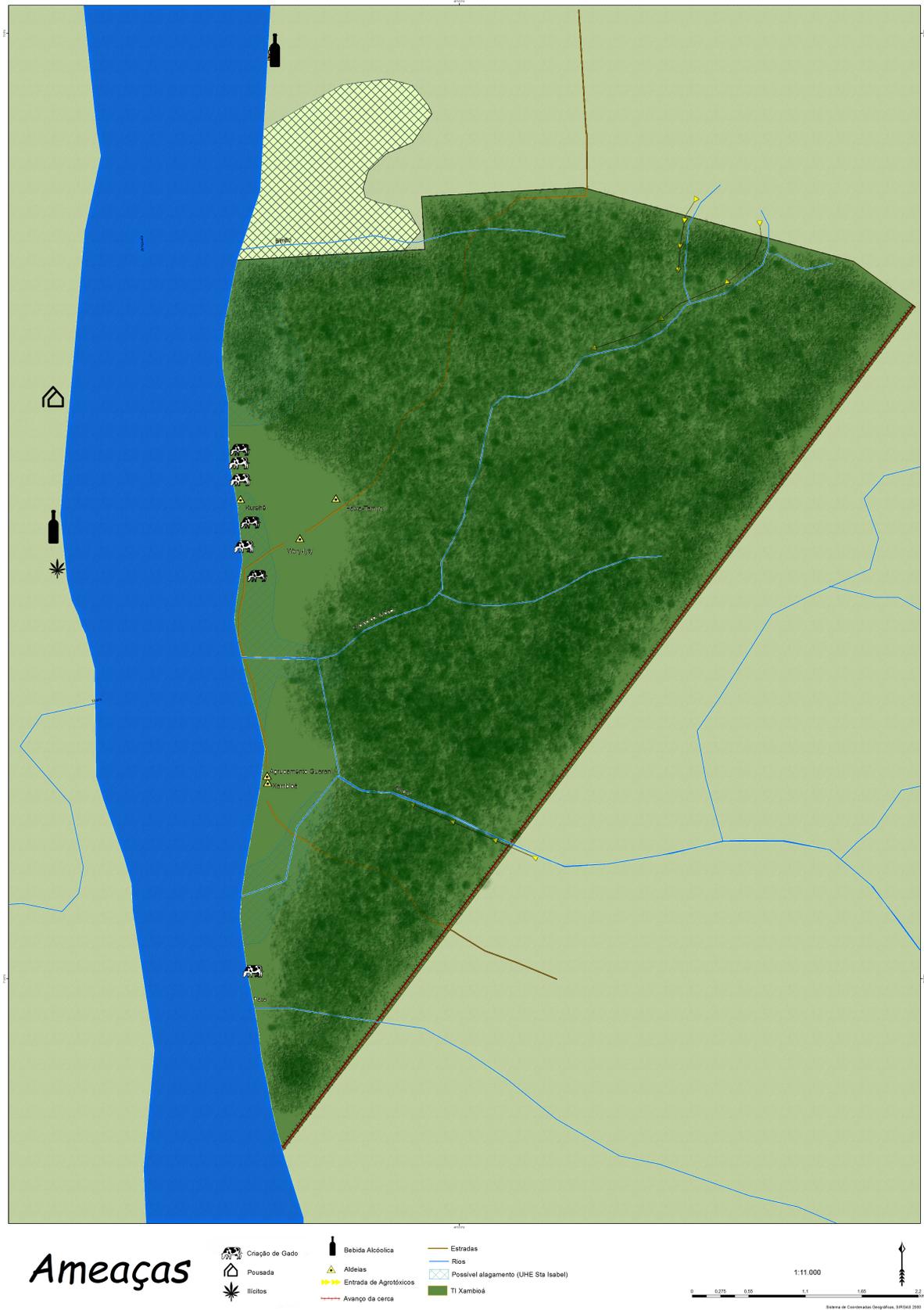
Figura 3 – Área demarcada da TI Xambioá.



Fonte: (PRINTES, 2011)

Além da demarcação não contemplar, em sua totalidade, o território tradicionalmente ocupado pelos Xambioá – o que determina um espaço extremamente reduzido para as atividades de caça e pesca –, outras situações afligem esse povo. Cita-se algumas a exemplo: **a)** a pressão que a TI tem sofrido com avanço do agronegócio e com isso a contaminação com agrotóxicos; **b)** o avanço dos limites da “cerca” da TI, ou seja, os marcos da demarcação da TI estão sendo invadidos; **c)** a criação de gado dentro da TI, pelos próprios indígenas, atividade inserida na aldeia pelos servidores da FUNAI, em meados dos anos 60 e 70, como sendo atividade para a subsistência do povo Xambioá; **d)** a exploração ilegal dos recursos naturais no entorno e dentro da própria TI; **e)** o comércio de bebidas alcoólicas fora e na própria TI; **f)** a venda de drogas ilícitas por terceiros no entorno da TI, conforme ilustrado no mapa (Figura 4). Além disso, existe a preocupação dos Karajá-Xambioá com atividades de grandes empreendimentos, que podem afetá-los diretamente, como: **g)** a construção da Usina Hidrelétrica de Santa Isabel; e **h)** a construção de uma pousada turística nas proximidades da TI, as margens do rio Araguaia. Ver Figura 4 abaixo sobre as ameaças.

Figura 4 – Mapa das Ameaças na TI Xambioá.



Fonte: (CARDOSO; LIMA; AIRES KARAJÁ, 2016)

3.2.2 Organização Social

Para Ehrenreich, o sistema de família encontrado entre os Karajá, em 1887/8, era o de associações familiares. Estas compunham comunidades de aldeia, cada uma com o seu nome próprio e que se apresentavam como verdadeiras corporações distritais. O terreno da lavoura pertencia à coletividade e era lavrado em comum. Caçadas e excursões de pesca e lavoura pertencia à coletividade. A caça obtida e os frutos encontrados eram distribuídos entre as famílias. Todas essas atividades e trabalhos, de natureza comunal, ficavam sob a fiscalização do chefe. Ainda segundo o autor, naquela época, o chefe “era sustentado pela comunidade, e os bens de todos os companheiros da tribo pertencem também a êle. Em compensação, tem o dever de aceitar, como filhos adotivos, as crianças órfãs, especialmente os filhos dos guerreiros mortos na luta” (EHRENREICH, 1891, p. 63).

Ainda segundo o autor, a estrutura familiar dos Karajá parecia ser família materal (*Mutterfamilie*). A favor dessa opinião, o etnólogo citou alguns fatos observados: **a)** o homem casado não comia em companhia de sua família, mas com a família da irmã casada. Para o autor, o homem era considerado como pessoa pertencente à família da irmã; **b)** na distribuição da presa de caça, também não recebia o seu quinhão na própria casa, mas na casa da irmã; **c)** os filhos do viúvo eram entregues aos cuidados dos sogros, enquanto o viúvo voltava ao grupo dos solteirões.

Em relação ao tratamento dados as mulheres, o pesquisador ressalta o seguinte:

Não há o menor indício duma degradação da mulher à posição de animal de carga, como foi atribuída a todos os índios em analogia com as tribos norte-americanas. Não há dúvida de que certos trabalhos são executados exclusivamente pelas mulheres, que se revelavam incansáveis no cumprimento de seus múltiplos deveres. Mas também o homem tem as suas tarefas. A espôsa está ao lado dêle em igualdade de condições, e êle não dá um passo de importância sem se aconselhar com ela. Também o cacique partilha a sua dignidade com a esposa. Maus tratos infligidos às mulheres são coisa inaudita.

Em regra, a família é monogâmica. Não raro, todavia, o marido se vê obrigado a tomar uma segunda mulher, quando a primeira vai ficando muito velha (EHRENREICH, 1891, p. 60).

Em estudos realizados na década de 80, Toral (1992) afirma que os Karajá caracterizavam-se com aldeias formadas por famílias extensas. Para o autor, todos os Karajá se ligavam de maneira bastante forte à família extensa, da qual fazia parte. Abaixo, o autor descreve como era a composição de uma família extensa:

Uma família extensa Karajá é formada por um casal, algum de seus pais, filhos solteiros e o genro(s), casado com a filha. É reconhecida pelo nome do homem cabeça da família seguido de um pósfixo pluralizador, */-boho/*. Dessa forma, por exemplo, os *Waixaboho* são os

filhos, pais, esposas, genros e netos do *Waixa* da mesma forma que em português temos “os Silvas” que designa um grupo residencial compreendido pela família Silva (TORAL, 1992, p. 73).

Segundo o autor, os novos casais que se formavam podiam viver juntos com os sogros ou numa casa pegada. Dessa forma, existiam famílias extensas compactas, vivendo sob um mesmo teto, ou dispersas. Durante sua existência, as famílias extensas podiam viver como grupo local, autônomo ou associado a outras famílias ou aldeias nas mais variadas situações: como grupos minoritários, em aldeias maiores, ou como grupos majoritários em relação às demais famílias e facções. O que o autor chama de uma “facção” compõe-se dos descendentes de um grupo de irmãos, primos e outros parentes, interligados por diversos casamentos entre si, além de outras famílias contextualmente “aliadas”, mas que não apresentam proximidade em termos de parentesco.

Atualmente, as famílias do povo Xambioá não seguem totalmente a regra das famílias extensas, mas ainda carregam traços dessa organização. O número de membros da família que dividem a mesma casa é abundante: **a)** os pais; **b)** os filhos, em regra mais de quatro; **c)** as noras e genros, eventualmente. Em regra, quando os filhos se casam, moram em casa próxima a dos pais da moça; **d)** os netos (com muita frequência encontramos moças solteiras, com filhos, morando com os pais; e **e)** os mais velhos (os pais dos pais), eventualmente. Em regra, vivem em suas casas com seu cônjuge. Na ausência deste, os filhos prestam assistência, mas sem vínculo de moradias. As uniões entre indígenas aumentaram sobremaneira e tem acontecido cada vez mais cedo. Os indígenas casados com *tori*, em sua grande maioria, moram na cidade.

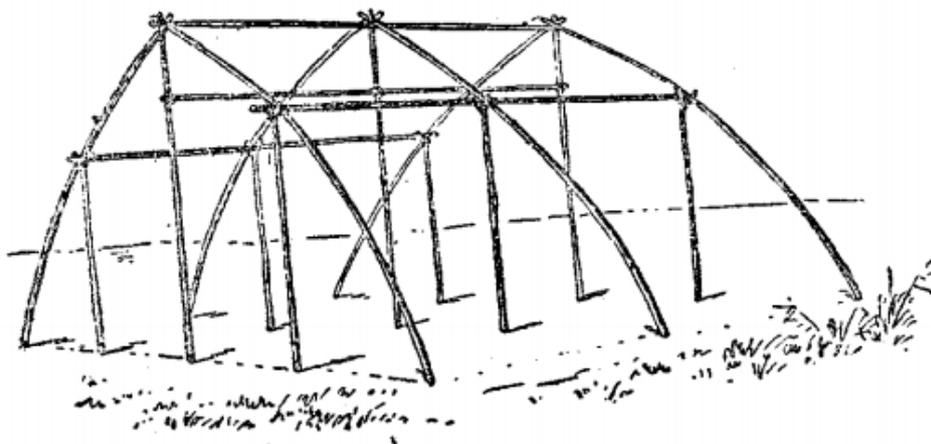
O sistema de moradia passou por muitas mudanças. Ehrenreich descreve que as casas do Xambioá, que ele avistou em 1887/8, eram sólidas e características. Segundo o pesquisador “eram mais bem construídas e mais bonitas as ‘palhoças de verão’ dos Xambioá. Essas casas, extremamente aseadas, e não espalhadas sem ordem, mas dispostas em longas carreiras, constituindo verdadeiras ruas, dão uma impressão muito confortável e risonha” (EHRENREICH, 1891, p. 35). Ver Figura 5 abaixo.

O autor apresenta, ainda, com mais riqueza de detalhes:

A forma fundamental da casa é retangular; o lado estreito, com a porta é dirigido para a rua. A armação compõe-se, em cada lado, de três ou quatro varas flexíveis apoiadas em forquilhas e ligadas às do lado oposto por meio de cipós; constituem, assim, uma cobertura arqueada à maneira de canoa, e suportada, ainda, por varas verticais fincadas na terra, em direção longitudinal. Onde seja necessário, estas varas, como as forquilhas, são ligadas entre si por meio de ripas horizontais. Sobre sarrafos finos, paralelos entre si e fixados externamente na armação do telhado descansam as enormes folhas pinuladas da palmeira oaguaçu (*Attalea spectabilis*), as quais, em várias camadas sobrepostas, formam uma cobertura bastante impermeável.

Às vezes também se entrelaçam as pínulas, formando trançados bem sólidos, que servem principalmente para fechar os lados estreitos da construção. À direita e à esquerda da porta estão fincadas duas varas altas, que dão maior firmeza às camadas de folhas de palmeira do lado da frente (EHRENREICH, 1891, p. 35, grifos do autor).

Figura 5 – Construção da casa dos Xambioá do Sec. XIX.



Fonte: (EHRENREICH, 1891, p. 35)

O autor descreve também, como era o interior das casas dos Xambioá:

O interior das casas é bastante simples. Uma parte do chão é revestida de esteiras de buriti, sôbre as quais também se dorme. Um pedaço de madeira, cilíndrico e liso, colocado em baixo da esteira, faz as vezes de travesseiro. Das vigas horizontais pendem as várias cestas de provisões, recipientes para penas de adôrno, enfeites de plumas já acabados, porongos etc. Arcos e flechas enfiam-se entre os sarrafos do telhado. Lanças e clavos estão sempre à mão, encostadas nalgum canto. Alguns banquinhos com feição de trenó, e os potes e cuias de diferentes tamanhos completam o trem da casa. (EHRENREICH, 1891, p. 36).

Entretanto, o contato com a sociedade ocidental proporcionou diversas mudanças aos Karajá-Xambioá. Uma delas foi em relação a moradia. Vejamos a seguir o atual modelo de moradia dos Karajá-Xambioa.

Figura 6 – Tipo de moradia atual dos Karajá-Xambioá.

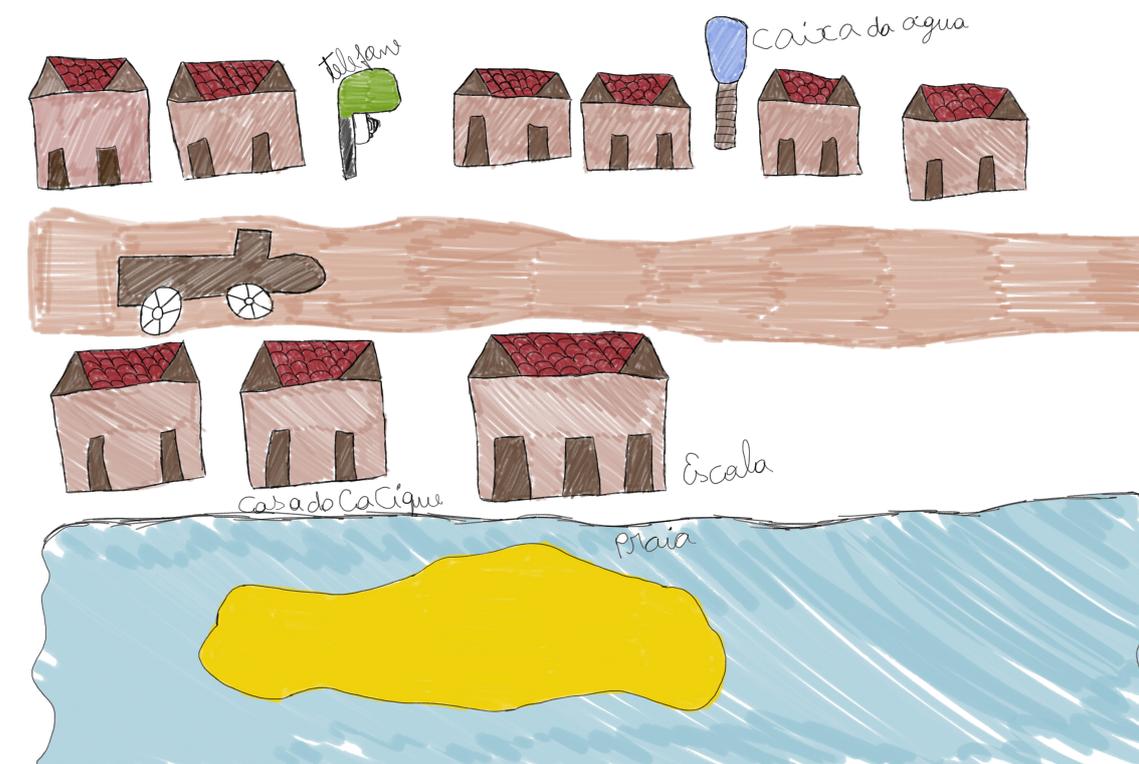


Fonte: (ALMEIDA, 2014)

É perceptível, nas imagens representadas acima, que processos diferentes foram adotados no modelo de moradia dos Karajá-Xambioá. As casas, em sua grande maioria, são construídas de alvenarias, cobertas com telhas e com um arranjo, na frente da casa, coberto com palhas. Contudo, importa-se destacar que, essas casas, nesses moldes, foram construídas e doadas pela FUNAI aos indígenas. Contudo, nem todas as famílias foram contempladas. As demais casas são construídas com tabuas e possuem um arranjo mais modesto.

Hoje, o que se preservou, das casas vistas por Ehrenreich, foram os seguintes aspectos: “extremamente asseadas, e não espalhadas sem ordem, mas dispostas em longas carreiras, constituindo verdadeiras ruas” (EHRENREICH, 1891, p. 35). Vejamos os detalhes nas imagens abaixo.

Figura 7 – Desenho da Aldeia Xambioá.



Fonte: (CRIANÇAS XAMBIOÁ, 2016 apud CARDOSO; LIMA; AIRES KARAJÁ, 2016)

Figura 8 – Foto da Aldeia *Hawa-tymara*.



Fonte: (LIMA, 2016)

Além dos aspectos mencionados, observa-se, também, na representação acima, outros alheios à cultura Karajá-Xambioá e que foram incorporados a ela, como o carro, o telefone e a caixa d'água.

3.2.3 Organização Política

Ehrenreich relatou, ainda, a visão dos Karajás sobre seus representantes, e como estes mantinham a “ordem” frente à comunidade:

As qualidades pessoais em que hoje em dia se apoia a sua dignidade não são tanto as de guerreiro valoroso como a habilidade, a experiência e os conhecimentos linguísticos de que precisa nas relações com os brancos. Observa-se, assim-, que até os prisioneiros de guerra admitidos na tribo, que se distingam nessas aptidões, podem alcançar o posto de chefe.

Cabe ao chefe organizar as expedições guerreiras e as caçadas, determinar os lugares de acampamento e os terrenos destinados à roça, e, após a queimada da roça, distribuir entre as várias famílias os trechos de cada uma, que são demarcados com mourões.

É importante a sua atuação na esfera do direito. No caso de brigas entre homens, exerce as funções de árbitro, ao passo que a esposa soluciona as brigas das mulheres. Ele tem a atribuição de julgar os criminosos, mas não é de sua alçada a aplicação da pena, que, segundo o direito de talião em vigor entre os índios, é negócio do partido prejudicado. Assassinatos e ferimentos são, por isso, vingados sem mais nem menos pelos parentes da vítima.

[...]

Deixando o chefe de cumprir os deveres de seu cargo, ou incompatibilizando-se com a comunidade, esta o abandona simplesmente, elegendo outro (EHRENREICH, 1891, p. 63).

Apesar das lacunas, deixadas pela pouca profundidade nas descrições de Ehrenreich, é possível inferir, de suas anotações, que a escolha do chefe ou cacique, daquela época, era feita com base em suas aptidões, experiência e, principalmente, na habilidade de comunicação com os *tori*. Aquele que se destacasse nesses requisitos poderia alcançar o posto.

Toral (1992, p. 31) relata que a primeira “votação” de cacique, ocorrida entre os Karajá-Xambioá, foi na década de 80. Na oportunidade, o então cacique Manoel Achurê perdeu sua liderança, formalmente, para outro cacique, o Borori, indicado pelo mecanismo do voto secreto. Tal mecanismo entendido como inédito à época. Contudo, esta forma de organização política do povo Kajará-Xambioá perdura até os dias atuais.

No sistema político de organização dos Kajará-Xambioá, apesar de se ter muito respeito pelos anciões, o termo votação é o que mais se encaixa nas tomadas de decisão. São indicados por meio de votação: **a)** os caciques; **b)** os vice caciques; **c)** a escolha

dos indígenas a serem contratados, seja pelo Estado ou em empresas terceirizadas; **d)** a indicação dos representantes indígenas em conselhos de saúde, educação e outros; e **e)** toda e qualquer situação que possa gerar conflito. Além disso, disputam, também, no sistema eleitoral nacional, onde indígenas são votados, em regra, recebendo o apoio de sua comunidade. No caso da TI Xambioá, já tivemos três representantes na câmara municipal da cidade de Santa Fé do Araguaia/TO, município que abrange a TI Xambioá.

Dessa forma, na composição política e de articulação do povo Karajá-Xambioá, além dos anciões, que são figuras respeitadas para este povo, temos: **a)** os caciques; **b)** os vice caciques; **c)** os representantes indígenas dos conselhos; **d)** os professores; **e)** os representantes indígenas que ocupam cadeiras na câmara municipal; **f)** associações indígenas (a única atualmente com regularidade fiscal é a *Iraru-Mahadú*; **g)** profissionais indígenas como agente de saúde, servidores da FUNAI e outros órgãos governamentais. Todos estes configurando como figuras importantes nas articulações e tomadas de decisões.

3.2.4 Meio Ambiente

Ehrenreich descreve como era o meio ambiente onde viviam os Xambioá:

Os modos de vida dos habitantes são determinados pela nítida divisão das estações do ano. A estiagem vai de junho a fins de setembro. Nessa época estão expostas, em toda parte, praias extensas, açoitadas dia por dia pelos raios ardentes do sol. Esse é o tempo em que o índio vive principalmente sobre o rio. É o período em que a Pesca predomina sobre todos os interesses. Em princípio de novembro, a estação chuvosa de ordinário já está em pleno vigor, em dezembro e janeiro o rio atinge ao nível mais elevado, ... (EHRENREICH, 1891, p. 25).

Outro ponto interessante que o pesquisador aponta, é o trato dos Karajá com os animais:

Na descrição da casa índia não se devem omitir os inquilinos animais. Sem eles, não é possível imaginar uma natureza-morta genuinamente indígena. No tratamento que lhes dispensa, o aborígene manifesta, toda a alegria ingênua que lhe traz a vida dos animais. Considera o animal como semelhante. O sentimento de união e mesmo de parentesco com o mundo animal, [...] é um dos principais traços característicos do espírito étnico do índio. (EHRENREICH, 1891, p. 36).

No tocante a relação dos Xambioás com os animais, Ehrenreich descreve como eram essas aldeias:

Uma grande aldeia Xambioá sempre é ao mesmo tempo uma espécie de jardim zoológico. O que mais se destaca são as aves. As maiores e de plumagem mais vistosa se aproveitam pelo menos de algum modo, uma vez que devem sacrificar as suas penas para os ornatos de plumas. Em toda parte, pousam sôbre os telhados como guardas sempre vigilantes, as soberbas araras, saudando o visitante já de longe com seus gritos agudos e ensurdecedores [...].

Plumas de adorno são fornecidas também pelas garças e cegonhas [...].

Veem-se ainda em pitoresca confusão, as várias espécies de patos, colimbos, tamatiás, emas, mutuns etc.

[...]

Os mamíferos, presos enquanto novos, se tornam muito mansos. São amamentado por cadelas, e às vezes até as próprias mulheres lhes dão de mamar. Os macacos mais frequentes são as várias espécies de **Ateles**, **Cebuse Apale**, dentre os roedores predominam as capivara e os agutís. O lugar do porco doméstico é ocupado pelos pecarís. Na quarta aldeia xambioá vimos até andar livremente uma anta completamente crescida.

Os répteis são representados por tartarugas, lagartos e jacarés novos. Êstes têm uma corda atada ao ventre, ficando deitados nas poças de água morna da praia (EHRENREICH, 1891, p. 37, grifos do autor).

Ao ler esse trecho dos escritos de Ehrenreich, lembrei-me de algumas situações vivenciadas pelos Karajá-Xambioá em tempos recentes. Há alguns anos o cacique da Aldeia Xambioá, em expedição de caça com outros indígenas, abateu uma onça, acompanhada de um filhote. Com pena de abater o pequeno e indefeso animal, o grupo resolveu levá-lo para a aldeia, onde passou a domesticá-lo, criando-o em uma pequena jaula. Entretanto, passado algum tempo, o filhote já havia deixado essa forma, passando a ser um animal feroz e faminto. As poucas sobras de carne já não eram suficientes para saciar a fome do animal. Dessa forma, a comunidade, entendendo que corriam risco, resolveram soltar o animal na mata, do outro lado do Araguaia, no estado do Pará.

Não é difícil encontrar animais que foram colhidos na natureza, ainda filhotes. Muitas vezes, por ter tido os pais abatidos em expedições de caças. Eles passam a compor o cenário da aldeia como animais domesticados. São bichos como: cutia, caititu, arara, periquito, macaco, jabuti, quati e outros. Ver figura abaixo.

Figura 9 – Quati domesticado.



Fonte: (LIMA, 2016)

A forma dos Karajá-Xambioá se relacionar com o meio ambiente sofreu algumas alterações, mas ainda carregam muito dos ensinamentos de seus antepassados em sua essência. A forma como eles marcam o que corresponderia às estações do ano (calendário ocidental) ainda é pelo regime das águas do rio: **a)** "início da cheia do rio"; **b)** "rio cheio"; **c)** período entre o fim da cheia do rio e início da vazante, quando o rio fica estacionado (*behetxi*); **d)** "tempo das praias novas"(vazante); e **e)** "tempo das praias"(estiagem).

As manifestações religiosas, formas de organização social e política, bem como as atividades de subsistência encontram-se centradas na relação direta com o rio, durante o ciclo de estações. Cada estação pressupõe um ritmo e atividades sociais bem definidas. O tempo da chuva e do estio não marcam apenas os diferenciados regimes de subsistência, mas também a chegada e partida de seres sobrenaturais, esperados e recebidos ao longo do ano; e os movimentos de reunião e dispersão dos habitantes das aldeias, que resultam em formas sociais singulares no tempo das chuvas e do estio. Destaca-se aqui a forte influência que o cristianismo teve sobre o povo Karajá-Xambioá nos últimos tempos. Entretanto, isso não causa divisão entre os indígenas.

Para melhor explorar os recursos naturais do rio, a população divide-se em unidades sociais menores – formadas desde uma simples família nuclear ou mais famílias –, espalhando-se por praias, furos, lagos e subindo afluentes do Araguaia. Procuram, com grande mobilidade, explorar as espécies vegetais e animais que a estação do ano

oferece. O "tempo das praias", portanto, subdivide-se em: **a)** "tempo da tartaruga e seus ovos"; **b)** "tempo da tracajá e seus ovos"; **c)** "tempo do crumatá". Esse último é um tempo de festa. Nesse período de estiagem, os Karajá-Xambioá constroem palhoças nas praias e se mudam para o leito do rio, passando a viver lá durante todo esse período.

3.2.5 Língua *Iny Rybè*

Os Karajá-Xambioá, assim como os outros grupos Karajá, são classificados, pela linguística hegemônica ocidental, como pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. A família linguística Karajá e como falantes da língua ou *Iny Rybè*. Relatos dos anciões do povo Karajá-Xambioá retratam que o *Iny Rybè* era a única língua falada, aproximadamente, até a década 60. Entretanto, a fortificação do contato com "não indígena" e a necessidade de se comunicar com os *tori*, foi dando lugar a uma segunda língua, o Português (Brasil). Com o contanto intenso e as uniões interétnicas, o português foi se consolidado como língua dominante e, hoje, o resultado é que somente os anciões falam o *Iny Rybè*.

Para Nascimento (2013, p. 86), junto com os casamentos interétnicos, a educação escolar, conforme desenvolvida nas aldeias, até anos recentes, foi uma das causas e a principal fomentadora do desuso de práticas comunicativas orais em *Iny Rybè*. Segundo avaliam anciões Xambioá, primeiro devido à priorização da língua portuguesa e de conhecimentos não indígenas e, posteriormente, à abordagem da língua indígena de forma descontextualizada, privilegiando a modalidade escrita.

Essa sobreposição e valorização de aspetos ocidentais, nas escolas indígenas, podem ter ocorridos, conforme exprime Girdalin (2010, p. 270–271), devido à falta de formação dos gerenciadores, à postura política colonizadora dos administradores públicos frente aos povos indígenas. E com isso as secretarias aplicaram, ao longo desses quase vinte anos, as diretrizes gerais da educação escolar na oferta da escola universalizadora e colocando como diferencial apenas o estudo das línguas maternas e arte e cultura nos curriculum das escolas das aldeias.

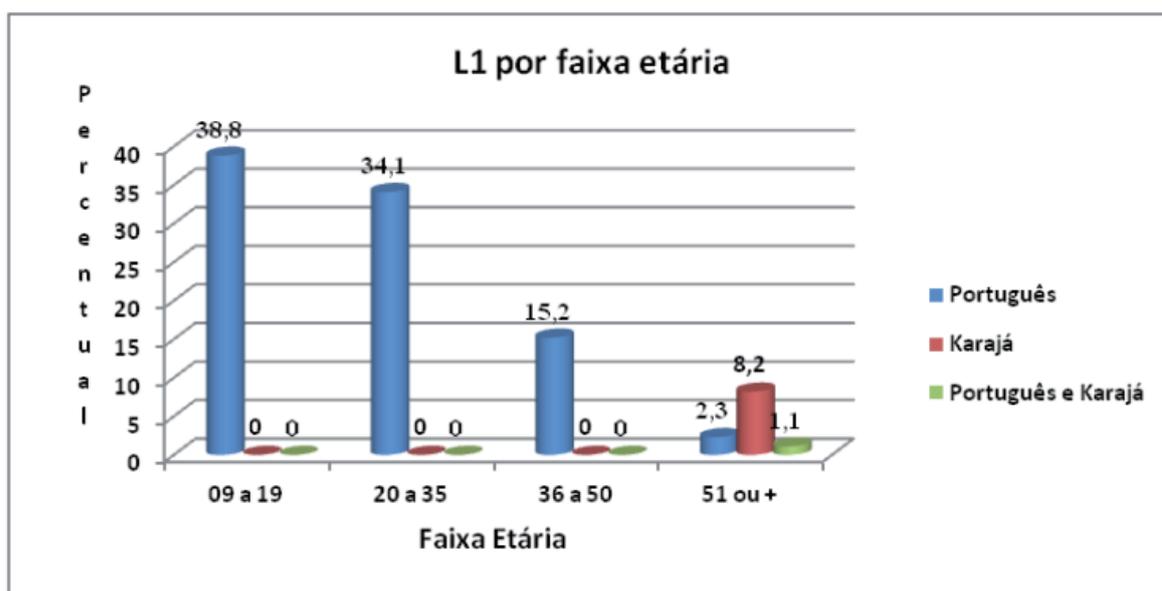
Por ter a educação escolar operado, desde sua implantação entre os Xambioá, prioritariamente sob o modelo bilíngue de transição, o único valor atribuído à língua indígena foi, como bem conhecido, o de se tornar facilitadora da aquisição da língua portuguesa, privilegiando-se, para tal fim, a modalidade escrita da língua Karajá para a alfabetização e posterior transição gradual para a língua portuguesa. Desde as transformações políticas concernentes à educação escolar indígena no Brasil, especialmente desde a década de 1990, as escolas da TI Xambioá, que desde então buscaram implementar o direito e a necessidade de revitalização do uso social da língua Karajá, passaram a enfatizar, contudo, o ensino de sua modalidade escrita através da escola

(NASCIMENTO, 2013, p. 86).

Atualmente, na TI Xambioá, há três escolas de Ensino Fundamental e um Centro de Ensino Médio Indígena, regidas pelo sistema estadual de ensino do Estado do Tocantins. Muito embora funcionem sob a designação de escolas indígenas, até anos recentes, com poucas e pontuais exceções, operaram excluindo os conhecimentos indígenas em todas as suas dimensões, inclusive comunicativas, fragmentando os conhecimentos e tratando o *Iny rybè* como uma disciplina.

Em 2010, o professor Adjunto da área de Ciências da Linguagem, no curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás (UFG), André Marques do Nascimento, coordenou uma pesquisa, realizada pelos professores e professoras indígenas Xambioá, como parte das atividades do curso. O estudo tinha como objeto verificar a situação sociolinguística do povo Karajá-Xambioá, cujos resultados estão sintetizados no quadro abaixo:

Figura 10 – Padrão de aquisição das línguas portuguesa e *Karajá* nas aldeias da TI Xambioá.



Fonte: (NASCIMENTO, 2013, p. 89)

Para o autor, a partir dos números apresentados, há uma ruptura na transmissão intergeracional da língua indígena para as gerações mais jovens, o que ocasionou a atual configuração sociolinguística da comunidade, na qual essa língua é usada unicamente por pessoas mais velhas. Como ilustra a Figura 10 acima, dos entrevistados, apenas as pessoas com idade igual ou maior que 51 anos de idade adquiriram primeiro a língua *Karajá* (que somam 8,2% das pessoas com essa idade), como língua materna; ou adquiriram a *Karajá* e o português, simultaneamente (que somam 1,1%). Note que esse

padrão aquisicional não se apresenta em nenhuma das demais faixas etárias, apenas na faixa etária “51 ou +”.

Ainda segundo (NASCIMENTO, 2013, p. 92), essa configuração pode ser interpretada como a ação cada vez mais potente da educação escolar entre a geração mais jovem, mais precisamente, no aprendizado e no uso de práticas comunicativas vinculadas à escrita, em detrimento de práticas orais, seguindo a longa tradição da educação escolar ocidental, que prioriza e valoriza práticas de letramento. Em outras palavras, percebe-se que a escola indígena tem contribuído com o fortalecimento da escrita em língua *Karajá* e, em menor grau, com a oralidade. Mesmo assim, num panorama mais amplo, percebe-se que esse fortalecimento se restringe apenas às atividades comunicativas no domínio escolar, que não impactam os usos sociais fora da escola.

No cotidiano com o povo Xambioá, é notório que os membros da comunidade, principalmente os mais idosos, sentem a perda da língua materna. Os anciões relatam como viram a língua originária se perder e não por processo natural, mas sim por substituição pela língua do colonizador. Esse sentimento é perceptível quando eles descrevem (com saudade) as conversas e cantorias que antes se davam na língua materna.

Em função desses lamentos e, na busca por satisfazer esses anseios, o povo Karajá-Xambioá reivindicou a inserção da língua *Iny rybè* no currículo escolar, como forma de não permitir que a língua se perca em definitivo. O resultado foi o desenvolvimento da habilidade da escrita e leitura da língua pela prática escolar. Entretanto esse processo não teve o mesmo êxito em relação às habilidades de compreensão e oralidade. Isso ocorreu porque o ensino estava restrito ao âmbito escolar. O desafio agora é fazer com que o uso da língua materna seja levado para fora da escola, sendo absorvida e utilizada nas práticas e demais atividades do cotidiano da comunidade.

3.2.6 Atividades desenvolvidas pelos Karajá-Xambioá

As principais atividades desenvolvidas pelo povo Karajá-Xambioá, para sua subsistência são: **a)** a pesca (peixe e tartaruga), consumida de maneira tradicional, em especial a tartaruga (pratos típicos: *boróró* e *berety*); **b)** o roçado, principalmente da mandioca; **c)** a caça, nomeadamente de antas e queixadas; e **d)** a plantação de frutíferas (açai, bananal e outros). Todas essas atividades contribuem diretamente para a manutenção da subsistência física e da cultura da comunidade²⁰. Contudo, outras atividades contribuem para a subsistência das famílias. Muitas delas recebem benefícios

²⁰ Essa pesquisa contou com os dados do etnomapeamento, realizado na TI Xambioá, em 2016, para a identificação dos principais pontos de pesca, caça, roças, ameaças à TI e cosmologia do povo Karajá-Xambioá. Alguns produtos da atividade estão contidos nesse trabalho.

do Governo Federal, como: **a)** bolsa família; **b)** Seguro Defeso²¹; **c)** aposentadoria; **d)** auxílios doenças; etc. Há, também, alguns indígenas que são servidores públicos, estadual ou federal. Essas proveniências de recursos contribuem para a aquisição de produtos industrializados em comércios fora e dentro da aldeia.

3.2.6.1 A Waxi (pesca)

Ehrenreich descreve os Karajá como “sendo em primeiro lugar pescadores”. O pesquisador narra o cenário encontrado sobre as pescarias naquela época:

Enquanto outrora os peixes eram caçados quase que exclusivamente com flechas, agora vai se generalizando cada vez mais o uso do anzol, que é importado em quantidade. Toda via não é possível, em muitos pontos, a pesca com anzol ou redes, por causa das inúmeras piranhas, a cujos dentes não resiste nenhum cordel ou malha (EHRENREICH, 1891, p. 37).

O autor destaca, ainda, que a principal época de pesca eram os meses da estiagem (de maio a outubro), quando os peixes maiores procuravam os lugares mais profundos do rio, os chamados poços, que se formavam, sobretudo acima nas aglomerações de pedras existentes no leito do rio. Ehrenreich descreve quais eram as espécies de pescado mais apreciadas pelo povo Karajá, conforme transcritos abaixo:

São apreciados pela carne saborosa principalmente o pintado (*pi-melodus sorubim*), que alcança um comprimento de dois metros, o matrinchão, o tucunaré (**Cicla temensis**), a traíra (**Macrodon**) e as diferentes espécies do pacu (**Myletes**). Certos peixes, mormente os de couro, não se Pescam, por causa de algum receio supersticioso. Também não se pescam os delfins de água doce, muito numerosos em tôda parte. Tanto mais ativa é a caça da tartaruga e a procura de seus ovos gostoso (EHRENREICH, 1891, p. 38).

Sobre o modo de preparo dos pescados, Ehrenreich expõe, ainda que de forma lacônica, como eram preparados os alimentos em 1887/8.

As carnes e os peixes ou são assados ao espêto, até ficarem bem tostados, ou então colocados sôbre brasa, até que a superfície, ou a pele estejam inteiramente carbonizados. As partes impregnadas de cinza, em combinação com o suco retido, tornam, de certo modo dispensável o uso do sal. Ao uso do sal europeu se estão acostumando sômente os Karajahi. Como equivalente, servem os chamados barreiros, terras

²¹ Seguro Defeso para a Lei Ordinária n. 10.779, de 25 de novembro de 2003:

Art. 1º O pescador artesanal [...], desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso [i. é. proibido] de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

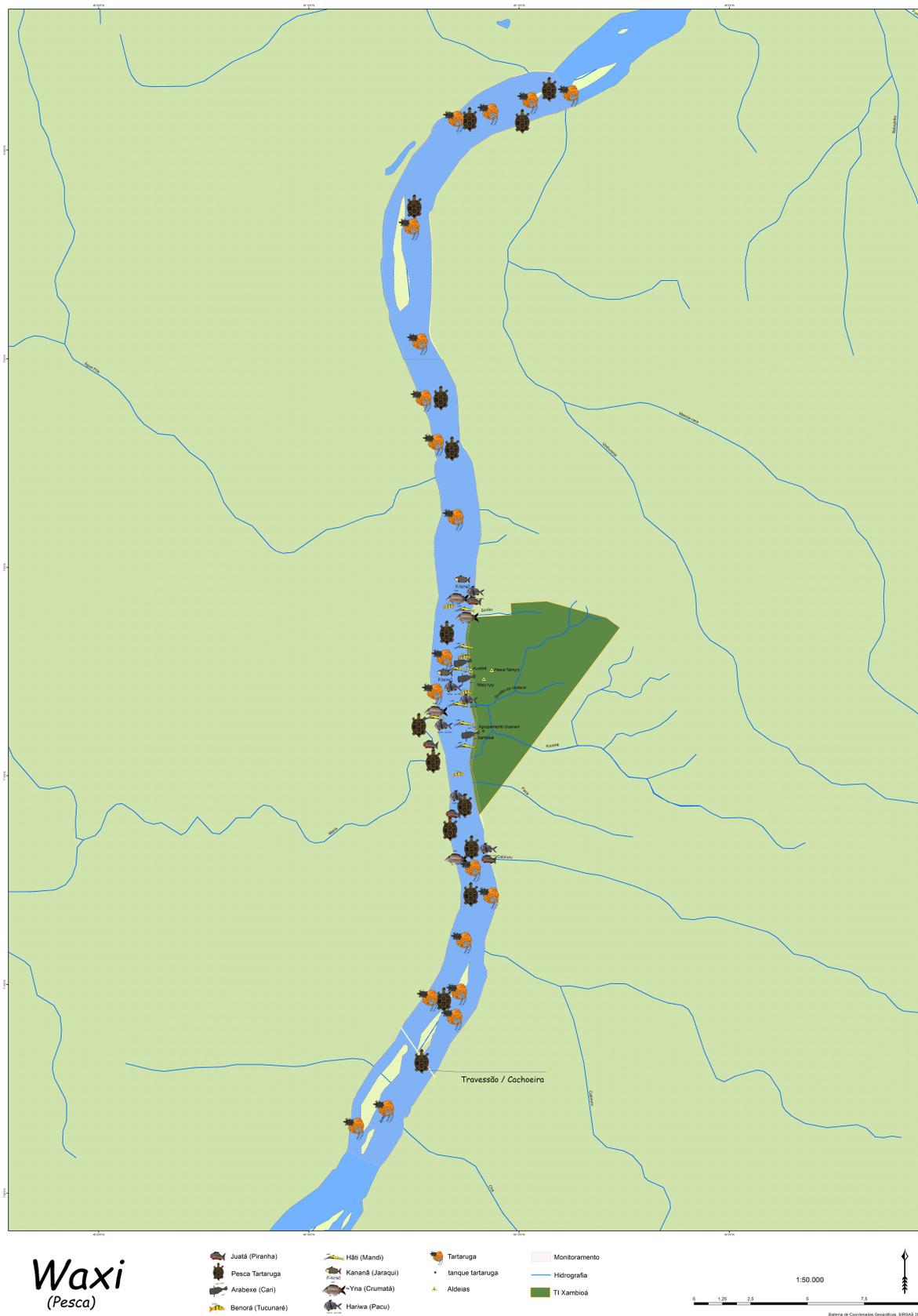
salíferas encontradas nos campos, bem como a cinza de várias madeiras. Os peixes às vezes também são cozidos (EHRENREICH, 1891, p. 41).

Como bem destaca Smith (1979), o uso de redes malhadeiras e tarrafas foram introduzidos entre diversos grupos indígenas no período colonial. Dessa forma, os Karajá não fugiram a regra, utilizando, desde então, equipamentos que facilitam a captura dos peixes, como “espinhel (anzóis presos por uma linha fina em uma mais grossa), boinha (anzol preso a uma linha curta com uma boia), linha e anzol, caniço, redes e tarrafas de diferentes tamanhos e malhas” (SALERA JÚNIOR; MALVASIO; GIRALDIN, 2006, p. 87).

Não muito diferente da época de Ehrenreich (1891, p. 38), o período de estiagem ainda é o preferido pelos Karajá-Xambioá, para se pescar espécies variadas. Sobremaneira a principal ferramenta de pesca é o anzol e linha, seja nas pescadas de peixes ou tartarugas, exceto para a coleta dos *Arabexe* (Cari), que são coletados com as mãos por viverem nos pedrais. A espécie é muito consumida pelos Karajá-Xambioá.

Os perímetros utilizados pelos Karajá-Xambioá para a pesca compreende desde o povoado ribeirinho *Garimpinho* (município de Araguaína/TO) e vai até as proximidades da cidade de Araguaianã/TO, conforme Figura 11 abaixo. Entretanto, esses perímetros mais distante são, preferencialmente, para a pesca das tartarugas e duram dias. As pescas de peixes para a subsistência diária são feitas dentro dos limites da TI, em períodos curtos. Outrora, com pouca frequência, seguem em excursão de pesca na ilha do Bananal, no território dos Javaé.

Figura 11 – Mapa do Pontos de pesca dos Karajá-Xambioá.

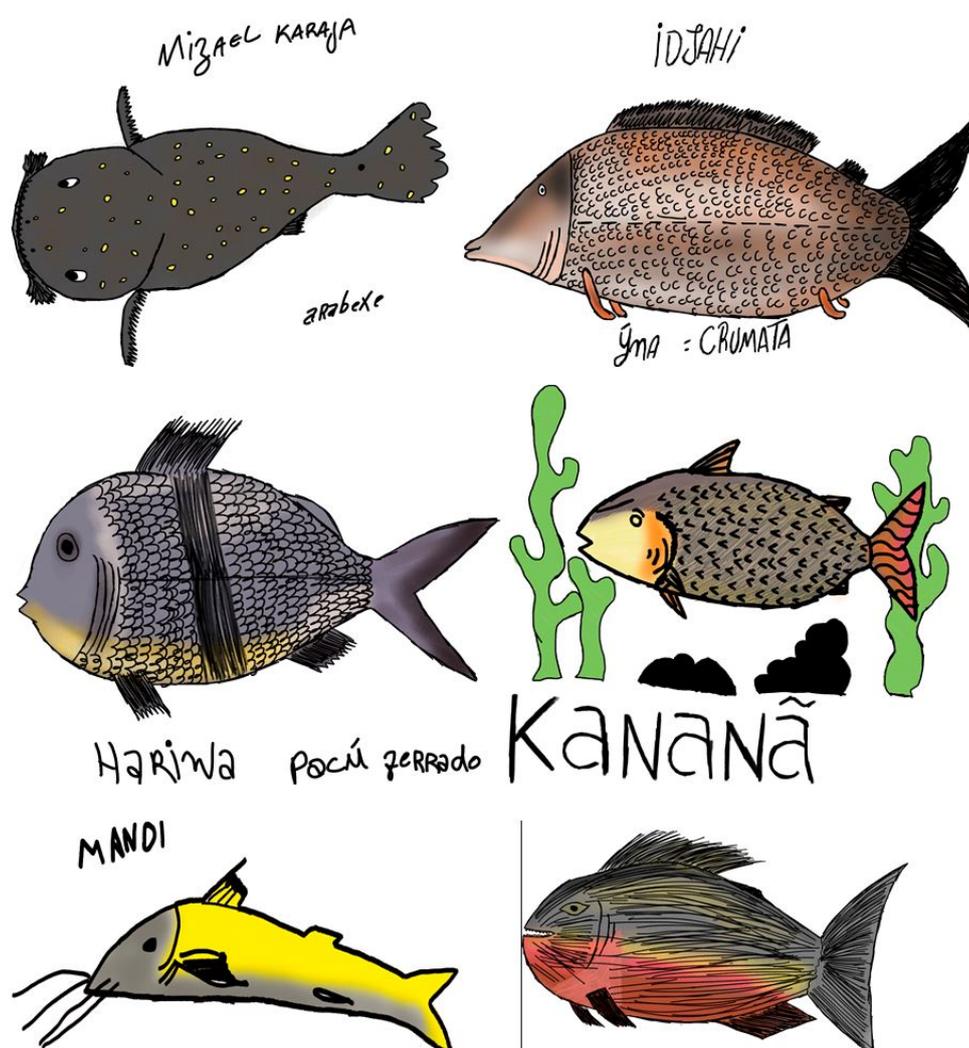


Fonte: (CARDOSO; LIMA; AIRES KARAJÁ, 2016)

Importa-se destacar que o trabalho do etnomapeamento feito na TI Xambioá, em 2016, proporcionou a identificação dos principais pontos de pesca e as principais espécies de pescados mais consumidas entre o povo Karajá-Xambioá. Na Figura 11 acima, observa-se, além do ponto de pesca das tartarugas, também o ponto de desova desses animais.

No geral, a atividade de pesca é uma prática que envolve todo o grupo familiar. É praticada por integrantes de ambos os sexos, adultos e crianças. Nessa atividade, os peixes mais apreciados são: a *Ynã* (Crumatá); a *kananã* (jaraqui); o *arabexe* (Cari); o *hãti* (mandí); o *hariwa* (pacu); o *huehinaru* (surubim); o *benorá* (tucunaré); e a *kotuni* (tartaruga). Ver desenhos abaixo:²²

Figura 12 – Desenhos dos peixes consumidos pelos Karajá-Xambioá.



Fonte: (JOVENS XAMBIOÁ, 2016 apud CARDOSO; LIMA; AIRES KARAJÁ, 2016)

²² Destaca-se que todos os desenhos foram produzidos pelos indígenas do povo Karajá-Xambioá. As versões manuais passaram por um processo de vetorização, transformando-se em imagens digitais.

A pesca das tartarugas é uma das mais praticadas pelos indígenas. É o alimento mais apreciado por este povo. A captura da tartaruga se dá por meio de anzóis e linhas de náilon. A isca preparada é a puba (envelhecimento da mandioca ao molho, por aproximadamente 15 dias). As pescarias duram dias (3 a 6) e, geralmente, é composta por um grupo de 3 a 4 pescadores, entre homens, mulheres e jovens. Após a pesca, as tartarugas são divididas entre os pescadores que, posteriormente, distribui entre as famílias.

Figura 13 – Tartaruga da Amazônia.



Fonte: (JOVENS XAMBIOÁ, 2016 apud CARDOSO; LIMA; AIRES KARAJÁ, 2016).

Atualmente, os Karajá-Xambioá consomem os pescados de diversas formas. Os peixes são assados, na brasa ou no forno, cozido e frito. As tartarugas são, em regra, assadas, mas, quando cozidas, permite a preparação de dois pratos típicos: o *boróró* e o *berety*. O *boróró* é feito no casco superior do animal, com suas vísceras. Já o *berety* é feito no casco inferior, das sobras de carnes, que ficaram grudadas no casco, acrescido de farinha de puba. As degustações das tartarugas acontecem sempre em grandes grupos, conforme figuras abaixo:

Figura 14 – Preparação e consumo do *bororó*.

Fonte: (MACIEL, 2012b, p. 24).

O envolvimento dos Karajá-Xambioá com as colônias de pescadores, das cidades vizinhas, introduziu a atividades de pesca para o comércio entre alguns indígenas. Esses utilizam a aldeia como ponto de apoio, mas percorrem grandes distâncias, ao longo do rio Araguaia, em busca de pescados variados. Via de regra, os pescados são para consumo próprio e sustento familiar.

O consumo dos pescados, na rotina das famílias Karajá-Xambioá, é diário. São os alimentos, de longe, mais consumidos. As atividades de pescas são frequentes. Os peixes são armazenados em refrigeradores, que os mantêm conservados para o consumo posterior. Mas como diz os próprios Karajá-Xambioá, “peixe bom mesmo é os pescado na hora, esse é que é peixe fresquinho”.

3.2.6.2 A *Irodu* (Caça)

Ehrenreich (1891, p. 63) trás narrativas de como era a caça para os Karajá do séc. XIX. Segundo o autor, cabia ao chefe organizar as expedições guerreiras e as caçadas. As excursões de caça e pesca empreendiam-se igualmente em comum e a caça obtida e os frutos encontrados distribuíam-se entre as famílias. Relata, também, que as excursões de caça dos Xambioá os levavam, no entanto, além da Cachoeira Grande. Outrora, chegavam mesmo ao território dos Apinayé, até as proximidades da povoação de São Vicente (atual cidade de Araguatins/TO).

Ehrenreich dá mais detalhes da atividade de caça entre os Karajá:

Em comparação com a pesca, a caça desempenha um papel muito menos importante do que costumam acreditar os que consideram todos os índios, sem mais nem menos, como povos meramente caçadores. Além de serem escassos em toda a América tropical os animais de porte próprios para caçar, é difícil matá-los em virtude da carência de armas de fogo. Acresce ainda a circunstância de que a superstição

proíbe, muitas vezes, comer a carne de determinadas espécies, geralmente as maiores e mais numerosas. Os Karajás, p. ex., não comem a anta. Matam principalmente os animais abundantes em todas as matas da beira do rio, i. é, os macacos, porcos do mato e pequenos roedores, como agutis e pacas, bem como os pequenos veados campeiros. Nos lagos e nos pantanais é muito frequente o pato do mato (**Anasmoschas**), que lhes fornece excelente comida (EHRENREICH, 1891, p. 38-39, grifos do autor).

Naquela época, as caçadas serviam, também, segundo o autor, como ritos, por exemplo, o do casamento e da festas das mascaradas.

Casamento. O moço que pretende casar comunica a sua intenção aos pais da jovem escolhida; estes perguntam a filha para saber se ela concorda. Segundo Couto de Magalhães, faz-se uma proclamação formal diante da comunidade reunida. Em seguida, o noivo entrega à noiva as suas armas, para guarda-las, e conduz a jovem à casa de um de seus parentes próximos, pois como solteiro ainda não possui morada própria. Durante quatro noites os dois dormem sobre uma esteira, mas separados por grande espaço, sem que seja permitido aproximarem-se. No quinto dia, a noiva é conduzida novamente para a casa do pai, onde ela restitui as armas ao noivo. Para demonstrar a sua capacidade de sustentar uma família, o jovem marido vai caçar por alguns dias, voltando só depois de matar algum animal. Uma festa de bebida, preparada pelos pais da noiva, encerra o casamento. Só depois disso é que se permitem as relações íntimas entre os cônjuges [...].

[...]

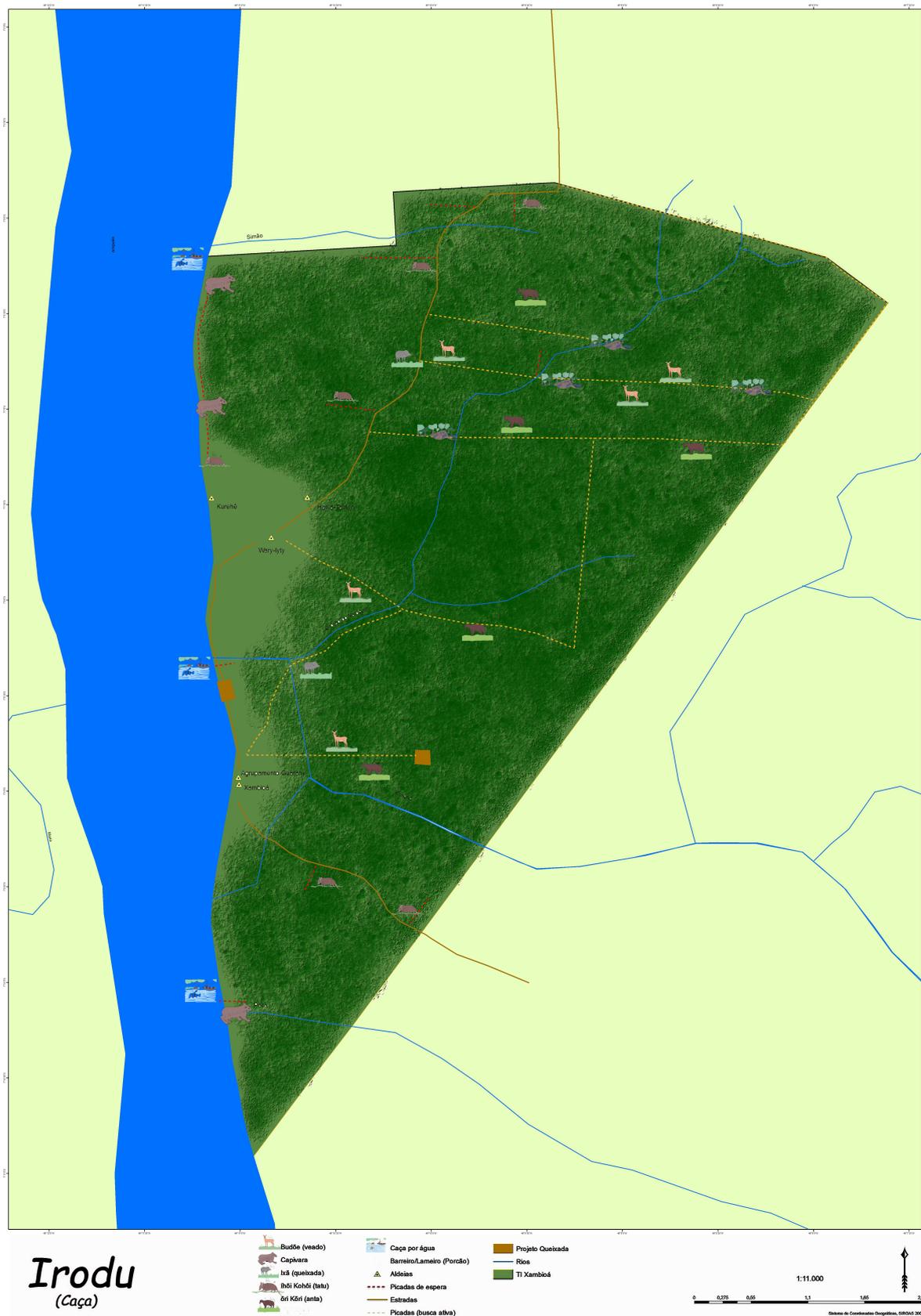
Festas de máscaras. Havendo grande abundância de gêneros alimentícios, o chefe mandava fazer uma festa de danças, que se prolongava enquanto durassem as provisões. Vários dias antes da data fixada já se iniciam os preparativos. As mulheres se encarregam de fazer a comida e as bebidas, e os homens, na medida em que não estão mais ocupados com a caça, tratam da confecção dos costumes de dança. Cada uma das danças é conhecida somente a determinadas pessoas (EHRENREICH, 1891, p. 64 e 76).

Entretanto, o cenário de caça dos Karajá-Xambioá foi sendo modificado, conforme se intensificava o contato com os *tori*. Segundo Melatti (2007, p. 97), vários grupos indígenas alteram suas técnicas de caça, com a introdução das armas de fogo e pelo uso constante do cão. Para o autor, esses dois novos elementos tornaram-nos mais eficientes na perseguição, captura e abate de animais silvestres. É o caso dos Karajá-Xambioá.

Atualmente, as caçadas são exercidas, sem fins comerciais, exclusivamente por homens, que possuem habilidade com a caça. São três as estratégias de caça adotada: **1)** a caça por água - é a captura de animais que vivem ou são encontrados com mais frequência no leito do rio ou córregos, como: a *Ue* (capivara); a *kõri* (anta); e, em alguns casos, o *budõe* (veado); **2)** caça voluntária - ocorre simultaneamente às atividades

agrícolas e de coleta de frutos, sem planejamento prévio e com um número reduzido de pessoas (uma a três). Em geral, se divide em dois modos: *caça de espera* ou *busca*. A *caça de espera* se dá com a permanência do caçador em uma localidade onde se tenha detectado, anteriormente, a presença de animais, por exemplo, através da observação de rastros, pegadas e fezes. A *caça de busca* consiste na captura de animais, que se dá no caminho da caça de espera. Na TI já são encontradas picadas para esse tipo de caça. Os animais mais capturados são: a *haju* (paca), o *kohõi* (tatu), a *ue* (capivara) e o *Ixã* (porcão); e **3**) a caça ativa - "caracteriza-se por um planejamento antecedente com definição de itinerário, data e horário e pode contar com até dez pessoas" (SALERA JÚNIOR; MALVASIO; GIRALDIN, 2006, p. 86). Os animais mais capturados, nessa modalidade, são: o *budõe* (veado), a *kõri* (anta) e o *Ixã* (porcão). Abaixo figura com os principais ponto de caça na TI Xambioá.

Figura 15 – Mapa de Caça na TI Xambioá.



Fonte: (CARDOSO; LIMA; AIRES KARAJÁ, 2016).

No mapa acima, podemos observar, além dos principais pontos de caça, a grande variedade de animais encontrado na TI Xambioá. Destaca-se que os bichos mais frequentes foram indicados e desenhados pelos próprios indígenas. A atividade de caça é permitida em todo o território da TI. Não existe nenhum tipo de divisão territorial entre os Karajá-Xambioá. Entretanto, diferentemente da pesca, a caça raramente ocorre fora dos limites da TI.

Ocorre que a caça teve sua oferta diminuída nos dias de hoje, em função dos desmatamentos e queimadas, feitas nas áreas circunvizinhas, Mas é, ainda, muito prestigiada pelos Karajá-Xambioá. Contudo, os indígenas vem buscando alternativas para a manutenção dos animais na TI, como por exemplo, o projeto *Conservação do Queixada (INÁ) na Terra Indígena Karajá Xambioá*. O tema será estudado mais profundamente no próximo capítulo.

3.2.6.3 As Korokú (Roças)

Ehrenreich descreveu como eram as roças dos Xambioá, nos temos de suas expedições:

A julgar pela abundância de alimentos vegetais entre os Xambioá, a lavoura parece ocupar um nível relativamente elevado. Os “selvagens” avantajam-se em muito, neste particular, aos seus vizinhos civilizados. Os primitivos utensílios agrícolas tem sido substituídos, em toda parte, pelos de ferro.

A mais importante planta de cultura é a mandioca. Ao lado da mandioca brava, venenosa, mas rica em substâncias alimentícias, planta-se a mandioca mansa (aipim), que embora menos nutritiva, pode ser aproveitada diretamente [...].

Em segundo lugar cumpre mencionar o milho, de pouca importância para o consumo direto, [...].

Havia entre os Xambioá duas espécies de legumes: um pequeno feijão pardo (**Dolichos chinensis**) e ervilhas trazidas do Pará (**komonara**). Cultivam-se em grande escala várias espécies de cará, [...].

As plantas alimentícias silvestres e os diferentes frutos encontrados nas matas marginais do rio e nos arbustos do campo proporcionam uma agradável variação alimentar. Contam-se, em primeiro lugar, os frutos das palmeiras, como os bagos do oaguaçú, os frutos do buriti (**Mauritia vinifera**) em formas de pinha e várias espécies de cocos miúdos: além disso, o cajueiro silvestre, a jabuticaba, a pitanga, o oleaginoso piquá (**Caryocar brasiliensis**) (EHRENREICH, 1891, 39-40).

Os Karajá-Xambioá retratam que a prática do roçado lhes foi ensinada pelo povo do céu. É o relato de um ancião:

Hoje o que nós temos? mandioca, abóbora, melancia e outros alimentos. Quem trouxe foi o homem que veio do céu, que para nós é o

Tainã. E foi esse que trouxe as coisas para entregar para o povo Karajá. Foi esse que deu as sementes para nós fazer as roças e plantar²³.

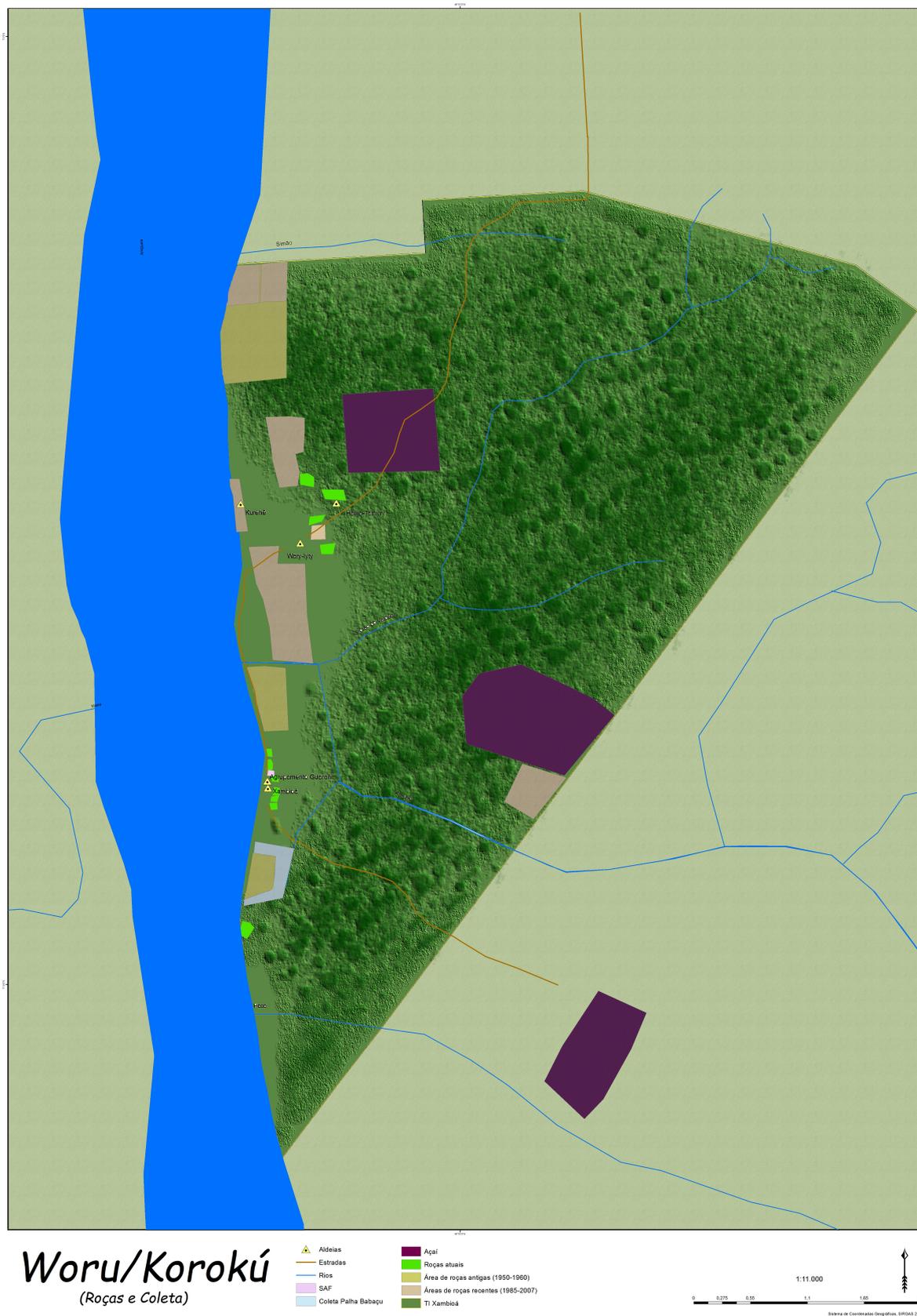
Segundo relatos dos anciões Karajá-Xambioá, após terem recebido as sementes do povo do céu, começaram a fazer as roças. Todos participavam. Era feita de forma coletiva e toda a sua produção era dividida entre a comunidade. As roças coletivas tinham uma extensão maior e contemplava espécies variadas de plantações. Cabiam aos homens a preparação do terreno (derrubada e queimada da vegetação), o plantio e a colheita. Já as mulheres contribuía com a colheita e eram responsáveis pelo preparo dos alimentos. A última roça coletiva foi produzida pelos Karajá-Xambioá em 2007.

A extração de matéria prima, para a confecção de artefatos, também era comum entre eles. Segundo relatos de anciões Xambioá, entre as mulheres era muito comum a retiradas de palhas de côco, para a confecção de *cofos*, esteiras, abanadores de fogo e outros. As coletas aconteciam próximas às antigas roças. Atualmente, essa atividade não é mais desenvolvida pelas mulheres. A extração de palhas ocorre somente pelos homens e para fins de cobertura de casas.

A atividade de roçado teve sua importância abrandada entre os Karajá-Xambioá. Isso ocorreu em função do acesso a recursos (monetários) externos, que vem contribuindo para a subsistência desse povo, conforme mencionados na seção subseção 3.2.6. Atualmente, as atividades de roçado são desenvolvidas de forma individual ou por pequenos grupos. São roças pequenas, em locais de fácil acesso (ver figura), e sempre migram de um terreno para o outro. Os principais plantios são da abóbora, mandioca, milho, Inhame, banana e melancia, são roçados de pequena extensão sem fins comerciais. As atividades de roçado são desempenhadas pelos homens, bem como a colheita, cabendo às mulheres o preparo do alimento.

²³ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista I.** [dez. 2014]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Wary-lyty, 2014. 1 arquivo .m4a (60 min.)

Figura 16 – Mapa das Roças atuais e antigas na TI Xambioá.



Fonte: (CARDOSO; LIMA; AIRES KARAJÁ, 2016).

O mapa acima demonstra uma ruptura no processo de produção agrícola entre os Karajá-Xambioá. Antes, as roças continham uma extensão considerável. Envolviam muitas famílias, desde a preparação da roça até a colheita. Retrata-se que, atualmente, as roças possuem uma extensão mínima e atende, em média, uma família (individuais). Já a retirada de frutos é bem constante. O açaí tornou-se o principal deles, seguido do murici e outros. Entretanto, vale ressaltar que vários fatores contribuíram para as mudanças no contexto social e cultural do povo Karajá-Xambioá. Relatos de anciãos da comunidade retratam esse cenário:

[...] antes, juntava todo mundo e ia fazer as roças. Era mulher, menino. Os homens iam derrubando e fazendo a roça de toco. Era muita gente [...]. Hoje, ninguém mais quer plantar nada não. Todo mundo recebe um salário. Aí não querem mais plantar ... (*informação verbal*)²⁴

Hoje, as mulher e os homens são tudo preguiçosos. Ninguém planta mais. Recebe o salário ou aposentadoria, aí não quer plantar ... (*informação verbal*)²⁵

Hoje, a roça dos índios é lá no mercado. Eles não precisa mais plantar porque agora tem dinheiro para comprar pronto. Só quem planta aqui na aldeia é quem não tem emprego. Esses precisam plantar para comer ... (*informação verbal*)²⁶

Dessa forma, destaca-se que as atividades de caça, pesca e roçado contribuem para a subsistência dos Karajá-Xambioá, mas não são únicas. A tempos o contato com o mundo dos *tori* (brancos) tem impactado diretamente nessas atividades. As principais formas de subsistência do povo Karajá-Xambioá, provém de recursos externos: **a)** servidores públicos; **b)** Benefícios da previdência, como aposentadoria; **c)** auxílio natalidade; **d)** auxílio doença; e **e)** programas sociais do Governo Federal, como: o Bolsa Família, seguro defeso e etc. No próximo tópico conheceremos um pouco sobre os mitos Karajá-Xambioá, que estão intimamente ligados ao meio ambiente.

3.3 O MEIO AMBIENTE E OS MITOS DOS KARAJÁ-XAMBIOÁ

Muitos são os mitos que permeiam o mundo dos Karajá-Xambioá e todos tem relação com o meio social e ambiente. Essa relação vai ao encontro do que Viveiros de Castro (2002, p. 227) chama de *perspectivismo ameríndio*, ou seja, uma concepção indígena segundo a qual o modo como os seres humanos vêem os animais e outras

²⁴ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista I**. [dez. 2014]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-lyty*, 2014. 1 arquivo .m4a (60 min.).

²⁵ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista I**. [dez. 2014]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-lyty*, 2014. 1 arquivo .m4a (60 min.).

²⁶ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista I**. [dez. 2014]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-lyty*, 2014. 1 arquivo .m4a (60 min.).

subjetividades que povoam o universo — deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, plantas, fenômenos meteorológicos, acidentes geográficos, objetos e artefatos — é profundamente diferente do modo como esses seres vêem os humanos e se vêem a si mesmos.

Para o autor, as narrativas místicas são povoadas de seres, cuja forma, nome e comportamento misturam, inextricavelmente, atributos humanos e não humanos, em um contexto comum de intercomunicabilidade, idêntico ao que define o mundo intra-humano atual. Esta concepção está interligada a noção de animismo²⁷ e xamanismo²⁸.

É o que acontece com os mitos do povo Karaká-Xambioá. A relação que traçam com o meio ambiente e os animais permeiam esses dois aspectos: o animismo e xamanismo. É uma percepção de mundo diferente e que precisa ser levada em consideração nas questões políticas a serem tratadas com o povo Karajá-Xambioá. Vejamos abaixo alguns mitos do povo Karajá-Xambioá.

3.3.1 Funeral Karajá-Xambioá

A morte é algo comum a toda e qualquer sociedade. Contudo, cada uma lida, com ela, à sua própria maneira. Esses aspectos também fazem parte da cultura. Transcritos de Ehrenreich descrevem como os Karajá se portavam após a morte de um ente:

Morrendo um Karaiá, os parentes irrompem em altas lamentações, enquanto os seus objetos de uso diário, as armas, os utensílios etc. são entregues ao fogo, e os demais bens distribuídos entre os que participam do entêrro. Os enlutados aplicam talhos em seu próprio corpo e cortam a cabeleira.

Em seguida, executa-se a dança mortuária em tórno do defunto, previamente pintado com urucu, envolvido em esteiras e suspenso a uma vara horizontal.

[...] A canção que acompanha a dança é uma espécie de diálogo. O côro dirige-se ao morto, perguntando-lhe onde está e como vai passando; um dos entoadores responde por êle.

Côro: **djoiri koniko - hidjohoho** (repetido umas 4 ou 5 vezes) **otokoniko - kudjä beboniko**, o que significa: "Êle não vive mais, acabou-se com êle, não penseis mais nele, está pendurado na vara (**kadjä**)".

O morto: **roniro nira - koti uaidjä uaniro bioko nero - aid-jodjä biowa**, i. é, "Estou numa terra bonita, trouxe-me tabaco (**koti**)

²⁷ O animismo pode ser definido como uma ontologia que postula o caráter social das relações entre as séries humanas e não-humana: o intervalo entre natureza e sociedade é ele próprio social (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

²⁸ O xamanismo amazônico pode ser definido como a habilidade manifesta por certos indivíduos de cruzar deliberadamente as barreiras corporais e adotar a perspectiva de subjetividades alo-específicas, de modo a administrar as relações entre estas e os humanos (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

puseste-me o meu enfeite labial?"E depois: "Não me falta nada, mas levai água à sepultura", etc.

Entrementes o coro vai repetindo muitas vezes com voz abafada: **haidjä hä hä hang - hä hang - hä hang**, isto é, "Acabou-se tudo."

O entêrro realiza-se no dia seguinte ou, se a morte ocorreu de manhã cedo, ainda ao anoitecer do mesmo dia. As cerimônias prolongam-se por mais três ou quatro dias, e durante êsse tempo não se faz trabalho algum. (EHRENREICH, 1891, p. 66).

O pesquisador destaca uma situação que muito lhe chamou a atenção, ocorrida entre os Xambioá durante sua passagem:

Na última aldeia dos Xambioá fui testemunha duma cena de pesar, tão curiosa quão comovente, quando chegou a notícia de que um Karaiá falecera em Belém, aonde acompanhara um barco prestando serviços de remador. A mãe e a espôsa do índio andaram durante dois dias para lá e para cá, ao longo do rio, cantando, em voz alta, solenes canções fúnebres e tendo nas mãos os enfeites do finado, com os quais acenavam sem interrupção para jusante, onde o moço desaparecera.

Os cantos de lamentação continuavam até alta noite com a participação de outras mulheres (EHRENREICH, 1891, p. 68).

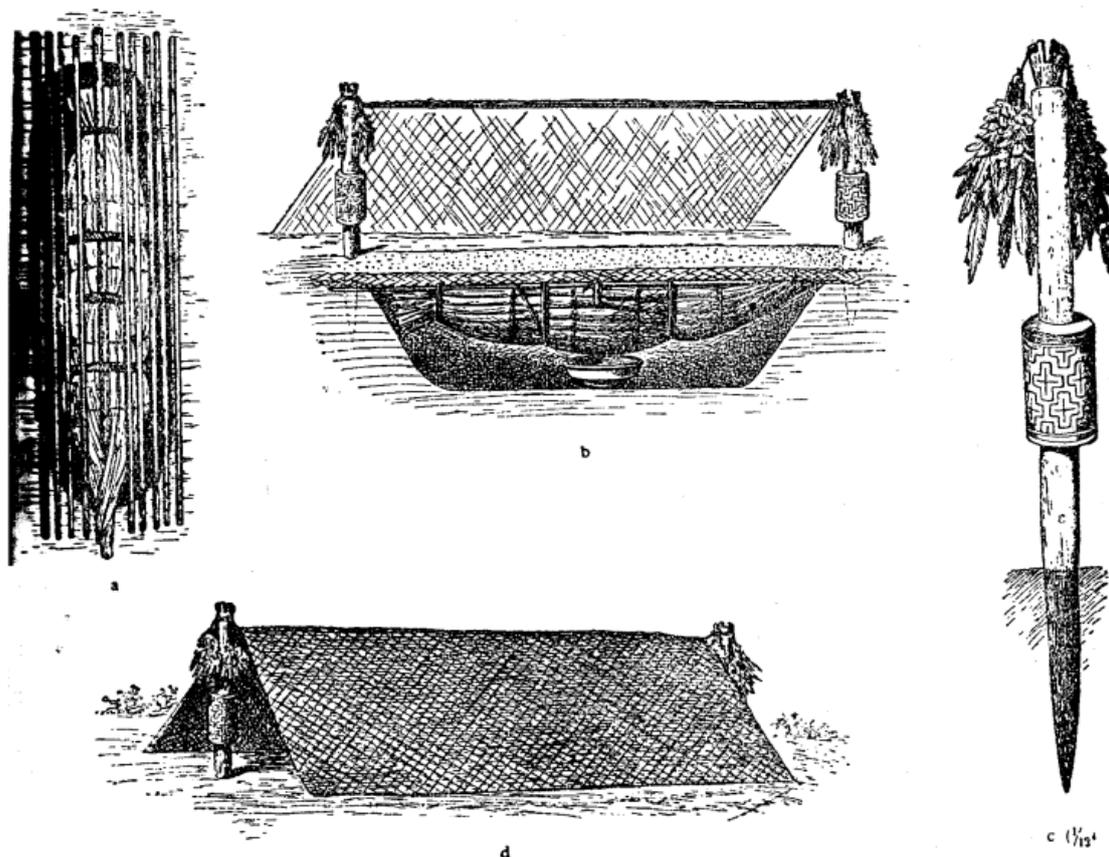
Ehrenreich descreve, também, e com riqueza de detalhes, como eram as sepulturas dos Karajás:

A sepultura é uma cova retangular de 2 metros de comprimento por 1 metro de largura e 50 a 70 centímetros de profundidade, sobre a qual colocam algumas varas em sentido longitudinal. Na vara do meio fica suspenso, em posição horizontal, o cadáver envolvido em esteiras de buriti. Uma vasilha cheia de comida fica debaixo dele, no chão. A cova é coberta com uma esteira, sobre a qual se põe uma camada de terra, de um pé de altura.

A feição externa da sepultura visa, sem dúvida, a representar uma casa. Junto à cabeceira e à parte inferior da cova enterram-se dois mourões (**itão**), de 1 1/3 metros de altura, de cuja extremidade superior, em forma de pequena forquilha, pendem, como adereços, longos barbantes guarnecidos de penas. Procura-se, dêsse modo, manter afastado os "animais", que, provavelmente, correspondem aos demônios (**kenaima da Guiana**). Na parte central, os postes se engrossam na forma de tambor; aí está entalhado, ou indicado por um mosaico de penas, o distintivo de família do defunto [...].

Entre os dois postes estende-se um barbante, sôbre o qual se colocam duas esteiras, à guisa de telhado. **Debaixo dessa tenda, põe se uma cuia com comida e bebida para a alma, que passa nas proximidades da sepultura ainda algum tempo após o entêrro** (EHRENREICH, 1891, p. 66-68, grifos do autor e, por último, grifos nosso).

Figura 17 – Sepultura Karajá no Séc. XIX



Fonte: (EHRENREICH, 1891, p. 67).

Observa-se, pelo cuidado com a construção da sepultura, que os Karajá tratavam o lugar do morto com muita seriedade. Os detalhes da construção demonstram o respeito pelo morto e pelo lugar. Nota-se, também, que existia uma relação muito forte entre os Karajá e os alimentos. Nota-se, que as relações de troca envolviam alimento e, mesmo com a partida de um ente querido, para um submundo desconhecido, essa relação de troca ainda se mantinha presente.

Relatos dos anciões também descrevem como os Karajá-Xambioá lidavam com os funerais de seus entes, num passado um pouco mais recente:

De primeiro, quando morria uma pessoa, eles ficavam chorando: os homens e as mulheres. Tudo chorando. Aí, no outro dia, iam levar o morto para enterrar. Faziam *xiweny*, que para os brancos significa oração ou reza. Seja como for, pra nós é *xiweny*. Aí, para o defunto, a gente coloca dentro do cemitério junto dele: *kalugi*, grolado, macaxeira cozida, banana madura, peixe – inclusive pacú branca; e fora do cemitério também. A gente coloca todas essas coisas do lado de fora mesmo. Porque quando o morto acorda, quando o pajé vem e vai banhando ele, banhando ele, até ele acordar. E aí ele acorda com fome. E aí ele vai comer a comida que foi colocada no cemitério. Nós temos respeito pelo cemitério e um grande respeito por quem morre. Ninguém brinca. Ninguém pode sorrir. Ninguém fala alto. É assim,

só chora. Não pode falar *vamos embora!*, só chorar (*informação verbal*)²⁹

Nota-se que, apesar de descrevermos tempos distintos, os principais aspectos culturais dos ritos funerários dos Karajá foram mantidos. Aspectos como: as lamentações, o *xiweny*, o luto e a relação com o alimento se mantiveram presentes nesses rituais.

Figura 18 – Funeral Karajá-Xambioá.



Fonte: (AIRES KARAJÁ, 2016).

Ainda segundo os anciões, para os Karajá-Xambioá o lugar dos mortos era sagrado. As cerimônias eram tratadas com muita seriedade. Acreditava-se que as almas dos mortos voltavam. As narrativas mostram que, quando essas almas regressavam, chegavam em nosso mundo com fome e precisavam se alimentar. Por isso deixavam comida para o defunto e faziam o *xiweny*.

Os anciões Karajá-Xambioá também descreveram o que poderia acontecer quando o ritual não era respeitado:

[...] lá na fazenda de Araçatuba, antigamente, era um cemitério grande. Daí teve uma mulher que morreu e foram para lá enterrar ela. Aí fizeram todo o trabalho lá. Enterraram, fizeram *xiweny*, levaram comida

²⁹ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista IV**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Wary-Lyty, 2016. 1 arquivo .m4a (60 min.).

e bebida [...] mas como tinha alguns gaiatos, que não tinham sido ensinados direito, aí eles chamaram: *vamos embora!, vamos embora!*. Ficaram conversando quando eles fizeram *xiweny*. Quando eles falaram *Hexexery*, diz que o chão lá dentro estremeceu de tanto as almas gemerem lá dentro. Aí com isso eles já ficaram desorientados. Aí foram chamando para ir embora. Aí, quando eles estavam descendo, uma outra defunta, que tinha sido enterrada, levantou e saiu do cemitério. Usava só uma tanga de embira. Aí lá vinha aquela mulher atrás dos homens. Todo mundo já foi entrando na carreira dentro da canoa e empurrando. A segunda canoa diz que quase não sai. Aí disse que a mulher ficou gritando: *gente me espera que eu vou com vocês!*, na linguagem *iny*. Eles foram embora e deixaram a mulher e ela ficou na beira do rio chamando eles. Quando eles chegaram na aldeia e falaram para o pajé, o pajé disse: *fez bem não ter trazido ela, pois se tivessem trazido nós todos iríamos para debaixo da terra morar lá. (informação verbal)*³⁰

O respeito ao ritual *xiweny* era muito importante para os Karajá-Xambioá. Segundo os anciões, durante o período de luto, levavam água e comida para o morto e se lamentavam pela morte de ente querido. As lamentações eram em voz alta, seguido de cantos. Todo o ritual era cumprido, pois, no fundo, além do luto, eles também tinham medo de descumpri-lo.

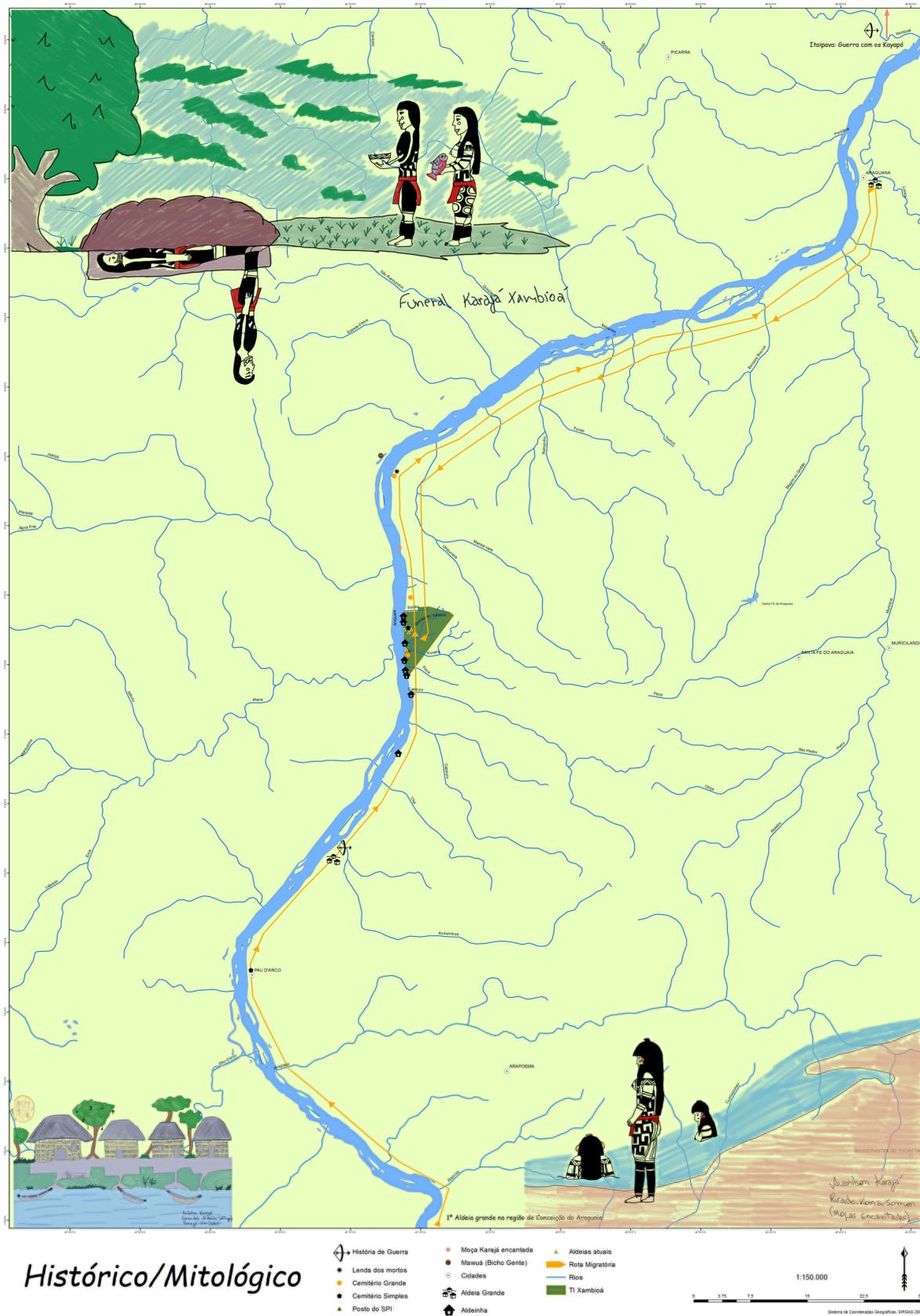
Ehrenreich descreve, também, onde eram localizados os cemitérios dos Karajás naquela época:

Os cemitérios ficam todos à beira do rio, em terreno elevado. Examinei detidamente dois deles, exumando alguns esqueletos; um desses cemitérios ficava perto de São José, e o outro pouco acima da barra do Rio das Mortes, na margem direita (EHRENREICH, 1891, p. 66).

Os Karajá-Xambioá contam que, em épocas mais recentes, possuíam cemitérios espalhados ao longo do rio Araguaia. Três grandes cemitérios: dois que ficavam localizados próximos a atual aldeia, onde era o Simão; e outro próximo a atual fazenda Araçatuba. Além desses, haviam outros dois menores: um na atual cidade de Pau D'arco/TO e outro na própria TI Xambioá. Vejamos no mapa abaixo.

³⁰ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista IV**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Wary-Lyty, 2016. 1 arquivo .m4a (60 min.).

Figura 19 – Mapa dos cemitérios antigo e atuais.



Fonte: (CARDOSO; LIMA; AIRES KARAJÁ, 2016).

Atualmente, os funerais cumprem, em partes, o seu rito, a depender da família do morto. Com a introdução de novas crenças, a maneira de lidar com a morte sofreu mudança entre os Karajá-Xambioá. Contudo, o cemitério ainda continua tendo um valor muito sagrado entre eles. Assim, observar esses pontos-chaves da cultura entre os povos indígenas é imprescindível para a efetivação de qualquer trabalho.

Temos como exemplo mal sucedido a demarcação da TI Xambioá que não levou em consideração vários aspectos da cultura desse povo. Isso levou a uma demarcação incorreta, deixando fora da área um dos grandes cemitérios deste povo, localizado nas proximidades do córrego São Francisco (face nordeste da TI), onde era o Simão. Segundo relato do cacique da aldeia *Hawa Tamyry*, sua mãe Hariwaky (Mariana) foi enterrada no cemitério em questão. Hoje, no local do antigo cemitério, existe uma estrada, que dá acesso à fazenda São Francisco, construída por cima das sepulturas. Adiante, avançaremos com mais narrativas dos mitos Karajá-Xambioá.

3.3.2 Das profundezas do Araguaia

É muito comum contos sobre o povo Karajá que viviam nas profundezas do Araguaia. Escritos de Ehrenreich nos contam sobre o caso de *Kaboi*:

Kaboi, o avoengo dos Karajá, vivia com o seu povo na região subterrânea. Aí brilhava o sol quando era noite sobre a terra, e vice-versa. Certa vez chegou até lá o grito da seriema (**Dicholophus cristatus**), ave do campo, e Kaboi resolveu seguir o grito em companhia de algumas pessoas. Alcançou um buraco que conduzia à superfície da terra. Mas somente os seus companheiros puderam atravessá-lo, enquanto ele próprio ficou preso na abertura, por causa das grandes dimensões de seu corpo, e só deixou aparecer a cabeça. Os Karaiá vaguearam pela região, encontrando muitos frutos, como bacuri, piqui, fruta de veado, bem como abelhas e mel silvestre, mas viram também uma porção de árvores mortas e lenha seca. Levaram tudo isso ao lugar em que Kaboi estava à espera deles e mostraram o que tinham achado. É certo, respondeu ele, que a terra é bela e fértil, mas a lenha seca prova que tudo o que vive aqui, não tarda a cair morto. Por isso é melhor ficarmos onde estamos.

É que no domínio de Kaboi os homens ficavam muito velhos. Morriam somente quando de caducos não podiam mais fazer movimento algum.

Quando Kaboi voltou para junto de seu povo mostrando os frutos, a maior parte de sua gente quis sair para a superfície da terra. Ele avisava em vão: Encontrareis tudo o que vos for necessário, mas haveis de morrer cedo. Assim mesmo, uma parte do povo se foi embora e povoou a terra. Os restantes ficaram com Kaboi no mundo subterrâneo. Continuam vivendo na plenitude de seu vigor, enquanto a gente que está sobre a terra se aproxima cada vez mais de sua extinção (EHRENREICH, 1891, p. 79–80, grifo do autor).

Anciões do povo Karajá-Xambioá também relatam a morada dos Karajá no subterrâneo, conforme narrativas abaixo:

O povo Karajá veio da água, mas só que antes tinha uma divisão. Quando eles vieram, lá não tinha morte. Lá eles ficavam velhos e ficavam novo de novo. Não morriam. Quando eles vieram na terra, encontraram muitas coisas, muitos frutos. Um deles viu o buraco e conseguiu sair. Viu muitas coisas: pé de candeia, de pequi, mel de abelha. Ele voltou e avisou aos outros. Fizeram reunião e resolveu sair. O capitão Koboí era muito gordo. Todos foi saindo e ficou só a família do Koboí para trás. Ele saiu no buraco, como ele era muito gordo só saiu a parte de cima da cabeça. Ele viu muitas coisas e disse: *o mundo aqui é bom e muito bonito, mas tem uma desvantagem ... Vocês estão vendo aquele pé de candeia seco, o pé de oiti seco e o pé de pequi morrendo? Isso tudo é doença e vocês todos vão morrer de doença.* O Koboí colocou uma fera para guardar o buraco para ninguém mais voltar [...] Até hoje eles vivem lá (*informação verbal*)³¹

Outra história do povo Xambioá, narrada pelos anciões, é sobre as *Hirado Komãsomã* (moças encantadas), que viviam no fundo do rio e subia a superfície. Viviam em uma lagoa nas proximidades da atual TI Xambioá.

Lá no covão de arara, do lado do Pará, onde hoje é o cinzeiro tem uma lagoa, lá diz que mora o Maluá, um tipo de nação, bicho-gente poderoso. Diz que lá da praia escutavam eles brincando, cantando alto e outros lutando. Ai falaram assim: *tem índio aí e é Karajá, vamos lá pegar eles?* Aí disse que foram escondidos de ponta de pé, até que chegaram lá na lagoa. Quando os Maluá pressentiram os índios chegando pela terra, caíram tudo dentro da água. Sumiram tudo na água. A água ficou só escumando e rodando [...] Mas aqui no Araguaia tem muito encanto. A gente não vê mais por conta do movimento, mas antigamente os índios viam as pessoas que moravam debaixo d'água subir para a praia e ficar igual nós mesmo, fazer casinha lá e dormir. Diz que desse jeito eles ficavam também. Diz que toda vida eles enxergavam esse povo. Os Karajá botaram o nome lá de *morada de moça*, porque só viam moça. Pelejaram muito para pegar, mas não conseguiram não. Elas caíam tudo dentro da água. Agora não tem mais praia lá. Era um lugar encantado. Os índio colocou o nome de lá de *IradoKOMYSOMY*, mas depois nós colocamos o nome de *Praia do Adão solto* (*informação verbal*)³²

³¹ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista II**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

³² KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista IV**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-Lyty*, 2016. 1 arquivo .m4a (60 min.).

Figura 20 – *Hirado Komãsomã* (moças encantadas) Karajá.

Fonte: (AIRES KARAJÁ, 2016).

Essas moças encantadas foram vista por muitos. Eram muitas as histórias sobre as moças bonitas (que, em muito, pareceriam-se com as índias Karajá-Xambioá), que moravam numa lagoa, a jusante do rio Araguaia, lado esquerdo, próximo a atual TI Xambioá ver mapa (Figura 19). Os relatos, em muito se coincidem, quando falam da formosura das moças encantadas. Contudo, era impossível capturá-las, elas sempre desapareciam para o fundo do rio.

Observa-se que, tanto nos escritos, quanto nas narrativas dos anciões Karajá-Xambioá, a intensa ligação do povo Karajá com o rio Araguaia agrega a sua origem vinda das profundezas do rio. Sendo assim, justificável seu destaque nas atividades pesqueiras, bem como, suas moradas ao longo do rio Araguaia. Acredita-se existir até os dias de hoje, o povo Karajá que vive no subterrâneo do rio Araguaia.

3.3.3 Jacaré Encantado

Muito já se ouviu falar do jacaré encantado, que namorava as mulheres Karajá. Ehrenreich trouxe relatos sobre o tal jacaré e as *mulheres belicosas*, conforme trechos abaixo:

As mulheres duma aldeia costumavam, em certas épocas, ir a uma lagoa em que morava um grande jacaré (**kabroro**). Tinham erigido aí ranchos com utensílios de cozinha, panelas e outras coisas mais. Levaram para lá enfeites de penas e cintas bonitas, e também almíscar para esfregar o corpo. Uma das mulheres era enfeitada com todos êsses adereços, a sua pela coberta de almíscar. Ficava assim sentada junto à margem, enquanto as demais iam procurar frutos na floresta. Outras pescavam ou preparavam comida.

Logo que as outras se haviam retirado, a mulher com os enfeites de festa chamava: **kabroro - kabroro - u-u-uh atamang mriäkotä betiuä menaka menaka!** "Jacaré, vem trazer peixe, matrincham, curimatá, papaterra, avoadeira!"

O jacaré respondia: **bubububu – anakre.** "Já vou."

Aparecia então com um feixe de pescado. Em seguida deitava a cabeça sôbre a coxa da mulher, para ela catar os parasitas, e adormecia. Enquanto isso, as outras mulheres preparavam a comida e depois da festa iam para casa, levando aos homens apenas as cascas vazias das frutas. A mulher enfeitada ficava com o jacaré e seguia somente mais tarde.

Com o tempo, os homens ficavam admirados porque as mulheres voltavam sempre com as cascas vazias. Decidiram- examinar o caso. Um dêles mandou ao filho que acompanhasse a mãe. Depois de persistente recusa, recebeu finalmente a permissão e contou depois aos homens o que tinha visto.

Daí a dois dias, estes se reuniram e foram, êles próprios, à lagoa, enquanto as mulheres tiveram de ficar na aldeia. Também êles se esfregaram com almíscar e chamaram o jacaré. Êste apareceu como de costume, trazendo peixes, e deitou-se para dormir. Entretanto os homens o mataram com u'a maça, jogando-o no mato.

Em seguida, os homens foram caçar; mataram ainda outros jacarés, garças, marrecos e urubus, e voltaram com a caça. Gritaram zombeteiros para as mulheres: "Vos nos enganastes, agora podeis comer carne de urubu."

No outro dia as mulheres saíram novamente. Mas o jacaré não apareceu. Afinal o seu cadáver foi encontrado no mato. Enfurecidas, correram para casa, fizeram flechas e arcos e desafiaram os homens a luta.

Os homens não levaram o assunto a sério e, para não ferir as mulheres, viraram as flechas ao colocá-las no arco; mas as mulheres atiraram com as pontas e mataram os homens, com exceção de alguns poucos, que escaparam. As mulheres então desceram o rio. Nunca mais se teve notícias delas.

No tempo em que vivia o jacaré, todos os jacarés falavam. Hoje não fala mais nenhum (EHRENREICH, 1891, p. 83-84, grifos do autor).

Essa história do jacaré encantado é, ainda, presente entre os Karajá-Xambioá. Vejamos abaixo a narrativa dos anciões Karajá-Xambioá sobre o tema:

A história do jacaré era assim: as mulheres ia tirar piqui, nessa época, quando elas ia só era mulher, não ia homem e nem criança, só ia só as mulheres catar piqui e lá elas ficavam fazendo comida, cozinhavam macaxeira, aí elas fizeram uma brincadeira, resolveram chamar

algum bicho da água para trazer peixe pra nós. Todas concordaram e resolveram chamar o *Kabororó*, aí nesse dia que começou a trazer os peixe para a mulher, na brincadeira que começou, aí virou verdade. Depois que elas chamaram, passou um pedaço ele respondeu: *bo bo bo bo*. A água ficou borbulhando, aí elas tornaram a gritar: *Kabororóuuu, kabororóuuu*, aí ele respondia: *bo bo bo bo*, aí ele trouxe os peixes. Três dias seguidos ficou trazendo peixe, diz que lá vinha o bichão nadando com uma feira de peixe de um lado e do outro até quando chegou na beirada. Quando ele chegou na beira e encostou, as mulher chegou e pegaram o peixe e ficaram dizendo assim: *viva!, viva!, como nós é sabida!*. Aí ficaram alegre com o peixe e o jacaré foi embora. As mulheres começou a gostar do jacaré. Foram muitos dias para elas conquistar o jacaré, para trazer para o seco para eles namorar. Mas aí os homens desconfiaram das mulher: *mas o que é que essas mulheres vão catar piqui todo dias?! todo dia e não trás nada para nós!*. Aí eles falaram: *vamos caturar elas. Vamos ver o que elas estão inventando!*. Os homens primeiro mandou a criança, ensinou o menino pequeno, disse assim: *tu vai chorar muito não vai calar até elas te levar, aí tu vai descobrir o que elas estão fazendo*. Os homens deram uma taboquinha para o menino e disse para ele: *o que tu ver lá coloca dentro da taboca e trás para nós*. E assim foi feito [...]. Chegando lá, a mulher gritou o jacaré, ele fez todo o movimento na água e apareceu com a feira de peixe. As mulheres levavam inhame macaxeira, grolado e faziam lá para misturar no peixe. A criança ficou só observando e juntando as comidas para levar para os homens verem. As mulheres puxavam o jacaré e cada uma ficava catando os piolhos do jacaré e ele dormia que ressonava. Quando elas voltaram, as mulheres disseram que não era para ele contar nada do que tinha visto. Quando chegou a noite, os homens que se reuniam na casa de *aruanã* (onde criança não podia entrar), disseram para a criança chorar muito até que eles os levassem. E assim a criança foi para a casa de *aruanã* e contou aos homens o que tinha visto. Passado alguns dias, os homens inventaram uma caçada, mas, na verdade, era só para ir atrás do jacaré. A criança foi junto para ensinar o local. Chegando lá, a criança ensinou como fazia para chamar o jacaré. Quando o jacaré saiu com a feira de peixe, os homens pegaram os peixes e puxaram o jacaré para o seco e macetaram o jacaré. Diz que até hoje tem o rastro de onde eles puxaram o jacaré [...]. Fica lá no Tapirapé [...]. No outro dia, as mulheres foram lá e encontraram o jacaré morto, choraram muito [...] aí as mulheres voltaram para a aldeia e se revoltaram contra os maridos. Foi aí que elas cortaram os peitos com as cordas das flechas para guerrear com os maridos [...]. Eu já ouvi falar que tem um povo que parece ser Karajá, esteira é do mesmo jeito, o jeito de criar arara é igualzinho dos Karajá e a fala, só que não tem peito, um lado não tem peito, diz que eles moram para cá, para o rumo da Amazônia, elas foram embora e criaram outro povo (*informação verbal*)³³

[...] depois elas foram embora, criaram uma aldeia para elas, diz que tem uma nação que não tem os peitos mesmo não, só o lugar do peito e elas falam quase tipo os Karajá, diz que mudou só um pouquinho [...] mas essa história é verdade [...] o Karajá não tem relação com jacaré, eles não gostam de jacaré [...] (*informação verbal*)³⁴

³³ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista IV**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-Lyty*, 2016. 1 arquivo .m4a (60 min.).

³⁴ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista III**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia

Um ponto marcante da cultura Karajá-Xambioá é a relação que se tem com o alimento. Eles dão a ele uma condição de elemento central nas relações de trocas simbólicas. Observa-se que, na história do jacaré encantado, nas duas versões contadas, em tempos distintos, a relação que as mulheres tem com o jacaré (*Kabororó*) é uma relação de troca. Quando ele traz peixes (alimento) a elas, ganha a confiança das Xambioá. Outro mote é quando elas saem para buscar fruto na floresta, o pequi (alimento), e não levam nada aos homens, rompem a reciprocidade das trocas simbólicas com eles que, nesse caso, estavam sendo estabelecidas com o jacaré. A Comida trocada com o jacaré é a prova da “traição” (quebra de reciprocidade) das mulheres com os homens. Percebe-se, uma ruptura abrupta da relação de troca. Na versão dos anciões, o corpo foi transformado pela cultura: mulheres sem peito, ou seja, desprovidas da capacidade de alimentar, em função da quebra da relação com os homens. Dessa forma quebraram o lastro das relações de troca simbólica e romperam com a sociedade, criando uma aldeia só para elas.

As narrativas do jacaré encantando nos mostram a forte relação dos Karajá-Xambioá com o alimento e com os animais. Uma relação real com o meio ambiente e, extremamente, valorizada em sua cultura. Contudo, apesar de serem, quase que o zoológico a céu aberto, como narrou Ehrenreich (1891), o povo Karajá-Xambioá não possui, até hoje, uma relação amigável com o jacaré.

Destaca-se, ainda, que, atualmente, na cultura Karajá-Xambioá, várias são as festas que elevam o *status* do alimento ao ponto central das celebrações, como a festa do peixe e a da tartaruga. Essas festas ocorrem todos os anos, com comidas típicas: *bororó* e *berety*; peixes assados, cozido e fritos. Tudo com muitas cantorias e danças, fortalecendo ainda mais a cultura Karajá-Xambioá.

É evidente a ligação do povo Karajá-Xambioá com o meio ambiente: o rio, a terra, os animais, os frutos naturais ou cultivados. A ideia de pertencimento à natureza é algo que está imbricado à cultura deste povo. A mensagem abstraída é: saímos dela, vivemos dela e com ela. Essa é a ideia transmitida pelo povo Karajá-Xambioá sobre a natureza.

Essas foram às minhas contribuições sobre a história, origem localização antiga e atual e aspectos social e cultura do povo Karajá-Xambioá. Conhecer quem são e como vivem os povos indígenas é imprescindível para o desenvolvimento de relações sociais e interinstitucionais no âmbito das políticas voltadas a gestão dos territórios indígenas.

No próximo capítulo, são abordados os pontos chaves para a gestão dos territórios indígenas, como a PNGATI (Dec. 7.747/2012) e o instituto da Dupla Afetação, considerando as interações institucionais em construção necessárias às implementações.

4 GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO ESTADO BRASILEIRO

4.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

O ordenamento jurídico brasileiro prevê direitos constitucionais aos povos originários, entre os quais destacam-se os fundiários, previstos no artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988). As Terras Indígenas (TI) cumprem a função constitucional de garantir os meios necessários à sobrevivência física e cultural dos povos originários.

Entretanto, neste primeiro momento, torna-se oportuno, destacar que *Terra Indígena* não corresponde ao que se pode conceber como *território*. Gallois (2004, p. 5) distingue TI e território indígena, remetendo o primeiro a um processo político-jurídico, regido pelo Estado; e o segundo à construção e vivência, culturalmente variável, de um grupo social com sua base territorial.

Para Arruti (1996, p. 163), o território estaria no campo da produção de significados e instrumentos culturais, mais que no campo dos objetos naturais. Concebido como produto de uma ecogênese¹, sua análise deve levar em conta as disposições e arranjos não aleatórios de objetos e homens sobre uma determinada superfície, que exprimem conhecimentos e práticas de apropriação desta superfície e que traduzem o espaço em formas culturais.

Claval (2007, p. 158), por sua vez, explica que o território exerce um papel central na construção das identidades coletivas. É a base material da existência comum e fornece parte dos recursos indispensáveis à existência de cada um. O território é compartilhado, formado por diferentes lugares, carregados de significados acessíveis a todos (peregrinações, santuários, monumentos históricos, as gerações passadas viveram no território e é nele que seus corpos repousam).

Outro elemento fundamental dos territórios é encontrado nos vínculos sociais, simbólicos e rituais, que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos. A identificação de lugares sagrados por um grupo determinado representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado (DELORIA JR., 1994 apud LITTLE, 2002, p. 10).

¹ Ecogênese é considerado por Raffestin (1986, p. 177), como um processo no qual natureza e cultura se fundem para a criação de uma dimensão nova, em que o espaço é ordenado segundo os sistemas informacionais disponíveis ao homem.

É irrefutável que o Brasil é um país que apresenta grande variedade de modos de vida e culturas diferenciadas, que podem ser consideradas "tradicionais". Além disso, existe grande diversidade de grupos e povos indígenas, com mais de duas centenas de línguas diferentes (DIEGUES, 2001, p.14). Não cabe, assim, um olhar unificado, para os diferentes povos e seus territórios.

Dessa forma, para compreender e discutir a gestão dos territórios indígenas, temos que analisar os diferentes significados que essas populações dão a seus territórios, verificando como elas se identificam e se relacionam com o ambiente em que vive, sobre uma lógica diferente da estabelecida pela sociedade nacional. Adiante verificaremos a situação atual das TIs no Brasil.

4.2 TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

As TIs representam uma categoria jurídica de ordenamento territorial e só adquirem expressão efetiva após sua delimitação e demarcação (BECKER, 2004). As TIs fazem parte dos territórios indígenas, são definidas a partir da territorialidade da população, mas não se constituem como sendo o território em sua totalidade.

A CRFB/1988 é considerada um avanço nas questões relativas aos indígenas e, no art. 231, § 1º, reconhece as terras tradicionalmente ocupadas por eles e as define como:

Art. 231. (...)

§1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

É também a CRFB/1988, no § 2º, que estabelece que: “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nela existente”.

A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas se constitui como uma das principais obrigações impostas ao estado brasileiro pela CRFB/1988. No entanto, para que uma terra tradicionalmente ocupada pelos indígenas possa ser demarcada, é necessário cumprir as fases do procedimento demarcatório das terras, que estão definidas pelo Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996 (Dec. nº 1775/1996). Assim, as TIs tradicionalmente ocupadas são definidas mediante o cumprimento das seguintes fases:

Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.

Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.

Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

Interditadas: Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados. (FUNAI, 2016)

Contudo, existem outras modalidades de regularização fundiária de TIs, além das tradicionalmente ocupadas, como as reservas indígenas e as terras dominiais. Existe, também, a figura da interdição de área, para proteção de povos indígenas isolados (FUNAI, 2016), conforme classificação abaixo:

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Reservas Indígenas: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.

Terras Dominiais: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Interditadas: São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. (FUNAI, 2016)

Vejam os abaixo a situação das TIs no Brasil, por classificação jurídica.

Figura 21 – Terras Indígenas no Brasil por situação jurídica.

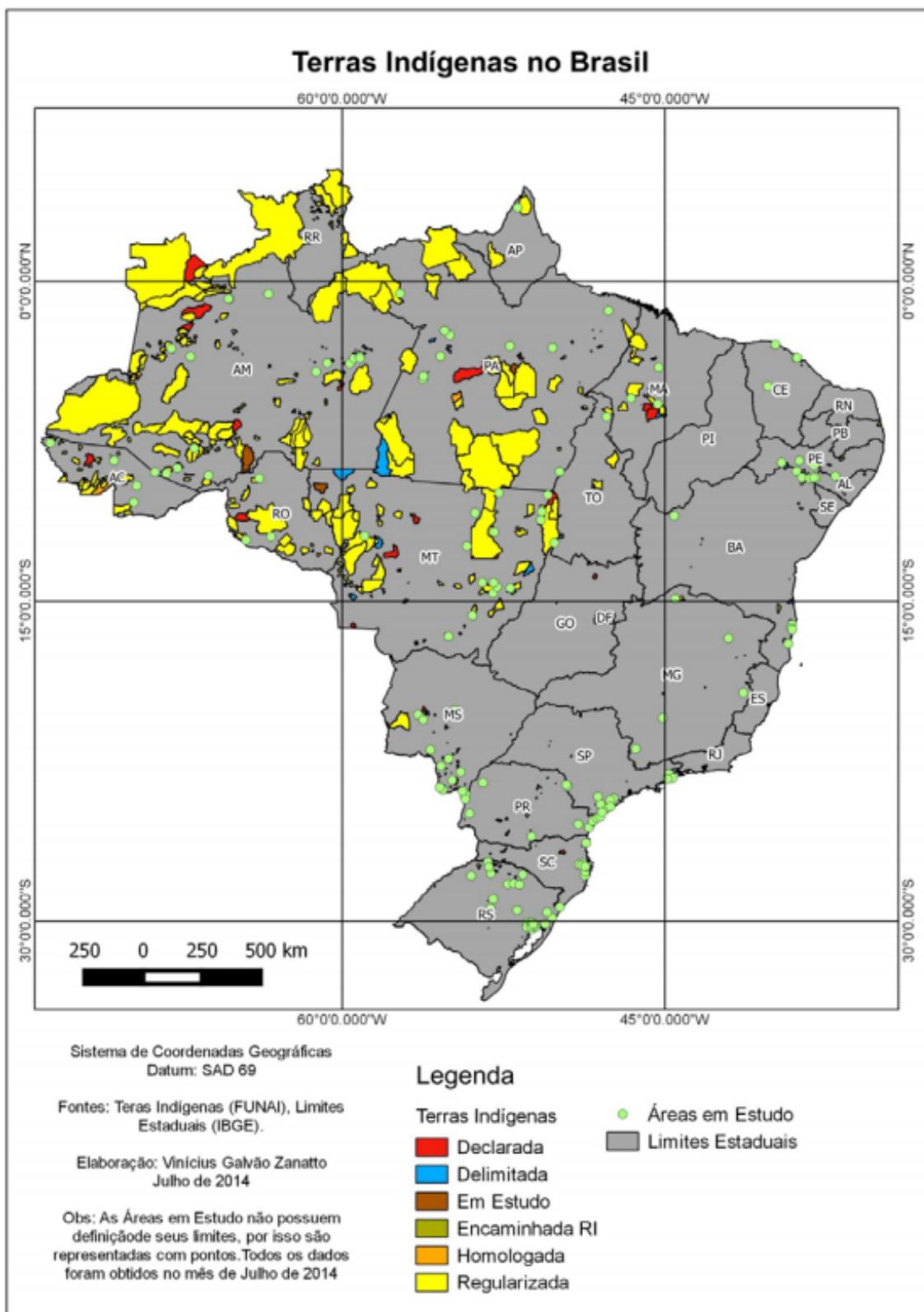
MODALIDADE	QTDE	SUPERFÍCIE(ha)
INTERDITADA	6	1.084.049,0000
DOMINIAL	6	31.070,7025
RESERVA INDIGENA	31	41.014,7811
TRADICIONAMENTE OCUPADA	545	112.362.100,4361
TOTAL	588	113.518.234,9197

FASE DO PROCESSO	QTDE	SUPERFÍCIE(ha)
DELIMITADA	28	2.386.006,0000
DECLARADA	45	1.531.824,0000
HOMOLOGADA	13	1.501.460,0000
REGULARIZADA	467	105.748.432,0000
TOTAL	553	111.167.722,0000
EM ESTUDO	126	0,0000
PORTARIA DE INTERDIÇÃO	5	668.892,0000

Fonte: (FUNAI, 2016).

Dados oficiais, disponibilizados pela FUNAI, informam que as TIs ocupam 12,02% da extensão do território nacional, estando a maior parte desse total situado na Amazônia Legal, região norte. Atualmente somam um total de 467 terras indígenas regularizadas mais as TIs que estão em fases distintas do procedimento demarcatório, previsto no Dec. nº 1775/1996, conforme figura abaixo:

Figura 22 – Distribuição das TIs por Unidade Federativa.



Fonte: (ZANATTO, 2015, p. 30).

Após as devidas considerações iniciais, avançaremos para a instrumentalização da gestão dos territórios indígenas, abordando a PNGATI, por se tratar do modelo de gestão de TIs, adotado pelo Estado brasileiro no cenário atual. Além disso, são abordados, também, os principais elementos sobre a Dupla Afetação, que trata de um regime de afetação jurídica duplicada: o mesmo espaço é duas vezes afetado por institutos jurídicos distintos, para atender às exigências e restrições de ambos. Neste caso, a Dupla Afetação é a definição do espaço como TIs e, ao mesmo tempo, como Unidades de Conservação (UCs). Esse conceito é particularmente importante para a análise em curso, pois, conforme demonstrarei, a condução da política em tela tem por base a contemplação dos aspectos sociais, culturais e ambientais das TIs.

4.3 A POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS (PNGATI)

As TIs possuem a atribuição constitucional de garantir os direitos dos povos originários, porém, cumprem também a função secundária de preservação ambiental. pelo texto constitucional, a dimensão ambiental do conceito de TI volta-se à preservação dos recursos necessários à sobrevivência física e cultural dos povos originários. Todavia, é importante deixar claro que o componente ambiental das TIs volta-se à proteção dos povos, de suas formas e uso dos recursos e ocupações territoriais. Atualmente, são consideradas extremamente importantes para a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que essa biodiversidade é fundamental à manutenção física, cultural e econômica dos povos indígenas.

A política indigenista atual parte do pressuposto de que a regularização das TIs constitui-se como parte do processo de reconhecimento dos direitos fundiários e ambientais dos povos originários. Compreende-se hoje que além de regularizar as terras tradicionalmente ocupadas, cabe também ao poder público instituir políticas voltadas à proteção e uso sustentável das TIs. Diante da necessidade de manutenção e conservação das TIs, surgem as políticas públicas voltadas para este fim. É o caso da PNGATI.

Diante do exposto, torna-se fundamental abordar a PNGATI como objeto de estudo, fornecendo informações primordiais acerca da política, tais como, as circunstâncias de elaboração e implantação, de que movimentos mais amplos ela se desdobra, bem como, um mapa geral da estrutura do decreto que instituiu a política.

Para isso, além da legislação utilizada para a fundamentação e implantação, utilizarei também material bibliográfico já produzido sobre o tema, tais como, as seguintes dissertações:

a) DORO FILHO, I. G. *Os Limites da Participação: Uma leitura da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)*. 288 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015;

b) PRINTES, R. B. *Gestão territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas*. 252 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012; e

c) GARCIA, F. P. d. S. *A Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em Mato Grosso, Brasil*. 137 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade do Estado de Mato Grosso, 2014.

4.3.1 Antecedentes da PNGATI

O reconhecimento da necessidade de uma política de gestão territorial e ambiental de TIs, pelo Estado, surgiu a partir de alguns fatos históricos ocorridos no Brasil, conforme citados abaixo por Garcia:

1. A emergência dos movimentos indígenas pelo país, e de novos movimentos ambientais, além das primeiras organizações de caráter regional e nacional de indígenas a partir da segunda metade dos anos 1980;
2. Mudanças na regulamentação da política indigenista no Brasil nos últimos 20 anos, destacando-se, nesse sentido, a criação da Constituição de 1988. Além disso, o fim do monopólio da ação governamental e o avanço na demarcação das terras indígenas, impulsionados tanto pelos movimentos sociais quanto pela cooperação internacional. Isso levou à percepção da necessidade das organizações indígenas adquirirem novas competências e habilidades para gerir as terras indígenas reconhecidas;
3. Reconhecimento da interdependência positiva entre biodiversidade e sociodiversidade, a “natureza” tropical começou a ser compreendida como produto cultural de uma manipulação muito antiga dos indígenas, com sistemas complexos e eficientes de manejo de “recursos”. Seus mitos passaram a ser reconhecidos como planos para o uso da terra e os seus conhecimentos empíricos, como etnociências²;
4. O debate sobre as soluções propostas para administrar o ‘suposto conflito’ causado pela presença humana em unidades de conservação (UCs) levou o conservacionismo internacional a reconhecer, aos poucos, os benefícios ambientais diretos ou indiretos das áreas habitadas por povos indígenas. Assim, a conservação ambiental tornou-se mais uma justificativa contundente para a elaboração de políticas de gestão em terras indígenas;
5. A presença da cooperação técnica e financeira internacional e de

² O termo designa a área de conhecimento multi, inter e transdisciplinar de documentação, estudo e valorização dos conhecimentos e das práticas produzidas por um grupo cultural e transmitidos por multimeios não convencionais.

Conceituações outras de Etnociência são encontradas, tais como: etnografia de conhecimentos culturais, ciência dos conhecimentos culturais, movimento pedagógico multicultural e pluriétnico. (FERNANDES, 2007)

organizações internacionais para apoiar projetos e iniciativas relacionadas a povos indígenas e ecossistemas de valor global. A grande repercussão midiática internacional das ameaças à Amazônia brasileira, importante floresta tropical, atraíram a atenção internacional (GARCIA, 2014, p. 50).

Reconhecer essa necessidade significava dizer que existia um cenário socialmente produzido, que se tornou visível, principalmente, para os atores dos campos indigenista e ambiental, por meio de um lento processo de produção em que vetores, em diferentes escalas e com diferentes ritmos, se cruzaram (IEB, 2009).

A partir desse contexto, surge a necessidade de se construir uma política de direitos ambientais para os povos indígenas. A constatação, cada vez maior, de que as TIs, especialmente na Amazônia, possuem uma considerável cobertura florestal preservada estimulou ações e discussões, que associavam cada vez mais gestão ambiental e/ou territorial com a conservação em TIs (IEB, 2009).

Para integrar o cenário acima exposto, logo após a promulgação da CRFB 1988, surgiu a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992 (conhecida como Rio 92 ou ECO-92)³. A conferência foi considerada como um renovo ao estímulo do debate relacionado às questões ambientais e sociais brasileiras, tanto na esfera pública e privada, quanto na política.

É então a partir da Rio-92 que são selados novos compromissos políticos, inseridos com destaque nas agendas nacional e internacional, visando o cumprimento dos mesmos no futuro. Considerada como marco histórico do movimento ambientalista internacional e nacional, alguns documentos assinados na Rio 92 se tornaram referências fundamentais no direito ambiental, pautando posteriores formulações de “políticas públicas sociais e ambientais” em diversos países (SANTILLI, 2005, p. 22), ou seja, consolidando os direitos socioambientais.

Baniwa (2006, p. 76 e 78) explica, que é nesse contexto, a partir da Rio-92, que os indígenas passaram a se fazer presentes e ganhar visibilidade nacional e internacional, por meio de suas organizações e representações políticas, na agenda Ambiental. Sob a liderança da *Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira* (COIAB), passaram a participar intensamente e negociar, juntamente com o governo brasileiro, programas e projetos específicos, especialmente voltados ao atendimento de demandas de autossustentação e proteção territorial.

Dessa forma, os vários e diversificados modelos indígenas de gestão passaram a figurar com destaque entre as premissas sustentáveis defendidas pelo movimento

³ A CNUMAD é mais conhecida como Rio-92. Assim, nessa pesquisa será adotada a nomenclatura Rio-92 como sinônimo de Eco-92.

socioambientalista, segundo Little (2002, p. 18), "devido a suas práticas históricas de adaptação" aos mais variados ambientes naturais. O autor salienta que a dimensão socioambientalista dos territórios sociais se expressa na sustentabilidade ecológica de ocupação desses povos durante longos períodos de tempo, baseadas nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas.

Segundo Garcia (2014, p. 43), ao longo de vários séculos, a relação existente entre os indígenas e a natureza baseou-se no equilíbrio ambiental. As influências antrópicas causadas pelo manejo e pela presença dos indígenas moldaram a paisagem dos biomas, contribuindo inclusive para a disseminação de espécies e o aumento da biodiversidade em certas regiões.

Diegues (2001, Prefácio) afirma que, mediante um grande conhecimento do mundo natural, essas populações (referindo-se não somente aos indígenas brasileiros, mas a todos aqueles que habitam em países de terceiro mundo) foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica. Para o autor existe, nesses países, grande diversidade sociocultural responsável por séculos de manejo do mundo natural, que tem garantido a diversidade biológica.

Importa-se ressaltar, conforme Printes (2012, p. 68–69), que a partir da Rio-92 a “questão indígena”, historicamente vista como um “incômodo” a ser resolvido pelo Estado, por ocuparem tradicionalmente territórios, considerado extensos pela sociedade ocidental, que são avaliados como espaços vazios a serem explorados em nome do “progresso”, passa a ser vista como a solução para parte dos problemas ambientais globais, devido as evidências de que os territórios indígenas (especialmente em contextos territoriais amazônicos) apresentam altos índices de conservação da biodiversidade.

A partir deste cenário, surgiram ações que culminaram em um panorama de projetos no Estado brasileiro, voltados para a preservação ambiental. Como exemplo, tem-se o *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7* (Decreto n. 563, de 5 de junho de 1992 – atualmente revogado e substituído pelo Decreto n. 2.119, de 13 de janeiro de 1997). O PPG7 e seus subprogramas impulsionaram a regularização fundiária de TIs e experimentos participativos.

O programa teve origem a partir de pressões do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), composto por ONGs, que agregam povos indígenas, seringueiros e ambientalistas da Amazônia. O objetivo comum dessas ONGs era de pressionar o G7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo, à época: EUA, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Holanda, França e Canadá) a cumprirem o prometido: destinar recursos a fundo perdido para iniciativas de combate ao desmatamento das florestas tropicais brasileiras (SANTILLI, 2005, p. 25).

O PPG7 (Dec. n. 2.119/1997) desenvolveu vários projetos de sustentabilidade, voltados às populações locais e à preservação das florestas tropicais. Tiveram destaque dois deles: **1)** o subprograma *Projetos Demonstrativos* – PDA (Decreto n. 1.668, de 11 de outubro de 1995a) – iniciado em 1995 com o fito de estimular e financiar projetos sustentáveis de populações na Amazônia e Mata Atlântica; e **2)** o *Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal* – PPTAL (Decreto n. 1.671 de 11 de outubro de 1995b) - iniciado em 1996, com a finalidade de garantir a demarcação e a proteção das TIs, localizadas na Amazônia Legal brasileira.

Segundo Bavaresco e Menezes (2014, p. 17), o PPTAL ajudou a FUNAI a demarcar muitas terras indígenas na Amazônia. No início da década de 1990, muito dos recursos para os povos indígenas vinham da cooperação internacional. No PPTAL (Dec. n. 1.671/1995), representantes indígenas tiveram participação em número igual à de representantes governamentais na tomada de decisões, e os povos originários participaram ativamente na execução desse projeto nas suas terras. Para Guimarães (2014, p. 166), as experiências desses programas deram origem ao *Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas* (PDPI) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), iniciado em 2001, em parceria com a COIAB.

O PDPI era um programa que funcionava dentro do MMA, na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (mas com sede em Manaus/AM), para incentivar projetos indígenas da Amazônia Brasileira, que serviriam como exemplo para outros povos e locais. Apoiou mais de 300 projetos.

O programa tinha como objetivo central: melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas, em suas terras, e de conservação dos recursos naturais nelas existentes, por meio do financiamento de iniciativas indígenas, que fossem planejados e executados de forma participativa e que tivessem caráter inovador e demonstrativo (BRASIL/MMA, 2003b, p. 5).

O PDPI funcionava com base em princípios e regras que foram combinadas durante as negociações entre Governo Brasileiro, Movimento Indígena e Doadores. Todas essas definições estão consolidadas no *Caderno Explicativo: Como Funciona o PDPI?*, disponível no *site* do MMA. Segundo o documento, “o PDPI está dividido em dois componentes: (1) o componente do **Fortalecimento Institucional** e (2) o componente dos **Projetos**” (BRASIL/MMA, 2003a, p. 4).

O componente **Fortalecimento Institucional** foi criado com o objetivo de fortalecer o Movimento Indígena de forma estratégica, ou seja, dando atenção para as necessidades específicas de cada região da Amazônia Brasileira. A Amazônia Oriental, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Pará, Amapá e parte do Mato Grosso, foi escolhida como região prioritária para receber este tipo de apoio por se tratar de

uma região onde o Movimento Indígena era ainda pouco articulado. Esse componente trabalhou em três linhas de ação: **1)** Apoio a articulação indígena; **2)** Apoio Institucional e **3)** Cursos de capacitação para gestores de projetos e organizações indígenas.

O componente dos **Projetos** foi criado para apoiar iniciativas dos povos indígenas em suas terras que pudessem servir como exemplo para outros povos e comunidades. A ideia é que os próprios índios fizessem seus projetos (com ou sem ajuda de assessores), planejassem as atividades e conseguissem colocar em prática o que foi planejado para fortalecer a autonomia indígena.

Para Guimarães (2014, p. 167), outra ação do Governo Federal importante neste cenário, foi o programa *Carteira Indígena*. O dito programa foi iniciado em 2004, promovido pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Contudo, o recurso majoritariamente era do MDS e tinha como ênfase o combate a fome. O documento de referência do programa *Carteira Indígena: Diretrizes e Normas de Funcionamento*⁴ informa o objetivo do programa:

Promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável entre os Povos Indígenas, de forma a contribuir para a garantia do direito humano à alimentação adequada, por meio do apoio e fomento a práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, à gestão ambiental e ao uso sustentável da biodiversidade das terras indígenas, com respeito às identidades culturais indígenas, estímulo ao resgate, à valorização, à manutenção e revitalização de seus conhecimentos tradicionais e ao fortalecimento de sua autonomia (BRASIL/CGCI, 2009, p. 2).

No entanto, dentre os projetos e programas do Governo Federal, na área de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, destaca-se, para efeito desta pesquisa, o projeto *Catalisando a contribuição das terras indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros*, conhecido como *GEF – Indígena* e, atualmente, intitulado de *Projeto GATI*⁵.

O projeto de *Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI)* é fruto do Grupo de Trabalho Interministerial, que serviu de apoio à PNGATI. Foi aprovado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente - *Global Environment Fund (GEF)*, da Organização das Nações Unidas (ONU), em agosto de 2009. Atualmente, o GATI, está em fase de execução e será mais detalhado no Capítulo 5.

A PNGATI foi antecedida por um momento de efervescência do movimento indígena. Não é possível afirmar que é uma política com preponderância do protago-

⁴ Todas as informações do programa, inclusive os documentos mencionados, estão disponíveis no site do MMA

⁵ A partir desse ponto, o projeto *Catalisando a contribuição das terras indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros* será chamado, simplesmente, GATI (tal como é conhecido). A nomenclatura anterior somente será apresentada em referências históricas do projeto.

nismo indígena na criação (como é disseminado), mas é inegável que esses movimentos tenham contribuído para a criação da política. Alguns espaços de mobilização indígena merecem destaque nesse tocante.

Nos movimentos organizacionais indígenas e indigenistas, surgem algumas iniciativas, como o Acampamento Terra Livre (ATL). Trata-se de reuniões que os povos originários começaram a realizar a partir de 2004, que se transformou em um forte instrumento de mobilização dos povos indígenas de todo o país em defesa de seus direitos.

No ATL de 2005, decidiu-se pela criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), uma associação de instância nacional de deliberação e articulação política do Movimento Indígena. A entidade congrega as Organizações Indígenas regionais de todo o país (frações regionais da entidade). A APIB também possui uma Comissão Nacional Permanente (CNP) em Brasília formada por representantes das organizações e assessoria técnica⁶.

Todos esses espaços de deliberação, composto e constituído pelos próprios indígenas, estão em consonância com a *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais*, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989 (Convenção 169/1989 da OIT)⁷, fator importantíssimo para o reconhecimento dos direitos dos povos originários. Dentre outras coisas, a dita Convenção reconhece aos indígenas o direito de serem consultados, “Art. 6º, 1, [...] cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”; e de “Art. 7º, 1, [...] participar livremente, [...], na adoção de decisões em instituições [...] organismos [...] responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes”.

Seguindo a linha do espaço para diálogo, em 2006, foi criada a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI (Decreto s/n. de 22 de março de 2006c), no âmbito do Ministério da Justiça (MJ). A instalação da comissão aconteceu somente em abril de 2007. Recentemente, a “Comissão” foi transformada em Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI (Decreto n. 8.593, de 17 de dezembro de 2015)⁸.

O CNPI é um órgão colegiado consultivo paritário (entre governo e movimento indígena) do MJ, composto por representantes indígenas, representantes de organizações indigenistas não governamentais e membros de órgãos governamentais (Ministérios

⁶ A entidade mantém meios eletrônicos e *blog*, como “espaço para divulgação de informações sobre o Movimento Indígena Brasileiro”. Visite no link: <https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/>

⁷ A Convenção 169/1989 da OIT foi aprovada pelo Decreto Legislativo n. 143, de 20 de junho de 2002 e inserida no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Presidencial n. 5.051, de 19 de abril de 2004).

⁸ A CNPI é uma instância de governança da PNGATI (art. 5º do Dec nº 7.747/2012). Segundo estabelece o art. 9º do referido decreto, “A CNPI, no âmbito de suas competências, acompanhará a implementação da PNGATI, a fim de promover sua articulação com as demais políticas públicas de interesse dos povos indígenas”.

e FUNAI). Com o CNPI, foi estabelecido um canal específico de diálogo entre os diversos órgãos de governo, responsáveis oficiais pela política indigenista, e representantes indígenas de todo o país.

Dessa forma e partindo desses pressupostos, surgiu a necessidade, impressa, principalmente do Estado, de se pensar uma política pública que abarcasse toda essa questão socioambiental trazida pelas TIs: a discussão emergente da contribuição das TIs para a preservação do meio ambiente. Assim, aprofundaremos sobre o processo de criação da PNGATI na próxima seção.

4.3.2 O processo de construção da PNGATI

É a partir deste contexto histórico, ambiental, cultural e social, que surgiu, em 2008, os procedimentos iniciais/operacionais para a construção da PNGATI. Oliveira (2011, p. 18) explica que esse processo de construção da política, teve início quando o Governo brasileiro instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), reunindo setores do MMA, da FUNAI e representantes da APIB. O GTI foi criado pela Portaria Interministerial MMA-MJ nº 276, de 12 de setembro de 2008, “com a finalidade de elaborar proposta de Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas”.

Conforme dispõe a Portaria de criação, o GTI foi composto por seis representantes governamentais: três da FUNAI e três do MMA; e seis representantes não governamentais, indicados pela CNPI: dois da Região Norte; um da Região Nordeste; um da Região Centro-Oeste; um da Região Sul; e um da Região Sudeste.

O GTI realizou diversas reuniões a fim de produzir uma versão preliminar de um documento sobre a PNGATI a ser submetido à consulta, junto aos povos originários (SOUSA, 2012, p. 261).

Ainda de acordo com Oliveira (2011, p. 8), o processo de construção do *Documento de apoio para as Consultas Regionais* se deu em duas etapas. Na primeira etapa, esse grupo trabalhou na formulação de um Documento Base, contendo as diretrizes e os objetivos da PNGATI. Enquanto na segunda, foram realizadas cinco Consultas Regionais aos povos e organizações indígenas regionais sobre os conteúdos da política, conforme figura abaixo, com o propósito de que representantes desses povos pudessem discutir e propor adequações a esse documento base, a partir de suas especificidades locais, demandas e reivindicações.

Para o autor, a principal marca do processo de construção da PNGATI foi a “participação indígena”. Esta participação se deu, segundo o autor, principalmente, de dois modos: **1)** com a inserção de seis lideranças indígenas na composição do GTI, responsável pela formulação da proposta da política; e **2)** com a participação de repre-

sentantes e lideranças indígenas nas consultas regionais aos povos.

Figura 23 – Quadro de Consultas Regionais.

	Onde?	Quando?	Nº aprox. de participantes
1ª Consulta	Recife - PE	23 a 26/11/2009	240 indígenas, representantes de 47 povos região Nordeste
2ª Consulta	Curitiba - PR	14 a 17/12/2009	140 indígenas de 12 povos diferentes da região Sul e dos estados de SP e RJ
3ª Consulta	Campo Grande - MS	26 a 29/01/2010	190 indígenas de 7 povos distintos
4ª Consulta	Cuiabá - MT	27 a 30/05/2010	320 indígenas de 56 povos diferentes da região Centro-oeste, TO, MA e PA
5ª Consulta	Manaus - AM	25 a 28/06/2010	350 indígenas de 64 povos da região Norte

Fonte: Adaptado de (BAVARESCO; MENEZES, 2014, p. 83).

Nessas consultas, que se constituíram em grandes eventos, participaram aproximadamente 1.250 indígenas, representantes de 186 povos. Foram realizadas em todas as regiões do país entre novembro de 2009 e junho de 2010. As consultas tinham como objetivos: **a)** esclarecer a proposta da PNGATI; **b)** articular os direitos indígenas; e **c)** levantar e consolidar informações específicas de cada região (SOUSA, 2012, p. 261).

Não obstante, Doro Filho (2015), apresenta uma visão diferenciada dessa participação, em seu trabalho intitulado *Os limites da participação: Uma leitura da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)*. Para ele, a imagem geral era a de que eles estariam efetivamente construindo esta política, através de suas discussões e deliberações. Por outro lado, conforme as consultas avançavam, ficava mais claro que as suas “contribuições” passariam ainda pelo crivo final dos membros do GTI. Pois, foram eles que selecionaram, a partir dos resultados finais das cinco consultas, as propostas que puderam ou não ser incluídas na minuta de decreto da política.

Por não criar nenhum canal oficial de comunicação com as lideranças consultadas, o GTI acabou reduzindo as consultas às suas próprias finalidades burocráticas. Por conseguinte, as lideranças participantes só puderam ter alguma noção da sua real influência, sobre o processo, quando a minuta de decreto já se encontrava aprovada, pela CNPI, e pronta para ser enviada às instâncias jurídicas do MJ e MMA.

Uma forma de se preencher esta lacuna, deixada entre o encerramento de cada consulta e a conclusão das atividades do GTI, poderia ter sido a realização de uma Conferência Nacional sobre a PNGATI – uma proposta defendida, desde o início, pelos representantes indígenas do grupo (DORO FILHO, 2015, p. 121).

Ainda de acordo com autor, nem os próprios membros do GTI pareciam esperar que a minuta do decreto fosse gerar tantos pontos de inflexão, ao longo do seu trâmite, rumo ao Gabinete da Presidência da República. Durante a redação da minuta, o próprio grupo chegou a fazer alguns cortes e certo número de alterações textuais, que não correspondiam a nenhuma das deliberações, realizadas durante o ciclo de consultas. Assim, após passar por sucessivas reformulações, o texto definitivo da PNGATI se distanciou, em muito, de alguns dos pontos mais consensuais que surgiram (ou foram reafirmados) ao longo de todo o processo consultivo.

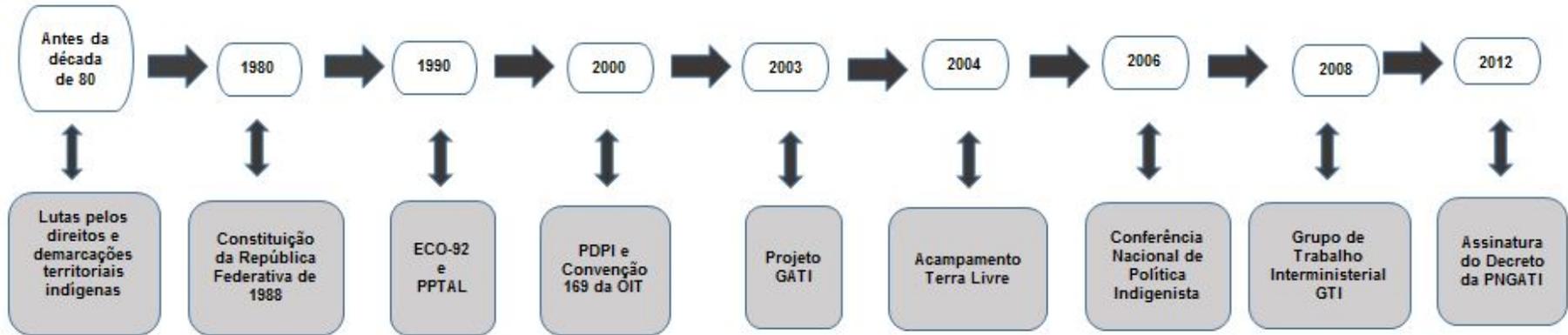
Corroborando com essa visão, Barreto Filho (mai. 2014) explica, em um vídeo⁹, publicado no canal do *youtube* “Educachico”, que os pontos limítrofes da PNGATI estão intrinsecamente interligados a essa questão: o distanciamento da proposta inicial da política até o trâmite final para o envio ao Gabinete da Presidência da República.

Além de simples alterações textuais, sistematizações, ou adequações jurídicas e formalistas, o que esteve em jogo foi o exercício de um tipo de controle mais direto sobre as propostas indígenas (deliberadas em consultas) e sobre os interesses políticos que as motivavam. Por meio de pareceres e notas técnicas, instâncias que, até então, não se envolviam com as negociações em torno da PNGATI, puderam regular as propostas já pactuadas no âmbito do GTI (e do próprio CNPI), modificando os seus conteúdos, ou mesmo solicitando a eliminação de certos itens (DORO FILHO, 2015, p. 195).

Apesar de todo imbróglio posto acima, surgiu a PNGATI, que teve, no dia 5 de junho de 2012, a promulgação de seu decreto, sob o nº 7.747, no qual instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Vejamos, de forma sintetizada, o quadro histórico de marcos importantes que culminaram nesta Política:

⁹ O vídeo está disponível no canal, *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=eOxOLQ8-NPg>, Acesso em 11 mai. 2016.

Figura 24 – Linha do tempo da PNGATI.



Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.3 Quadro sinóptico da PNGATI

A Minuta original do Dec. 1.747/2012 definiu a gestão territorial e ambiental de TIs como sendo o “conjunto de domínio político e simbólico do espaço que constitui o território de um povo indígena, englobando os seus saberes tradicionais e suas práticas quanto ao uso dos recursos naturais e da biodiversidade”. Envolveu, ainda, a dimensão dos “mecanismos, dos processos e das instâncias culturais de decisão relacionados aos acordos de uso e os consensos internos próprios de cada povo, e que são necessários à busca da sustentabilidade ambiental das terras indígenas” (GTI/MMA-MJ, 2010).

Assim, para ter uma compreensão mais objetiva sobre a PNGATI é importante entender de que forma ela está estruturada, para, com isso, ponderar sobre os resultados que se espera alcançar com essa política pública.

A PNGATI está organizada em diretrizes e objetivos (gerais), em sete eixos. Cada eixo agrupa objetivos específicos. Além disso, o decreto apresenta os órgãos de governança da política; e dispositivos preliminares e finais. Neste trabalho serão abordados os art. 3º (que defini as diretrizes); e o art. 4º (que estabelece os objetivos e seus eixos), por considerá-los os pontos centrais da Política.

Conforme o art. 1º da PNGATI (Dec. n. 7.747/2012) o objetivo principal da política é:

Art. 1º [...] garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

O objetivo geral/final de uma política pública significa, basicamente, aonde se quer chegar. A PNGATI, como uma política de gestão ambiental, que tem como missão a “melhoria da qualidade de vida” dos povos indígenas, deve apoiar as iniciativas que já existiam, antes de sua criação, e iniciar novos projetos de desenvolvimento social, ambiental e econômico indígena.

Para Garcia (2014, p. 66), o que a sociedade e as organizações que trabalham com a questão indígena têm cobrado são ações concretas e pontuais que possam ser atribuídas à existência da política. Neste sentido, as diretrizes são os caminhos a serem percorridos para chegar ao objetivo final da política, orientando sobre as direções que devem ser seguidas para se atingir os resultados esperados.

No art. 2º da PNGATI (Dec. n. 7.747/2012), temos as ferramentas que serão utilizadas para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, visando a im-

plantação da política. Essas ferramentas são identificadas como: etnomapeamento e etnozoneamento.

Segundo a norma, o etnomapeamento é o mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos originários, com base nos conhecimentos e saberes indígenas. Na prática, seria o ato de: mapear, levantar dados, identificar, reconhecer; tudo isso a partir do “mundo indígena”.

Já o etnozoneamento é descrito como instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos originários, desenvolvido a partir do etnomapeamento. Seria o ato de “zonear”; “definir zonas e áreas”.

Para Little (2006, p. 21) o etnozoneamento é um instrumento técnico e político de ordenamento territorial de um grupo étnico que faz parte da etapa normativa do processo global da gestão territorial. O autor ressalta que, uma vez que a Gestão Territorial das TIs tornou-se o conceito síntese, o conceito de etnozoneamento é reduzido em seu escopo para ser um instrumento específico de ordenamento territorial utilizado pelos povos indígenas para a gestão territorial.

Vale ressaltar que o etnozoneamento não é uma reivindicação originária dos povos indígenas. O zoneamento ambiental é um instrumento ocidental, altamente técnico, que está sendo introduzido aos povos indígenas com o intuito de ajudá-los no seu processo de gestão territorial. A análise das distintas experiências revela que quase todas elas têm como meta induzir o povo indígena a aceitar e incorporar o uso do instrumento técnico (seja levantamento, mapeamento ou zoneamento) como parte de seu projeto étnico cotidiano (LITTLE, 2006, p. 22).

Seguindo na análise da PNGATI, passo aos eixos da política. Serão apresentados, de forma dinâmica (quadros explicativos), os pontos fundamentais de cada eixo.

Tabela 3 – Eixos Temáticos da PNGATI (art. 4º do Dec. n. 7.747/2012)

<p>EIXO 1 (art. 4º, I) - Proteção territorial e dos recursos naturais</p> <p>Trata das questões relacionadas à segurança e ao controle territorial das terras indígenas. Esse eixo traz objetivos específicos que visam proteger a integridade das terras indígenas, por meio de mecanismos e instrumentos que vão desde a recuperação de áreas que estão desmatadas às ações em parceria com os órgãos de fiscalização e controle, para evitar e combater as invasões e a retirada ilegal de recursos naturais.</p>
<p>EIXO 2 (art. 4º, II) - Governança e participação indígena</p> <p>Garante aos povos indígenas a participação ativa na governança e nas tomadas de decisão referentes à implementação da PNGATI, assim como incentiva a participação qualificada dos indígenas em fóruns, comitês, comissões e redes que tenham como objetivo discutir o desenvolvimento de determinada região. A participação de indígenas na criação e implementação da PNGATI é um exemplo de governança e atuação indígena que pode ser fortalecido por meio dos objetivos específicos organizados no Eixo 2 da PNGATI. Quanto mais qualificada for a participação de indígenas e de gestores governamentais em espaços públicos de discussão e decisão, maior será o sucesso de implementação de políticas públicas localmente. Esse eixo traz, ainda, a necessidade de fortalecimento dos sistemas de representação e participação dos povos indígenas na articulação dos processos de diagnóstico e planejamento no interior das terras indígenas e em seu entorno.</p> <p>São órgão da Governança da PNGATI (art. 5º):</p> <p>I - o Comitê Gestor da PNGATI; A nível Nacional.</p> <p>II - os Comitês Regionais da FUNAI; A nível regional e local.</p> <p>III - a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI; A nível Nacional, Regional e Local.</p>
<p>EIXO 3 (art. 4º, III) - Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas</p> <p>Trata das diversas interfaces existentes entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Brasil, as quais formam conjuntamente as áreas protegidas previstas no PNAP (Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – Decreto nº 5.758/2006). Esse eixo prevê a garantia que os povos e comunidades indígenas tem de serem consultados se forem criadas unidades de conservação perto de suas terras e de, juntamente com a Funai, elaborarem planos conjuntos para a gestão dessas áreas protegidas, garantindo a gestão ao órgão ambiental. Por meio desse eixo, garante-se, ainda, que as comunidades e lideranças indígenas participem dos conselhos gestores das unidades de conservação vizinhas, contíguas ou próximas às terras indígenas. Esse eixo trata também dos casos de sobreposição de unidades de conservação com terras indígenas, recomendando ações a serem adotadas com vistas a regularizar as situações geradas pela Dupla Afetação e diminuir conflitos. O Eixo também garante participação da Funai em conselhos gestores de unidades de conservação vizinhas, contíguas ou próximas a terras indígenas de índios isolados ou em isolamento voluntário.</p>

EIXO 4 (art. 4º, IV) - Prevenção e recuperação de danos ambientais

Trata das questões relacionadas aos cuidados com o meio ambiente e às ações que devem ser tomadas em caso de degradação, poluição, desastres e impactos causados por empreendimentos. Traz também objetivos específicos que abordam a recuperação de áreas degradadas e a restauração das condições ambientais nas terras indígenas. Estão inseridas nesse eixo as ações relativas à recuperação da diversidade agrícola visando garantir a segurança alimentar aos povos indígenas de forma conciliada à conservação ambiental. Também estão previstas ações voltadas à prevenção de

desastres, catástrofes e emergências ambientais, como enchentes, desmoronamento de terra e secas. Essas ações devem ser implementadas em parceria com os órgãos públicos de defesa civil e demandam articulação política entre os povos indígenas, coordenações regionais da Funai e os governos estaduais. O Eixo 4 fortalece o direito dos povos indígenas de acompanharem todo o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que afetem direta ou indiretamente seus territórios. Reforça, ainda, que os danos e passivos socioambientais decorrentes da instalação de empreendimentos sejam compensados e mitigados.

EIXO 5 (art. 4º, V) - Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas

Visa fortalecer o uso sustentável dos recursos naturais e as iniciativas produtivas dos povos indígenas. Nesse eixo se concentram as ações voltadas ao apoio à produção, às atividades econômicas e à garantia do usufruto exclusivo dos recursos naturais. Esse apoio deve incluir o fortalecimento das práticas culturais de manejo sustentável dos recursos naturais. Entre seus objetivos específicos, também está a ideia de que as atividades produtivas tradicionais podem ser fortalecidas por meio do desenvolvimento de novas tecnologias e abordagens. Isso abrange desde a agricultura tradicional a novas iniciativas como o etnoturismo, a agregação de valor a produtos da sociobiodiversidade, a criação sustentável de animais de médio e grande porte e a valorização e comercialização do artesanato indígena. O eixo aponta, ainda, para ações voltadas à certificação dos produtos indígenas e assistência técnica qualificada e adaptada às realidades produtivas indígenas.

EIXO 6 (art. 4º, IV) - Propriedade intelectual e patrimônio genético

Aborda questões relacionadas ao reconhecimento da importância dos conhecimentos indígenas referentes ao uso e manejo da biodiversidade e do meio ambiente. Trata da proteção e salvaguarda dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético que compõe a biodiversidade silvestre (variedade de plantas, animais e microorganismos que ocorrem naturalmente em um determinado lugar) e domesticada (variedade de plantas, animais e microorganismos manejados, cultivados e/ou modificados pela ação humana) no Brasil. O Eixo 6 está dividido em dois objetivos, o que significa que, além de proteger os conhecimentos indígenas, esse eixo da PNGATI promove a valorização das práticas, ciências e saberes indígenas.

EIXO 7 (art. 4º, VII) - Capacitação, formação, intercâmbio e educação

Traz objetivos específicos voltados às ações de capacitação e formação, tanto de representantes dos povos indígenas como de servidores públicos em diferentes níveis de governo, que deverão promover a implementação da PNGATI. Os objetivos específicos do Eixo 7 contemplam, ainda, ações como intercâmbio de experiências e valorização de iniciativas indígenas de formação continuada para a gestão territorial e ambiental e temas correlatos, como a prevenção e o controle de queimadas. Esses objetivos também preveem a promoção de atividades de educação ambiental para o entorno das terras indígenas, visando sensibilizar outras populações sobre a importância de proteger, conservar e recuperar as condições ambientais necessárias para manutenção da integridade das terras indígenas e qualidade de vida dos povos indígenas.

Fonte: Elaborado pela autora

Doro Filho (2015) ressalta que a ênfase do decreto recai sobre as ações com finalidades de proteção, prevenção/recuperação e uso sustentável (primeiro, quarto e quinto eixos, respectivamente), que juntas perfazem mais da metade dos objetivos específicos da PNGATI.

Verifica-se, assim, que a PNGATI está pautada na concepção de que todas essas mudanças demandam novas formas e estratégias de se pensar o futuro e a sustentabilidade desses territórios. Mas a PNGATI é uma política pública e tem um longo caminho a ser percorrido, pois os desafios são inúmeros.

Entretanto, após a formulação, vem o trabalho de executar a política pública. E neste ponto, chegamos a um dos motes focais deste trabalho: verificar como tem sido o percurso para a implantação desta política.

4.3.4 Programa de Formação Continuada em PNGATI

No contexto da PNGATI foram identificadas algumas ações por parte do Poder Executivo Federal para a implementação da política. Uma delas é o *Programa de Formação Continuada em PNGATI*, que visa qualificar indígenas e gestores públicos da FUNAI, do MMA, do ICMBio e órgãos afins, para atuarem diretamente nos processos de implementação da política. O programa é composto por *Cursos Básicos de Formação em PNGATI*, geralmente, ministrado por bioma.

O objetivo do programa e, conseqüentemente, dos cursos é melhorar a compreensão sobre a PNGATI, seus objetivos, diretrizes e eixos e contribuir para a implementação da política. O programa de formação, por meio dos cursos, proporciona um estudo sobre a PNGATI. Uma capacitação, tanto para servidores públicos de diversos órgãos como para indígenas, propiciando oportunidades de diálogo, reflexão, construção e proposição conjunta de ações. Abaixo veremos a estrutura curricular de um *Curso Básico de Formação em PNGATI*.

Tabela 4 – Temas dos *Cursos Básico de Formação em PNGATI para o Cerrado*.

Módulos	Grandes Temas
1º Módulo	Entendendo a PNGAT no contexto da política indigenista brasileira: história, poder, Estado e gestão ambiental na perspectiva indígena
2º Módulo	Culturas e ambientes dos biomas
3º Módulo	Desenvolvimento, economia e sustentabilidade
4º Módulo	Instrumentos de gestão
5º Módulo	Seminário de diálogo final

Fonte: Elaborado pela autora

O curso é uma iniciativa da FUNAI e MMA, realizado pelo *Projeto Formar PNGATI*. O projeto é fruto de uma parceria entre o Instituto Internacional de Educação do

Brasil (IEB), ICMBio, Agência de Cooperação Internacional Alemã (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ*), Projeto GATI, COIAB, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e *GEF*, além de organizações indígenas locais e apoio da Fundação *Moore*.

O programa de formação continuada já proporcionou o *Curso Básico de Formação em PNGATI*, para alguns Estados e biomas brasileiros, como mostra o quadro abaixo:¹⁰

Tabela 5 – *Cursos Básico de Formação em PNGATI* (por bioma) realizados.

Turma/Reg./ Bioma	Sub-Região	Estados envolvidos	Executores/ Parceiros	Ano
Amazônia	Sul da Amazôn.	AM	IEB e Kanindé	2013-2014
	Rondônia	RO	IEB e Metareilá	2013-2014
	Roraima	RR	IEB e CIR	2013-2014
Mata Atlânt- Sul/Sudeste		SP	ICMBio, FUNAI, GATI, GIZ, MMA e Arpinsul	2013-2014
Nordeste-Leste		PE, PB, BA, ES e MG	FUNAI, Apoinme, GATI, GIZ, MMA, Universidades e Semas/PE	2014-2015
Cerrado		GO, MT, MS, TO, MG e MA	FUNAI, GATI, IEB e MMA	2015-2016

Fonte: Elaborado pela autora

No final do ano de 2014, a FUNAI lançou o edital de seleção para o *Curso Básico de Formação PNGATI para o Cerrado*. Foram oferecidas 40 vagas, distribuídas entre indígenas, gestores públicos da FUNAI e do ICMBio, e demais gestores públicos com atuação no Cerrado. Os participantes foram indicados pelas respectivas comunidades e/ou associações e/ou instituições, com reservas de 25% das vagas para mulheres indígenas.

Neste processo de seleção, essa pesquisadora submeteu inscrição, tendo sido selecionada para compor a turma do curso mencionado. Na data de fechamento deste trabalho o curso já tinha avançado até o 4º módulo. O curso proporcionou uma visão mais abrangente sobre a política e de suas formas de implementação, troca de experiências e abertura de diálogo com outros órgãos responsáveis pela PNGATI.

Para o coordenador do *Curso Básico de Formação PNGATI para o Cerrado*, apesar de o processo de construção desses cursos de formação continuada ter tido seu

¹⁰ O quadro foi elaborado pela Autora e consolida informações contidas nos Editais de Seleção e Documentos enviados pelo Coordenador do *Curso Básico de Formação PNGATI para o Cerrado*

início um pouco antes da PNGATI, tornou-se um dos instrumentos de implantação da política.

Para Bavaresco e Menezes (2014, p. 9), colocar a PNGATI em prática demanda uma nova forma de atuação de gestores indígenas e não indígenas. Nesse novo contexto, é fundamental que estes possam encontrar informações claras e objetivas, oportunidades de diálogo, reflexão, construção e proposição conjunta de ações, visando qualificar e potencializar a atuação dos gestores em suas regiões.

No entanto, é como Guimarães (2014, p. 176) ressalta: os desafios de implementação são inúmeros e vão desde o trabalho de regulamentação dos eixos estruturantes da política (o que deveria passar pela construção de um plano de gestão para cada povo no seu território) ao processo de conhecimento (principalmente pelos indígenas) e aperfeiçoamento da própria PNGATI. Além disso, há também, segundo o autor, os desafios de governança e de orçamento, que abrangem o papel a ser desempenhado pelo Estado. Na figura abaixo, imagem da turma do **Curso Básico Formação PNGATI para o Cerrado**.

Figura 25 – Turma do *Curso Básico Formação PNGATI para o Cerrado*.



Fonte: (LIMA, 2015)

4.3.5 Desafios para a implementação da PNGATI

4.3.5.1 A pressão sofrida pelas TIs

Por trás das poucas iniciativas de implementação da PNGATI, existe uma série de desafios à gestão das terras indígenas e à capacidade institucional dos órgãos de

Estado, em particular à FUNAI, nas suas atuações administrativas. Embora a fase “pós-demarcatória” exista para boa parte dos povos indígenas no Brasil, as demandas reivindicatórias por terras tradicionais persistem e reclamam uma solução histórica (GUIMARÃES, 2014, p. 173).

Para Garcia (2014, p. 58), cabe questionar o real posicionamento do governo. Segundo estabelece a Portaria MMA-MJ n° 276/2008 (que oferece subsídios para a construção da PNGATI), a demarcação e a posterior regularização fundiária são os primeiros passos para se pensar a gestão territorial e ambiental.

Este é o ponto de contradição: como o Estado promoverá ações de gestão territorial e ambiental se, na atual conjuntura, ele mesmo mobiliza-se contra a demarcação de terras indígenas? E as terras não delimitadas e regularizadas? Como ficam os indígenas que não possuem um território regularizado? (GARCIA, 2014, p. 58–59).

Para o autor, o governo deve se mobilizar em prol das demarcações e para que o direito indígena de acesso a terra seja reconhecido e resguardado. Uma gestão democrática e comprometida com a necessidade dos povos indígenas poderá ser construída somente a partir da demarcação, da reafirmação e do fortalecimento do direito a terra. É isso que permitirá a reprodução física e cultural desses povos, sem o risco de extinção de suas práticas culturais e sobrevivência, conforme determina a CRFB/1988.

No entanto, os desafios enfrentados pelos povos indígenas não se restringem a luta pelo reconhecimento de seus territórios e na falta atitudinal do Estado em preservar a CRFB/1988. Vai além. Exemplo disso é a opressão e as ameaças e pressões sofridas pelos povos indígenas em seus territórios, em diversos aspectos: a expansão das atividades agrícolas, invasão das TIs por madeireiros, garimpeiros e outros. Nesse sentido, compartilho a fala dos “parentes”¹¹ indígenas, reunidos no 1º Módulo do *Curso Básico de Formação em PNGATI para o Cerrado*, em Brasília, em junho de 2015:

[...] os brancos estão plantando perto da nossa aldeia, e isso é ruim, estão contaminando os nossos rios, as nossas matas, plantando ao redor de toda a nossa terra, e nós não temos remédio para o veneno deles, mas se nós ficamos doentes, nós retiramos da nossa terra, do cerrado, a cura (*informação verbal*)¹².

[...] hoje os índios precisam comprar comida na cidade, e os kupen ainda falam, porque que vocês indígenas compram comida na cidade?

¹¹ Termo de tratamento utilizado, atualmente, pelos povos indígenas, geralmente em 3º pessoa, para designar outro indígena de outra etnia. Essa pesquisadora acredita que o termo “parente” reflete a “indianidade” genérica relatada por PACHECO DE OLIVEIRA (2001, 224). Para o autor, o “regime tutelar” estabelecido pelo Estado brasileiro (Estado-Nação) resultou no “reconhecimento pelos próprios sujeitos de uma ‘indianidade’ genérica, condição que passam a partilhar com outros índios, igualmente objeto da mesma relação tutelar”.

¹² KARAJÁ, Parente (Ilha do Bananal). Depoimento aberto em sala de aula. [jul. 2015]. *Curso Básico de Formação em PNGATI para o Cerrado*. Brasília/DF

E eu respondo, “porque vocês kupen estão acabando com nossas matas, com nossos animais, sujando nossos rios, acabando com nossos peixes” (*informação verbal*)¹³.

Em consonância com o exposto, é a realidade da TI Xambioá, que também sofre com a pressão dos não indígenas. Há casos de todas as ordens: **a)** pescadores ilegais que interferem na área indígena com impacto sobre as tartarugas na época da desova; **b)** a caça ilegal que é realizada por não indígenas com maior intensidade entre julho e setembro; **c)** propriedades vizinhas que não conservam a vegetação nativa, a título de Reserva Legal, prevista no art. 12 do Código Florestal (Lei Ordinária n. 12.651, de 25 de maio de 2012^c)¹⁴; e por fim **d)** o avanço do agronegócio, que já é perceptível na paisagem, com plantações principalmente de milho e soja. (FUNAI, 2014).

As falas dos indígenas cursistas do *Curso Básico de Formação em PNGATI para o Cerrado* e a constatação de pressão externa na TI Xambioá anunciam as ameaças que as TIs vêm sofrendo, por conta da expansão de atividades no entorno das reservas, incompatíveis com os modos de vida dos indígenas.

4.3.5.2 A transversalidade da Política e atuação das instituições responsáveis pela PNGATI

A PNGATI é tida como uma Política transversal, pois, em seu escopo, divide as responsabilidades para sua implantação. Este aspecto da Política poderia ser positivo, entretanto trata-se de mais um desafio à efetiva implementação da política.

Para o Coordenador do *Curso Básico de Formação para PNGATI*, assim como toda política pública, a PNGATI tem seus desafios. Na visão do coordenador, “o principal desafio da PNGATI é que ela é uma política transversal, ela não é uma política que tem endereço certo, é uma política que tenta comprometer vários agentes públicos, órgãos públicos, instituições públicas por meio de ações” (*informação verbal*)¹⁶.

Ainda, segundo este interlocutor, a PNGATI não é realizada, única e exclusivamente, pelos povos indígenas ou pela FUNAI. Ela é realizada por meio de um conjunto

¹³ GAVIÃO, Ancião. Palestrante Convidado. [jul. 2015]. *Curso Básico de Formação em PNGATI para o Cerrado*. Brasília/DF

¹⁴ **Art. 12.** Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, [...], observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área [...]:

I - localizado na Amazônia Legal:

a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;

b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;

c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).

¹⁵ A dinâmica do Desmatamento no Estado do Tocantins foi mapeada, pelo Naturatins, e consignado no *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Tocantins – 2009*, disponível no site: www.fundoamazonia.gov.br.

¹⁶ BARRETO FILHO, H. T. **Entrevista VI.** [dez. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2015. 1 arquivo .m4a (50 min.).

de atores:

[...] a PNGATI para mim, hoje, não é uma política de responsabilidade exclusiva da FUNAI nem dos índios. Tanto que o comitê gestor da política trás representantes de vários ministérios. Está lá SESAI. O MEC não está, o que eu acho lamentável, mas isso é só uma questão de ampliar a participação. Está lá o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, vários órgãos públicos cujo as políticas incidem sobre a realidade da vida indígena hoje (*informação verbal*)¹⁷.

Dessa forma, para alcançar os objetivos postos a este trabalho, buscou-se compreender o funcionamento das diversas instâncias responsáveis pela Política. Foi verificada, por exemplo, a atuação da FUNAI e do MMA no processo de implementação da PNGATI. Foram realizadas entrevistas com servidores dos dois órgãos e algumas situações merecem destaque.

Em relação a FUNAI, destaca-se duas situações. A primeira é que existe um, desconhecimento por parte dos servidores da FUNAI (público entrevistado) sobre a política: conforme transcritos abaixo:

[...] aqui na FUNAI são poucas as pessoas que estão envolvidas com isso, mas você pode tentar falar com a consultora do GATI, ela vai saber te responder melhor [...] (*informação verbal*)¹⁸.

[...] a maioria dos servidores da FUNAI, não estão envolvidos com essa Política, mas tem alguns setores da FUNAI que mexem com isso [...] (*informação verbal*)¹⁹.

[...] a FUNAI atua em diversas áreas, então os servidores que trabalham diretamente com a proteção dos territórios conhecem bem a política [...] (*informação verbal*)²⁰.

[...] quando falamos de política pública, falamos de algo macro e ainda não temos o conhecimento aprofundado da política, porque ela é ampla, precisamos passar por um processo de formação para conhecer a fundo a PNGATI [...] (*informação verbal*)²¹.

Neste ponto esbarramos numa situação, um tanto quanto melindrosa, pois, sem o apoio do órgão responsável diretamente pela política indigenista, fica impossível uma

¹⁷ Id., 2015

¹⁸ FUNAI, Servidora I. **Entrevista VII**. [mai. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Coordenação Regional da FUNAI. Palmas/TO, 2016. 1 arquivo .m4a (40 min.).

¹⁹ FUNAI, Servidor I. **Entrevista VIII**. [dez. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2015. 1 arquivo .m4a (45 min.).

²⁰ FUNAI, Servidor II. **Entrevista IX**. [dez. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2015. 1 arquivo .m4a (30 min.).

²¹ FUNAI, Servidora II. **Entrevista X**. [dez. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2015. 1 arquivo .m4a (42 min.).

implantação exitosa da PNGATI. A FUNAI como um dos órgãos responsáveis pela Governança da PNGATI, deveria ser a precursora neste processo, capacitando seus servidores para seguirem esses percursos.

Além do desconhecimento dos servidores da FUNAI sobre a PNGATI, há também, por parte de alguns servidores, certa resistência à agenda. Conforme declarações:

[...] Eu como servidora entrei para a agenda da PNGATI porque eu era a recém-chegada na minha coordenação e ninguém queria entrar. Ninguém queria assumir essa agenda, por quê? Porque existe uma resistência a essa agenda dentro da própria FUNAI [...] (*informação verbal*)²².

[...] A PNGATI não transita entre os setores da FUNAI. As coordenações não se conversam. Existe essa dificuldade para que os servidores recebam a PNGATI [...] (*informação verbal*)²³.

[...] houve um processo participativo de construção com os indígenas, mas não houve esse processo participativo com os servidores, um grupo formulou a ideia e esse grupo levou para os indígenas e é louvável, mas também tem questionamentos e essa construção não foi trabalhada internamente, não houve um trabalho com a instituição [...] não é o caso da gente negar uma política que foi conquistada e sim de a gente tentar acertar os ponteiros para que todos possam falar disso com tranquilidade e aqueles que se sentem excluídos ou não reconhecidos no processo de construção da vai ter que reconhecer que foi feito um trabalho [...] (*informação verbal*)²⁴.

[...] existem muitos questionamentos da PNGATI, questionamentos internos e isso é um problema porque a PNGATI tem que enfrentar, porque se ela é uma política nacional de gestão em terras indígenas ela tem que ser um rumo para a própria FUNAI, se a FUNAI não se sente incorporado a isso de modo geral há um problema que tem ser enfrentado[...] para a PNGATI acontecer precisa que os servidores da FUNAI incorporem, assim como os servidores do MMA, e dos outros ministérios envolvidos [...] (*informação verbal*)²⁵.

Após, diversos diálogos com servidores da FUNAI, foi possível inferir que há realmente uma resistência à agenda em alguns setores, tal situação se funda no argumento de que, a política foi pensada a partir de um determinado grupo dentro da FUNAI e que não houve uma abertura para o envolvimento dos servidores “antigos”, servidores estes que acreditavam ter muito a contribuir. Dessa forma, o não envolvimento antes, resultou no desinteresse de hoje pela agenda.

²² FUNAI, Servidora III. **Entrevista XI**. [dez. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2016. 1 arquivo .m4a (40 min.).

²³ FUNAI, Servidor IV. **Entrevista XII**. [dez. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2016. 1 arquivo .m4a (55 min.).

²⁴ FUNAI, Servidora IV. **Entrevista XIII**. [dez. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2016. 1 arquivo .m4a (35 min.).

²⁵ FUNAI, Servidor V. **Entrevista XIV**. [dez. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2016. 1 arquivo .m4a (30 min.).

Outro ator importante e também responsável pelo processo de implantação da PNGATI é o MMA. Por isso, esta pesquisa buscou conhecer de que forma o MMA tem atuado neste processo. Foram realizadas entrevistas com alguns interlocutores deste órgão, conforme relatos abaixo:

A discussão da PNGATI acompanhou uma tendência. Veio da sociedade civil, mas também acompanhou uma tendência do governo de trabalhar com uma gestão territorial e ambiental [...] e aí saiu um pouco nos projetos demonstrativos. Hoje, o MMA basicamente o que ele faz é trabalhar nessas instâncias de governança da PNGATI. Está junto no comitê gestor, está dialogando tentando trazer as políticas ambientais para dentro da PNGATI, trazendo os elementos de desenvolvimento sustentável para dentro da discussão e tenta articular recursos: os editais do “fundo Amazônia”, “fundo clima”; também de cooperação internacional como o PNUD. Tudo isso é uma articulação que o MMA faz sempre com a Funai em parceria. Então, hoje é esse o arranjo [...] (*informação verbal*)²⁶.

para garantir a implementação da PNGATI, os PGTAS têm sido um instrumento que tem se depositado o maior foco e também os cursos de formação. Acho que é um processo paralelo, tanto os instrumentos de gestão acompanhados do processo de formação [...] Hoje, é bem enxuta a agenda indígena dentro do MMA. Essa agenda no MMA eu vejo que pode ganhar força, por conta das mudanças climáticas [...] (*informação verbal*)²⁷.

No MMA, as agendas PNGATI e a questão das mudanças climáticas são as agendas que mais dialogam com a questão indígena [...] O MMA tem apoiado de forma prática a PNGATI, realizando os cursos de formação para PNGATI e apoiando com os editais [...] A gente fala em capacitar os servidores da FUNAI sobre a PNGATI, mas o MMA também precisa, porque o significado da PNGATI no MMA não é dado. A política trata de várias áreas. Então, tinha que ter um trabalho de capacitação do servidor, dos gerentes das áreas em PNGAT [...] (*informação verbal*)²⁸.

A partir dos dados coletados, verificou-se que a atuação do MMA tem se dado de forma embrionária, ou seja, ainda não se encontra completamente desenvolvido, mais aos poucos tem acontecido, conforme relato dos interlocutores. Não existe uma prioridade para a agenda da política dentro do MMA, o que se observa é a atuação, quase que isolada, de alguns servidores comprometidos com a questão indigenista.

Deste modo, é evidente que existem desafios a serem enfrentados pelos órgãos responsáveis por fomentar a implantação da PNGATI, como: a disseminação da política

²⁶ MMA, Servidora I. **Entrevista XV**. [mar. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2016. 1 arquivo .m4a (35 min.).

²⁷ MMA, Servidora II. **Entrevista XVI**. [mar. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2016. 1 arquivo .m4a (40 min.).

²⁸ MMA, Servidora III. **Entrevista XVII**. [mar. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2016. 1 arquivo .m4a (30 min.).

dentro do próprio órgão; a capacitação de seus servidores; um planejamento orçamentário com recursos definidos para a política. Pois, a PNGATI é uma política transversal que permeia por diversos órgãos dos poderes e necessita de uma ação conjunta para acontecer.

Outro ponto importante sobre os desafios de implantação da PNGATI é no que tange os recursos para este fim, pois, segundo um estudo sobre sustentabilidade financeira da PNGATI, elaborado pela TNC em 2013, os investimentos necessários para a implantação da PNGATI chegaram a R\$ 721 milhões. Na atual conjuntura econômica do Brasil, não creio que isso será prioridade para o Governo.

Portanto, considerando o quadro acima relatado, e transportando isso para uma visão geral, consideramos que implementar a PNGATI é um desafio político, gerencial e financeiro. Cabendo ao governo, vontade política, capacidade de negociação e de estabelecimento de parcerias, descentralização e compartilhamento de tarefas, e uma boa articulação com outras políticas.

Além dos desafios já elencados, a política conta com outro ponto nefrágico: a situação de sobreposição entre UCs e as TIs. Um dos pontos mais conflitantes no processo de construção da PNGATI, por isso, argumentações serão tecida sobre o tema no próximo tópico. Nesta pesquisa, essa sobreposição é, também, chamada de *Dupla Afetação*²⁹.

4.4 O PARADIGMA DA DUPLA AFETAÇÃO: TIs *VERSUS* UCs

Após a apresentação dos elementos acima, resta uma última consideração importante para o tema central dessa dissertação. Nos últimos anos, uma série de medidas foram tomadas por distintas instância do poder público no sentido de instituir uma nova figura no ordenamento territorial brasileiro: a *Dupla Afetação*.

Como exemplo dessas ações, pode-se citar a TI *Inãwebohoná*, que foi declarada como indígena pela Portaria n. 359, de 20 de abril de 2001, do MJ e homologada pelo Decreto s/n, de 18 de abril de 2006b. Segundo os termos desse decreto, a TI *Inãwebohoná* cumpre a função de garantir os direitos fundiário dos Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro, sendo portanto uma TI instituída nos moldes do artigo 231 da CRFB/1988, já discutido anteriormente, mas também cumpre a função de UC, atendendo também os preceito do art. 225 da mesma Constituição, sendo, portanto, duplamente afetada.

O conceito de *Dupla Afetação*, quando aplicado às TIs, é relativamente novo, mas apresenta amplas repercussões nas políticas de atenção aos direitos dos povos ori-

²⁹ Carvalho (2016) conceitua afetação como sendo “fato administrativo pelo qual se atribui ao bem público uma destinação pública especial de interesse direto ou indireto da administração pública”.

ginários e ambientais no Brasil. Um exemplo disso pode ser encontrado na própria PNGATI, na medida em que os programas de gestão propostos pela política visam a proteção dos recursos ambientais da TI não somente atendendo os direitos fundiários e ambientais dos povos originários, mas à política ambiental em seu sentido mais amplo. Outra repercussão importante desse novo conceito encontra-se presente no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006). O conceito de áreas protegidas congrega as TIs, UCs e Terras Quilombolas.

O objetivo do presente tópico é caracterizar a Dupla Afetação, discutindo as repercussões e decorrências políticas, sociais e ambientais deste regime para os povos originários e suas terras. Neste intuito, conceituaremos a seguir, as UCs, que assim como as TIs, compõe os institutos envolvidos no regime da Dupla Afetação.

4.4.1 Unidades de Conservação (UCs)

Conforme Milaré (2014), a delimitação de espaços para preservação de certos atributos naturais é uma prática antiga, que se espalhou por todos os continentes, motivada, principalmente, por razões socioculturais. No mundo ocidental, a ideia teve seu início na Europa, durante a Idade Média. O objetivo era proteger recursos da fauna silvestres e seus habitats para o exercício de caça pela realeza e aristocracia rural.

Para Carvalho (2006, p. 352), no mundo contemporâneo, a ideia de proteger o meio ambiente para as futuras gerações iniciou em 1946 com a Convenção Internacional para Regularização da Captura da Baleia – CIB (Decreto n. 28.524, de 18 de agosto de 1950; e Decreto n. 73.497, de 17 de janeiro de 1974). O pensamento do autor está consubstanciado no preâmbulo da CIB (Dec n. 73.497/1974), onde resta reconhecido, que “é de interesse das nações, em proveito das gerações futuras, salvaguardar as grandes fontes naturais [...]”. Por óbvio que a convenção em si faz referência às baleias.

Depois disso, veio a Declaração de Estocolmo em 1972. O *Princípio 2* da referida Declaração informa que “Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento” (ONU, 1972 apud BRASIL/MMA, 2004, tradução livre). Após a Declaração de Estocolmo 1972, diversos outros tratados de direito internacional que cuidam do equilíbrio e da preservação do meio ambiente.

No Brasil, no âmbito do direito interno, a CRFB/1988, art. 225, adotou a terminologia “espaços territoriais [...] especialmente protegidos” para designar áreas sob regime especial de administração, com o objetivo de proteger os atributos ambientais justificadores do seu reconhecimento e individualização pelo Poder Público. Esses espaços territoriais constituem (embora de forma não exclusiva) as UCs, nos termos do

SNUC Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

No processo de elaboração do SNUC (LO n. 9.985/2000), que veio justamente regulamentar a CRFB/1988 no tocante criação de UCs, a discussão sobre a presença de pessoas em UCs foi de longe o tema mais polêmico. Discutia-se basicamente se era possível criar novos tipos de UCs, que permitisse compatibilizar a presença humana com a preservação do meio ambiente. Na oportunidade, verificava-se grande impasse sobre o que fazer com as UCs então existentes e já há muito ocupadas (LEITÃO, 2004, p. 17–18).

O autor esclarece que muitas UCs, no país, foram criadas à revelia de populações, que desde sempre ocupavam a área que passava a ser objeto de proteção especial. Uma série de restrições era estabelecida para tais populações, quando não inviabilizando completamente a possibilidade de que ali continuassem a viver, ou mesmo exigindo a sua remoção integral.

Segundo Leitão (2004, p. 18), o SNUC (LO n. 9.985/2000) pouco avançou, apesar de ter criado algumas novas tipologias para as UCs e suprimido outras. Do ponto de vista concreto, manteve a divisão entre unidades “de uso direto” e “de uso indireto”. Como se sabe, UC de *Uso Indireto* é aquela que não permite que seus recursos naturais sejam explorados (art. 2º, IX). As de *Uso Direto* permitem o uso dos seus recursos sob determinadas condições (art. 2º, X).

A única inovação, trazida pelo SNUC, foi agrupar as UCs de Uso Indireto sob a égide de um grupo denominado *Unidades de Conservação de Proteção Integral* (art. 8º), enquanto as de uso indireto foram reunidas sob a denominação *Unidades de Conservação de Uso Sustentável* (art.14º).

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

- I - Estação Ecológica;
- II - Reserva Biológica;
- III - Parque Nacional;
- IV - Monumento Natural;
- V - Refúgio de Vida Silvestre.

[...]

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

- I - Área de Proteção Ambiental;
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III - Floresta Nacional;
- IV - Reserva Extrativista;
- V - Reserva de Fauna;

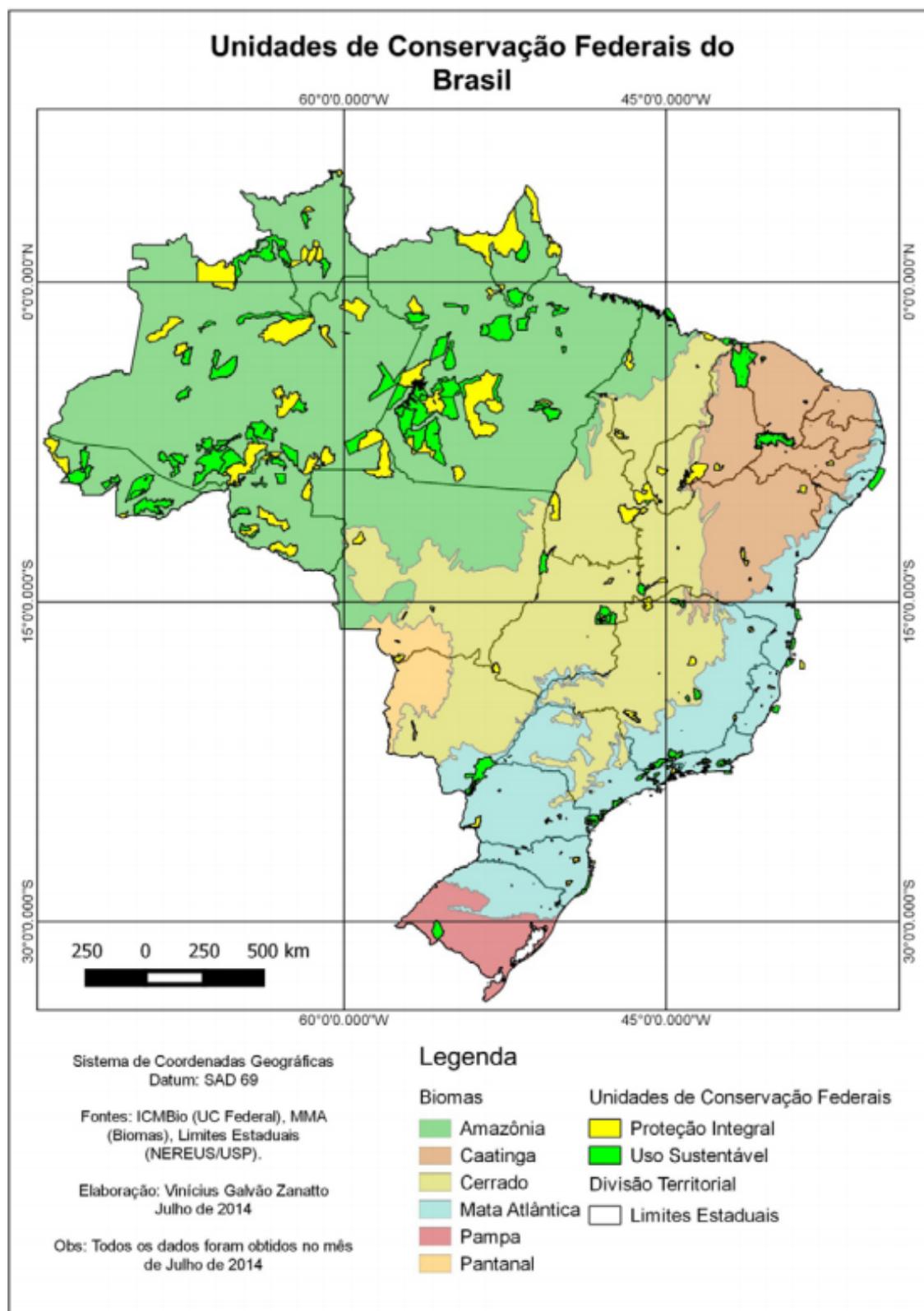
VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

No caso das UCs de Uso Indireto (ou de Proteção Integral), a restrição absoluta à presença de populações foi mantida. É o que estabelece o art. 9º, § 2º; art. 10, § 2º; art. 11, § 2º; art. 12, § 3º; e art. 12, § 3º. Em algumas modalidades, permitem a visitação para recreação ou a manutenção em propriedades particulares, havendo compatibilidade.

Em relação às situações de sobreposições, a novidade foi a fixação de obrigação para o Poder Público de indenizar ou compensar as populações tradicionais pelas benfeitorias que possuíam, além de realocá-las em local e condições com elas acertados. Não se abriu, porém, qualquer possibilidade de reclassificação das unidades existentes, como era defendida por alguns. Via-se nisso uma forma de sanar erros cometidos no processo de criação de diversas UCs ao longo de nossa história, quase sempre criadas sem qualquer consulta ou informação prévia às populações tradicionais habitantes do espaço em questão (LEITÃO, 2004, p. 18).

Atualmente existem 320 UCs Federais, sendo 143 consideradas de Proteção Integral, 177 de Uso Sustentável e 634 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (ZANATTO, 2015, p. 31).

Figura 26 – Unidades de Conservação Federais do Brasil.



Fonte: (ZANATTO, 2015, p. 33).

O modelo adotado para o estabelecimento de UC no Brasil foi o ocidental, que é baseado na premissa de conservar áreas pouco alteradas pelos seres humanos, de grande beleza cênica. Segundo Zanatto (2015, p. 31), o Estado também deve providenciar a retirada das populações da área para que não haja mais modificações na paisagem. Nos dias atuais, criam-se UCs para proteger determinadas espécies e *habitats*.

Entretanto, esse modelo supõe uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza, supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (o que pode ser verdade nos casos de extrativismo comercial em grande escala, mas não em todos os casos), e finalmente, que estas áreas podem ser perpetuadas num estado de natural equilíbrio (ARRUDA, 1999, p. 84).

Segundo o autor, a maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro são habitadas com maior ou menor densidade por populações indígenas ou por comunidades rurais “tradicionais”, caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, extrativistas, para as quais a conservação da fauna e flora é a garantia de sua perenidade. Não obstante, a política ambiental vigente, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os objetivos a que se propõe.

Após as devidas apresentações dos mecanismos patrimoniais da União, que estão envolto a um dos mais recentes conflitos territoriais postos na legislação brasileira, a chamada ‘Dupla Afetação’ ou superposição de áreas da União, partiremos para o aprofundamento deste instrumento.

4.4.2 A Dupla Afetação sofrida pelas TIs

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006), estabeleceu princípios, diretrizes e estratégias para a proteção das UCs. O PNAP (Dec. n. 5.758/2006) vem reconhecer, como Áreas Protegidas (AP), os seguintes espaços: **a)** as categorias de UCs estabelecidas pelo SNUC (LO n. 9.985/2000); **b)** as TIs; e **c)** os Territórios Quilombolas.

Para Gracio (2015, p. 3), as três qualificações de APs estão previstas na legislação brasileira, mas, voltam-se a fins diferentes. As TIs e os Territórios Quilombolas são categorias de ordenamento territoriais, voltadas à garantia dos direitos das populações diferenciadas em termos culturais, sociais e históricos. Já as UCs voltam-se, prioritariamente, à conservação da diversidade biológica e das belezas cênicas e paisagísticas. Mas, também, contemplam segmentos sociais que possuem uso diferenciado dos recursos naturais.

Todavia, torna-se importante destacar que o texto da CRFB/1988 opera essas três categorias como separadas e voltadas para fins diferenciados. A proposta de agrupá-las em um conceito mais abrangente é relativamente recente e se encontra em esferas infraconstitucionais (GRACIO, 2015, p. 3).

Contudo, além de classifica-las como AP, o estado, de maneira permissiva, contribuiu para um dos principais conflitos envolvendo TIs. São os casos das superposições de TIs e UCs. Tal Problemática foi reconhecida pelo SNUC (LO n. 9.985/2000), conforme estabelece o art.57, *ad literis*:

Art. 57. Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta Lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais superposições entre áreas indígenas e unidades de conservação³⁰.

A questão das superposições envolvendo TIs e UCs ganhou corpo e carecia uma solução. Desta forma, o estado com o intuito de minimizar e/ou normatizar o problema, estabeleceu o que chamamos de Dupla Afetação. Para Gracio (2015), a questão da Dupla Afetação não se encontra plenamente pacificado, mas, em tese, refere-se à possibilidade de uma mesma área atender aos direitos fundiários dos povos originários, nos termos do art. 231 da CRFB/1988, e, simultaneamente, atender à demanda por preservação dos recursos ambientais e da diversidade biológica, prevista no art. 225 da CRFB/1988.

A proposta se sustenta, em parte, na ideia de que o conceito de “Terra Tradicionalmente Ocupada” possui um componente ambiental em sua definição constitucional. Além disso, defende-se que as populações originárias seriam propensas a modelos de uso sustentável dos recursos naturais das terras que habitam. Assim, essa forma de uso seria compatível com as diretrizes conservacionistas e preservacionistas que orientam a política ambiental. Além desse aspecto, Gracio (2015, p. 4) ressalta que a Dupla Afetação reflete também uma tendência contemporânea de se reformular ou mesmo negar a efetivação dos direitos fundiários dos povos originários e comunidades quilombolas.

Para Miller (2008, p. 6), é indiscutível a importância das TIs para a conservação da biodiversidade brasileira, ao mesmo tempo em que essa biodiversidade é fundamental à manutenção física, cultural e econômica dos povos indígenas. O reconhecimento desta dupla importância vem sendo incorporado de forma crescente nas políticas públicas e expresso direta e indiretamente na forma de vários planos e programas em nível nacional, como também por ações setoriais e às vezes regionais, conduzidas por vários ministérios.

³⁰ Os atuais órgãos federais responsáveis pelas políticas, a que se refere o texto, são, respectivamente, o IBAMA e a FUNAI.

Escritos de Gracio (2015, p. 4–5) demonstram um caso paradigmático de dupla afetação no Estado do Tocantins, na Ilha do Bananal. Vejamos o caso:

A calha do rio Araguaia, seus tributários e particularmente a Ilha do Bananal é o território imemorial, originário e tradicional dos povos Karajá, Javaé e Karajá Xambioá, cujos contatos com as frentes de expansão da sociedade nacional remontam aos séculos XVI e XVII. Não obstante a presença indígena, o Decreto nº 47.570, de 31 de dezembro de 1959, criou o Parque Nacional do Araguaia - PARNA, abarcando toda a Ilha do Bananal. A mesma peça instituiu que a fauna, flora e as terras abarcadas pela decisão passariam a ser protegidas por regime especial previsto na legislação da época. O fato instigante é que o decreto não faz qualquer referência aos povos Karajá e Javaé, que foram simplesmente aliçados de seus direitos fundiários e viram seu território ser sobreposto por um parque nacional, fato que gerou significativos impactos sobre suas formas de uso dos recursos naturais e ocupação da Ilha do Bananal, além de instituir conflitos entre esses povos e os agentes públicos responsáveis pela efetivação da política ambiental.

No início da década de 1970 a parte sul da Ilha do Bananal foi reconhecida como Terra Indígena e o Decreto nº 84.844, 24 de julho de 1980 alterou o decreto de criação e diminuiu a extensão do PARNA, reconhecendo os direitos dos povos Karajá e Javaé sobre uma extensão de 1.395.000 ha da porção sul da Ilha do Bananal que passou a ser denominado como Terra Indígena Parque Indígena do Araguaia. Todavia, uma parte considerável das terras dos Karajá e Javaé ainda estava fora dos limites reconhecidos como TI e diretamente afetada pelo PARNA, cujo regime de proteção impunha restrições de usos dos recursos naturais e cerceava os povos originários que ali viviam. Após um longo processo de regularização fundiária, iniciado também na década de 1970, o Decreto de 18 de abril de 2006 homologou a Terra Indígena Inãwébohona, abarcando a porção norte da Ilha do Bananal.

A TI *Inãwébohona*, mencionada pelo autor, foi declarada como indígena pela Portaria n. 359, de 20 de abril de 2001, do MJ e homologada pelo Decreto s/n, de 18 de abril de 2006. Tanto a portaria quanto o decreto, mencionam a necessidade de que FUNAI e Ibama se entendam para a solução da superposição em questão. É o que se lê dos art. 2º do referido decreto.

Art. 2º O Parque Nacional do Araguaia é bem público da União submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios.

§ 1º O Parque Nacional do Araguaia será administrado em conjunto pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pelas Comunidades Indígenas Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro.

§ 2º O Ministério da Justiça e o Ministério do Meio Ambiente, ouvidos a FUNAI, o IBAMA e as Comunidades Indígenas Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro, apresentarão, para homologação do Presidente da República, plano de administração conjunta do bem público referido no caput.

Note que a TI em questão está duplamente afetada. Segundo estabelecem os dispositivos acima, a TI deve atender à necessidade de preservação do meio ambiente, ao tempo em que atende a função constitucional de realização dos direitos fundiários indígenas. Sendo um dos poucos, se não o único caso, em que o estado reconhece a dupla afetação e prevê medidas para a gestão compartilhada da terras em questão.

Nesse sentido, Santilli (2004, p. 12) explica que o reconhecimento das TIs adquiriu status constitucional e os direitos dos indígenas às suas terras são, hoje, reconhecidos em caráter permanente. Mas houve fluxos e refluxos, em diferentes períodos, nas ações de governo para criar UCs e para demarcar TIs, ora reduzindo a extensão anterior de Parques já criados³¹, ora se valendo até da criação de AP para reduzir a extensão de TIs a serem demarcadas, como ocorreu no final dos anos 1980 no contexto da implementação do projeto *Calha Norte*³².

Para Amado (2011), direito ambiental e direito indigenista estão intimamente ligados, visto que os povos indígenas sempre estiveram comprometidos na luta para proteger o meio ambiente e seus recursos naturais. Certo que não existe nenhum óbice nestas relações. Pelo contrário, TI sofre dupla afetação porque protege tanto o modo tradicional que as populações indígenas vivem (patrimônio cultural nacional) e também o meio ambiente e seus recursos naturais.

A Dupla Afetação compõe, também, 2 das 19 condicionantes³³ criadas pelo STF, para o julgamento da regularização fundiária da TI Raposa Serra do Sol (Petição 3388). A aplicabilidade geral dessas condicionantes à demarcação de outra TI divide opinião de juristas e dos próprios ministros do STF, envolvidos no julgamento. As 2 condicionantes relacionadas à Dupla Afetação são as seguintes:

(viii) o usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

³¹ É um exemplo disso a TI *Inawebohona*. Ver julgado: STF – ADIN 3335 DF, Rel. Min. Ellen Gracie. DJ de 10/11/2004. Processo disponível no *link*: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2252311>>

³² Trata-se de um conjunto de Florestas Nacionais (Flonas) criadas em 1989-1990 pelo presidente José Sarney, no contexto de implantação do projeto Calha Norte, programa de inspiração militar destinado a promover a colonização do extremo norte do país. Foram criadas UCs de uso direto, bem como a fragmentação dos territórios indígenas, com a demarcação das TIs em pequenas “ilhas” separadas por Flonas. Na década seguinte, porém, as demarcações das TIs até então efetuadas foram revistas pelos governos subsequentes, com a demarcação em forma contínua das TIs *Yanomami* e Alto Rio Negro. Dessa maneira, as Flonas criadas ao final dos anos 1980 encontram-se integralmente sobrepostas a essas TIs (duas na TI *Yanomami* e onze na TI Alto Rio Negro).

³³ As condicionantes foram sugeridas pelo Min. Menezes Direito e acatada pela Corte. Voto-Vista do Min. Menezes Direito. (STF. Pet 3388 ED / RR, rel. Min. Carlos Ayres Britto, j. em 19.03.2009, DJE n. 181 de 24.09.2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2288693>>. Acesso em: 10 jun. 2016).

(ix) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade responderá pela administração da área da unidade de conservação também afetada pela terra indígena com a participação das comunidades indígenas, que deverão ser ouvidas, levando-se em conta os usos, tradições e costumes dos indígenas, podendo para tanto contar com a consultoria da FUNAI;

Além disso, a dupla afetação está presente, também, na *Proposta de Emenda à Constituição n. 215, de 28 de março de 2000 (PEC 215/2000)*, que, se aprovada, afetará, sobremaneira, o procedimento de reconhecimento, demarcação e regularização de TIs no Brasil. No final de 2015, foi aprovado um *Substitutivo* à referida proposta, no âmbito de uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados. O Substitutivo já está pronto para ser deliberado pelo Plenário daquela Casa de Leis e, se aprovado, altera o texto da PEC, que será enviada para o Senado Federal, conforme estabelece o rito para PECs.

A proposta legislativa visa transportar, para o texto constitucional, as 19 condicionantes criadas pelo STF no caso da *TI Raposa Serra do Sol*, incluindo aquelas descritas na citação acima. Nesse tocante, a PEC 215/2000 busca alterar o art. 231, §2º, da CRFB/1988, retirando a exclusividade e criando exceções ao usufruto dos recursos naturais pelos indígenas. Dentre outras exceções, prevê a vedação do usufruto quando se tratar de TI em “IV - área afetada por unidades de conservação da natureza” (BRASIL/CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Para Gracio (2015, p. 5), esses elementos trazem em suas entrelinhas uma significativa mudança na compreensão dos direitos fundiários dos povos originários. Segundo Silva (2016), o caráter originário dos direitos fundiários dos povos indígenas confere ao indigenato uma condição diferenciada frente a outras modalidades de ordenamento territorial, na medida em que o direito fundiário desses povos sobrepõe-se a qualquer direito derivado do Estado brasileiro. Isso porque o direito fundiário dos povos indígenas é anterior à existência do próprio Estado, competindo-lhe somente o reconhecimento e a efetivação.

Para Gracio, a ideia de APs e a Dupla Afetação, ambas posteriores à CRFB/1988, em alguns pontos basilares, são contrários à leitura que alguns juristas fazem do indigenato. Eis a fundamentação do autor:

[...] Para que a Dupla Afetação se efetivasse como pretendido, seria necessário que os conceitos que norteiam as políticas ambientais propostas pelo poder público fossem os mesmos operados pelos povos originários, o que de fato não ocorre em função de vários fatores, sendo o de ordem cultural o principal deles. Ainda que os povos originários ocupem o que é hoje o território nacional há mais de 12.000 anos (Melatti, 1987), que suas formas de uso dos recursos naturais se diferenciem daquelas efetivadas pela sociedade nacional e que suas

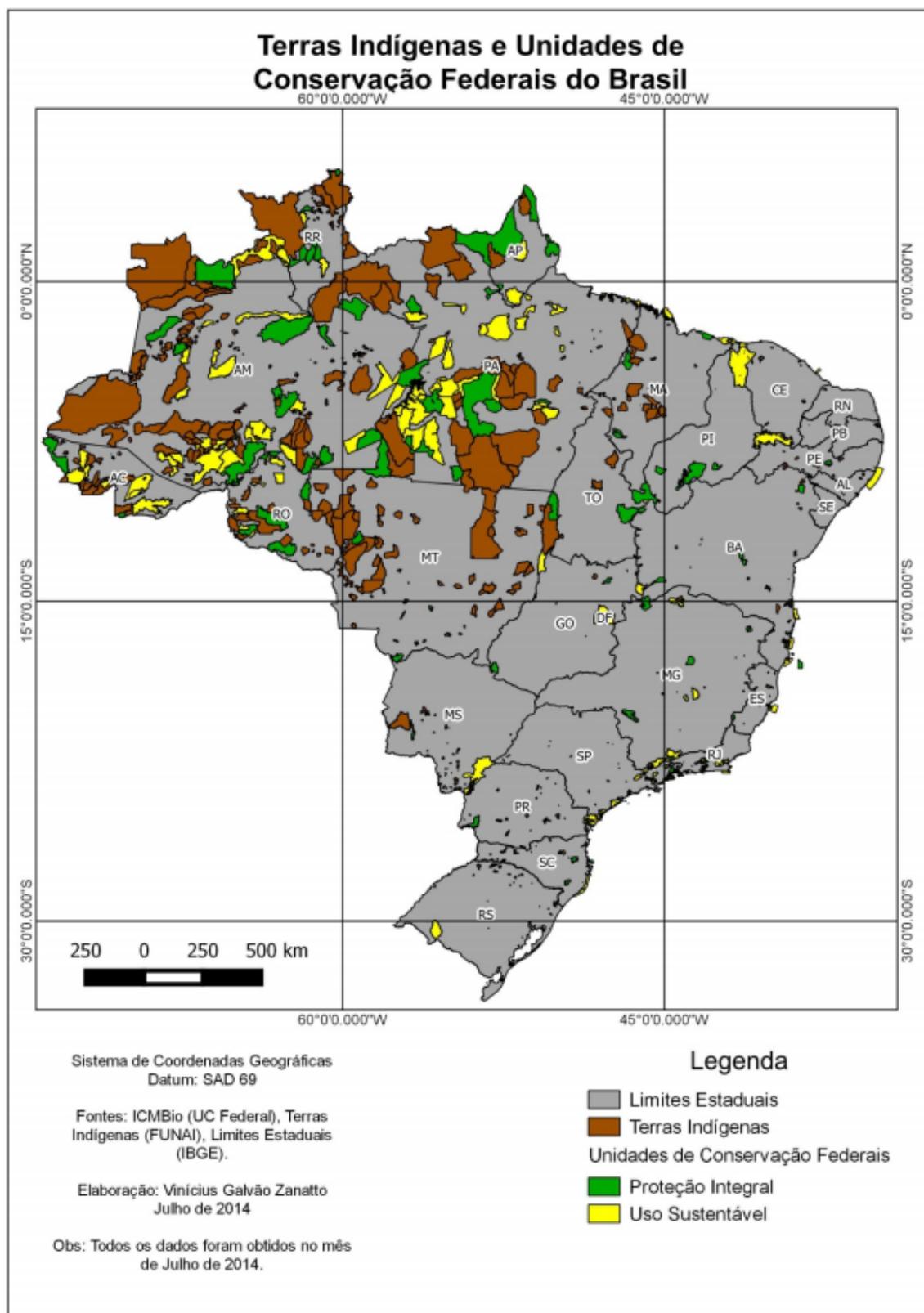
práticas, quando comparadas com as da sociedade envolvente, realmente sejam muito mais sustentáveis, isso não significa que seus modelos de compreensão da “natureza” sejam análogos ao operado nos parâmetros legais da política ambiental. Quanto a esse aspecto, a própria diversidade social e cultural dos povos originários no Brasil já indica ampla variedade de formas diferenciadas de ocupação territorial e uso dos recursos naturais exercidos por eles (GRACIO, 2015, p. 6).

Ainda segundo o autor, o conhecimento desenvolvido por esses povos ao longo de no mínimo 12.000 anos são singulares e próprios. Suas soluções de interação com os distintos biomas que formam o Brasil demonstram de forma incontestável as diferenças que os distanciam da sociedade nacional. Os índices de desmatamento, de contaminação dos mananciais hídricos, de uso de agrotóxicos, de supressão de espécies nativas, entre outros, ilustram de forma trágica as diferenças entre as formas de ocupação dos povos originários e a sociedade nacional (GRACIO, 2015, p. 8–9).

Ao concluir o tema, o autor, em referência às teorias de Escobar (2005) não nega a importância do movimento ambientalista e outros movimentos sociais. Entretanto, apesar da ênfase conservacionista e preservacionista, as políticas de APs e Dupla Afetação não se alinham com a vertente defendida por Escobar, ou seja, são frutos do conhecimento moderno hegemônico, em detrimento dos conhecimentos e experiências locais, neste caso, dos povos indígenas. Para o autor, tais políticas promovem exatamente o oposto da proposta política defendida por Escobar, suprimindo o controle das populações originárias sobre seus territórios e fragilizando as agendas políticas locais frente ao modelo hegemônico empreendido e impulsionado pelo Estado e pela sociedade nacional (GRACIO, 2015, p. 8–9).

No Brasil, não são poucos os casos de superposições entre TIs e UCs, ver Figura 27 abaixo. Em muitos desses casos, a superposição se traduzem em conflitos sérios, em razão do exercício, pelos indígenas, do seu direito ao usufruto exclusivo sobre os recursos naturais de seus territórios, uma vez, que seus territórios estão afetados e contidos em áreas tidas como relevantes e imprescindíveis de proteção ambiental especial. Para o autor, o problema urge uma solução que não é dada pela lei (LEITÃO, 2004, p. 20).

Figura 27 – Mapa Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federais do Brasil.



Fonte: (ZANATTO, 2015, p. 37).

Porém, o instituto da superposição e a ausência de meio jurídicos e administrativos para resolvê-las não deveria servir como justificativa à paralisia da administração pública, o que prejudica tanto a proteção dos direitos indígenas quanto a do meio ambiente, ambas, obrigações constitucionais da União. A falta de uma solução definitiva para as superposições não pode, por exemplo, funcionar como inibidora das providências de demarcação e do exercício dos atos de proteção das TIs pelo Estado. Mas a verdade é que na prática isso muitas vezes vem ocorrendo.

A criação de UC é indispensável para a proteção do meio ambiente, que, por sua vez, é determinante da sustentabilidade do país e do planeta para as presentes e futuras gerações. Apesar disso, ao criar UCs, o Estado, não raro, afeta as condições de reprodução sociocultural de determinados grupos humanos, que, de uma hora para outra, passam a ter os seus modos tradicionais de vida ameaçados. O respeito aos direitos das populações, que desde sempre ocuparam os espaços agora objeto de proteção especial, é, igualmente, fundamental e deve integrar o elenco de garantias de um Estado democrático de direito (LEITÃO, 2004, p. 22). Muito mais, quando está a se falar de comunidades que possuem modo de vida compatível com a conservação da biodiversidade.

Para tanto, o caso da superposição entre TIs e UCs poderia viabilizar a adoção de soluções inovadoras no deslinde desse conflito, já que até mesmo organizações conservacionistas têm reconhecido a importância dos povos indígenas para a proteção do meio ambiente na Amazônia brasileira. Para Zanatto (2015, p. 40), esses conflitos que surgem a partir da superposição territorial entre UC e TI podem ser revertidos em potencialidades se houver uma interlocução maior entre os órgãos ambientais e indigenistas, já que o potencial de preservação das Terras Indígenas é evidente.

O autor complementa, ainda, que a questão sobre o direito de permanecer ou não na terra, se as comunidades indígenas e tradicionais são boas ou não para a biodiversidade, só mascara o verdadeiro problema. A grande ameaça, tanto aos povos indígenas como ao meio ambiente, não se dá com as superposições entre UC e TI, e sim do modelo de desenvolvimento estipulado e estimulado pelo Estado.

Deste modo, entende-se que discussão sobre a questão ambiental é pertinente, já que a nossa sociedade tem exaurido os recursos naturais, porém nunca deveria ser discutido o direito de permanência das populações indígenas em seus territórios. Se hoje ainda vemos uma grande diversidade de espécies vegetais e animais nas TIs é porque essas populações estão lá, e a pressão sofrida por elas é causada por nossa sociedade, que agora os coloca como invasores em sua própria terra.

No próximo capítulo para uma melhor compreensão de como se pretende implementar, a PNGATI, e a afirmação da gestão dos territórios indígenas, é apresentado

o Projeto GATI. Desenha-se o contexto que motivou esse projeto, toda a sua estrutura e arranjo institucional de implementação e execução, bem como a verificação do desenvolvimento do referido projeto na TI Xambioá.

5 PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA (GATI)

Neste último capítulo, abordarei o Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, mais conhecido como Projeto GATI. Busca-se destacar informações relevantes acerca desse projeto, tais como: **a)** o histórico de sua criação; **b)** parceiros institucionais e internacionais envolvidos; **c)** orçamento; **d)** ferramentas para sua sistematização e operacionalização;

Superada essa compreensão essencial do projeto GATI, passa-se a verificação da aplicação e execução do GATI na TI Xambioá Área de Referência (AR) do projeto sob a perspectiva do Povo Karajá-Xambioá.

5.1 PROJETO GATI - NOTAS INTRODUTÓRIAS

A questão da preservação e da conservação ambiental ganhou destaque no Brasil a partir da década de 1970, quando surgiram pequenos grupos que assinalavam a necessidade de incluir o tema do meio ambiente nas discussões da sociedade. Na década de 80, o número de organizações não governamentais ambientalistas cresceu e surgiram novas propostas de preservação do meio ambiente. Algumas delas foram convertidas em políticas públicas, dando contornos mais definidos à legislação ambiental brasileira.

O Capítulo VI da CRFB/1988 (art. 225), que trata do meio ambiente, estabelece que, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A Constituição brasileira enfatiza a necessidade de sua defesa e preservação e procura estabelecer mecanismos para que isso ocorra.

Nesse contexto surgem iniciativas institucionais e internacionais que vem corroborando para a preservação ambiental no Brasil. Nesse sentido, tem-se a Convenção da Diversidade Biológica – CDB (Decreto nº 2.519 de março de 1998), um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. A CDB foi assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992 (CNUMAD ou Rio-92). É hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema. Mais de 160 países já assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro

de 1993 (BRASIL/MMA, 1993).

O Brasil, signatário da CDB, instituiu uma série de normas, órgãos e procedimentos para tratar do meio ambiente. Dentre essas medidas, está a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei Ordinária n. 9.985, de 18 de julho de 2000). O SNUC (LO n. 9.985/2000) define categorias e ferramentas para conservação da biodiversidade em Unidades de Conservação (UCs) federais, estaduais e municipais, que contribuem para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais no território nacional.

Contudo, outras formas de proteção fizeram-se necessárias para complementação do SNUC, a fim de cumprir as metas de conservação biogeográfica estabelecida na CDB. Nesse sentido as TIs do Brasil representaram uma oportunidade significativa, pois, há uma extraordinária gama de maneiras pelas quais os diferentes grupos étnicos do Brasil se relacionam e interagem com a natureza. As várias sociedades indígenas, cada qual com seu interrelacionamento apropriado com seu ambiente e paisagem, compõem um dos mais importantes aspectos dessa diversidade e isso tem contribuído com a preservação ambiental a séculos (PNUD; GEF, 2009, p. 9–12)

Destaca-se, conforme Printes (2012, p. 68–69), que a partir da Rio 92 a “questão indígena”, historicamente vista como um “incômodo” a ser resolvido pelo Estado, passa a ser vista como a solução para parte dos problemas ambientais globais, devido as evidências de que os territórios indígenas (especialmente em contextos territoriais amazônicos) apresentam altos índices de conservação da biodiversidade.

De acordo com a The Nature Conservancy (TNC), atualmente os povos indígenas representam 5% da população global e são detentores de 25% das terras e águas do mundo. Essas regiões são as mais conservadas, concentrando 80% da biodiversidade da Terra e provendo serviços ambientais imprescindíveis para a humanidade. Para a TNC os povos indígenas são “guardiões e profundos conhecedores da natureza e de seus ciclos, dos elementos físicos e espirituais e possuem um vasto território onde as florestas e os recursos naturais encontram-se altamente preservados” (TNC, 2012, p. 4).

Para Duarte (2011, p. 8), a relação entre os indígenas e a natureza é bastante característica, uma vez que suas formas de vida guardam estreita dependência do ambiente. A conservação do ambiente é condição fundamental para perpetuação de sua cultura, nos moldes habituais. Dessa forma, é fundamental uma nova compreensão do papel desempenhado pelos povos indígenas na proteção ambiental.

Diante disso, no ano de 2004, o movimento indígena garantiu um assento na Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO), que é a instância responsável por

coordenar, acompanhar e avaliar as ações do Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO (Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003). Outro marco de reconhecimento da importância e contribuição indígena e de seus territórios para a conservação da biodiversidade é a 7ª Conferência das Partes (COP) na Malásia, em 2004. Na oportunidade, o Brasil se comprometeu em implementar o Programa de Trabalho sobre APs, formalizando o reconhecimento das TIs como espaços fundamentais no resguardo da biodiversidade. Reconheceu, ainda, a necessidade de apoiar financeiramente os povos indígenas em práticas que contribuam na sustentabilidade dos recursos disponíveis em suas TIs (PRINTES, 2012, p. 151–152).

A partir desse cenário, originou-se o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006a), que reconheceu as TIs como APs no sentido de sua importância para os objetivos da conservação da biodiversidade. Porém, o PNAP não incluiu as metas para alcançar esses objetivos, nem estratégias de longo prazo de visibilidade e valorização das TIs no resguardo da biodiversidade. Por não haver parâmetros formalizados pelo Estado que definam e registrem os benefícios da conservação da biodiversidade em TIs, estes espaços não recebem o mesmo apoio financeiro destinado a outras APs, como por exemplo, as UCs, em termos de combate e redução de ameaças a integridade ambiental (PNUD; GEF, 2009, p. 20).

Além disso, as TIs também não contam com zonas de amortecimento definidas, conforme consta no SNUC e PNAP, ficando vulneráveis legalmente quanto à gestão e uso das terras do entorno. Por óbvio que isso compromete direta e indiretamente a sua situação ambiental. Faltam instrumentos federais e estaduais eficientes que monitorem as atividades do entorno das TIs enquanto APs, em que se estabeleçam regras mínimas de gestão quanto ao uso de recursos naturais compartilhados com os povos indígenas.

Assim, os esforços para garantir a integridade ambiental das TIs e seu entorno têm sido realizados pelos próprios indígenas e das parcerias que criam. Em termos de políticas públicas do Governo Federal, existem algumas ações/projetos pontuais do MMA e da própria FUNAI, porém, essa última com pouca experiência em ações de gestão ambiental (PRINTES, 2012, p. 152).

5.2 O PROJETO GATI E OS PARCEIROS INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS

A partir do cenário explicitado na seção anterior, surgiram as primeiras iniciativas do projeto GATI, que remetem ao ano de 2004. A Portaria Interministerial

MMA/MJ nº 325 de 22 de dezembro de 2004, instituiu um Grupo de Trabalho (GT)¹ para iniciar discussões relativas à elaboração de um projeto nacional, que se estendesse para além da Amazônia. O projeto destinava-se a realizar ações de proteção, conservação, recuperação e uso sustentável de biodiversidade em TIs, cuja proposta seria submetida ao Fundo Global para o Meio Ambiente - *Global Environment Fund (GEF)*, com um prazo de noventa dias, contados da data da designação, para apresentação dos resultados.

O projeto GATI é uma realização conjunta entre a FUNAI, o MMA, a *TNC*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o *GEF* e dizia ter como plano de fundo o diálogo e o "protagonismo indígena" brasileiro (PNUD; GEF, 2009, p. 60), tendo como objetivo principal o fortalecimento das práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas, consolidando a contribuição das TIs como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros.

No entanto, o trecho “conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros”, cristalizado no objetivo do projeto, parece subordinado à necessidade de se fazer a gestão ambiental, com enfoque na conservação, para atender às demandas da comunidade internacional. Constata-se, nesse contexto, que a necessidade do Brasil cumprir sua meta de 10% dos biomas conservados em Áreas Protegidas² foi o que mobilizou o Governo a propor esse amplo projeto e a conseguir apoio do GEF (único fundo que viabiliza as Convenções firmadas da Rio 92), sendo incorporadas no bojo e por ocasião, as demandas indígenas (PRINTES, 2012, p. 169).

Com a aproximação das interações institucionais, no âmbito do Governo, que se fizeram necessárias na construção do GATI, como um projeto piloto, verificou-se alguns tensionamentos entre os interesses que moviam o debate da gestão de TI, por parte

¹ Integraram o GT os seguintes representantes:

I - Ministério do Meio Ambiente:

- a) Secretaria de Biodiversidade e Florestas, que o coordenou;
- b) Secretaria de Política para o Desenvolvimento Sustentável; e
- c) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

II - Ministério da Justiça:

- a) Gabinete do Ministro; e
- b) Fundação Nacional do Índio - FUNAI; e

III - Representações dos Povos e Comunidades Indígenas provenientes das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, das seguintes organizações indígenas:

- a) Associação Guarani do *Kurukutu - Nhe'ë Porá*;
- b) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME;
- c) Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB,
- d) Associação Xavante *Warã/Vyti-Cati*; e
- e) Conselho de Caciques de Santa Catarina.

² Estabelecido pela Política Nacional de Biodiversidade – PNB (Decreto n. 4.339, de 22 de agosto de 2002).

das instituições governamentais, MMA e FUNAI. Nesse sentido Printes (2012, p. 191) destaca, que a permanência de tensões entre indigenismo e o ambientalismo se fizeram presente nas relações entre representantes dessas instituições que eram responsáveis pela condução do projeto.

Ainda segundo a autora, em geral, representantes do MMA tendiam a focar o debate na gestão “ambiental” mostrando preocupação em acelerar definições conceituais e metodológicas. Propondo a adequação dos termos técnicos e metodologias usadas para elaboração de Planos de Manejo (PM) nas Reservas Extrativistas, por vezes equiparando, esses espaços de APs com as TIs. Em contraponto, representantes da FUNAI refutavam as argumentações, salientando a complexidade de incorporar o debate da gestão territorial e ambiental às diversas situações indígenas em seus territórios. Essa instituição partia da ideia de que o papel da gestão territorial enquanto proteção do território era de garantir a autonomia à subsistência indígena.

Adiante, interações interinstitucionais envolvidas no âmbito do projeto GATI, com enfoque na participação da *TNC* e o *GEF*, evidenciou fortes características da vertente ambientalista conservacionista implícita nas relações interinstitucionais que refletiram distintas intenções na gestão territorial e ambiental de TI (PRINTES, 2012, p. 190).

Diegues (2008, p. 7), explica que, para a *TNC*, o interesse estaria em proteger grandes paisagens usando termos como “ecorregiões”, “corredores ecológicos”, “hotspots” (áreas prioritárias), “ecossistemas”, “paisagens vivas” - com objetivos semelhantes aplicados em países de alta biodiversidade. Nesse sentido o uso de novas tecnologias, especialmente Sistemas de Informação Geográfica (SIG), com produção de mapas com imagens de satélite, passaram a chamar atenção dos financiadores das grandes ONGs, que começaram a fazer investimentos cada vez maiores, ao mesmo tempo em que essas corporações garantem seu papel como “colaboradores” e “agentes globais” da conservação.

O GEF, por exemplo, foi criado pelo Banco Mundial, em 1990 em Paris. Atuou em 182 países tendo como objetivo apoiar as iniciativas de implementação de políticas e projetos de proteção dos ecossistemas e a biodiversidade. No Brasil o programa focou, entre outros temas, na questão indígena, recebendo a denominação de “GEF Indígena” e uma de suas metas foi apoiar a PNGAT (PNUD; GEF, 2009, p. 30). O programa buscava o fortalecimento das formas étnicas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nas terras indígenas e a inclusão social dos povos indígenas.

Para Diegues, as grandes ONGs transnacionais, no passado, trabalhavam isoladamente. Hoje, segundo autores, dividem o “mercado da conservação” entre elas, cada uma competindo com as outras em determinadas regiões do mundo por programas e

recursos financeiros.

A competição é particularmente viva entre as organizações pelo controle de áreas protegidas e de zonas de intervenção de seus projetos, pelo recrutamento de pessoal competente (para o qual podem sofrer a concorrência também dos Estados e das Organizações Intergovernamentais - OIG) e pela obtenção de fundos (COMPAGNON, 2005 apud DIEGUES, 2008, p. 10–11).

Ainda segundo o autor, essas grandes ONGs transnacionais (*TNC*; *World Wildlife Fund* – *WWF*; a *Conservation International* – *CI*), exerciam forte influência sobre acordos internacionais e conferências, como, a exemplo a reunião da CDB sobre áreas protegidas realizada em fevereiro de 2008, em que financiaram atividades do Secretariado da CDB, aumentando sua “área de influência”. Influenciaram nas escolhas das áreas prioritárias para conservação; na realização de Plano de Manejo (PM) ou Plano de Gestão (PG) e na própria gestão de áreas protegidas. Quando faziam apoio financeiro à ONGs locais, transmitiam suas mensagens “teóricas e práticas conservacionistas”, que muitas vezes fogem da dinâmica e dos modos de vida das populações sob influência.

A influência dessas organizações tem sido forte, tanto nas grandes conferências sobre acordos internacionais realizados, promovidas pela ONU, quanto sobre muitos governos nacionais, especialmente dos países considerados de Terceiro Mundo. Para esses, frequentemente, fornecem “especialistas” no campo da conservação (DIEGUES, 2008, p. 11).

Desse modo, em parte, as grandes ONGs transnacionais foram responsáveis por ditarem o “manual para a conservação”, em conjunto com as forças econômicas hegemônicas, como o “ramo privado do Banco Mundial – (GEF)”, que iniciaram negociações com países investidores cujas intenções seriam se “apropriar e vender a diversidade biológica” (PRINTES, 2012, p. 192).

Para Diegues (2008, p. 5), este panorama de acordos institucionais e internacionais, está diretamente relacionado com a expansão capitalista neo-liberal sobre o uso dos “bens comuns”, como o ar, o mar e a diversidade biológica. Pois, a ameaça a esses bens comuns, como a destruição da biodiversidade, a redução da camada de ozônio, o efeito-estufa e as consequências catastróficas da elevação do nível do mar passaram a ser preocupação dos governos e entidades científicas, levando à realização desses acordos e ao estabelecimento de ambiciosos projetos de pesquisa científica.

As críticas do vínculo do projeto GATI com os interesses do GEF e da TNC são aspectos que contribuíram para certas ponderações quanto aos rumos futuros que a gestão em TIs poderia assumir em longo prazo. Ressalta-se que a própria linguagem do Documento do projeto carrega termos como: “mensurar”, “testar”, “capacitação”,

“conscientização”, “treinamento”, “destinar áreas à conservação”, “modelos de gestão replicáveis”, “povos indígenas como guardiões da floresta”, dentre outros, que expressam fortemente a permanência de lógicas ambientalistas preservacionistas/conservacionistas.

Para Printes (2012, p. 193), o projeto GATI, pode ser compreendido sob um enfoque extremamente vinculado aos paradigmas hegemônicos da conservação da biodiversidade, em que se busca formalizar normatizações que legitimem as TIs como APs. Contudo, ainda segundo a autora, cabe considerar os esforços dos atores envolvidos (os Gestores da FUNAI e ICMBio; representantes das organizações indígenas; os técnicos do PNUD e da GIZ; e a equipe de implementação do projeto GATI), que esclarecidos dessa tendência, buscaram implementá-lo de modo menos tendencioso possível, pois entendem ser limitações do projeto ou da própria vertente preservacionista/conservacionista, ao qual este está vinculado desde sua elaboração e para fins de financiamento.

Nesse sentido, o coordenador nacional do projeto, à época de sua construção, retratou este cenário:

Até onde sei, a primeira consulta que esse projeto teve na FUNAI ele foi recusado, teve um parecer negativo, por que tinha um **viés muito ambientalista, dialogando muito pouco com as questões indígenas** [...] causou um problema internamente. [...] foi feita uma espécie de reformulação do projeto, um pouco mais adequado pra realidade dos índios, mas mesmo assim algumas questões sobraram, por exemplo, esses **“indicadores de conservação”, de “sustentabilidade e conservação”** que o projeto utiliza, eles são frágeis, eles não refletem muito a realidade das TIs. A gente tem discutido isso um pouco até na perspectiva de encontrar outro indicador que seja mais adequado. **A concepção original do GATI, fala muito dos “índios manterem áreas intocáveis”.** [...] **A própria direção do GEF, os coordenadores em outra escala, tem um pouco ainda essa visão extremamente conservacionista, entendendo que os índios para participarem do projeto deveriam se comprometer em manterem áreas, parte dos seus territórios intocados.** [...] Um desses indicadores que eles se utilizam, é o tal do **“METT”**, que é um indicador utilizado pra unidades de conservação e que foi adaptado de forma superficial, meio grosseira até, para o caso das Terras indígenas. E é esse tipo de indicador que a gente quer substituir. **É um indicador que está focado muito nas questões de biodiversidade, conservação da biodiversidade, e no caso da TIs tem que ser levados em consideração critérios socioambientais, e não exclusivamente ambientais.** Não é só uma ideologia, uma ideia que vem desde o principio, isso tá em indicadores de resultados claramente pautados em questões que a gente não concorda. Mas têm que colocar alternativas, não basta dizer que é ruim, se a gente não colocar uma alternativa de outro indicador (GATI, Coordenador Nacional do, 2011 apud PRINTES, 2012, p. 193–194, grifos da autora).³

³ A pesquisadora Rafaela Biehl Printes realizou, em 2012, trabalho de dissertação intitulado *Gestão*

5.3 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO GATI

A partir da discussão teórica/conceitual, apresentada na sessão anterior, em 2008, após cinco consultas regionais (ver Tabela 6), realizadas em parcerias com organizações indígenas, FUNAI e MMA, se definiu uma proposta de projeto. Nestas consultas, além de definir os rumos das ações, buscou-se também a indicação das TIs que seriam ARs do GATI. A minuta do projeto foi submetida ao *GEF*, sendo aprovada, em agosto de 2009, com o título *Catalisando a contribuição das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros*. O efetivo início das atividades deu-se em dezembro de 2010, com a realização do Seminário Nacional do projeto. A Tabela 6 abaixo apresenta alguns dados sobre as Consultas Regionais, com indicação da participação dos povos indígenas, ainda que carente de algumas informações, conforme notas de rodapé.^{4 5}

territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas. O estudo abordou, de forma contundente, a PNGATI e o projeto GATI. Dessa forma, utilizamos seu trabalho como fonte, por conter entrevistas diretas e relacionadas, principalmente, com o GATI. As entrevistas em questão estão, neste trabalho, na forma “Apud”

⁴ O documento do Projeto GATI (PNUD; GEF, 2009, p. 121) informa que não estavam presentes os membros das comunidades indígenas de Goiás, visto que, segundo informou a ARPIPAN, a FUNAI regional de Goiânia não respondeu aos comunicados e convites feitos por eles, para que os indígenas de Goiás participassem da consulta regional.

⁵ O documento não informa o número de indígenas que participaram das consultas em Campo Grande-MS e Recife-PE.

Tabela 6 – Consultas regionais para a formalização do projeto final e escolhas das TIs como ARs

EVENTO	ONDE ?	QUANDO ?	REG./BIOMA	PARTICIPANTES
1ª Consulta	Curitiba/PR	19 a 21/09/08	Reg. Sul/ Mata Atl. Sul	9 Kaingang; 10 Guarani; 6 Xocléng; 7 Xetá;
2ª Consulta	São Paulo/SP	07 a 10/10/08	Reg. Sudeste/ Mata Atl. Sul	30 lideranças Guarani (Mbyá, Nhandeva e Ava ou Tupi Guarani); Terena e Krenak
3ª Consulta	Campo G/MS	24 a 26/10/08	Reg. Centro-Oeste/ Pantanal e Cerrado	ARPIPAN e Indígenas do Mato Grosso do Sul
4ª Consulta	Recife/PE	29/09 a 01/10/08	Região Nordeste/ Caatinga e Mata Atl. NE	Represent. indígenas do CE, PE, PB, BA, SE, AL, MG e ES; representando os seguintes povos: Anacê; Aranã; Atikum; Caxixó; Fulniô; Guarani; Jenipapo Canindé; Kaiwpauká; Kalouko; Kambiwá; Kanindé; Kariri; Pankinká; Pankará; Pankararu; Paukam; Pataxó; Pataxó; hãhãhãe; Pipipã; Pitaguari; Potiguara; Tabajara; Tapeba; Tupinambá; Tremembé; Truká; Tumbalalá; Tupiniquim; Tuxá; Tuxá Rodelas; Xocó; Xucuru-Kariri; Xucuru de Ororubá; Xucuru
5ª Consulta	Manaus/AM / Palmas/TO	26/09/2009 / 29/09/2009	Região Norte/ Amazônia	40 indígenas de 16 etnias proven. dos Estados: AC, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO

Fonte: Elaborado pela autora.

Importa-se ressaltar que, em 2011, o Comitê Diretor do projeto, decidiu alterar seu nome, conhecido como *Catalisando a contribuição das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros*, para *Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI*. Contudo, o Coordenador Técnico do GATI explica que a mudança do nome para projeto GATI, conotou um sentido muito pejorativo às ações desenvolvida por eles ao longo do período estipulado para as ações:

[...] infelizmente a gente escolheu esse nome “projeto”, mas talvez não tinha que ser esse nome, tinha que ser “programa” ou alguma coisa assim, porque as pessoas associam muito “projeto” com coisa

física [...] até entenderem do que se tratava essa gestão foi muito complicado (*informação verbal*)⁶.

O período proposto de duração do projeto GATI era de cinco anos (2009 a 2014), tendo seu start em 2009 com a aprovação da proposta do projeto pelo GEF e finalização prevista para o ano de 2014. No entanto, em 2014 houve a prorrogação do projeto por mais dois anos, por considerar a necessidade de dar continuidade a algumas ações que estavam em curso e que requeriam ainda um acompanhamento ou incentivo financeiro. Neste sentido o Coordenador Técnico do projeto GATI, explica: "as execuções dos recursos ainda estavam baixas, não tínhamos conseguido gastar todo o recurso, então até a gente engrenar todas essas coisas demoraram" (*informação verbal*)⁷.

5.3.1 As ARs do Projeto GATI

Segundo o Documento do projeto GATI, a ideia inicial era a realização de consultas regionais para selecionar TIs, consideradas importantes para a proposta do projeto, que apresentassem boas práticas dentro de cada bioma florestal. A proposta era tomar um universo de 30 TIs para trabalhar 10 TIs como ARs e as outras 20 áreas remanescentes de interesse, que recebessem menor votação nas consultas regionais, seriam selecionadas para compor a "Rede de Experiências" (RE). A intenção era selecionar as TIs em condições de desempenhar papel estratégico na demonstração de iniciativas etnoculturais de conservação da biodiversidade, servindo como ponto de partida para futuras iniciativas em outras TIs (PNUD; GEF, 2009, p. 103 e 116–117).

Entretanto, existe um ponto relevante a ser ponderado sobre essas categorias das TIs que iriam compor o projeto. Conforme explicação do Coordenador técnico do GATI, quando o projeto foi elaborado e foram feitas as consultas regionais, existiam as duas categorias de TIs: ARs e RE. Porém, ao longo das consultas regionais isso foi questionado, como se tivessem TIs de primeira e segunda classe no projeto. Viu-se que, na prática, tinham TIs que estavam dentro das RE que tinham mais atividades em gestão ambiental que as próprias ARs. Então se decidiu igualar essas categorias sem distinção em termos de apoio a projetos. Antes eram 10 ARs e 20 RE. Passou-se a considerar todas TIs como ARs (GATI, Coordenador Técnico do, 2011 apud PRINTES, 2012, p. 160)⁸. Além disso, foram incluídas outras 2 TIs que não faziam parte da listagem inicial, totalizando 32 ARs.

⁶ GATI, Coordenação Nacional. **Palestra I**. [mar. 2016]. Participante: LIMA, E. M. Palmas, TO, 2016. Palestra ocorreu durante a Reunião do Conselho Regional Amazônia/Cerrado, realizada em Palmas/TO nos dias 23 a 24/03/2016)

⁷ Id., 2016

⁸ Segundo informa Printes (2012, p. 160) a entrevista foi dada a ela pelo Coordenador técnico do GATI, durante a realização do Seminário Regional do GATI, ocorrido em Campo Grande/MS, nos dias 07 a 10/06/2011.

Segundo o Documento do projeto GATI (PNUD; GEF, 2009, p. 103), a escolha das TIs para serem ARs foi “feita pelos representantes indígenas”⁹ que participaram das consultas regionais durante o período de construção do projeto. Porém, o processo de indicações das ARs foi realizado pelo *Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira* (PROBIO), baseadas nas premissas **a)** de pelo menos uma Área de Referência em cada bioma florestal; **b)** a definição das ARs teria de ocorrer em observância das áreas prioritárias definidas pela *Lista de Áreas Prioritárias Definidas para a Conservação da Biodiversidade do PROBIO/MMA*, editada em 1997; **c)** dentre essas áreas prioritárias definidas no PROBIO, os indígenas selecionaram uma lista curta de ARs através de consultas regionais, mencionadas acima. Ou seja, o foco das decisões esteve na mão dos ambientalistas.

Além disso, o processo de indicação das TIs utilizou como recurso indicador na seleção das ARs, a Ferramenta de Monitoramento de Efetividade de Gestão (*Management Effectiveness Tracking Tool – METT*¹⁰) utilizada em UCs. No documento consta que o *METT* foi “adaptado” às especificidades das TIs (que inclui populações humanas). No entanto, o Documento não esclarece como foi feita essa adaptação, somente trás os resultados das escolhas da ARs (PRINTES, 2012, p. 170).

Após esse processo de junção das ARs e RE, 32 TIs foram indicadas como ARs para o projeto piloto do GATI e foram distribuídas em 08 Núcleos Regionais (NR). Para o Coordenador nacional do projeto, à época de sua construção, os projetos que foram apoiados pelo GATI nas 32 ARs, são uma espécie de piloto para a implantação da PNGATI. Para ele o objetivo do projeto não era trazer coisas novas, mas potencializar as iniciativas já existentes, aquilo que os indígenas já faziam, conforme relatos abaixo:

Essas TIs são áreas que foram escolhidas justamente porque de alguma maneira algumas atividades de manejo, de conservação, de uso sustentável dos recursos naturais já eram realizadas [...] a intenção do projeto é potencializar essas atividades que já ocorrem, criando redes de experiências, fortalecendo iniciativas, esse é o objetivo principal

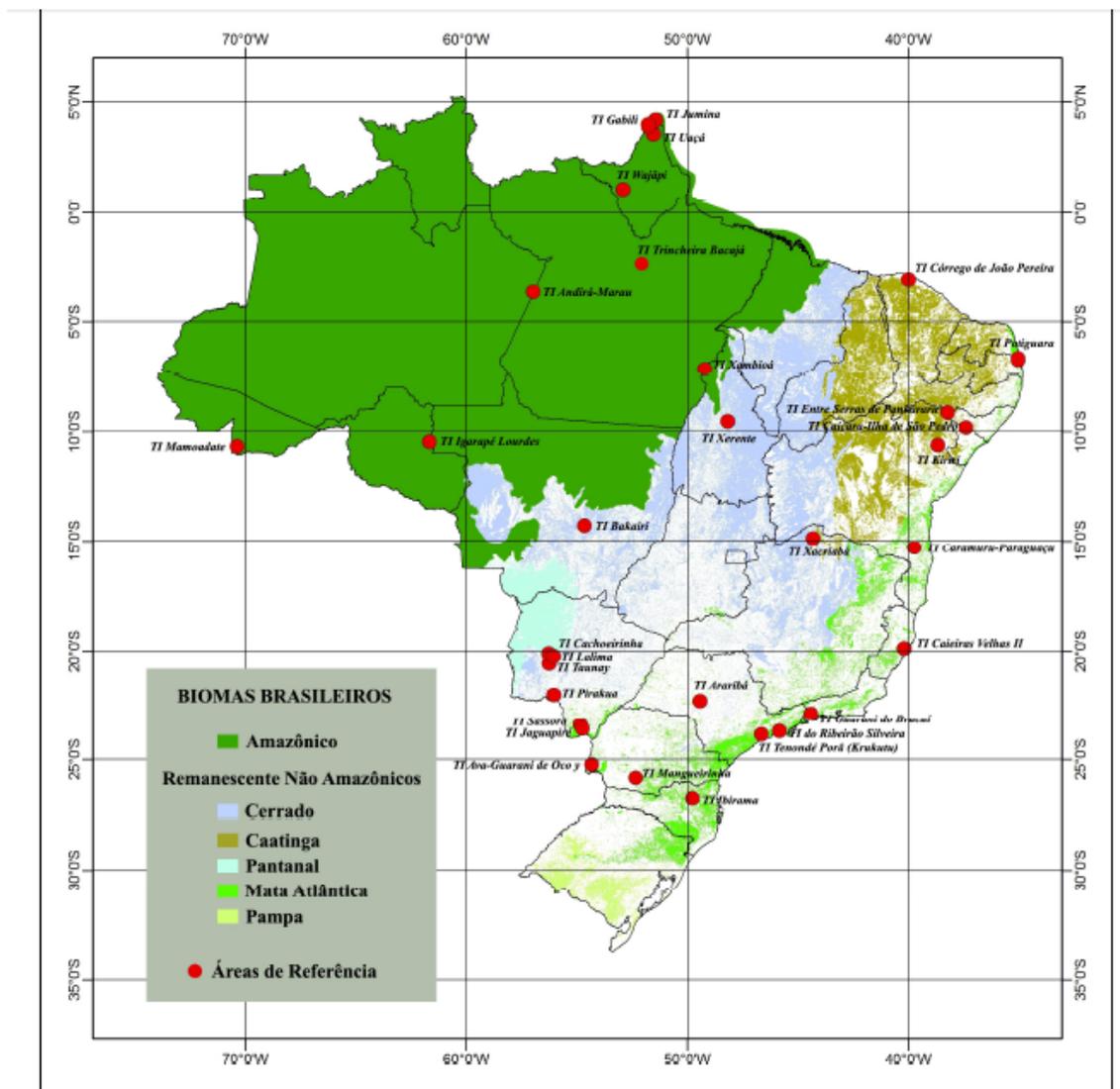
⁹ A ideia propagada era a do protagonismo indígena na escolha das ARs. Contudo, a partir deste trabalho inferiu-se que essa participação se resumiu a escolha das TIs, por meio de votação, dentre aquelas classificadas pelos ambientalistas como potenciais para o Projeto.

¹⁰ O *METT* é uma Ferramenta de Monitoramento de Efetividade de Gestão mais usada no mundo para fins de avaliação e monitoramento da efetividade de gestão em UCs, com finalidade de definir “prioridades e comparações quanto à governança exercida pelo Estado em seu papel como principal executor da gestão dessas áreas protegidas”. A ferramenta *METT* tende a gerar “resultados contraditórios quanto à efetividade, os fatores de sucesso e de falhas na gestão de áreas protegidas”, sendo sua abordagem metodológica o principal problema, pois são específicos no “número e tipo de indicadores” focados na biodiversidade e nos recursos naturais, pouco consideram o contexto local, como os ciclos de gestão, tão pouco envolvem a sociedade “na concepção, aplicação e uso dos resultados”. Também não há preocupação de um “acompanhamento sistemático de aspectos socioeconômicos e socioculturais” das áreas protegidas em questão. Desse modo, o *METT* possui uma abordagem muito específica, voltada à biodiversidade e recursos naturais (PRINTES, 2012, p. 194).

do projeto (GATI, Coordenador Nacional do, 2011 apud PRINTES, 2012, p. 162).¹¹.

A distribuição das 32 ARs do projeto abrangem cinco biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica (sub-regiões: Nordeste, Sul e Sudeste) (PNUD; GEF, 2009, p. 7–8 e 104–105). Ver figura a seguir:¹²

Figura 28 – Localização geográfica e bioma das 32 TIs que compõem o projeto GATI.



Fonte: (PRINTES, 2012, p. 161).

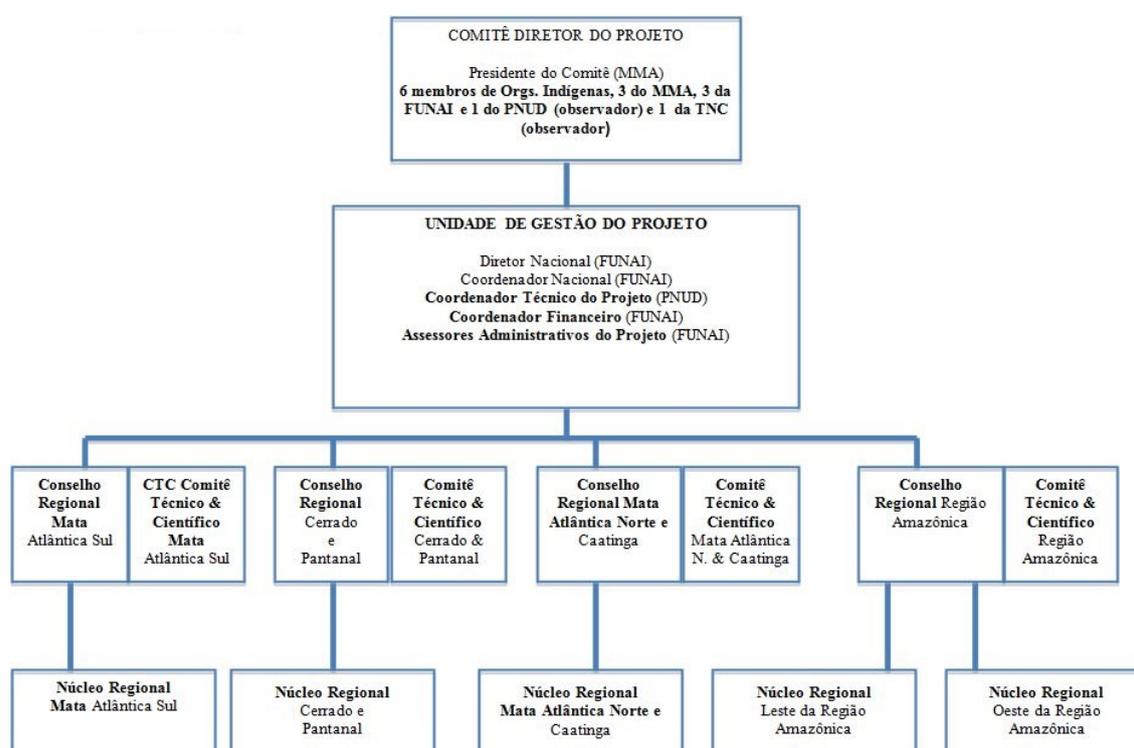
¹¹ Segundo informa Printes (2012, p. 162) a *informação verbal* foi dada pela Coordenação Nacional do GATI durante a realização do Seminário Regional do GATI, ocorrido em Campo Grande/MS, nos dias 07 a 10/06/2011

¹² O sexto bioma, Pampas, não é um ecossistema florestal. É composto por quatro conjuntos principais de fitofisionomias campestres naturais e compreende 2% do território nacional (PNUD; GEF, 2009, p. 7).

5.3.2 Estruturação organizacional do Projeto GATI

A instância máxima do projeto era o *Comitê Diretor do Projeto* (CDP), responsável por: **a)** discutir e aprovar o *Plano Operacional Anual* (POA) do projeto; **b)** fazer a alocação dos recursos; bem como **c)** avaliar atividades executadas e em andamento, tudo conforme orienta as diretrizes do PNUD-GEF. O CDP era deliberativo e constituído por um conselho paritário, composto de 6 membros de organizações indígenas (ARPINSUL, ARPIPAN, APOINME e COIAB); 3 do MMA; e 3 da FUNAI, ficando o PNUD e a TNC como observadores (PNUD; GEF, 2009, p. 58–59).

Figura 29 – Organograma organizacional do projeto GATI.



Fonte: (PNUD; GEF, 2009, p. 63).

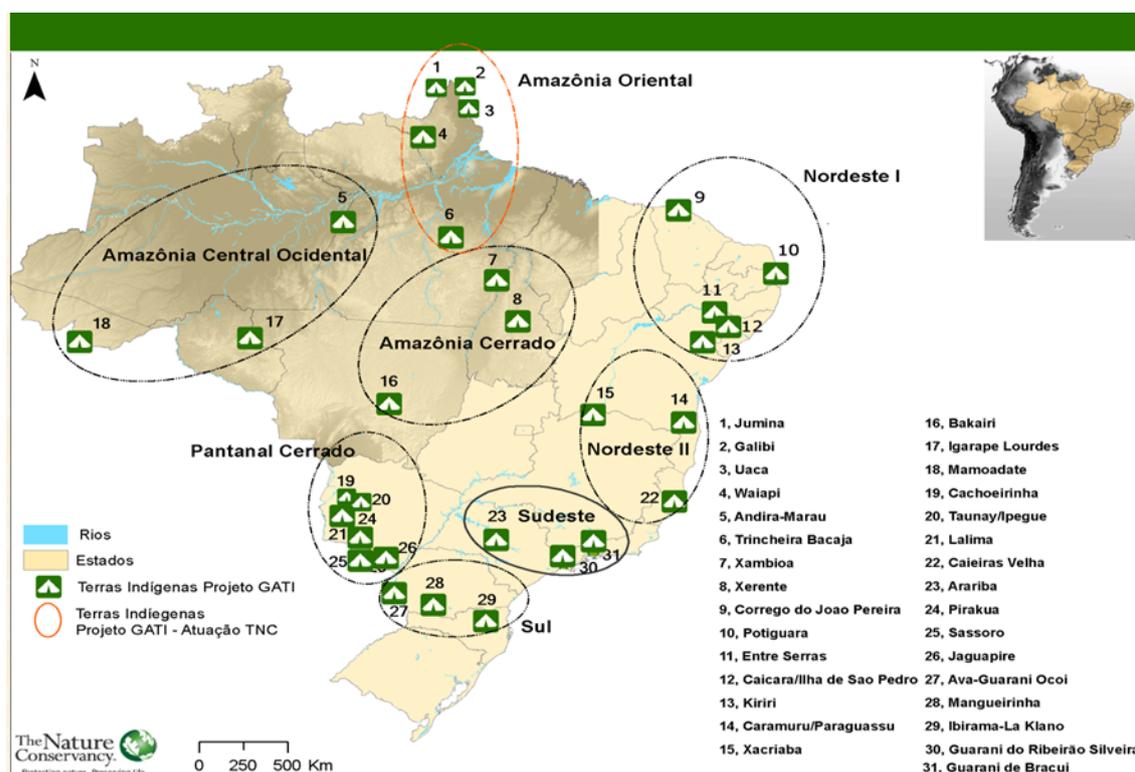
A execução do projeto ficou por conta de uma Unidade de Gestão (UGP), localizada na FUNAI Sede, em Brasília, que propôs um funcionamento descentralizado e participativo, com apoio de Unidades Regionais locais. A UGP se relacionava diretamente com os NRs, responsáveis em apoiar as atividades in loco nas ARs. Os NRs eram ligados aos *Conselhos Regionais Deliberativos* (CRDs), encarregados de refletirem a situação regional e compostos por representantes indígenas das ARs e membros do governo (FUNAI e MMA) (PRINTES, 2012, p. 163).

Os NRs também eram apoiados pelos *Comitês Técnicos Científicos* (CTC), que agregavam entidades parceiras locais que realizavam trabalhos junto aos povos indígenas ou TIs das ARs (PNUD, 2011, p. 6). O CTC podia ser composto por acadêmicos, especialistas, cientistas e demais parcerias de instituições acadêmicas, além de ONGs

locais, etc. O papel do CTC era apoiar os CRDs com assessoria técnica e científica e auxiliar o Projeto com avaliações do desempenho do projeto e suas atividades, fornecendo informações sistematizadas, disponibilizando senso crítico dos resultados do mesmo (PNUD; GEF, 2009, p. 61).

Todos os NRs eram compostos por um Consultor Regional, contratado para apoiar a implementação do projeto nas ARs, em conjunto com os indígenas, e estar diretamente envolvido com as “pontas” dos órgãos governamentais (sedes locais da FUNAI e ICMBio), além do CTC. O papel do consultor era de acompanhar de perto o projeto auxiliando e apoiando os indígenas na preparação (análise da situação), planejamento e elaboração dos projetos locais, implementação, monitoria/avaliação, escrita de relatórios progressos, etc. A distribuição dos NRs do projeto GATI estão evidenciados no mapa abaixo¹³.

Figura 30 – Localização dos núcleos regionais do projeto GATI.



Fonte: (GATI, Coordenação Técnica, 2016).

Na FUNAI os setores envolvidos diretamente com o projeto eram: Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT) ligada a Diretoria de Proteção Territorial (DPT); Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) e Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO), ligada a Diretoria de Promoção ao

¹³ A equipe técnica do GATI forneceu o mapa para compor esta pesquisa. O arquivo foi entregue durante a Reunião do Conselho Regional Amazônia/Cerrado, ocorrida em Palmas/TO nos dias 23 e 24/03/2016

Desenvolvimento Sustentável (DPDS). O arranjo institucional era flexível a ajustes conforme o andamento do projeto (PRINTES, 2012, p. 164).

5.3.3 Execução Financeira do projeto GATI

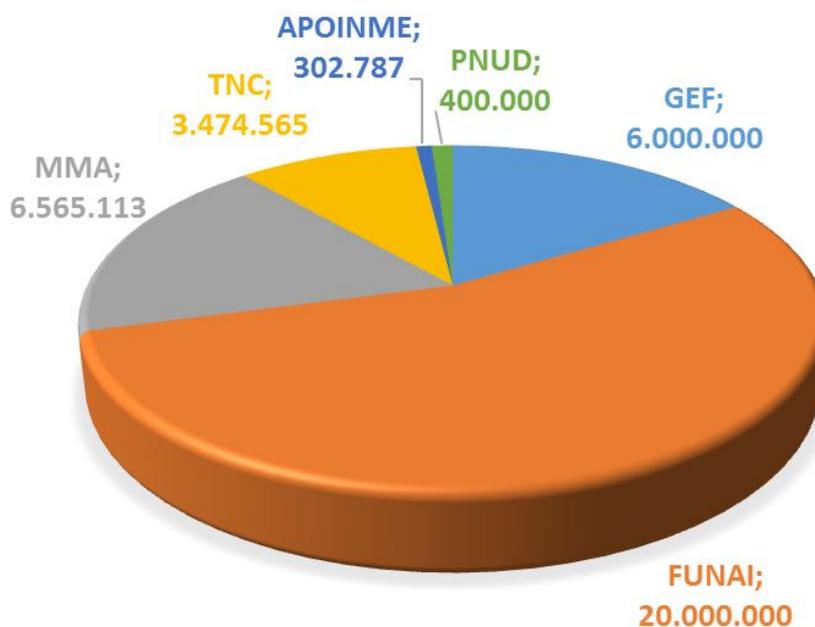
De acordo com o documento Informativo do projeto GATI, contribuíram para o orçamento do projeto: a FUNAI, MMA, GEF, organizações indígenas, PNUD e a TNC, conforme detalhamento disposto na tabela abaixo^{14,15}:

Tabela 7 – Execução do projeto GATI até dezembro 2015.

Execução do Projeto GATI por Fonte (US\$)			
Fonte	Previsto	Realizado	% de realização
GEF	6.000.000	4.677.556	78%
FUNAI	20.000.000	8.400.531	42%
MMA	6.565.113	3.563.380	54%
TNC	3.474.565	4.326.820	125%
APOINME	302.787	302.239	100%
PNUD	400.000	400.000	100%
Geral	36.742.465	21.670.526	59%

Obs1: Todos os valores estão em dólares
(GATI, Coordenação Técnica, 2016).

Figura 31 – Recursos financeiros projeto GATI – por fonte (em US\$).



Fonte: (GATI, Coordenação Técnica, 2016).

¹⁴ Id., 2016

¹⁵ Obs.: Segundo informou a Coordenação Técnica do GATI, todos os valores foram atualizados até dezembro de 2015, exceto o do MMA, que foi atualizado em dezembro de 2014.

No caso da FUNAI e do MMA, o apoio à elaboração e posterior implementação da PNGATI, era considerado parte integrante do projeto GATI, sendo previsto como uma das suas atividades. Dessa forma, os recursos utilizados na elaboração desta Política foram contabilizados como parte do co-financiamento (PNUD, 2011, p. 10–11). Contudo, a coordenação Técnica do projeto relatou que a FUNAI e o MMA tiveram dificuldades no repasse do recurso destinado ao projeto, o que dificultou o desenvolvimento de algumas atividades realizadas em parcerias com estes órgãos.

Ressalta-se que estas foram as informações obtidas em relação a prestação de contas da execução financeira do projeto GATI. Não obtive um detalhamento minucioso das atividades que foram desenvolvidas com recursos do projeto. Dessa forma, após as considerações iniciais do projeto GATI, prosseguiremos na próxima seção com a caracterização dos mecanismos para a operacionalização do projeto.

5.3.4 Caracterização dos Mecanismos para a operacionalização do Projeto GATI

Os povos indígenas ocupam, transformam e resignificam seus espaços, segundo suas escolhas, tradições, normas, ritos e suas culturas, estabelecendo assim, formas de uso dos recursos naturais e de controle sobre os territórios tradicionais. Nesse sentido, pode-se entender que a noção de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas combina a dimensão política do controle territorial com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade, envolvendo atividades tanto de ordenamento territorial quanto de gestão ambiental (LITTLE, 2006, p. 21).

Na noção de gestão ambiental indígena, postas por (VERDUM, 2006, p. 8), cabem: **a)** as manifestações práticas sócio-culturais individuais e coletivas de ocupação territorial; **b)** utilização das potencialidades naturais disponíveis; **c)** o calendário agrícola e extrativista associado com processos migratórios sazonais de famílias nucleares e extensas; **d)** a decisão de, quando e para onde transferir o local de moradia; **e)** de “abandonar” os atuais roçados e deixar em “descanso” áreas fontes de proteína animal (caça e pesca) ou de matéria prima (folhas, fibras, resinas, madeira, etc.); **f)** a definição do local e o momento para a abertura de novos roçados; **g)** o que cultivar e em que quantidade e disposição no terreno; a experimentação e os melhoramentos de espécies florestais (fruteiras, por exemplo); **h)** a incorporação ou reincorporação adaptativa de técnicas e tecnologias de cultivo e extrativismo, entre outras ações de caráter etnoecológico. Segundo o autor, todas são, fundamentalmente, ações de gestão ambiental do e no processo territorialização indígena.

Segundo (MILLER, 2008, p. 2) a gestão ambiental é praticada quando há a reflexão por parte de indivíduos e comunidades acerca do uso de seus recursos naturais

e das formas em que as pressões humanas podem afetar a sustentabilidade deste uso. Implícito nesse conceito de gestão ambiental é que, como resultado dessa reflexão, há uma busca pela maior sustentabilidade no uso dos recursos naturais. Ou seja, as ações de gestão ambiental são fruto de um processo de diálogo e proposição.

Nesse contexto, os instrumentos de gestão territorial e ambiental de TIs têm sido cada vez mais reconhecidos como forma de apoiar o uso sustentável dos recursos naturais, valorizando e reconhecendo os conhecimentos indígenas associados à conservação da biodiversidade.

Dessa forma, o projeto GATI desenhou-se em três linhas principais de atuação: **1)** Mecanismos e ferramentas que permitam reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs à conservação de recursos naturais, biodiversidade e dos serviços ambientais desenvolvidos; **2)** Consolidação de uma rede de experiências destinadas à conservação em TIs que seja efetivamente administrada pelos povos indígenas; e **3)** Implementação de áreas de referência em TIs com atividades de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseadas em princípios de etno-gestão e a serem implementadas em TIs selecionadas, com resultados finalísticos em forma de “produtos” (PNUD, 2011, p. 8), conforme marco lógico do projeto na figura a seguir. Porém, neste formato, o modelo de auto gestão dos povos indígenas ficou num plano secundário.

Figura 32 – Matriz do marco lógico do projeto GATI

RESULTADOS		
Resultado 1. Mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para a conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais desenvolvidos.	Resultado 2. Uma rede de TIs servindo de modelo de práticas de etnogestão ambiental destinadas à conservação em diferentes biomas florestais está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos e organizações indígenas	Resultado 3. Modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementados como pilotos em Áreas de Referência de diferentes biomas florestais.
PRODUTOS		
1.1. Diretrizes, estratégias e procedimentos legais definidos para as áreas destinadas à conservação e ao uso sustentável dentro das TIs.	2.1. Planos de etnogestão, incluindo zoneamento, nas Áreas de Referência estabelecidos e desenvolvidos por agentes ambientais indígenas, e reconhecidos pela FUNAI, pelo MMA, pelo IBAMA e pelo ICMBio.	3.1. Recuperação de áreas degradadas usadas como piloto em TIs que necessitam de gestão específica de paisagem para alavancar sua contribuição à conservação da BD.
1.2. Estratégias sustentáveis de financiamento desenvolvidas para a continuidade da gestão etnoambiental dentro das TIs.	2.2. Redes nacionais e regionais de praticantes de etnogestão estabelecidas para replicar atividades e mecanismos destinados à conservação dentro de TIs.	3.2. Uso piloto de técnicas agroecológicas e agroflorestais, usando conhecimento tradicional para a agricultura e uso de recursos florestais para subsistência.
1.3. Capacidades dos indígenas e dos parceiros do governo fortalecidas para o desempenho de novos papéis e procedimentos para TIs.	2.3. Capacitação para a gestão ambiental e territorial de TIs consolidadas.	3.3. Demonstração de mecanismos usados para promover a produção e o aumento do acesso ao mercado dos produtos indígenas.
1.4. Protocolos de vigilância, proteção e monitoramento elaborados e fortalecidos em áreas de entorno e dentro de TIs.	2.4. Programa de conscientização quanto ao impacto do extrativismo sobre a condição e os serviços ecossistêmicos das áreas destinadas à conservação.	3.4. Lideranças e membros da comunidade indígena treinados para conduzir atividades de uso sustentável e para a gestão de comercialização.

Fonte: (PNUD; GEF, 2009, p. 66).

Para alcançar os resultados previstos no documento do PNUD/*GEF*, o projeto GATI tinha a pretensão de:

Fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas, consolidando a contribuição das TIs como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros (PNUD, 2011, p. 5).

Printes (2011) explica que como estratégia de funcionamento, o projeto trabalhou em dois níveis, o sistêmico e local. O documento base do GATI corrobora a informação da autora, conforme explicitado abaixo:

(i) Nível sistêmico: Realizar uma reforma política e fortalecimento institucional, apoiando efetivamente o papel que as TIs podem desempenhar na conservação dos biomas florestais brasileiros. TIs em diferentes biomas diferem em termos das ameaças que enfrentam de suas características, capacidades existentes e necessidades; neste aspecto, as TIs são extremamente heterogêneas. Portanto, intervenções neste nível irão contar muito com as experiências oriundas das demonstrações nas ARs a fim de garantir que a reforma política e o fortalecimento institucional sejam conformados às necessidades dos diferentes biomas. Este nível também terá influência sobre o planejamento futuro de recursos a TIs, assim otimizando seu papel potencial na conservação. Estabelecendo o ambiente favorável apropriado e reunindo um conjunto de experiências tangíveis de demonstração, o projeto irá ajudar a influenciar a abordagem do governo a futuros financiamentos e programas voltados a PIs no Brasil.

(ii) Nível local: Realizar demonstrações locais de conservação e uso sustentável em ARs de todos os biomas florestais, de forma que intervenções do projeto possam ser modeladas de acordo com as diferentes ameaças e necessidades dos diferentes ecossistemas florestais. Além disso, o projeto envolverá um grupo maior de TIs nas atividades de capacitação e compartilhamento de informações através da formação de redes regionais e nacionais. O projeto terá, portanto um conjunto abrangente de melhores práticas, dando conta das especificidades de todos os biomas florestais. (PNUD; GEF, 2009, p. 25).

Contudo, a autora elucida que, para a efetiva implantação o projeto necessitava de um arranjo interinstitucional atuante, contando com servidores da FUNAI, MMA/ICMBio, membros das organizações indígenas, consultores contratados entre outros. Contudo, esse arranjo era flexível a ajustes a depender do andamento do projeto. O Coordenador Nacional do projeto GATI, ressalta que:

O projeto pressupõe uma **articulação institucional grande**. A FUNAI e MMA principalmente que estão envolvidos, além de outros parceiros, mas é **basicamente FUNAI e MMA**. Então pressupõe uma articulação interna da FUNAI, razoável pra funcionar, e isso é um esforço que a gente tem feito. Acho até que a gente está conseguindo avançar bastante nesse aspecto, porque a FUNAI nunca

teve muita tradição de dialogar internamente entre as coordenações ou trabalharem conjuntamente. Não existe uma cultura institucional que favoreça isso. **A reestruturação da FUNAI** coloca essa possibilidade, mas a gente não tem essa prática. Então isso já é uma dificuldade, por que mesmo as coordenações diretamente envolvidas nesse projeto a CGMT, a CGETNO e a CGGAM tem muitas vezes visões diferentes de como conduzir determinado tema, determinado projeto, com focos de atuação muitas vezes um pouco distintas, então isso a gente está tentando nivelar internamente na FUNAI. **A burocracia que a FUNAI tem pra encaminhar, aprovar e descentralizar recursos para os projetos é muito grande** também. Isso pra gente também, eu encaro como uma **enorme dificuldade para o projeto caminhar** (GATI, Coordenador Nacional do, 2011 apud PRINTES, 2012, p. 164, grifos da autora).¹⁶.

No entanto, o avanço do tema gestão territorial e ambiental de TI, consolidado na PNGATI e nesse projeto, trouxe à pauta termos como etnogestão, ferramentas de etnomapeamento, etnozoneamento, plano de gestão, entre outros. Evidente que não são termos e ferramentas de domínio dos indígenas, nem mesmo do não indígena, exigindo aprofundamentos práticos e teóricos. Além disso, ao se estabelecerem parcerias entre indígenas e não indígenas se impõe a necessidade de lidar com sistemas políticos e administrativos diferenciados (PRINTES, 2012, p. 166)

Segundo o documento do GATI (PNUD/*GEF*), o que se pretendia, a partir do projeto GATI,

[...] era ajudar e apoiar as comunidades na elaboração de etnozoneamento, que consiste no uso das informações do etnomapeamento para fazer o diagnóstico e planejamento para a gestão ambiental e territorial da TI, com o protagonismo e a participação direta dos povos e comunidades, respeitando os usos tradicionais dos recursos naturais e da paisagem, e promovendo a sua autonomia (PNUD, 2011, p. 8).

Segundo os termos do projeto a gestão ambiental e territorial das TIs está inteiramente relacionada à organização social. Portanto, não é um processo de cima para baixo, mas sim, uma construção dos próprios povos indígenas, que precisam adaptar as ferramentas propostas para cada realidade regional. Fundamental nesse processo são a mobilização e articulação feita pelas organizações indígenas, que devem ser fortalecidas para exercer essa contribuição ao projeto.

Seguindo nesta linha de trabalho, o projeto GATI previa um Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PG ou PGTA) que funcionasse como instrumento de planejamento e de gestão, podendo ser considerado como um dos produtos finais do projeto GATI para as 32 ARs. Sugeria-se ainda, que no PGTA, estivessem registradas as metas

¹⁶ Segundo informa Printes (2012, p. 164), a entrevista foi concedida a ela, pelo Coordenador Nacional do GATI, no dia 24.08.2011, em Brasília, DF

a serem consideradas pelo povo indígena na gestão do seu território em termos de um conjunto de sustentabilidades: ambiental, econômica, social e cultural.

5.3.5 Etnozoneamento e Etnomapeamento

O Dr. Paul Litte¹⁷ é um dos autores usados como referência, no âmbito das discussões do GTI da PNGATI e do projeto GATI, nas reflexões teóricas sobre o uso de instrumentos voltados à gestão territorial e ambiental de TIs. Para ele o plano de gestão resulta do etnomapeamento e etnozoneamento, e é considerado uma das etapas do ciclo de gestão.

O uso do prefixo *etno* nesses conceitos pode ter dois sentidos, podendo ser enquadrados em “dois pólos conceituais”, em que haverá maior ou menor “compreensão e aceitação” do grupo étnico, quais sejam: fazer “referência ao grupo étnico a quem a técnica está sendo aplicada [...] seria o zoneamento de uma Terra Indígena feito para um grupo étnico”. O outro sentido diz respeito ao “projeto étnico do grupo: suas reivindicações, valores, seus ritos, etc. Neste último caso, o termo em questão “seria um zoneamento idealizado e realizado pelo povo indígena” (LITTLE, 2006, p. 17).

Numa análise abrangente desses instrumentos, Little (2006, p. 17–18) ressalta a ambiguidade no uso do conceito de zoneamento. Por um lado, o zoneamento é entendido como “o resultado técnico de uma descrição, análise e classificação em zonas, de um dado território”; por outro é “um processo político-administrativo para fundamentar a adoção de diretrizes e normas legais, visando atingir objetivos socialmente negociados”. Cabe salientar que tais instrumentos ou ferramentas estão relacionados às práticas de zoneamento ocidental, associadas aos “processos de ordenamento territorial e gestão ambiental”.

Para (SCHUBART, 2000 apud LIMA, 2006, p. 96) o etnozoneamento é resultado de um processo político-administrativo, que utiliza o conhecimento técnico, ao lado de outros critérios, para fundamentar a adoção de diretrizes e normas legais, visando

¹⁷ Nesse trabalho optamos, como exemplo, o ciclo de gestão territorial proposto por Little (2006, p. 43–44), por servir de base para as discussões daqueles envolvidos na implementação do Projeto GATI. Reconhece-se a existência de outras propostas de ciclos de gestão territorial em TI com interface a proposta de Little, a partir de experiências de gestão em curso. No Seminário Internacional sobre Mapeamento Participativo e Gestão de Territórios Indígenas da Bacia Amazônica, realizado no Acre em 2010, organizado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), foram apresentadas mais de 100 iniciativas de gestão territorial de TI. Essas experiências não necessariamente seguem o ciclo de Little, mas podem ser identificadas em algum estágio do mesmo. Conforme Correia (2012), “[...] nas ações do sudoeste da Amazônia brasileira envolvendo a gestão territorial das TIs este ciclo contempla as fases de diagnóstico (exames, diagnósticos, pesquisas, estudos e mapeamento), planejamento (zoneamento, reuniões, workshops e seminários), a incorporação nas políticas (planos e programas), execução (projetos) e monitoramento e avaliação (comitês, comissões e conselhos)”.

atingir objetivos socialmente negociados, que implicam em um conjunto de sanções ou incentivos sociais que regulam o uso de recursos e a ocupação do território.

Segundo Little (2006, p. 22) o uso de etnoinstrumentos para gestão territorial e ambiental estão vinculados a uma "agenda política ambientalista" que abarca desde "organizações da sociedade civil, do setor privado e do Estado, que se preocupam explicitamente pela qualidade do meio ambiente". O autor considera, ainda, que, os etnoinstrumentos, na medida em que forem internalizados no cotidiano indígena, representarão instrumentos "'híbridos' que contêm elementos da sociedade ocidental e elementos das sociedades indígenas". No entanto, nesse processo de encontro entre "lógicas espaciais" sempre haverá perdas maiores para o "lado indígena", visto não haver uma "maneira única para traduzir uma lógica espacial indígena para a do zoneamento ocidental".

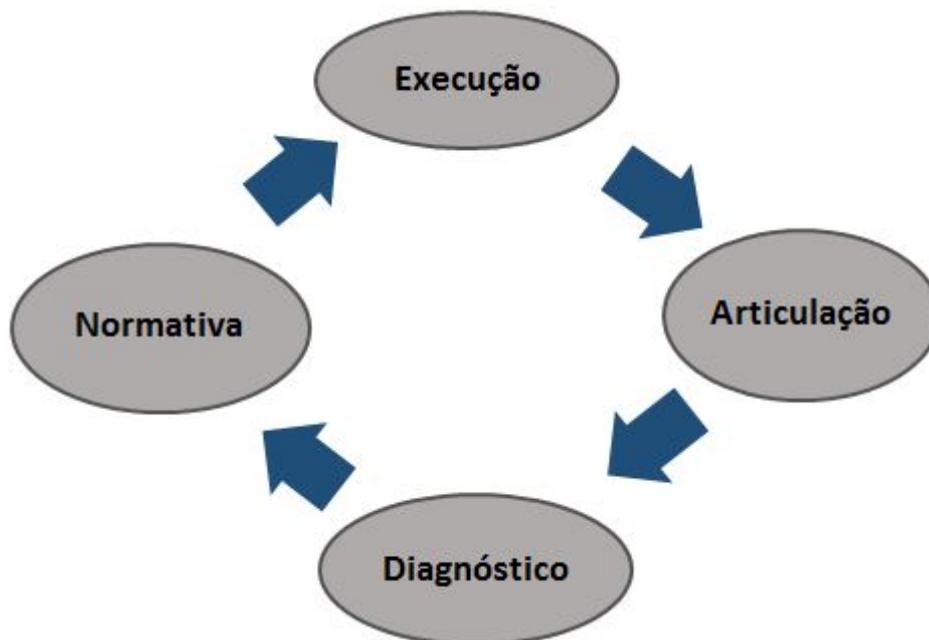
Os povos indígenas sempre manejaram seus recursos e fizeram sua gestão, ou seja, cuidaram de seus territórios por meio de conhecimentos regidos por suas tradições culturais e aprimorados ao longo do tempo (BAVARESCO; MENEZES, 2014, p. 18). Contudo, percebe-se indubitavelmente que há uma intenção (plano de fundo do projeto GATI e da própria PNGATI), resultante do cenário nacional e internacional de preservação ambiental, de institucionalização das formas como os povos originários gerem suas terras. Porém, isso não significa que será aos moldes destes povos.

Diante do exposto verifica-se estar em jogo negociações e normativas entre diferentes grupos de interesse ou "sujeitos de direito" envolvidos em um processo de desenvolvimento de determinado território. No entanto Little (2006, p. 38) salienta que a origem externa dos etnoinstrumentos não necessariamente os deslegitima, nem implica que eles são uma mera "imposição". Segundo o autor, em geral, as experiências mostram uma boa receptividade ao uso deles. Nesse contexto, o desafio é ajudar os povos originários a combinar o uso dos etnoinstrumentos com seu projeto territorial enquanto povo.

5.3.6 Processo de Gestão Territorial – Etapas

Little (2006, p. 43–44) identifica quatro etapas no processo global de gestão territorial em TI, em que são usados etnoinstrumentos. Essas etapas são: articulação, diagnóstico, normativa e execução. Juntas essas etapas compõem um ciclo de gestão territorial, conforme figura a seguir.

Figura 33 – Ciclo de gestão territorial em etapas.



Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de (LITTLE, 2006).

O tempo de duração de um ciclo dependerá das influências e dinâmicas internas e externas em que o mesmo estiver inserido. Cada novo ciclo tem início na etapa “articulação” em que se estabelecem as relações sociais e se criam os espaços para uso de etnoinstrumentos usados na etapa seguinte de “diagnóstico”. O diagnóstico tem a função de sistematizar dados ambientais, territoriais, étnicos, socioeconômicos, entre outros, que serão a base para o estabelecimento de acordos firmados na etapa “normativa”. A etapa “execução” representa o ponto culminante do processo, em que são postas em prática as ações de gestão territorial e ambiental construídas, ocorrendo inclusive a avaliação do ciclo e possível renovação do mesmo, a partir dos aprendizados adquiridos (LITTLE, 2006, p. 44).

Dentro desse ciclo, o etnozoneamento compõe a etapa normativa e se trata de um instrumento “técnico e político de ordenamento territorial de um grupo étnico” com respeito ao uso do seu território (LITTLE, 2006, p. 21). O instrumento de etnozoneamento usado para o GATI está vinculado a um processo de zoneamento ambiental ocidental e técnico, como já dito em outro momento. No entanto, acredita-se que a incorporação pelos povos indígenas pode auxiliá-los na gestão territorial e ambiental.

No que tange ao etnomapeamento, o autor aponta, que tem sido a técnica mais usada nas experiências de gestão territorial e ambiental já existente. Os mapas produzidos são fundamentais para subsidiar um posterior etnozoneamento. Entretanto, vale a pena destacar que, historicamente, a cartografia foi um instrumento de “controle” e “domínio territorial”.

Little (2006, p. 30–31) explica que, dentre os tipos de mapas produzidos pelo etnomapeamento estão: **a)** mapas mentais (ou etnomapas), que são produzidos a próprio punho por uma população para cartografar os usos e as formas de organização em determinado espaço geográfico, sendo uma das melhores formas de expressar graficamente a cosmografia de uma população; e **b)** os mapas georreferenciados, baseados em avançadas técnicas ocidentais, em que todas as informações de interesse são registradas em base cartográfica com muita precisão, conforme as coordenadas geográficas (latitude e longitude) globais. O autor ressalta que o uso da cartografia é "uma ponte importante para estabelecer um diálogo entre os saberes indígenas e os saberes ocidentais".

Ainda segundo o autor, a incorporação dos etnoinstrumentos pelos indígenas intenta ser uma forma de documentar a gestão pré-existente. É um meio para subsidiar o instrumento mediador para apoiar a relação de gestão dos diferentes níveis institucionais envolvidos no atendimento às demandas indígenas, qual seja o Plano de Gestão da TI.

Nesse modelo escolhido para fortalecer a gestão dos territórios indígenas, era imprescindível que as instituições envolvidas na elaboração do PGTA (FUNAI e MMA) se comprometessem com sua execução e com o estabelecimento de parcerias (ONGs, órgãos municipais, estaduais) para executá-lo e avaliá-lo, dada a amplitude dos temas tratados (desde Proteção, Etnodesenvolvimento, saúde, gestão ambiental, entre outros). Assim, era necessário a formalização de parcerias em todos os níveis envolvidos. Importante, também, é encontrar caminhos para o uso do PGTA da TI, para que se materializasse o planejado no documento, entendendo-o não como um fim, mas como um meio para dialogar e acessar as demandas e acordos nele contidos.

Após apresentação das informações basilares do projeto, passarei para o próximo tópico deste capítulo, com a caracterização das atividades desenvolvidas pelo referido projeto na TI Xambioá.

5.4 O PROJETO GATI NA TI XAMBIOÁ

A TI Xambioá por tratar-se de uma das 32 TIs ARs do projeto GATI, tornou-se objeto de estudo para esta pesquisa por razões naturais de afinidade, já esclarecidas ao longo deste trabalho. Entretanto, a necessidade de aprofundamento do tema surgiu, justamente, pelo pouco conhecimento que tínhamos sobre o projeto GATI e de sua aplicação na nossa Terra. Dessa forma, buscou-se conhecer de onde o projeto surgiu, para que surgiu e como ficará ao seu término.

Para alcançar os objetivos estabelecidos acima, buscamos fontes bibliográficas para conhecer a trajetória de construção do projeto, conforme exposto na seção anterior.

Investigamos *in loco* a atuação dos órgãos e organizações envolvidas com o projeto e por fim, e o mais importante, verificou-se a aplicação do projeto GATI na TI Xambioá.

5.4.1 Das Ações Desenvolvidas Pelo Projeto GATI na TI Xambioá

A relação do povo Karajá-Xambioá com o projeto GATI teve início em 2008, com as consultas regionais que definiram a proposta de Projeto e a escolha das TIs que seriam ARs. Conforme relato do povo Karajá-Xambioá, o indígena Wanderley Tholara Karajá, à época, responsável pela Coordenação Técnica Local (CTL) de FUNAI/Araguaína, teve papel fundamental no processo de articulação para a indicação e posterior escolha da TI Xambioá como AR.

Entretanto, apesar do projeto a nível nacional ter tido ações a partir de 2009, na TI Xambioá só teve suas primeiras iniciativas em 2012. Isso porque somente neste ano é que o projeto contratou a primeira consultora para o *NR Amazônia/Cerrado*, para iniciar os trabalhos no projeto na TI em questão.

Conforme consta no Documento do Projeto, os NRs¹⁸ eram compostos por um Consultor Regional, contratado através do co-financiamento do projeto, além de uma equipe de consultoria. Esses consultores eram selecionados pelo CRD da região do NR, por meio de edital, com a anuência do CDP. Na primeira consultoria do projeto GATI, o *NR Amazônia/Cerrado* era composto pelas TIs dos povos Xerente - TO, Karajá-Xambioá - TO e Bakairi - MT (PNUD; GEF, 2009, p. 61).

O início das atividades do projeto GATI, na TI Xambioá, ocorreu em outubro de 2012, por meio de uma visita da primeira consultora do *NR Amazônia/Cerrado* à TI Xambioá para a apresentação do projeto GATI ao povo Karajá-Xambioá. Segundo transcritos do *Produto 2* da primeira consultora, a reunião ocorreu em um barracão e contou com a presença de alguns indígenas. Entretanto, para a consultora havia uma

¹⁸ "Os NRs têm a função de:

- (1) apoiar a implementação do Projeto nas áreas de referência por meio de coordenação interinstitucional com as Administrações Executivas Regionais da FUNAI e em particular entre instituições parceiras e programas que contribuem para a implementação da linha de base;
- (2) auxiliar na elaboração e assessoramento dos Planos Operacionais Anuais (POAs) regionais;
- (3) revisar os Planos de Trabalho Anuais (PTAs) das Áreas de Referência em sua região;
- (4) coordenar as atividades demonstrativas das Áreas de Referência, interagindo com a CRD para a execução das tarefas administrativas e financeiras necessárias para o cumprimento do PTAs destas;
- (5) consolidar as propostas oriundas das áreas de referência e da rede de experiência;
- (6) monitorar a execução do projeto nas áreas de referência sugerindo ajustes necessários;
- (7) organizar e assessorar as reuniões dos CRDs; e
- (8) redigir relatórios locais a serem apresentados ao Coordenador Técnico do Projeto.

Os NRs funcionarão na instituição que apresentar melhores condições para implementação do Projeto em âmbito regional. Esta poderá ser a FUNAI, organizações indígenas ou instalações cedidas por parceiros institucionais do Projeto"(PNUD; GEF, 2009, p. 61)

"descrença das comunidades da T.I. Xambioá no Projeto GATI e na FUNAI, sendo isso evidenciado pela pouca participação dos moradores, e em algumas falas dos indígenas" (MACIEL, 2012b, p. 25)

Nesta primeira visita também foram desenvolvidas atividades para a realização de um diagnóstico socioambiental, com levantamento preliminar dos subsídios que seriam necessários à realização dos objetivos, tais como custos e aspectos logísticos para a realização das capacitações e demais atividades na AR. Para isso, utilizou-se uma ferramenta padrão do projeto GATI, que foi criada a partir da ferramenta *METT* do Banco Mundial e que é utilizada nos projetos financiados pelo *GEF* na linha de biodiversidade e áreas protegidas. Entretanto, como a ferramenta *METT* original não respondia satisfatoriamente às necessidades de avaliação e monitoramento do Projeto GATI, propôs-se uma alternativa ao *METT*, que ao mesmo tempo atendesse a outras demandas de informação do Projeto GATI (MACIEL, 2012b, p. 4)

Aplicou-se um formulário padrão para as lideranças, servidores da FUNAI e "pessoas comuns da comunidade"¹⁹ da TI Xambioá, para fins do diagnóstico. Segundo informações contidas no *Produto 2*, foram amostradas todas as quatro aldeias, no qual foram entrevistados "dois homens e duas mulheres, sendo um professor, um cacique, um agente de saúde e uma pessoa da comunidade." (MACIEL, 2012b, p. 21)

A partir do diagnóstico socioambiental, ficou registrado que algumas ações já eram desenvolvidas pelo povo Karajá-Xambioá, como o projeto *Manejo Sustentável e Criação da Tartaruga da Amazônia na Terra Indígena Karajá Xambioá*, criado em 2005, pela associação *Iraru-Mahadú*; e o projeto *Conservação do Queixada (INÁ)*, ambas as atividades ligadas diretamente à reprodução de animais para a subsistência do povo Karajá-Xambioá. E tornaram-se o carro chefe do plano de ação para a TI Xambioá.

Outro ponto, indicado pela primeira consultoria do GATI na TI Xambioá e que merece destaque, foi a falta de engajamento da Coordenação Regional CR-Palmas com o projeto GATI. Conforme relatos da consultora, "é preciso que a CR de Palmas realmente absorva o projeto GATI, caso contrário, não terá como operacionalizar as atividades propostas" (MACIEL, 2012b, p. 26).

Dando continuidade as ações desenvolvidas pela primeira consultoria do GATI *NR Amazônia/Cerrado*, destacamos a reunião de "instalação" do Conselho Regional (CR) do *NR Amazônia/Cerrado* do projeto GATI, com natureza consultiva e deliberativa. Conforme Maciel (2013a, p. 4), a reunião de instalação aconteceu em novembro de 2012 no município de Santo Antônio do Leverger/MT e contou com a participação de

¹⁹ Trecho extraído do documento *Produto 2*, fruto da primeira consultoria do projeto GATI na TI Xambioá. Por inferência, acredita-se que os termos utilizados são em referência aos demais indígenas residentes nas aldeias que não estão classificados no grupo das lideranças.

32 pessoas, entre lideranças indígenas, servidores da FUNAI, representantes de órgãos governamentais e não governamentais.

Segundo a Consultora, para a realização dessa primeira reunião do Conselho Regional, foram realizadas anteriormente três oficinas, sendo uma em cada TI de referência do projeto GATI. Nestas oficinas, entre outras atividades, ocorreram o "estudo e discussão" da Minuta do Regimento do Conselho Regional Deliberativo, seguidos da indicação dos representantes indígenas das respectivas TIs para composição do CR.

Tabela 8 – Composição do *NR Amazônia/Cerrado*

CONSELHO REGIONAL – NÚCLEO AMAZÔNIA – CERRADO	
REPRESENTANTES INDÍGENAS	
BAKAIRI	
Titular	Magno Amaldo da Silva
Suplente	Iranildes, Rodrigues Mandicai
XERENTE	
Titular	Bolivar Pereira Rodrigues Xerente
Suplente	Pedro Paulo Gomes da Silva Xerente
KARAJÁ-XAMBIOÁ	
Titular	Antonio Marcos Sena Leal Karajá
Suplente	Gilvan Kundionan Karajá
MOPIC	
Titular	Januário Tseredzaro Ruri'õ
FUNAI CR/ CUIBÁ –MT	
Titular	Hilda Maria Gonçalves
Suplente	Estevão Carlos Taukane
FUNAI CR/ ARAGUAIA TOCANTINS	
Titular	Francisco Otávio Reis de Oliveira
Suplente	Leila de Souza
MMA/IBAMA PALMAS – TO	
Titular	Patrícia Barba Malves
Suplente	Danielle Dias Danaga
MMA/IBAMA CUIBÁ- MT	
Titular	Nicélio Acácio da Silva
Suplente	Ricardo Glauber da Silva
REPRESENTANTES SEM DIREITO A VOTO	
UFMT	
Titular	João Batista Ramos
Suplente	Alício Nunes Domingues
RURALTINS	
Titular	Eliane de Oliveira da Sailva
Suplente	Irismar
OPAN	
Indefinido	

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de (MACIEL, 2013a, p. 23)

Entretanto, o CR do *NR Amazônia/Cerrado* morreu no nascedouro. Segundo os indígenas membros deste CR, na primeira reunião (de instalação), houve alguns debates sobre as atribuições do CR, sendo que, não houve um consenso sobre a matéria. Para os indígenas, o CR não deveria ser deliberativo, uma vez que, este não opinava sobre a execução orçamentaria do GATI. Dessa forma, os indígenas reivindicaram uma próxima reunião para a aprovação da minuta do regimento do CR, com as alterações solicitadas, para sua efetiva instalação. Contudo, uma segunda reunião do CR só aconteceu em março de 2016, pouco tempo antes do término do projeto GATI, previsto para junho/2016. Dessa forma, é indiscutível a afirmação de que o CR-*NR Amazônia/Cerrado* não funcionou da forma que deveria, de forma articulada e atuante. Não teve legitimidade.

Além disso, aquela primeira reunião do CR-*NR Amazônia/Cerrado*, também tinha como objetivo a apresentação do Plano de ação a ser desenvolvido na TI Xambioá, pelo projeto GATI (ver Tabela 9 que segue).

Tabela 9 – Plano de ação para a TI Xambioá.

LINHA DE AÇÃO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	LOCAL/DATA	PARCEIROS A SEREM CONTATADOS	PARCEIRIA
Segurança Alimentar	1. Manejo Sustentável e criação da tartaruga-da-amazônia	FUNAI/Associação IraruMahadu/UFT	T.I. Xambioá/ todo ano	IBAMA/ NATURATINS/ ICMBio/UFG	Técnica/ financeira
	2. Realização de reuniões de conscientização sobre o projeto da tartaruga com colônias de pescadores e ribeirinhos	FUNAI/IBAMA/ UFT/CIPAMA/ NATURATINS	Santa Fé do Araguaia/TO - Comunidade Garimpinho		
	3. Manejo da população de queixada	FUNAI/ Carteira Indígena/ Associação IraruMahadu	T.I. Xambioá	-	Técnica/ financeira
	4. Intercâmbio de experiências no manejo da queixada - visitar outras experiências	FUNAI	Em Minas Gerais	Fábio (consultor)	Técnica/ financeira
	5. Incentivo a roça de vazante 6. Incentivo a roças de fundo de quintal 7. Apoio aos projetos e alimentação indígena	FUNAI/ NATURATINS	T.I. Xambioá	SEAGRO	Técnica/ financeira
	6. Reavivitação e plantio de cerca viva no limite não cercado	FUNAI/ Associação Indígena	-	-	Técnica/ financeira
Etnodesenvolvimento	1. Capacitação continuada em apicultura	FUNAI/ NATURATINS	-	-	Técnica
Proteção Territorial	1. Vigilância indígena integrada com as ações de manejo da tartaruga e queixada/formação de agentes ambientais	FUNAI / UFT	T.I. Xambioá	-	Técnica
Acompanhamento da Elaboração do PGTA	-	FUNAI	T.I. Xambioá	-	-

Fonte: (MACIEL, 2013a, p. 17).

Esta primeira consultoria resultou em seis produtos/relatórios: **Produto 1** – com levantamento preliminar das TIs Bakairi, Xambioá, Xerente; **Produto 2** – com diagnóstico socioambiental das ARs; **Produto 3** – com a sistematização dos resultados da 1ª reunião do CR do NR- Amazônia Cerrado, indicando encaminhamentos na forma de planos de ação para as TIs; **Produto 4** – com levantamento das demandas das ARs visando apoiar a elaboração de proposta de projetos; **Produto 5** – com acompanhamento dos intercâmbios entre as TIs supracitadas; e **Produto 6** – com a caracterização dos projetos elaborados em conjunto com as TIs articulado a partir do levantamento/diagnóstico realizado.

Todos esses produtos/relatórios foram produzidos na primeira fase do GATI na TI Xambioá. No bojo desses relatórios, a consultora elaborou um Plano de Ações, que continha as iniciativas estabelecidas para o projeto. Ocorre que a vigência do contrato da primeira consultoria *NR Amazônia/Cerrado* terminou no fim do primeiro semestre de 2013, restando pendentes algumas das ações estabelecidas.

Em 2014, com o intuito de dar seguimento a essas iniciativas, ainda não concluídas, o projeto contratou, também via edital, uma segunda consultoria. As atividades da segunda consultoria tiveram início em agosto de 2014. Porém, o projeto apresentou uma lacuna temporal (entorno de oito meses) entre o fim da primeira consultoria e a contratação da segunda. Neste interstício, o GATI não proporcionou nenhum tipo de acompanhamento na TI Xambioá, o que acarretou em uma descredibilidade do projeto por parte da comunidade.

Após a retomada do projeto GATI, pela segunda consultoria (trabalho este pautado numa certa resistência por parte do povo Karajá-Xambioá), outros dois produtos/relatórios foram produzidos, pelo menos é o que tive acesso até o fechamento deste estudo.

O Plano de Ação, contido no *Produto 3* da primeira consultoria indicavam quatro eixos a serem explorados, sendo eles: **1)** segurança alimentar; **2)** proteção territorial; **3)** Etnodesenvolvimento; e **4)** acompanhamento da elaboração do PGTA da TI Xambioá. Entretanto, destes eixos, somente dois se desenvolveram ao longo do período de execução do projeto GATI (os eixos 1 e 2). Na segunda consultoria, os mesmos dois eixos recebeu andamento. Para os eixos 3 e 4 não houve nenhum desenvolvimento, em nenhuma das consultorias.

Conforme *Produtos 1 e 2*, da segunda consultoria do projeto GATI NR-Amazônia/Cerrado, o eixo 1 (segurança alimentar) tratou diversos temas. Um deles é o *Projeto de Manejo Sustentável e Criação da Tartaruga da Amazônia* – iniciativa dos indígenas existente desde 2005. Com o GATI, ele ganhou uma nova roupagem. Atualmente, o foco do projeto é o monitoramento da reprodução das Tartarugas da Amazônia, tendo como

intuito preservar os filhotes de predadores e da ação humana. O projeto conta com o apoio da FUNAI, IBAMA e NATURATINS e está em desenvolvimento.

Figura 34 – Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.



Fonte: (MACIEL, 2012b, p. 23).

Figura 35 – Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.



Fonte: (MACIEL, 2013b, p. 39).

Figura 36 – Fiscalização e Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.



Fonte: (ALMEIDA, 2014).

Figura 37 – Fiscalização e Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.



Fonte: (ALMEIDA, 2014).

Outro tema tratado no eixo 1 (segurança alimentar), são as atividades de educação ambiental, relacionadas ao projeto de quelônios, envolvendo comunidades indígenas e não indígenas do entorno da TI. Dentre outras atividades, foram realizadas palestras aos professores das escolas indígenas e não indígenas. O tema era minimizar os conflitos através da formação de multiplicadores, na qual os professores das instituições de ensino (escolas indígenas e não indígenas), em sala de aula ou atividades extracurriculares, estariam envolvidos com o projeto de conservação e monitoramento da Tartaruga-da-Amazônia.

Figura 38 – Contato inicial com os professores da Escola Municipal São Paulo, localizada no Povoado de Ponto Lemo (Santa Fé do Araguaia/TO), projeto de preservação dos quelônios.



Fonte: (ALMEIDA, 2015c, p. 66).

Figura 39 – Reunião com a comunidade de Pontão, envolvendo professores e colaboradores do projeto GATI, para apresentação e discussão das atividades de educação ambiental, vinculadas ao projeto de preservação dos quelônios.



Fonte: (ALMEIDA, 2015c, p. 73).

Figura 40 – Reunião com os professores da Escola São Paulo, localizada na comunidade de Ponto Lemo (Pontão).



Fonte: (ALMEIDA, 2015c, p. 87).

Figura 41 – Reunião com professores indígenas Karajá-Xambioá sobre o projeto de educação ambiental relacionado ao projeto de preservação da Tartaruga-da-Amazônia.



Fonte: (ALMEIDA, 2015c, p. 67).

Figura 42 – Reunião com os colaboradores do projeto GATI e os professores indígenas Karajá de Xambioá para discussão das ações a serem desenvolvidas no PPP escolar.



Fonte: (ALMEIDA, 2015c, p. 92).

O manejo da população de queixadas também foi tratado no eixo 1 (segurança alimentar). Trata-se de um projeto da associação *Irarú Mahnadú*, aprovado, em 2013, pela Carteira Indígena (MMA), intitulado *Conservação do Queixada (INÁ) na Terra Indígena Karajá Xambioá*. O projeto teve algumas dificuldades em sua execução por conta de problemas em relação à associação proponente do projeto, os quais afetaram a decisão da Carteira Indígena quanto ao repasse dos recursos previstos. Em 2013, com o intuito de retomar o projeto, o GATI, em parceria com a FUNAI, proporcionou a participação de indígenas da TI Xambioá, em capacitação técnica voltada ao manejo de animais silvestres, realizada em Belo Horizonte (MG). Em 2015 o projeto foi submetido e aprovado pelo Edital PPP GATI/ISPN, estando também em fase de desenvolvimento.

Figura 43 – Momentos da reunião com o técnico e a comunidade, sobre os ajustes do projeto de criação de queixadas, e planta de um criadouro, T.I. Xambioá, TO.



Fonte: (MACIEL, 2013b, p. 38).

Figura 44 – Curso de criação de animais silvestres – Belo Horizonte (MG).



Fonte: (MACIEL, 2013c, p. 45 e 48).

Figura 45 – Indígenas Karajá-Xambioá participando do curso de criação de animais silvestres em MG.



Fonte: (MACIEL, 2013c, p. 40-41).

Figura 46 – Indígenas Karajá-Xambioá participando do curso de criação de animais silvestres em MG.



Fonte: (ALMEIDA, 2015c, p. 99).

Ainda no eixo 1 (segurança alimentar), foram fomentadas as roças de fundo de quintal e os projetos de atividade agrícola dos Karajá-Xambioá. Ações como plantação de banana e a horta comunitária foram contempladas pelos Micros projetos do GATI. Houve também a iniciativa de implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) com a possibilidade de implantação de uma unidade demonstrativa na TI. Inicialmente, a sugestão era a implantação de um bananal irrigado por microaspersão²⁰. Também, o replantio de áreas frutíferas desmatadas (açazeiros) com produção de mudas nativas.

²⁰ O bananal irrigado por microaspersão utiliza a banana como espécie pioneira para o plantio de frutíferas secundárias. Essa unidade demonstrativa servirá de laboratório de experiências em agroecologia/sistemas agroflorestais aberto a toda a comunidade (ALMEIDA, 2015c)

Figura 47 – Plantação de banana do Sr. Simão Kabitxana Karajá (Sr. Kabi) que teve apoio do projeto GATI por meio de microprojeto voltado ao aumento da sua produção por meio da ampliação da área de cultivo.



Fonte: (ALMEIDA, 2014).

Figura 48 – Área preparada para o plantio de horta comunitária (aldeia Kurehê).



Fonte: (ALMEIDA, 2015a).

Figura 49 – Horta comunitária (aldeia Kurehê).



Fonte: (ALMEIDA, 2015a).

Figura 50 – Replanteio de mudas na TI Xambioá.



Fonte: (ALMEIDA, 2015a).

Além dos temas mencionados, os produtos da segunda consultoria do NR-Amazônia Cerrado tratou, também, de assuntos ligados ao *eixo 2* (proteção territorial). Nesse eixo, destacam-se as iniciativas que buscam a vigilância indígena integrada com as ações de manejo da tartaruga, que já ocorrem, e de queixada, que ainda está em fase

inicial, ambas do *eixo 1* (segurança alimentar). Já os demais eixos (3 e 4) do Plano de Ação para a TI Xambioá, conforme já mencionados, não foram desenvolvidos.

Nesta segunda consultoria do projeto GATI na TI Xambioá, muitas atividades foram desenvolvidas, com avaliação positiva pelos Karajá-Xambioá. Acredita-se (pelas narrativas dos indígenas) ter havido uma maior articulação e interação dos órgãos responsáveis pelo GATI e pela PNGATI, com a comunidade indígena. Segundo relatos da própria consultora do projeto, “o papel que desempenhei foi de articuladora, abrindo espaços para este diálogo” (*informação verbal*)²¹. Contudo ainda há muito que se avançar com essas parcerias.

Adiante apontarei os principais órgãos que contribuíram nesse processo.

5.4.2 Órgãos parceiros na Implantação do Projeto GATI

Importa-se destacar que apesar das iniciativas que culminaram na criação do projeto GATI serem anteriores a própria PNGATI, o projeto GATI tornou-se uma das principais ferramentas de implantação da PNGATI. Conforme transcritos do *Produto 1* da primeira consultora do *NR Amazônia/Cerrado*, “é objetivo principal do projeto GATI contribuir para o fortalecimento de organizações indígenas e governo para implementação da [...] PNGATI” (MACIEL, 2012a, p. 3).

Dessa forma, dentre as diretrizes do GATI apresentadas, além do fortalecimento das organizações indígenas, está a articulação com os demais órgãos e instituições que possuem políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Tal atribuição vem ao encontro da necessidade de fomentar as articulações locais, a fim de apoiar projetos e atividades interinstitucionais e transversais que a temática indígena.

O trabalho da segunda consultoria do projeto na TI Xambioá foi pautado em articulações com várias instituições, consolidados nos seguintes argumentos:

Por entender o projeto GATI como uma instância de articulação, reunindo potenciais parceiros para que cada um realize ações dentro de sua atribuição, nos meses iniciais ocorreram contatos junto a algumas instituições que atuam na temática indígena no estado do Tocantins. O objetivo era justamente a promoção da troca de informações para que essas ações se conectassem e não que atuassem de forma isolada (ALMEIDA, 2015b, p. 22).

No período de retomada do GATI (segunda consultoria), a FUNAI recuperou sua participação nos Conselhos Estaduais do Meio Ambiente (COEMA) e de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS), cujas atuações afetavam diretamente as ações

²¹ GATI, Consultora. **Entrevista XXXV**. [abr. 2016]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Brasília/DF, 2016. 1 arquivo .m4a (75 min.).

voltadas para as ARs do projeto. A primeira instância está voltada para a condução de diretrizes e políticas ambientais direcionadas ao Governo e demais órgãos ambientais, visando ao debate de temas ambientais e de desenvolvimento sustentável. A segunda tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas ativas direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar. Ambos os espaços constituem-se em instâncias de participação social por meio de articulação entre os diferentes níveis de governo, as organizações da sociedade civil e a iniciativa privada (ALMEIDA, 2015b, p. 22).

Foram realizadas reuniões com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS) e com técnicos da Secretaria Estadual de Agricultura, visando à discussão de ações voltadas à agricultura familiar indígena e à possibilidade de capacitação dos técnicos de Assistência Técnica Rural (ATER) que atuam em terras indígenas. Nesse sentido, o GATI visava apoiar as ações a serem executadas em um contexto étnico-cultural, buscando um desenvolvimento sustentável dos povos indígenas sob a ótica de conservação e sustentabilidade dos recursos naturais por eles utilizados (ALMEIDA, 2015b, p. 23).

Ainda segundo a autora, existe uma necessidade de melhor interação do RURALTINS, como órgão de assistência técnica e extensão rural, com as populações indígenas. A assistência técnica governamental, gratuita e permanente, já é dever desses órgãos, conforme prescrito na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (Lei Ordinária n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010 – *Lei de ATER*). Dentre as ações da RURALTINS, esperadas e dirigidas às populações indígenas, estão aquelas voltadas à: **a)** gestão e controle territorial que contribua para a ocupação, defesa e usufruto dos territórios indígenas; **b)** abordagem agroecológica da produção e valorização de técnicas produtivas tradicionais da etnia; **c)** comercialização, agregação de valor à produção indígena; **d)** conservação, revitalização e beneficiamento de espécies tradicionais de uso indígena; entre outras.

Ainda no campo das articulações interinstitucionais, ocorreu também o contato com a unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Palmas/TO, voltada à geração de conhecimento e tecnologias para a pesca e aquicultura e à atuação regional no desenvolvimento de soluções para a produção agrícola em sistemas agropecuários sustentáveis. Inicialmente, esse encontro foi voltado à discussão da possibilidade de apoio dessa instituição ao projeto de *Manejo Sustentável e Criação de Tartaruga da Amazônia*, desenvolvido há alguns anos na TI Xambioá (ALMEIDA, 2015b, p. 25).

Para Almeida (2015b, p. 33), a partir desses contatos mais sistemáticos com a unidade local da EMBRAPA, a possibilidade de construção de parceria com FUNAI

e comunidades indígenas do Tocantins tornou-se mais viável. Considerou-se a oportunidade de apoio voltado à atuação regional da instituição no desenvolvimento de soluções para a produção agrícola em sistemas agropecuários sustentáveis em atividades voltadas às demandas indígenas. Mas o contanto com a EMBRAPA ainda continua no campo das articulações.

Contudo, algumas parcerias foram articuladas, principalmente, em torno do projeto de *Manejo Sustentável e Criação de Tartaruga da Amazônia*. A partir de sua remodelagem, passou-se a ter as ações de fiscalização, vigilância e manejo previstas para o período crítico da seca, quando a tartaruga inicia sua fase reprodutiva que corresponde aos meses de setembro a dezembro. O projeto contou com o apoio de órgãos fiscalizadores Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS) e Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental do Tocantins (CIPAMA) nas praias de desova que ficam à montante e à jusante da TI, cuja extensão maior localiza-se à beira do Rio Araguaia e atividades, como oficinas e palestras, voltadas à Educação Ambiental envolvendo as escolas da comunidade indígena no projeto de preservação dos quelônios.

Figura 51 – Monitoramento das tartarugas na TI Xambioá.



Fonte: (ALMEIDA, 2015b, p. 71, 2014).

Figura 52 – Reunião dos órgãos fiscalizadores com os Karajá-Xambioá.



Fonte: (ALMEIDA, 2016, p. 20).

Figura 53 – Palestras envolvendo órgãos de fiscalização em comunidade do entorno da TI.



Fonte: (ALMEIDA, 2015a).

A articulação de parcerias com instituições e órgãos que poderiam fornecer assessoria técnica, tais como: RURALTINS; EMBRAPA; CONAB; Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/TO); Secretarias de Educação e Meio Ambiente dos Municípios de Santa Fé do Araguaia/TO e Araguaína/TO; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO); e Universidade Federal do Tocantins (UFT), foi

imprescindível para o desenvolvimento do projeto em sua reta final. Ainda destacam-se os profissionais autônomos que prestaram assessoria técnica em alguns projetos, como o biólogo Enderson Nunes e o zootecnista Fábio Hosken (ALMEIDA, 2015c, p. 4).

Contudo, a grande questão a ser pensada é como ficarão as atividades iniciadas pelo projeto GATI após o seu término. Por isso, Almeida chama atenção para as seguintes necessidades: **a)** capacitação de dirigentes e técnicos indígenas para a proposição, elaboração e gestão de projetos; **b)** maior articulação entre os povos indígenas do Estado do Tocantins, tendo em vista praticamente a inexistência de sua representação em instâncias que tratam de políticas públicas em diversos níveis, como os espaços citados anteriormente. Para a consultora, as organizações indígenas representam os meios de vincular o diálogo que une aldeias e comunidades às esferas governamentais e, se este espaço não for ocupado por seus representantes, quebra-se essa cadeia de articulação da defesa dos direitos de seus próprios interesses.

Neste sentido, destaco que há uma necessidade legítima clamada pelos Karajá-Xambioá para que os próprios indígenas estejam à frente de seus projetos, conforme narrativas abaixo:

[...] nós estamos precisando é das pessoas mesmos indígenas, pra ajudar nós com esses projetos [...] tendo os indígenas é mais fácil pra nós, pra tá encampado com eles, isso aí eu falo direto, nós não temos um técnico índio e nós precisando de um, um técnico de peixe, tartaruga, desses trem assim, porque quando eles vem é de longe, para pesar, tirar o sangue, e os cara vem ganhando um absurdo de dinheiro, se tivesse aqui dentro não, era diferente (*informação verbal*)²².

[...] tem muito jovem aqui da aldeia indo para a cidade estudar, vão fazer faculdade e depois não quer voltar para aldeia, esses serviços aqui é todos deles [...] eles não vem, aí os tori trabalham no lugar deles [...] a gente precisa do índio capacitado para trabalhar por nós, se não a gente vai sempre fazer do jeito que os tori quer [...] (*informação verbal*)²³.

[...] aqui na aldeia já tem muito índio trabalhando, mas a gente ainda precisa de mais, para nós é bem melhor o próprio índio conduzir o trabalho com os índios, o índio tem mais abertura para falar, perguntar [...] esses projetos mesmos, o branco se não tiver mais ganhando dinheiro ele não vai mais vir aqui, o índio não, ele já vive aqui, é mais fácil [...] (*informação verbal*)²⁴.

²² KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista V**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (45 min.).

²³ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista XVIII**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-Lyty*, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

²⁴ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Mulher. **Entrevista XIX**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (43 min.).

A promoção da autonomia indígena deveria ser o viés de todo e qualquer trabalho realizado com povos indígenas. Visão que rompe a relação do Estado para com os povos indígenas traçada há séculos. A ruptura precisa acontecer para haver mais diálogo e participação dos povos indígenas. Esse é o caminho almejado, onde os povos indígenas sejam os sujeitos de sua própria história. Veremos na próxima seção, as narrativas dos Karajá-Xambioá sobre o projeto GATI em sua TI.

5.4.3 O Projeto GATI para os Karajá-Xambioá

A ideia do projeto GATI para os Karajá-Xambioá teve início a partir das iniciativas de articulação do indígena Wanderley Karajá com a FUNAI e com alguns membros do GTI, responsável pela criação do projeto, quando o Sr. Wanderley ainda era coordenador da CTL-FUNAI de Araguaína-TO. Contudo essa ideia não foi incorporada pela comunidade nessa fase embrionária do projeto, até mesmo por falta de informações mais concretas sobre o que de fato era o GATI.

Quando aconteceu o seminário nacional do GATI, em 2008, para a apresentação do projeto e articulação junto aos povos indígenas, houve a participação de alguns indígenas Karajá-Xambioá, conforme relatos:

Eu até participei de um evento..., um seminário que aconteceu em Cuiabá [...] Eu, o Wanderley, o Deri [*Deridú*] e o Dito [Gilvan] [...] Aí de lá a gente começou a discussão dos projetos que já tinham andamento aqui. Foi de lá que saiu a proposta, e aí a TI Xambioá ficou como referência, porque já tinha um projeto em andamento, tipo a tartaruga. E antes da tartaruga, nós tínhamos o projeto *iny* (porcão), que era projeto e também era vinculado a FUNAI. Ele era um projeto piloto que ia dar toda ramificação para os outros projetos [...] (*informação verbal*)²⁵.

A partir do seminário nacional do projeto, a TI Xambioá passa a figurar como umas das 32 TI indicadas como AR do projeto. Assim, iniciaram-se as atividades de consultoria do projeto GATI na TI Xambioá, conforme descrito na seção anterior.

Embora as lideranças tivessem conhecimento claro dos objetivos do projeto, estes não ficaram claros para os demais indígenas do povo Karajá-Xambioá. A primeira consultoria do projeto na TI Xambioá partiu de uma falsa ideia de que o projeto era algo conhecido e reivindicado por todos os membros da comunidade, conforme transcritos abaixo:

[...] No entanto é preciso registrar que continua a descrença das comunidades da T.I. Xambioá no projeto GATI e na FUNAI, sendo isso

²⁵ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Cacique. **Entrevista XX**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (950 min.).

evidenciado pela pouca participação dos moradores, e em algumas falas dos indígenas. [...] as pessoas estavam nas aldeias, havia veículos a disposição para buscá-las e alimentação disponível, e mesmo tendo sido avisadas com antecedência, poucos compareceram a uma reunião pertencente ao **projeto que elas mesmas solicitaram** (MACIEL, 2012b, p. 25, grifo nosso).

Apesar de válida e importante a intenção das lideranças em incluir a TI Xambioá como uma das AR do projeto GATI, essa não contou com o envolvimento prévio do povo Xambioá, Por isso, o projeto, em sua fase inicial, contou com essa pouca disponibilidade de muitos membros da comunidade. Não obstante, o que se infere dos produtos da primeira consultoria e da vivência com o povo Xambioá, foi uma falha na comunicação com a comunidade Karajá-Xambioá.

Deste modo, acredita-se que a abordagem trazida nesta primeira consultoria não tenha sido a mais apropriada para a situação, uma vez que, o conhecimento que a comunidade tinha, de uma forma geral, sobre o GATI era bastante limitada. O mais adequando era que houvesse o processo de sensibilização da comunidade sobre o que de fato era o projeto.

Após esse início complexo, as atividades do projeto, na TI Xambioá, ficaram paradas por um determinado período, por fatores de ordem técnica do projeto. Isso resultou em num cenário ainda mais difícil, já que, o maior receio da comunidade (o de dar início em determinadas atividades e não prosseguir) novamente se materializava. O povo Karajá-Xambioá contempla uma lista extensa de atividades/projetos proposto pela FUNAI que fracassaram. E o fato do projeto GATI estar “interligado” à FUNAI (e para eles o GATI é da FUNAI) dificultou bastante a credibilidade para com o projeto.

No ano de 2014, quando surgiu a oportunidade de verificar a aplicação do projeto GATI na TI Xambioá (com seleção dessa pesquisadora no PPGCiamb/UFT), nasceu também a curiosidade sobre tal projeto, uma vez que, antes de propor este trabalho, eu nada sabia sobre o tema. O curioso é que, como componente do povo Xambioá, o natural era que se conhecesse o projeto GATI. Nesta mesma época, o projeto estava sendo retomado, agora, com uma segunda consultoria. Contudo, o projeto já estava a beira do final e pouco se podia fazer.

Para verificar o desenvolvimento do projeto na TI Xambioá, dialoguei com alguns membros do povo Xambioá. Conversei com várias pessoas, desde crianças até os anciões. Variadas eram as opiniões que se tinham sobre o projeto GATI. Questões que vão desde termos conceituais até as avaliações pontuais sobre o desenvolvimento do projeto na TI. Sobre as ideias conceituais do projeto GATI selecionei as três principais, as que alcançaram o processo de saturação, contido na proposta metodológica deste trabalho.

A primeira ideia é a de que o projeto GATI se confunde muito com a própria ideia da PNGATI e isso é até, em certa medida, aceitável devido a proximidade conceitual de ambos. Entretanto, ressalta-se que esta ideia partiu, principalmente, de quem já possuía algum conhecimento sobre o projeto GATI ou sobre a PNGATI, em geral das lideranças.

[...] mas nós ainda não começou a ver a PNGATI. Por enquanto ela está só em palavras no papel. [...] sei que é um lado do meio ambiente né, e nós estamos aqui aguardando. [...] mas devagarzinho a gente vem mexendo nessas tartarugas. [...] Mas acho que quando for fazer um projeto desse, tem que fazer e dar andamento. Igual o projeto do porcão que eu acho que é da PNGATI também. Parece que agora foi aprovado. Aí nós estamos aguardando (*informação verbal*)²⁶.

O que eu sei sobre o GATI, é que ele é para preservar o meio ambiente. Sobre as espécies das tartarugas. Tipo uma fiscalização [...]. É sobre preservar as tartarugas, as caças que estão em extinção, tipo o porcão que tá em extinção. Aí eles querem fazer tipo um curral pra lá, pra ninguém não mexer (*informação verbal*)²⁷.

eu sei que tem haver com o meio ambiente, que eles querem trabalhar coisas aqui que a gente já começou a fazer. A tartaruga eu sei que eles mexe [...]. O porcão parece que vão mexer, quando vier poré [dinheiro] (*informação verbal*)²⁸.

Esse negócio aí mexe com o meio ambiente [...]. Mexe com os bichos: a tartaruga, o porcão [...]. Diz que a gente tem que ficar cuidando da terra e olhando se os brancos não estão entrando [...]. Eu só sei que hoje nós estamos trocando a tartaruga por carne. Naquela época, nós era farto de tudo: de tartaruga, de caça, de peixe. Na roça, nós tinha macaxeira, abóbora. Nós passava bem. Tinha tudo. E, naquela época, ninguém era empregado. Ninguém era aposentado. Ninguém tinha dinheiro não. Vivía da caça. Não ia matar bicho pra vender, era só pra comer mesmo. Antes tinha muito bicho aqui na aldeia. Aquele que caçava tirava uma banda pra ele e outra banda cada casa ganhava um pedacinho. Hoje... Mas esse povo jovem, não escuta mais [...]. Tem que cuidar mesmo [...]. Mas quem entende bem do GATI é o Wanderley (*informação verbal*)²⁹.

Entretanto, ressalta-se que o conceito sobre o projeto GATI, aferido das transcrições acima, não se classifica, necessariamente, como errado, mas limitado. A confusão conceitual descrita se resume, basicamente, em misturar as ações do projeto GATI, ou alguns microprojetos, com a PNGATI.

²⁶ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista V.** [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

²⁷ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista XXI.** [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Kurehê, 2015. 1 arquivo .m4a (104 min.).

²⁸ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Mulher. **Entrevista XXII.** [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Kurehê, 2015. 1 arquivo .m4a (67 min.).

²⁹ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista II.** [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Hawa-tymara, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

A segunda ideia verificada entre o povo Karajá-Xambioá, sobre o GATI, é justamente o conflito que se tem com o tema “projetos”. A comunidade não toma o GATI como uma ação macro de gestão territorial. Os Karajá-Xambioá associam o GATI à acepção da palavra “projeto”, no sentido: ação específica, com início, meio e fim, com geração de resultados também específico e delimitado. Trata-se da redução do conceito do GATI ao de “projetos” propriamente dito, conforme relatos dos Karajá-Xambioá:

O GATI aqui na aldeia tem mexido com muitas coisas, com os projetos, o do porcão, de fazer criatórios essas coisas de peixe, mexer com abelha, esse tipo de coisa. Tem os projetos das roças lá em baixo [...]. Eu sei que a FUNAI ta ajudando nesses projetos também [...]. Mas o que seu sei é isso, que ele mexe com projetos (*informação verbal*)³⁰.

[...] eu acho que o GATI é tipo um projeto que trabalha vários projetos. Aqui mesmo, nós temos trabalhado com as tartarugas, com o projeto dos porcão para preservar eles. Teve umas hortas lá na *Kurehe* [...]. Então para mim é isso que o GATI é: trabalhar com projetos ... (*informação verbal*)³¹.

[...] disse que tem uns projetos que a gente precisa preservar a natureza e os bichos que estão se acabando [...] Aqui eu ouvi falar que tem o negócio das tartarugas e um projeto do porcão que vai sair [...]. Então quando esses projetos tiverem todos andando, acho que vai ser bom (*informação verbal*)³².

[...] eu sei que envolve projetos. Esse *projetinho* nosso aqui da horta é do PNGATI, mas aí esse recurso veio direto, não veio por intermédio da FUNAI. Porque os outros vem para a FUNAI administrar. Esse veio direto ... (*informação verbal*)³³.

Este também foi um dos pontos indicados pelo Coordenador Técnico do projeto. O assunto está retratado no primeiro tópico deste capítulo. O interlocutor relata a infelicidade de chamar a iniciativa de gestão territorial (o GATI) de “Projeto”. De fato, isso foi verificado na pesquisa. Os Karajá-Xambioá atrelavam o projeto GATI à execução das atividades física desenvolvidas na TI, por sempre terem desenvolvido atividades nesses moldes.

O terceiro ponto a ser tratado é o fato de alguns membros da comunidade Karajá-Xambioá não possuir qualquer conhecimento do que é o projeto GATI, conforme narrativas a seguir:

³⁰ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista XXIII**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (55 min.).

³¹ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Liderança. **Entrevista XXIV**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-Lyty*, 2015. 1 arquivo .m4a (113 min.).

³² KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista XXV**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2015. 1 arquivo .m4a (65 min.).

³³ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Cacique. **Entrevista XXVI**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Kurehê*, 2015. 1 arquivo .m4a (115 min.).

[...] Eu já ouvi falar desse GATI, mas não sei falar o que é. Não adianta eu tentar falar o que é porque eu não sei mesmo. Sei que já veio um povo aí, mas não entendi muita coisa não. Os caciques devem saber falar o que é ... (*informação verbal*)³⁴.

[...] não tenho muito conhecimento desse GATI. Já ouvi o Wanderley falar, mas para falar a verdade não sei o que é nem para o que é [...]. De vez em quando vem um povo aí falar disso. Quando eles vem ... eu acho que os homens é quem precisam participar mais. Muito desses meninos vão lá (*informação verbal*)³⁵.

[...] eu já vou adiantando que não sei nada sobre esse GATI [...]. Eu já ouvi esse nome, mas não sei te falar nada do que é isso [...]. Eu já disse, já ouvi falar esse nome, mas não sem o quer dizer [...]. Fala com meu marido. Ele está mexendo nessas hortas aí. Ele deve saber dizer ... (*informação verbal*)³⁶.

Olha, esse nome eu já ouvi o povo dizendo aí. O Wandelerley falava muito dele, mas quando esse povo vem falar dele pra nós, eu não entendo muito. Só os novo mesmo para entender [...]. Saber explicar mesmo, eu não sei não [...]. Nós estamos precisando é dos próprio indígenas para está tratando isso com nós [...]. Mas tendo os indígenas é mais fácil para nós ... (*informação verbal*)³⁷.

Para nós aqui, nós não sabe mesmo assim o que é não. O povo mexe com umas coisas aí, tipo esses projetos das tartarugas, do porcão, mas o que eu sei é que isso já era coisa da nossa associação. Coisas que nós começamos a mexer lá atrás [...]. Aí eu não sei dizer o que é esse GATI aí não. Não sei mesmo explicar o que é ... (*informação verbal*)³⁸.

Eu não tenho muito conhecimento não. Vem uns representantes da FUNAI e fala no GATI da PNGATI, mas nunca definiram detalhadamente qual a função do GATI e da PNGATI [...]. Não sei o que é muito não ... (*informação verbal*)³⁹.

[...] Para te falar a verdade eu não sei quase nada, praticamente eu não sei nada, porque eu não tenho acompanhado. Eu já fui em reunião que teve aqui [...]. É difícil acompanhar as reuniões porque eu fico na escola o dia inteiro [...]. Quando eles vem, eles ficam de dois a três dias e é o dia inteiro [...]. Mas a verdade é que eu não tenho

³⁴ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Mulher. **Entrevista XXVII**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2015. 1 arquivo .m4a (51 min.).

³⁵ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista XXVIII**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-Lyty*, 2015. 1 arquivo .m4a (66 min.).

³⁶ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Mulher. **Entrevista XXII**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Kurehê*, 2015. 1 arquivo .m4a (108 min.).

³⁷ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Anciã. **Entrevista XVIII**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

³⁸ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Homem. **Entrevista XXIX**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2015. 1 arquivo .m4a (20 min.).

³⁹ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Homem. **Entrevista XXX**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Kurehê*, 2015. 1 arquivo .m4a (25 min.).

conseguido acompanhar ... (*informação verbal*)⁴⁰.

Eu quase não participo dessas coisas. Já ouvi falar que esse GATI mexe com uns projetos, mas não sei te dar nenhuma informação sobre isso [...]. Sei que quem tem acompanhado esse negócio é os homens, os de 30 a 45 anos. São os que mais eu vejo indo para lá [...]. As mulheres mesmos são poucas as que tem acompanhado de perto ... (*informação verbal*)⁴¹.

Com base na amostra e dos dados coletados, verifica-se que uma parcela dos indígenas do povo Karajá-Xambioá não sabe o que de fato é o projeto. Dessa forma conclui-se que não existe uma uniformidade entre o povo Karajá-Xambioá sobre o que de fato é o projeto GATI, as informações sobre tal são compartimentalizadas, os conflitos conceituais que se cristalizaram são resquícios de uma abordagem inicial desarticulada e superficial que não deixaram claros os reais objetivos do projeto.

No que tange as percepções analíticas dos Karajá-Xambioá sobre o projeto GATI em sua TI, destacam-se as narrativas representativas de alguns indígenas:

[...] esse GATI chegou aqui, mas não andou muito. Não sei se foi por falta de dinheiro. Sei que mexeu com uns projetinhos aí, mas que não andaram muito. Sei que bem o das tartarugas devagarzinho tá andando, já os outros diz que vai sair. Estamos esperando ... (*informação verbal*)⁴².

[...] ouvi dizer desse projeto [...]. Sei que mexe com uns projetos dos bichos, das tartarugas e dos porcão. De vez em quando vem um povo aí, mas parece que esses projetos não vão muito longe não, porque eles começam aí quando tão caminhado o povo some. Depois eles começam de novo. Para mim, se não for direitão, não dá certo ... (*informação verbal*)⁴³.

Ele tem mexido com muitas coisas aqui dentro. Projetos né. Assim: de porcão, de fazer criatórios. Essas coisas de peixe, mexer com abelha. Esse tipo de coisa [...]. Agora, da abelha eles começaram, aí eu não sei porque pararam. Meu marido até entrou no meio aí, mas não sei o que aconteceu que pararam. Dinheiro parece que tinha. Agora, não sei se acabou [...] (*informação verbal*)⁴⁴.

⁴⁰ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Professora. **Entrevista XXXI**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (82 min.).

⁴¹ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Mulher. **Entrevista XIX**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

⁴² KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista XXXII**. [dez. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (40 min.).

⁴³ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Homem. **Entrevista XXXIII**. [dez. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2015. 1 arquivo .m4a (32 min.).

⁴⁴ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Mulher. **Entrevista XIX**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia Xambioá, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

Ele ainda está em desenvolvimento. Ele só não tá mais desenvolvido, não é só por causa dos técnicos, eles são muito esforçados, é por causa da própria comunidade mesmo. Ela é muito descrente, acha que não vai dá certo ... (*informação verbal*)⁴⁵.

Fiquei sabendo que estão mexendo de novo nesse projeto do porcão, mas eu não estou vendo muita vantagem não. Esse projeto é velho. Já tentamos eles outras vezes. Faz tempo que estão pelejando e nada sai do papel. Falam aí que ele foi aprovado, mas essa conversa é velha ... (*informação verbal*)⁴⁶.

[...] O projeto foi bom. Ajudou a gente com a roça de banana. Conseguimos um dinheiro para a horta. Ajudou também com o projeto das tartarugas. A criação dos porcão tá para sair, mas ele poderia ter sido melhor. Ainda faltou mais coisa. Porque, pelo que sei, dinheiro tinha ... (*informação verbal*)⁴⁷.

Com base nos relatos e experiência conjunta com o povo Karajá-Xambioá, pode-se enumerar uma série de fatores determinantes para o desenvolvimento insatisfatório do projeto na TI Xambioá, a saber: **a)** a falha na comunicação dos representantes indígenas com o restante da comunidade Xambioá; **b)** os conflitos conceituais em relação ao projeto GATI, que não foram devidamente tratados ao seu início, por parte dos responsáveis por sua execução; **c)** o descredito da FUNAI (parceira do projeto GATI) pelos Karajá-Xambioá em relação a projetos fomentados pelo órgão; **d)** a pouca disponibilidade dos indígenas, devido ao desempenho de outras atividades; e **e)** a abordagem metodológica do projeto.

Acredita-se, ainda, que a estrutura do projeto, não contemplou a real necessidade dos povos envolvidos nessa ação, muito menos a dos Karajá-Xambioá. O levantamento socioambiental apresentando como fundamento para a elaboração do Plano de Ação a ser desenvolvido pelo projeto GATI na TI, não exprimiu a realidade pontual da TI em seus aspectos mais simples. O que se fez foi, identificar projetos que já existiam na TI e remodelados.

O Projeto GATI buscou em sua trajetória pelas TIs a construção dos PGTAs, mas não obteve êxito em todas as TIs ARs. Os PGTAs eram considerados como produtos finais para o Projeto.

Participei recentemente (maio/2016) de uma atividade de etnomapeamento da TI Xambioá, como trabalho de conclusão do *Curso Formação em PNGATI para o*

⁴⁵ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Cacique. **Entrevista XXVI**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Kurehê*, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

⁴⁶ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Ancião. **Entrevista II**. [jul. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Hawa-tymara*, 2015. 1 arquivo .m4a (60 min.).

⁴⁷ KARAJÁ-XAMBIOÁ, Liderança. **Entrevista XXXIV**. [dez. 2015]. Entrevistadora: LIMA, E. M. Aldeia *Wary-Lyty*, 2015. 1 arquivo .m4a (37 min.).

Cerrado. E partindo dessa experiência, pode-se afirmar que o Projeto GATI deveria ter utilizado o etnomapeamento como recurso metodológico inicial para o desenvolvimento de seus trabalhos. O etnomapeamento possibilita a observação da TI do ponto de vista do índio. É um mergulho em sua realidade social e cultural. É uma oportunidade que leva em consideração o modo de viver do indígena. Os próprios indígenas reconhecem suas potencialidade e necessidades cabendo tão somente sua sistematização.

A atividade de etnomapeamento na TI Xambioá foi pensada, como trabalho de conclusão, pelos dois alunos do curso de formação: Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá e Eugislane Moreira Lima. No intuito de realizar as atividades na TI, buscamos parcerias com o projeto GATI. Este por sua vez apoiou a ação com recurso financeiro para dois micros projetos e a contratação de uma oficineira para ajudar na digitalização dos mapas. A atividade de etnomapeamento utilizou as bases cartográficas da TI como orientação para o desenvolvimento das ações. Os mapas foram produzidos pela comunidade Karajá-Xambioá, com auxílio dos dois alunos indígenas mencionados e da antropóloga e oficineira contratada Marina Villarinho Pontes Cardoso.

A metodologia adotada foi a realização de reuniões, no formato de oficinas, com a participação heterogênea do povo Karajá-Xambioá. A partir da base cartográfica – que tinha a finalidade de delimitar o espaço em estudo, a comunidade indígena trouxe, para os mapas base, sua percepção e conhecimento sobre o espaço territorial e etnocultural, cultura, crenças, história, caça, pesca, roças, mitos etc. O produto final da ação foram exatamente os mapas produzidos, com os aspectos do povo Karajá-Xambioá de caça, pesca, roça, histórico e mitológico. Os mapas em questão contribuíram na fundamentação deste estudo e estão disponíveis no Capítulo 3 desta pesquisa.

6 CONCLUSÃO

A luz do tratado ao longo desta dissertação foi possível verificar a amplitude e a complexidade em que se insere a PNGATI (Dec. 7.747/2012) e o Projeto GATI. A CRFB/1988 e a realização da Rio 92 (CNUMAD ou ECO 92) foram marcos fundamentais no processo de reestruturação das temáticas ambiental e indígena. Nesse último, principalmente no que tange as questões territoriais.

Assim, a partir deste cenário, a ação indigenista se renovou. Das alianças e parcerias, estabelecidas entre movimento ambientalista e indigenista, surgiram iniciativas institucionais, internacionais e de grandes ONGs ambientalistas que corroboraram para a questão da preservação ambiental no Brasil. Em termos práticos, esses fomentos se deram com apoio técnico e financeiro à gestão das TIs, trazendo consigo pressupostos de gestão de áreas protegidas com influências de perspectivas conservacionistas.

Novos arranjos de fomento à gestão dos territórios sociais indígenas surgiu, sendo o quesito “ambiental” a mola propulsora desses novos modelos de gestão territorial. O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (Dec. n. 2.119/1997), no âmbito do PPTAL (Dec. n. 1.671/1995) e do PDPI/MMA, sedimenta essa relação, em que se atrelam as questões ambientais às indígenas.

Nesse contexto, surgiu a PNGATI. Suas proposições são amplas, pois abarcam a dimensão das problemáticas que afetam os territórios indígenas na contemporaneidade. As concepções de gestão, trazidas pela política, são da ordem ambiental, social, econômica e cultural. Contudo, em meio a algumas potenciais dificuldades, apresentadas em relação à compatibilização e polarização de interesses envolvidos nos processos de gestão em TI, se verifica que a PNGATI enfatiza a gestão territorial enquanto instigadora do gerenciamento ambiental das TIs.

Assim, ao invés de considerar essas terras como espaços integrados a uma série de disputas e conflitos (com escalas que, mesmo variando do regional ao local, não deixam de pôr em risco os direitos territoriais dos povos indígenas), a PNGATI reafirma uma abordagem, na qual elas aparecem como encerradas aos seus próprios limites físicos. Fica evidente que, dentro desses espaços, interessa ao poder público garantir, sobretudo, a conservação dos recursos naturais disponíveis.

Essas questões trouxeram-me muitas inquietações, por conta dos conflitos e fricções entre institucionalidades – que os processos de imposição à gestão de TIs podem causar, especialmente quando estão em jogo lógicas culturais distintas de compreensão sobre o uso – e o “valor” dos recursos naturais existentes nas TIs. Nesse panorama,

um ponto que merece destaque é a ameaça que a criação de UCs sobrepostas às TIs representa para os direitos territoriais destes povos. Essa nova leitura dos aparatos legais e normativos acabam impondo aos povos originário limitações sobre as formas de uso e exploração dos recursos naturais de suas terras, o que decorre do fato dessas áreas serem vistas também como locais vocacionados à preservação e conservação ambiental. Essa nova configuração cria, ainda que precariamente e com reações, a possibilidade das agências ambientais intervenham de maneira mais direta, e continuada, sobre os seus modos de vida e as suas atividades cotidianas.

Entretanto, é sabido que as TIs que comportam UCs contribuem como uma “via de mão dupla”. Porém, são espaços que cumprem funções diferenciadas e, por essa razão, a gestão dos mesmos não pode ser confundida ou equiparada. Assim, há que se ponderar possíveis distorções e interpretações da PNGATI enquanto política assimilacionista, em que as populações indígenas passam a ser envolvidas a participar da gestão em prol da conservação, sob o discurso tão somente ambiental (PRINTES, p. 2016).

Isto nos remete às formas como a administração pública federal se organiza para lidar com os povos indígenas, em especial no caso da PNGATI. Por um lado, a política fomenta expectativas e novos horizontes de reivindicação e atuação política entre os povos indígenas – o que está intrinsecamente atrelado ao movimento indígena. Por outro lado, a mesma PNGATI trás limitações, podendo restringir até onde vai o interesse desses povos, para que estas mesmas expectativas e horizontes consigam se reverter em resultados políticos concretos, seja no plano do reconhecimento de direitos, seja através das políticas públicas.

Conforme demonstrou-se ao longo dessa dissertação, é neste cenário que emergiu o Projeto GATI, considerado piloto para a implantação da PNGATI. O GATI tinha sua ênfase na gestão ambiental dos recursos naturais dos territórios indígenas, sendo a gestão territorial complementar. Contudo, a linha tênue dessas ações foi a sobreposição da conservação da biodiversidade aos princípios da autodeterminação e autonomia indígena sobre seus territórios.

Diante desse contexto, as pesquisas de campo deste estudo consistiram numa averiguação da implantação do Projeto GATI e, conseqüentemente, da PNGATI na TI Xambioá. Para isso, dialoguei com alguns membros do povo Xambioá, desde crianças até os anciões. As conversas junto à comunidade, a respeito do GATI, trataram de questões que iam desde os aspectos conceituais até as avaliações pontuais sobre o desenvolvimento do Projeto na TI.

Sobre as verificações conceituais do Projeto GATI, selecionei as três principais ideias. A primeira delas é a de que o Projeto GATI se confunde muito com a própria

ideia da PNGATI. Isso é, em certa medida, até aceitável, devido à proximidade conceitual de ambos. Destaca-se que esta ideia partiu, principalmente, de quem já possuía algum conhecimento sobre o Projeto GATI ou sobre a PNGATI, em geral das lideranças. Contudo, tal conceito não se classifica como errado, torna-se limitado, uma vez que trata de aspectos de projetos contido no Projeto GATI, e que se confundem com a própria PNGATI;

A segunda ideia verificada entre o povo Karajá-Xambioá, sobre o GATI, é justamente o conflito que se tem com o tema “projetos”. A comunidade não toma o GATI como uma ação macro de gestão territorial. A comunidade associa o GATI à acepção da palavra “projeto”, no sentido: ação específica, com início, meio e fim, com geração de resultados também específicos e delimitados.

Trata-se da redução do conceito do GATI ao de “projetos” propriamente dito. Uma parcela da comunidade vincula o Projeto GATI à execução das atividades física desenvolvidas na TI, por sempre terem desenvolvido atividades nesses moldes. Porém, essa visão delimitada do Projeto GATI, vai além de uma mera redução conceitual, trata-se de um processo mais amplo, regrado, inclusive, por dificuldades de comunicação (trocas culturais) entre dois mundos. Em alguns casos, projeto virou sinônimo de dinheiro do branco, de bens do branco. Outro ponto, a FUNAI e as agências assistencialistas também foram peças fundantes nessa acepção dos termos projeto.

A terceira ideia, e mais crítica, é a de não haver um conhecimento real do que é o Projeto GATI, dentre alguns indígenas Karajá-Xambioá. Ou seja, existe uma parcela da comunidade que não possui nenhum conhecimento do que é o Projeto GATI.

Contudo, além da confusão conceitual do Projeto GATI e da PNGATI, as percepções analíticas e pontuais dos Karajá-Xambioá sobre o GATI, em sua TI, revela um rendimento insatisfatório do projeto. O que se pode notar é que esse baixo desempenho se deu devido a alguns fatores: a) desorganização técnica e estrutural do GATI; b) abordagem metodológica do projeto; e c) falta de envolvimento institucional (com destaque para a FUNAI) e interinstitucional, o que resultou na falta de um conhecimento real da PNGATI e do GATI pela comunidade indígena em questão.

Dessa forma, acredita-se que este resultado seja um reflexo da complexidade em que o Projeto e a própria PNGATI estão inseridos, pois, estão envoltos em interesses muito mais abrangentes, que declinam de cima para baixo. Esse modelo de política pública acaba, de certo modo, suprimindo o controle das populações originárias sobre seus territórios e fragilizando as agendas políticas locais frente ao modelo hegemônico empreendido e impulsionado pelo Estado e pela sociedade nacional. É o que nos mostra a abordagem de Gracio (2015), aos quais associo nesse tocante.

Não obstante, acredita-se que, na atualidade, torna-se quase que inevitável um apoio externo à gestão dos territórios indígenas, devido à complexidade de suas demandas que se vinculam às pressões existentes sobre esses espaços. No entanto a PNGATI, precisa ser pensada de forma articulada com vários seguimentos da sociedade e por um viés de empoderamento e afirmação dos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios. Só assim teremos uma política de gestão ambiental e territorial de TIs que realmente leve em consideração as necessidades territoriais e os anseios dos povos indígenas.

Pesquisas acadêmicas futuras poderão preencher as lacunas identificadas neste trabalho, no que tange ao desenvolvimento dos temas, PNGATI e Projeto GATI. Possibilitando, assim, uma melhor compreensão e contribuição da matéria, na perspectiva de uma nova ação indigenista, que envolva as diversas instituições responsáveis em apoiar a gestão das TIs, contribuindo assim para a afirmação dos territórios sociais indígenas na sua plenitude.

Referências

- AIRES KARAJÁ, A. I. D. Desenhos à mão livre. In: CARDOSO, M. V. P.; LIMA, E. M.; AIRES KARAJÁ, A. I. D. (Ed.). *Etnomapeamento da TI Xambioá*. TI Xambioá (TO): [s.n.], 2016. Citado 2 vezes nas páginas 70 e 75.
- ALMEIDA, S. C. Projeto GATI (PNUD BRA/09/G32). Fotos do Arquivo Pessoal - NR Amazônia/Cerrado: TIs Xerente e Xambioá. Palmas TO, 2014. Citado 5 vezes nas páginas 45, 152, 153, 159 e 163.
- ALMEIDA, S. C. Projeto GATI (PNUD BRA/09/G32). Fotos do Arquivo Pessoal - NR Amazônia/Cerrado: TIs Xerente e Xambioá. Palmas TO, 2015. Citado 3 vezes nas páginas 159, 160 e 164.
- ALMEIDA, S. C. Projeto GATI (PNUD BRA/09/G32). **Produto 1** - NR Amazônia/Cerrado: TIs Xerente e Xambioá. Palmas TO, 2015. Citado 3 vezes nas páginas 161, 162 e 163.
- ALMEIDA, S. C. Projeto GATI (PNUD BRA/09/G32). **Produto 2** - NR Amazônia/Cerrado: TIs Xerente e Xambioá. Palmas TO, 2015. Citado 5 vezes nas páginas 153, 154, 155, 158 e 165.
- ALMEIDA, S. C. Projeto GATI (PNUD BRA/09/G32). **Produto 5** - Núcleo Amazônia/Cerrado: Terras Indígenas Xerente e Xambioá (to). Palmas TO, Março 2016. Citado na página 164.
- AMADO, L. H. E. O supremo tribunal federal como “construtor” da constituição federal: Análise das condicionantes impostas para demarcação de terras indígenas. *Monografia, Curso de Direito*, Universidade Católica Dom Bosco, São Paulo, SP, p. 87, 2011. Citado na página 116.
- ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. *Ambiente Sociedade*, Scielo, São Paulo, SP, n. 5, setembro 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 113.
- ARRUTI, J. M. A. *O reencantamento do Mundo*: Trama histórica e arranjos territoriais pankararu. 163 p. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/38718323/1996_-_ARRUTI_-_Dissertacaob.pdf>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 79.
- BALDUS, H. Introdução e notas à obra: *Contribuições para a etnologia do Brasil*, 1891, de Ehrenreich, P. M. A. *Revista do Museu Paulista, N. S.*, Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, v. 2, 1948. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/local-files/biblio:ehrenreich-1948-contribuicoes/ehrenreich_1948_contribuicoes.pdf>. Acesso em: 09.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 29 e 37.

BANIWA, G. d. S. L. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. MEC/Unesco, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em: 09.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 26 e 86.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70, 2011. Citado na página 24.

BARRETO FILHO, H. T. *PNGATI: potencialidades e limites - Entrevista com Henyo Barretto*. mai. 2014. Educachico. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eOxOLQ8-NPg>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 93.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 1ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Citado 3 vezes nas páginas 21, 23 e 24.

BAVARESCO, A.; MENEZES, M. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. *FUNAI*, 2014. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2016/doc/entendendoapngati.pdf>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 4 vezes nas páginas 88, 92, 102 e 142.

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio*. 1ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004. 172 p. Disponível em: <<http://www.garamond.com.br>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 80.

BRASIL. *Decreto n. 73.497, de 17 de janeiro de 1974. Convenção Internacional para Regularização da Captura da Baleia – CIB*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1974. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73497-17-janeiro-1974-422018-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 109.

BRASIL. *Decreto n. 1.668, de 11 de outubro de 1995. Promulga o Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos"(PDA), entre Brasil e Alemanha*. Presidência da República, Planalto, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1668.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 88.

BRASIL. *Decreto n. 1.671 de 11 de outubro de 1995. Promulga o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras indígenas da Amazônia Legal – PPTAL*. Presidência da República, Planalto, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1671.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 88.

BRASIL. *Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas*. Presidência da República, Planalto, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 80.

BRASIL. *Decreto n. 2.119, de 13 de janeiro de 1997. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7*. Presidência da República, Planalto, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2119.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 87.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. Presidência da República, Planalto, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 110.

BRASIL. *Decreto n. 4.339, de 22 de agosto de 2002. Política Nacional de Biodiversidade – PNB*. Presidência da República, Planalto, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 125.

BRASIL. **Lei do Seguro Defeso**. *Lei Ordinária n. 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal*. Presidência da República, Planalto, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 54.

BRASIL. *Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP*. Presidência da República, Planalto, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 124.

BRASIL. *Decreto s/n, de 18 de abril de 2006. Homologa a demarcação da Terra Indígena Inãwebohoná*. Presidência da República, Planalto, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10823.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 108.

BRASIL. *Decreto s/n. de 22 de março de 2006. Cria a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI*. Presidência da República, Planalto, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10794.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 90.

BRASIL. **Lei de ATER**. *Lei Ordinária n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER*. Presidência da República, Planalto, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 162.

BRASIL. *Decreto n. 7.747, de 5 de julho de 2012. Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI)*. Presidência da República, Planalto, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 17.

BRASIL. *Decreto s/n, de 3 de novembro de 1997. Homologa a demarcação da Terra Indígena Xambioá*. Presidência da República, Planalto, 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior\%20a\%202000/1997/Dnn6022.htm>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 39.

BRASIL. **Código Florestal**. *Lei Ordinária n. 12.651, de 25 de maio de 2012*. Presidência da República, Planalto, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 104.

BRASIL. Decreto n. 8.593, de 17 de dezembro de 2015. *Cria o Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI*. Presidência da República, Planalto, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8593.htm>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 90.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, Planalto, 1988. Citado na página 17.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Substitutivo à PEC 2015B/2000**. *Diário da Câmara dos Deputados (DCD 04.11.2015, Col 01, Letra B)*, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, p. 613–618, 2015. Citado na página 117.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. *Terra Indígena Xambioá*. 2014. CGGAM GATI. Disponível em: <<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/experiencias-em-gestao/terra-indigena-x/prettyPhoto>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 104.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. *Fases do Procedimento Administrativo de Demarcação*. 2016. Índios do Brasil, Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 81 e 82.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Portaria n. 359, de 20 de abril de 2001. Declaração de demarcação da Terra Indígena Inãwebohona*. Supremo Tribunal Federal (STF), 2001. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADINs1=3335processo=3335>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 108.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Convenção da Diversidade Biológica (CDB)*. 1993. MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 123.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Caderno Explicativo: Como funciona o PDPI?* Brasília, DF, 2003. 36 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/apoio_a_projetos/povos_indigenas/CADERNO_EXPLICATIVO_PDPI.pdf>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 88.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Manual do Parecerista PDPI*. Brasília, DF, 2003. 32 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/pdpi/_arquivos/PDPI_09_Download_Manual_do_Parecerista.doc>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 88.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Convenção de Estocolmo: Tradução Livre MMA*. 2004. MMA. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 109.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça. *Portaria Interministerial MMA/MJ n° 325 de 22 de dezembro de 2004. Criação do GTI para o Projeto GATI*. [S.l.]: MMA e MJ, 2004. Citado na página 125.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça. *Portaria Interministerial MMA e MJ n° 276, de 12 de setembro de 2008. Criação do*

- GTI para elaborar proposta da PNGATI*. Ministério Público Federal, 2008. Disponível em: <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf/portarias/docs_portarias/portaria_interministerial_MMA_MJ_276_2008.pdf>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 91.
- CAMPOS, S. C. *Histórias de Taquaruçu: do Campesinato ao Bucólico, Trajetórias e Discursividades em um Distrito de Palmas (TO)*. 141 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Tocantins (UFT). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (PPGCiamb), 2015. Disponível em: <<http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/21>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 23.
- CARDOSO, M. V. P.; LIMA, E. M.; AIRES KARAJÁ, A. I. D. Etnomapeamento da TI Xambioá. T.I. Xambioá, TO, 2016. Citado 9 vezes nas páginas 30, 41, 46, 56, 57, 58, 62, 65 e 72.
- CARVALHO, E. F. d. *Meio ambiente & direitos humanos*. Curitiba, PR: Juruá, 2006. Citado na página 109.
- CARVALHO, J. d. S. *Manual de direito administrativo*. 30^a. ed. [S.l.]: Saraiva, 2016. Citado na página 108.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários*. 3^a. ed. São Paulo, SP: McGraw Hill do Brasil, 1983. Citado na página 20.
- CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3^a. ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2007. Citado na página 79.
- COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. d. *A técnica de entrevista na pesquisa social. Cadernos de Sociologia*. 9^a. ed. Porto Alegre, RS: EDUCS, 1998. Citado na página 22.
- COMITÊ GESTOR DO CARTEIRA INDÍGENA. *Carteira Indígena: Diretrizes e normas de funcionamento*. Brasília, DF, 2009. 42 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/itemlist/category/38-carteira-indigena>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 89.
- COMPAGNON, D. Gerer démocratiquement la biodiversité grace aux ong? In: AUBERTIN, C. (Org.). *Représenter la nature? ONG e Biodiversité*. Paris, FRA: IRD Editions, 2005. p. 179–204. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers11-10/010035179.pdf>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 127.
- CORREIA, C. *Territorial Management of Indigenous Lands in the Brazilian Amazon: Contributions to Conservation and Governance*. Palo Alto, CA: Gordon and Betty Moore Foundation, 2012. Citado na página 141.
- CRIANÇAS XAMBIOÁ. Desenhos à mão livre. In: CARDOSO, M. V. P.; LIMA, E. M.; AIRES KARAJÁ, A. I. D. (Ed.). *Etnomapeamento da TI Xambioá*. TI Xambioá (TO): Primeira Publicação, 2016. Citado na página 46.

DANTAS, F. A. d. C. A noção de pessoa jurídica e sua ficção jurídica: A pessoa indígena no direito brasileiro. *Publica Direito*, p. 6241, 2008. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/fernando_antonio_de_carvalho_dantas3.pdf>. Acesso em: 09.08.2016. Citado na página 26.

DELORIA JR., V. *God is Red: A native view of religion*. Golden, CO: Fulcrum Publishing, 1994. Citado na página 79.

DIEGUES, A. C. O papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência na conservação da natureza. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, p. 7, 2008. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/papelongs-.pdf>>. Acesso em: 20.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 126 e 127.

DIEGUES, A. C. S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3ª. ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2001. Disponível em: <<https://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/diegues-o-mito-moderno-da-natureza-intocada.pdf>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 80 e 87.

DORO FILHO, I. G. *Os Limites da Participação: Uma leitura da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)*. 288 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ, 2015. Citado 3 vezes nas páginas 92, 93 e 100.

DUARTE, G. M. *A demarcação das terras indígenas e seus potenciais efeitos sobre a proteção ambiental: O caso Raposa Serra do Sol*. 108 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Amapá. Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas (PPGDAPP), Macapá, AP, 2011. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/ppgdapp/files/2013/05/GABRIELA-MIRANDA-DUARTE.pdf>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 123.

EHRENREICH, P. M. A. Contribuições para a etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista, N. S.*, 1891. Traduzido por Egon Schaden, *Biblioteca Digital Curt Nimuendajú*, 1948, v. 2, 1891. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/local-files-/biblio:ehrenreich-1948-contribuicoes/ehrenreich_1948_contribuicoes.pdf>. Acesso em: 09.08.2016. Citado 25 vezes nas páginas 27, 28, 29, 31, 33, 36, 37, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 55, 59, 60, 63, 68, 69, 71, 73, 76 e 78.

FERNANDES, C. R. *Etnociência*. Blog Prosa e Verso, 2007. Disponível em: <<http://www.carlosfernandes.prosaeverso.net/visualizar.php?id=791494>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 85.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições*. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2004. p. 10. Disponível em: <<http://www.institutoiepe.org.br/media/artigos/doc11.pdf>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 79.

GARCIA, F. P. d. S. *A Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em Mato Grosso, Brasil*. 137 p. Dissertação

(Mestrado) — Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Cáceres, MT, 2014. Citado 4 vezes nas páginas 86, 87, 95 e 103.

GATI, Coordenador Nacional do. *Coordenador Nacional do Projeto GATI*: depoimento [ago. 2011]. Entrevistadora: Printes, Rafaela Biehl. Brasília, DF: PPGDR-UFRGS, 2011. Entrevista concedida para Dissertação de Mestrado. Citado 3 vezes nas páginas 128, 133 e 140.

GATI, Coordenador Técnico do. *Coordenador Técnico do Projeto GATI*: depoimento [jun. 2011]. Entrevistadora: Printes, Rafaela Biehl. Campo Grande, MS: PPGDR-UFRGS, 2011. Entrevista concedida para Dissertação de Mestrado. Citado na página 131.

GIRALDIN, O. Escola na aldeia e professor indígena na universidade: reflexões sobre formação e prática docente xerente. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 7, n. 14, p. 11–14, 2002. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/neai/file/odair_catequese_civilizacao.pdf>. Acesso em: 09.08.2016. Citado 3 vezes nas páginas 34, 35 e 36.

GIRALDIN, O. Educação Escolar Indígena e processos próprios de ensino-aprendizagem: reflexões a partir de alguns casos Jê. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 2, n. 2, p. 271, 2010. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/neai/-/file/odair_educacao_indigena_macroje.pdf>. Acesso em: 10.08.2016. Citado na página 51.

GRACIO, H. R. Diversidade cultural e Áreas protegidas no tocantins. Palmas, TO, p. 3–9, 2015. Citado 5 vezes nas páginas 113, 114, 115, 117 e 118.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL (MMA-MJ). **Anteprojeto/Minuta de Decreto da PNGATI**. *Programa de Apoio ao Agroextrativismo (MMA)*, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, DF, julho 2010. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/24050672/1191867356/name/PNGATI_analise+minuta+Decreto.pdf>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 95.

GUIMARÃES, V. M. B. Política nacional de gestão territorial e ambiental de terras indígenas (PNGATI): a busca pela autonomia ambiental e territorial das terras indígenas no Brasil. *Revista Direito Ambiental e sociedade (RDAS)*, v. 4, n. 1, p. 166, 2014. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/viewArticle/3689>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 4 vezes nas páginas 88, 89, 102 e 103.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. *Gestão Ambiental e/ou Territorial de/em Terras Indígenas: Subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme Portaria Interministerial nº 276/2008*. [S.l.], 2009. 26 p. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/caderno-subsidiogestao-ambiental-e-ou-territorial-de-em-tis-20091.html>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 86.

JOVENS XAMBIOÁ. Desenhos à mão livre. In: CARDOSO, M. V. P.; LIMA, E. M.; AIRES KARAJÁ, A. I. D. (Ed.). *Etnomapeamento da TI Xambioá*. TI Xambioá (TO): Primeira Publicação, 2016. Citado 2 vezes nas páginas 57 e 58.

- KRAUSE, F. *Nos Sertões do Brasil*. Traduzido por SHADEN, E. Revista do Arquivo Municipal (1941). Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, 1911. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/local-files/biblio:krause-1911-in-den-wildnissen-/krause_1911_in_den_wildnissen.pdf>. Acesso em: 09.08.2016. Citado na página 27.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. d. A. *Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa*. 7ª. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. Citado 3 vezes nas páginas 20, 21 e 22.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. 2ª. ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005. Citado 3 vezes nas páginas 21, 22 e 24.
- LEITÃO, S. Superposição de leis e de vontades: Por que não se resolve o conflito entre terras indígenas e unidades de conservação? In: RICARDO, F. (Org.). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2004. p. 17–18. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10144.pdf>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 4 vezes nas páginas 110, 111, 118 e 120.
- LIMA, A. *Zoneamento Ecológico-Econômico: À luz dos direitos socioambientais*. Curitiba, PR: Juruá, 2006. Citado na página 141.
- LIMA, E. M. Fotos do Arquivo Pessoal. Palmas TO, 2015. Citado na página 102.
- LIMA, E. M. Fotos do Arquivo Pessoal. Palmas, TO, 2016. Citado 2 vezes nas páginas 46 e 50.
- LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropológica*, Universidade de Brasília, Brasília, DF, n. 322, p. 10, 2002. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle_1.pdf>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 79 e 87.
- LITTLE, P. E. Gestão Territorial em Terras Indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes. *SEMA/SEPI-GTZ (Relatório Final de consultoria)*, IAPAD, Rio Branco, AC, dezembro 2006. Disponível em: <http://www.iapad.org/wp-content/uploads/2015/07/gestao_territorial_em_terras_indigenas_1333841653_1334544840.pdf>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 6 vezes nas páginas 96, 137, 141, 142, 143 e 144.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 1ª. ed. São Paulo, SP: EPU, 1986. Citado na página 21.
- MACIEL, M. R. A. **Produto 1**: Proposta metodológica e levantamento preliminar dos subsídios: T.I. Bakairi, (MT). T.I. Xerente, (TO). T.I. Xambioá, (TO). *Arquivos do GATI (PNUD BRA/09/G32)*, Cuabá, MT, 2012. Citado na página 161.
- MACIEL, M. R. A. **Produto 2**: Diagnóstico Socioambiental das áreas de Referência do Projeto GATI: Terras Indígenas: Bakairi (MT), Xerente e Xambioá (TO) - Núcleo Amazônia/Cerrado, MT. *Arquivos do GATI (PNUD BRA/09/G32)*, Cuabá, MT, 2012. Citado 4 vezes nas páginas 59, 146, 151 e 167.

MACIEL, M. R. A. **Produto 3:** Sistematização dos resultados da 1ª Reunião do Conselho Regional Amazônia Cerrado, indicando encaminhamentos na forma de Planos de Ação para as Terras Indígenas: Bakairi (MT), Xerente e Xambioá (TO). *Arquivos do GATI (PNUD BRA/09/G32)*, Cuabá, MT, 2013. Citado 3 vezes nas páginas 146, 147 e 149.

MACIEL, M. R. A. **Produto 4:** Relatório de acompanhamento dos intercâmbios e capacitação: Terras Indígenas: Bakairi (MT), Xerente e Xambioá (TO). *Arquivos do GATI (PNUD BRA/09/G32)*, Cuabá, MT, 2013. Citado 2 vezes nas páginas 152 e 156.

MACIEL, M. R. A. **Produto 5:** Levantamento das demandas das Áreas de referência visando apoiar na elaboração de proposta de projetos, Terras Indígenas: Bakairi (MT), Xerente e Xambioá (TO). *Arquivos do GATI (PNUD BRA/09/G32)*, Cuabá, MT, 2013. Citado na página 157.

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. São Paulo, SP: EdUSP, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=6MZRNdDlnoCprintsec=frontcoverhl=pt-br>>. Acesso em: 10.08.2016. Citado na página 60.

MILARÉ, É. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário*. Curitiba, PR: Revista dos Tribunais, 2014. Citado na página 109.

MILLER, R. P. *Documento Orientador para a Preparação do Programa Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e do Projeto GEF Indígena: Parte 1*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/pngati/>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 114 e 137.

MINAYO, M. C. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 1ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Citado na página 21.

NASCIMENTO, A. M. do. Ações para a revitalização linguístico-cultural entre o povo xambioá: lições desde projetos comunitários. *Revista Tellus*, Universidade Católica Dom Bosco - NEPPI, Campo Grande, MS, v. 13, n. 25, 2013. Disponível em: <<http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/332>>. Acesso em: 10.08.2016. Citado 3 vezes nas páginas 51, 52 e 53.

NUNES, E. S. *No asfalto não se pesca: Parentesco, mistura e transformação entre os karajá de buridina (aruanã-go)*. 425 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10332/1/2012_EduardoSoaresNunes.pdf>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 18.

OLIVEIRA, A. R. Diálogos entre estado e povos indígenas no Brasil: a participação indígena no processo de construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. FUNAI/GIZ, Brasília, DF, 2011. Citado na página 91.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Convenção de Estocolmo)*. Estocolmo, SWE, 1972. Citado na página 109.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Nota Técnica: Comunidades, Povos e Nações Indígenas. Nova Iorque, NY, 1986. Citado na página 26.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Políticas indígenas contemporâneas na amazônia brasileira: território, modos de dominação e iniciativas indígenas. In: D'INCAO, M. (Org.). *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo, SP: Cortez, 2001. p. 142–146. Citado na página 103.

PRINTES, R. B. *Relatório Técnico: Ti xambioá*. 2011. Arquivos da FUNAI/CGMT. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 139.

PRINTES, R. B. *Gestão territorial e ambiental: contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas*. 252 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Proto Alegre, RS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87325>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 13 vezes nas páginas 87, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 136 e 140.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Documento Informativo do Projeto GATI. PNUD/ONU, v. 11, 2011. Citado 5 vezes nas páginas 134, 137, 138, 139 e 140.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; *GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY*. *Documento de Projeto (PIMS 3600)*: BRA/09/G31: Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros. Brasília, DF, 2009. 140 p. Citado 13 vezes nas páginas 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139 e 145.

RAFFESTIN, C. Ecogenèse territoriale et territorialité. In: R., A. F. B. (Org.). *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Université de Genève, 1986. p. 10. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:4419>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 79.

SALERA JÚNIOR, G.; MALVASIO, A.; GIRALDIN, O. Caça e pesca entre os índios Karajá do Norte, Terra Indígena Xambioá, Estado do Tocantins, Brasil. *Publicações Avulsas do Instituto Pau Brasil*, Recanto das Letras, n. 10, p. 86–87, 2006. Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/1741480.pdf?1249700794>>. Acesso em: 10.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 55 e 61.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. 1ª. ed. São Paulo, SP: Peirópolis, 2005. 178 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 86 e 87.

SANTILLI, M. A cilada corporativa. In: RICARDO, F. (Org.). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2004. p. 11–14. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/10144.pdf>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 116.

SCHUBART, H. O. R. *O Zoneamento Ecológico-Econômico e a gestão dos recursos hídricos*. Brasília, DF: MMA/SRH, 2000. Citado na página 141.

SILVA, J. A. d. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 39^a. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2016. 172 p. Citado na página 117.

SMITH, N. J. H. *A pesca no rio Amazonas*. Manaus, AM, Brasil: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - CNPq/INPA, 1979. Citado na página 55.

SOUSA, C. N. I. d. Dimensão política da gestão territorial. In: ALMEIDA, F. V. R. d.; SOUSA, C. N. I. d. (Orgs.). *Gestão territorial em Terras Indígenas no Brasil*. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2012. v. 39, p. 215–268. Disponível em: <https://www.academia.edu/6493192/Via_Dos_Saberes_Gestao>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 91 e 92.

SOUSA, J. J. C. P. e. *Esboço de hum dicionario juridico, theoretico, e pratico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes*. Lisboa, Typographia Rollandiana: Universidade de Coimbra, 1827. 418 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Esboço_de_hum_dicionario_juridico_theo.html?id=KnBFAAAACAAJredir_esc=y>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 26.

THE NATURE CONSERVANCY. Povos e Terras Indígenas: Promovendo conservação e etnodesenvolvimento. 2012. TNC. Disponível em: <<http://www.tnc.org.br/nossas-historias/publicacoes/portfolio-brasil-terras-indigenas.pdf>>. Acesso em: 11.05.2016. Citado na página 123.

TORAL, A. A. d. *Cosmologia e Sociedade Karajá*. 280 p. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.andretoral.com.br/_img/autor/cosmologia_e_sociedade_karaja.pdf>. Acesso em: 09.08.2016. Citado 13 vezes nas páginas 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 37, 38, 39, 42, 43 e 47.

VERDUM, R. Gestão Ambiental e Territorial no Brasil Indígena: Conceitos, Estratégias e Mecanismos de Apoio no Âmbito do MMA/SDS/DADS. Scribd, p. 7, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/63947613/A-Gestao-Ambiental-e-Verdum-2006>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado na página 137.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, SP: Cosac & Naify, 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/43233377/Eduardo-Viveiros-de-Castro-A-Inconstancia-da-Alma-Selvagem>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 2 vezes nas páginas 66 e 67.

ZANATTO, V. G. Conflitos em Territórios Indígenas: As sobreposições entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação. *Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território*, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/305/224>>. Acesso em: 11.08.2016. Citado 6 vezes nas páginas 83, 111, 112, 113, 119 e 120.